

Capítulo 9

Situação de Referência Socioeconómica e de
Saúde Comunitária

ÍNDICE

9	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA SOCIOECONÓMICA E DE SAÚDE DA COMUNIDADE	9-1
9.1	INTRODUÇÃO	9-1
9.2	RESUMO	9-2
9.2.1	<i>Educação e Emprego</i>	9-5
9.2.2	<i>Sistemas de Subsistência (Agricultura, Pesca e Turismo)</i>	9-6
9.2.3	<i>Transporte</i>	9-7
9.2.4	<i>Saúde</i>	9-7
9.2.5	<i>Saneamento, Resíduos e Energia</i>	9-8
9.2.6	<i>Património e Cultura</i>	9-8
9.3	FONTES DE INFORMAÇÃO	9-8
9.3.1	<i>Fontes Bibliográficas</i>	9-8
9.3.2	<i>Pesquisa de Dados Primários para o Estudo da Situação de Referência</i>	9-9
9.4	ÁREA DO ESTUDO SOCIOECONÓMICO	9-9
9.4.1	<i>Área de Influência</i>	9-9
9.5	PROVÍNCIA DE CABO DELGADO: VISÃO GERAL DA SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA	9-11
9.6	PROVÍNCIA DE CABO DELGADO: INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS	9-11
9.6.1	<i>Distribuição da População</i>	9-11
9.6.2	<i>Emprego</i>	9-12
9.6.3	<i>Educação</i>	9-13
9.6.4	<i>Infra-estruturas Rodoviárias</i>	9-14
9.6.5	<i>Abastecimento de água</i>	9-15
9.6.6	<i>Níveis de pobreza</i>	9-17
9.7	PROVÍNCIA DE CABO DELGADO: ACTIVIDADES ECONÓMICAS	9-17
9.7.1	<i>Agricultura</i>	9-18
9.7.2	<i>Transportes</i>	9-19
9.7.3	<i>Indústria Transformadora</i>	9-19
9.7.4	<i>Comércio e Exportação</i>	9-20
9.7.5	<i>Turismo</i>	9-21
9.7.6	<i>Pescas</i>	9-25
9.7.7	<i>Exploração e Produção de Hidrocarbonetos</i>	9-32
9.8	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO DISTRITO DE PALMA	9-36
9.8.1	<i>Distrito de Palma</i>	9-36
9.8.2	<i>O Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)</i>	9-38
9.9	DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI: INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRECTA	9-38
9.9.1	<i>Perfil Demográfico</i>	9-38
9.9.2	<i>Distribuição da População</i>	9-40
9.9.3	<i>Grupos etnolinguísticos</i>	9-48
9.9.4	<i>Padrões de migração</i>	9-49
9.10	DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE: USO DE RECURSOS NATURAIS	9-51
9.10.1	<i>Uso de Recursos Naturais no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Incluindo Senga e Maganja)</i>	9-51

9.11	DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE: USO DA TERRA E PADRÕES DE OCUPAÇÃO	9-54
9.11.1	<i>Existência e Requerimentos de DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) no Distrito de Palma</i>	9-54
9.11.2	<i>Local do Projecto em Afungi ()</i>	9-54
9.11.3	<i>Posse de Terra</i>	9-60
9.12	DISTRITO DE PALMA: ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E DOADORES	9-61
9.13	DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI: SERVIÇOS SOCIAIS	9-63
9.13.1	<i>Perfil e Rede de Educação</i>	9-63
9.13.2	<i>Perfil e Rede de Saúde</i>	9-67
9.13.3	<i>Abastecimento de Água e Saneamento</i>	9-91
9.13.4	<i>Electricidade e principais fontes de energia</i>	9-94
9.13.5	<i>Rede de Estradas, Transportes e Comunicações</i>	9-97
9.14	DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI: ACTIVIDADES ECONÓMICAS E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA	9-101
9.14.1	<i>Situação de Emprego da População</i>	9-101
9.14.2	<i>Produção Agrícola e Serviços Agrários</i>	9-105
9.14.3	<i>Pesca Artesanal</i>	9-114
9.14.4	<i>Turismo</i>	9-131
9.14.5	<i>Comércio</i>	9-132
9.14.6	<i>Actividades Geradoras de Rendimento no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)</i>	9-134
9.14.7	<i>Aquacultura</i>	9-139
9.14.8	<i>Salinas</i>	9-140
9.15	PERFIL CULTURAL E RELIGIOSO DO LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE (INCLUINDO Senga e MAGANJA)	9-140
9.15.1	<i>Cerimónias culturais e religiosas</i>	9-140
9.15.2	<i>Locais sagrados e históricos</i>	9-143
9.16	LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE (INCLUINDO Senga e MAGANJA): EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PROJECTO	9-143
9.16.1	<i>Vantagens do Projecto percebidas</i>	9-144
9.16.2	<i>Desvantagens do Projecto percebidas</i>	9-145
9.16.3	<i>Preferências no caso de ocorrer Reassentamento</i>	9-146
9.17	NAVEGAÇÃO MARÍTIMA	9-148
9.17.1	<i>Contexto</i>	9-148
9.17.2	<i>Desenvolvimentos Recentes</i>	9-149
9.17.3	<i>Portos e Movimento de Navios em redor da Área 1 e do Campo de Gás Mamba</i>	9-150
9.17.4	<i>Tipo de Embarcações</i>	9-150
9.17.5	<i>Rotas de Navegação Actuais e Propostas na Área de Estudo em Alto Mar</i>	9-153
9.17.6	<i>Pirataria na Cercania</i>	9-156
9.18	ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO CULTURAL	9-157
9.18.1	<i>Introdução</i>	9-157
9.18.2	<i>Antecedentes históricos</i>	9-158
9.18.3	<i>Pesquisa Arqueológica</i>	9-164
9.18.4	<i>Arqueologia no Mar</i>	9-172

9.1**INTRODUÇÃO**

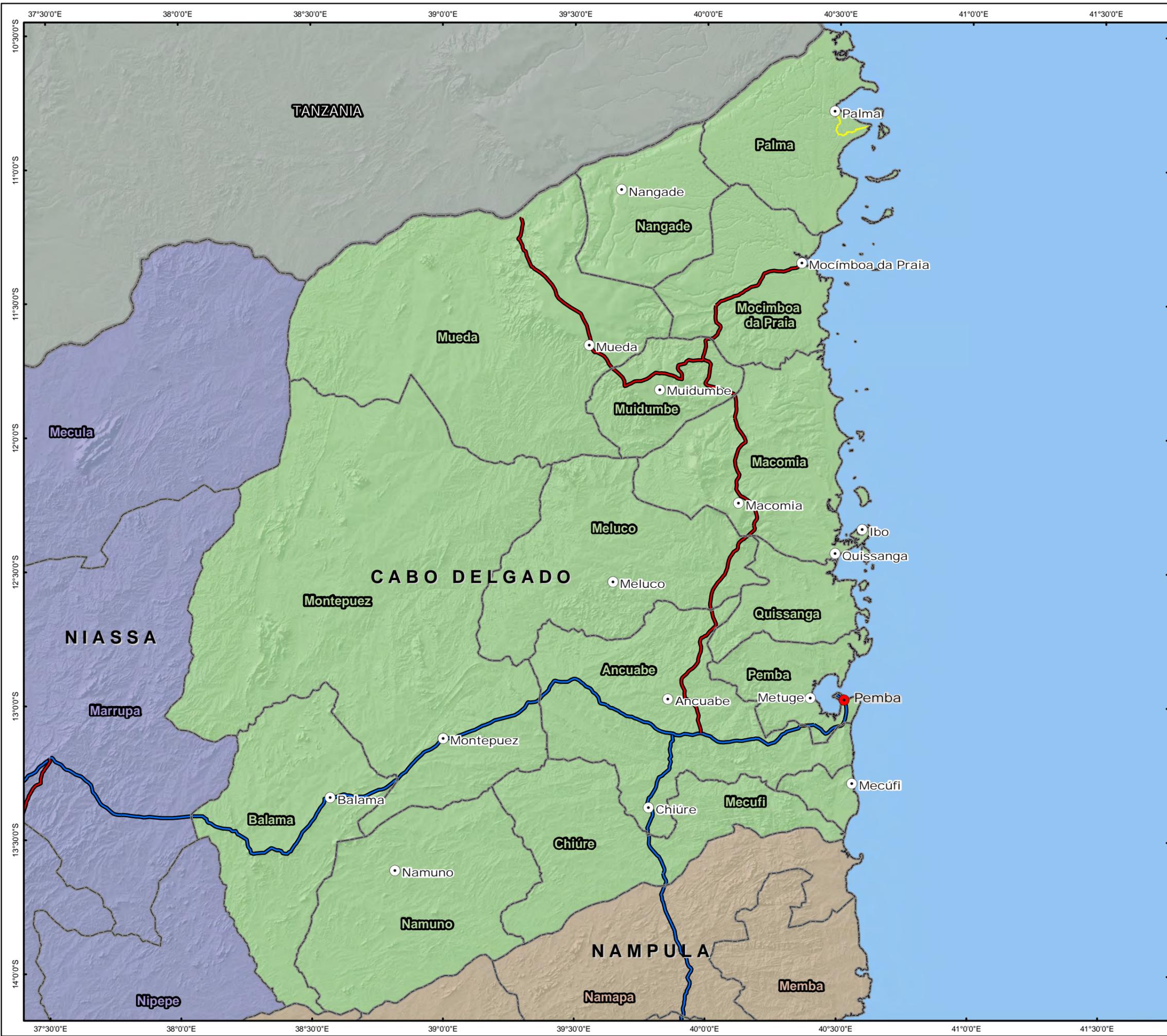
Este capítulo apresenta a situação de referência socioeconómica e de saúde da comunidade das áreas (em terra e em alto mar) potencialmente afectadas pelo Projecto. O capítulo está estruturado numa série de secções, conforme a seguir indicado:

- As *Secções 9.2 e 9.3* fornecem um resumo da situação de referência e das fontes de informação utilizadas para compilar o estudo da situação de referência, respectivamente.
- A *Secção 9.4* define a Área de Influência do Projecto, fornecendo uma visão geral das características geográficas, bem como as respectivas divisões administrativas e estruturas de governação.
- As *Secções 9.5 a 9.7* fornecem uma visão geral da Província de Cabo Delgado (uma parte importante da Área de Influência Indirecta ⁽¹⁾), visando definir o contexto mais amplo a nível social, de saúde e económico em que o projecto se enquadrará.
- As *Secções 9.8 a 9.14* fornecem uma descrição das características sociais, de saúde e económicas da Área de Influência Directa, que inclui o Distrito de Palma e o Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja).
- A *Secção 9.15* fornece uma descrição do perfil cultural e religioso do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja).
- A *Secção 9.16* fornece uma visão geral das percepções e expectativas em relação ao Projecto.
- A *Secção 9.17* fornece uma compreensão sobre a navegação marítima e os tipos de embarcações utilizadas na Área de Estudo.
- A *Secção 9.18* detalha a situação de referência em termos de arqueologia e de património cultural do Local do Projecto em Afungi, com base em dados primários e secundários.

(1) Embora a Área de Influência Indirecta compreenda um âmbito mais amplo que se estende até o nível regional (África Austral e Oriental) e nacional (Moçambique), o foco deste relatório será a Província de Cabo Delgado.

O Distrito de Palma está localizado no Nordeste da Província de Cabo Delgado. A *Figura 9.1* e a *Figura 9.2* abaixo mostram a Província de Cabo Delgado e o Distrito de Palma.

O Distrito de Palma é composto por quatro postos administrativos, seis localidades e várias aldeias. O Local do Projecto em Afungi está situado no Posto Administrativo de Palma e na Localidade de Mute, a Sudeste da Vila de Palma, conforme mostrado na *Figura 9.2* e descrito na *Secção 9.9.2*. Em 2012, a população da Localidade de Mute foi estimada em 16.473 habitantes (*Tabela 9.19*), perfazendo 32 por cento da população do Distrito de Palma, enquanto no Local do Projecto em Afungi a população está estimada em aproximadamente 2.700 habitantes, representando 5,3 por cento da população do Distrito de Palma (*Tabela 9.20*).



Legenda

- Sede do Distrito
- Cidade Capital de Cabo Delgado

Estradas

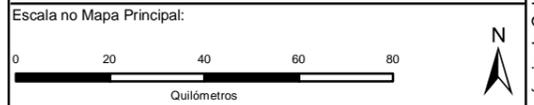
- Primária
- Secundária

- Local do Projecto em Afungi
- Fronteira com a Tanzania

Província

- Cabo Delgado
- Niassa
- Nampula

Limite do Distrito



Título:
**Figura 9.1:
 Província de Cabo Delgado e
 Divisão Administrativa**

Cliente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado : AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 1 500 000

Desenho:
 Fig 9.1_Província de Cabo Delgado e Divisão Administrativa.mxd

Rev:
 A

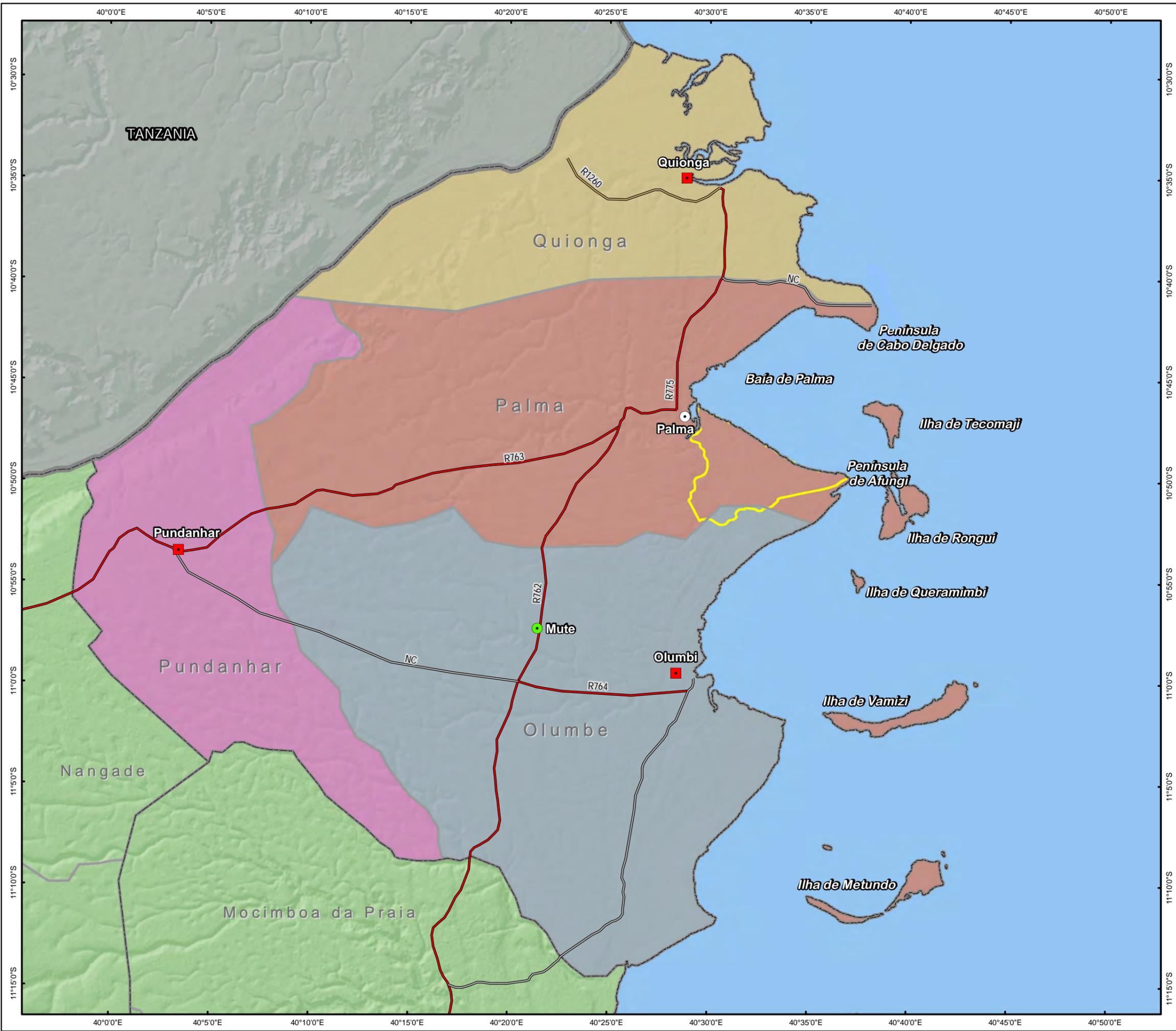
ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Impacto
 Projectos e Estudos Ambientais

ERM

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
 Fonte: DIVA-GIS, Impacto, 2012.
 Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
 A3



Legenda

- Sede do Distrito
- Sede da Localidade
- Sede do Posto Administrativo

Estradas

- Terciárias
- Local
- Não-Classificadas

□ Local do Projecto em Afungi

Província

- Cabo Delgado

□ Limite do Distrito

Posto Administrativo

- Olumbe
- Palma
- Pundanhar
- Quionga

Área do Projecto

Escola no Mapa Principal:

Título:
**Figura 9.2:
Distrito de Palma,
Postos Administrativos e Localidades**

Ciente:
Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 330 000
Desenho: Fig 9.2_Distrito de Palma, Postos Administrativos e Localidades.mxd		Rev: A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Projectos e Estudos Ambientais

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3

Em 2007, o nível de escolaridade em Cabo Delgado era muito baixo, sendo que 81,3 por cento da população economicamente activa (com 15 ou mais anos de idade) não concluiu qualquer nível de ensino. Isto, no entanto, corresponde a uma pequena melhoria em comparação com os 86,5 por cento que não concluíram qualquer nível de ensino em 1997 (Instituto Nacional de Estatística, INE, 2007d). Tal como acontece na Província de Cabo Delgado, o nível de escolaridade no Distrito de Palma é também muito baixo, sendo que 88 por cento da população economicamente activa não possui qualquer nível de ensino (INE, 2007d). No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja) o analfabetismo é elevado, particularmente entre as mulheres (92 por cento).

Os baixos níveis de escolaridade podem ser atribuídos à falta de instalações de ensino e a um deficiente sistema de ensino no distrito. Os desafios colocados ao sistema de ensino no distrito incluem: um número reduzido de estabelecimentos de ensino; um número limitado de professores e de materiais tais como carteiras, livros, salas de aula; falta de estabelecimentos de ensino do nível d EP2 (segundo nível do Ensino Primário) e de níveis de ensino mais altos; longas distâncias a percorrer para alcançar os estabelecimentos de ensino (tanto para professores como para alunos); alta taxa de abandono escolar devido a questões relacionadas com segurança alimentar (o que força os jovens a envolverem-se em actividades da agricultura familiar durante alguns períodos do ano, como por exemplo, na época da colheita); e uma elevada taxa de abandono escolar entre as mulheres jovens, que pode ser influenciada por casamentos precoces e pela gravidez na adolescência.

Na Província de Cabo Delgado e no Distrito de Palma, o emprego formal é escasso e fornecido principalmente pelo Estado (funcionários públicos da administração local, professores e profissionais de saúde). O sector privado é praticamente inexistente e o trabalho assalariado limita-se aos postos de trabalho oferecidos pelos operadores turísticos e por alguns pequenos operadores privados que trabalham no comércio e na pesca, a oportunidades de emprego temporárias associadas a projectos recentes de exploração de hidrocarbonetos e a contratos de construção e manutenção de estradas. Por conseguinte, grande parte da população (85 por cento em Cabo Delgado e 87 por cento no Distrito de Palma) trabalha por conta própria ⁽¹⁾, a grande maioria na agricultura e pescas, estando deste modo altamente dependente dos recursos naturais para a sua subsistência e obtenção de rendimentos. Além disso, há muito pouca experiência e conhecimento limitado no que respeita aos procedimentos e às expectativas do emprego formal.

O trabalho assalariado não é comum, sendo apenas relatado por cerca de quatro por cento dos chefes de família no Local do Projecto em Afungi e Área

(1) O trabalho por conta própria/auto-emprego é uma categoria profissional reconhecida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para classificar as pessoas que trabalham por conta própria (por si) e inclui o emprego formal ou informal e o comércio, designadamente excedentes da agricultura de subsistência e da pesca. O termo conta própria/auto-emprego é usado ao longo deste relatório.

Circundante (incluindo Senga e Maganja). Este facto deve-se, entre outros factores, à falta de investimento em actividades de geração de emprego, à capacitação limitada dos recursos humanos, devido ao alto nível de analfabetismo e à falta de pessoas qualificadas, bem como ao fraco desenvolvimento de infra-estruturas como estradas e redes de abastecimento de energia e água.

9.2.2 *Sistemas de Subsistência (Agricultura, Pesca e Turismo)*

A maioria das actividades agrícolas é praticada em pequena escala e, em geral, a produtividade agrícola é baixa. No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja), a agricultura de subsistência é a principal actividade para 50 por cento dos chefes de família, seguida pela pesca, que é praticada por cerca de 24 por cento dos chefes de família. A agricultura é praticada em zonas altas e em terras baixas. As zonas altas estão geralmente localizadas em pradarias e nas margens de rios ou em áreas altas/de planalto, com solos arenosos. Estas são normalmente utilizadas para o cultivo de mandioca, mapira, milho e amendoim, bem como de cajueiros, mangueiras e coqueiros. As terras baixas estão localizadas em zonas de planícies aluviais, onde existem os solos mais produtivos. Estas são geralmente usadas para produzir arroz, batata-doce, bananas e cana-de-açúcar.

O turismo e a pesca também contribuem para a economia da província. Isto deve-se ao facto de Cabo Delgado ser uma província costeira com numerosas ilhas localizadas ao longo da costa, que constituem uma base comprovada para o estabelecimento de centros de pesca e para o desenvolvimento da pesca, bem como a principal atracção para turistas internacionais, que são os que contribuem com mais receitas. O distrito tem potencialidades para o desenvolvimento de actividades turísticas devido à sua diversidade de recursos marinhos, costeiros e de fauna bravia. A pesca industrial do atum ocorre na Zona Económica Exclusiva (ZEE), próxima das águas territoriais do Distrito de Palma. A pesca industrial e semi-industrial, realizada por operadores moçambicanos, ocorre até ao extremo Sul da Província de Cabo Delgado.

No Distrito de Palma, cerca de 21 por cento das mulheres são pescadoras artesanais de subsistência, indicando que estas já desempenham um papel importante na garantia da segurança alimentar das famílias, bem como na geração de rendimentos. A pesca artesanal é praticada pelas comunidades ao longo da costa e ao longo dos cursos de água interiores, onde as capturas são utilizadas para consumo bem como para venda. Esta constitui a segunda actividade mais importante em termos de segurança alimentar e de rendimento para a economia doméstica no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja), constituindo a actividade profissional de 24,3 por cento dos chefes de família. Para um pequeno número de residentes, a pesca é uma fonte de emprego sazonal. A população concentra-se na pesca durante a época alta enquanto na época baixa se dedica à agricultura.

9.2.3

Transporte

O mar não só suporta as actividades piscatórias, como também fornece uma rede para o transporte de bens e serviços ao longo da costa de Moçambique e para a Tanzânia. Isto deve-se em parte ao desenvolvimento em geral limitado da infra-estrutura de transportes e serviços rodoviários no Norte da Província de Cabo Delgado e no Distrito de Palma. Há um número limitado de barcos que opera na área e, em termos de transporte, os habitantes locais tendem a andar a pé em vez de utilizarem o transporte marítimo, uma vez que este é dispendioso. A Baía de Palma possui pouca actividade em termos de transporte marítimo e navegação, sendo utilizada maioritariamente por embarcações de pesca (artesanal), barcos de transporte local (pequenos barcos convencionais e artesanais) e alguma actividade náutica de recreio (pequenas embarcações de recreio). As vias de navegação marítimas no Canal de Moçambique passam entre as 15 e as 25 milhas náuticas ao largo da costa.

A infra-estrutura da rede rodoviária existente no distrito é deficiente e não está devidamente desenvolvida, estendendo-se por aproximadamente 256 km. Esta infra-estrutura consiste em estradas terciárias, estradas secundárias e troços não classificados. No entanto, as autoridades distritais têm implementado projectos de construção e manutenção de estradas, que incluem a reparação e pavimentação de algumas estradas.

9.2.4

Saúde

De acordo com os resultados do Censo de 2007 (INE; 2007), a grande maioria das famílias do Distrito de Palma depende de fontes de água não protegidas, como poços abertos (60,1 por cento), águas superficiais, como rios, lagos e lagoas (7,2 por cento) e outras fontes não especificadas (1,6 por cento). Esta dependência de fontes de água não seguras representa uma série de riscos a nível de saúde (risco de diarreia e cólera) para a população local.

As unidades sanitárias são em número limitado no distrito, havendo um elevado número de pessoas, em todos os Postos Administrativos, que vive a mais de 8 quilómetros de distância de uma unidade sanitária. A situação é agravada pela falta de transportes públicos e pela deficiente infra-estrutura rodoviária. Por exemplo, o hospital mais próximo é o Hospital Rural de Mocímbo da Praia, situado a 80 km da Vila de Palma, para o qual são encaminhados os pacientes de Palma que necessitam de uma cirurgia importante ou de assistência médica mais especializada.

O acesso aos serviços de saúde também é deficiente no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja). Com excepção da unidade sanitária de Maganja, todas as unidades sanitárias estão localizadas nas sedes dos Postos Administrativos, a distâncias para percursos a pé. No entanto, serviços de vacinação para crianças estão disponíveis através de Agentes Polivalentes Elementares (APEs), que são a primeira linha de resposta nos cuidados de saúde a nível comunitário.

9.2.5 *Saneamento, Resíduos e Energia*

A falta de instalações de saneamento básico é um problema significativo para as comunidades do Distrito de Palma, incluindo o Local do Projecto em Afungi e Áreas Circundantes (incluindo Senga e Maganja). Oitenta e um por cento da população, que reside no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja), não tem acesso a latrinas adequadas. Esta situação representa problemas de saúde pública significativos, pois a prática do fecalismo a céu aberto constitui um risco de contaminação das fontes de água.

Não existem quaisquer sistemas ou locais formais para a eliminação de resíduos no distrito e a maioria da população queima ou elimina os resíduos no exterior das suas habitações ou em terrenos desocupados.

A lenha é utilizada como a principal fonte de energia para cozinhar, seguida de folhas de palmeiras e fibra de coco. Para a iluminação, as famílias utilizam principalmente candeeiros alimentados por produtos à base de petróleo e lanternas alimentadas por pilhas.

9.2.6 *Património e Cultura*

Uma cerimónia cultural notável no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante corresponde aos ritos de iniciação (para raparigas e rapazes), que marcam a entrada das crianças na idade adulta. Estes ritos de iniciação são realizados a partir de Dezembro até Janeiro. As crianças do sexo masculino são levadas para locais específicos (normalmente para perto de um rio ou lagoa), onde são ensinadas durante cerca de um mês sobre as actividades que as esperam na sua vida adulta. As meninas são iniciadas em casa. As áreas onde essas cerimónias são realizadas são importantes para a comunidade, sendo utilizadas há muitas gerações.

Os locais sagrados incluem cemitérios, igrejas e mesquitas (onde são realizados diferentes tipos de cultos), bem como os locais onde são realizados os ritos de iniciação. Na área da Península de Afungi foram registados dez locais arqueológicos, bem como um lugar sagrado (mas abandonado) e diversos cemitérios. A maioria destes locais sofreu já impactos resultantes do cultivo extensivo e os que ficam mais perto da costa têm sido influenciados pela erosão do mar. Os achados arqueológicos incluem contas, conchas (incluindo pérolas de ostras), ossos de peixes e cacos.

9.3 *FONTES DE INFORMAÇÃO*

9.3.1 *Fontes Bibliográficas*

As informações fornecidas no presente capítulo da situação de referência foram recolhidas a partir de uma ampla variedade de fontes bibliográficas.

Estas baseiam-se numa revisão e análise da informação existente, incluindo dados recolhidos para a AIA da fase de pesquisa do Projecto (2008), e de outras fontes disponíveis, incluindo relatórios e dados estatísticos dos principais sectores (turismo, pesca, agricultura) da Província de Cabo Delgado e do Distrito de Palma. Estas fontes encontram-se referenciadas, sempre que aplicável, ao longo do texto.

9.3.2 *Pesquisa de Dados Primários para o Estudo da Situação de Referência*

Informações e dados específicos ao local proposto para implementação do Projecto são escassos e, portanto, para a elaboração desta situação de referência foram igualmente recolhidos dados primários através de uma pesquisa intensiva que compreendeu a realização de inquéritos aos agregados familiares, discussões de grupo de foco (DGF) e entrevistas. Os resultados dos inquéritos aos agregados familiares são descritos ao longo deste capítulo. As metodologias de pesquisa aplicadas pelos especialistas de socioeconomia são apresentadas no *Anexo C* e o material de apoio ao estudo está incluído no *Anexo G*

9.4 *ÁREA DO ESTUDO SOCIOECONÓMICO*

9.4.1 *Área de Influência*

A área de influência baseia-se nos potenciais impactos directos e indirectos do Projecto associados aos componentes sociais, de saúde, económicos e culturais, que descrevem a situação de referência social sobre a qual o projecto está para ser implementado. Foram definidas duas áreas de influência:

- a Área de Influência Indirecta; e
- a Área de Influência Directa.

Estas são descritas mais pormenorizadamente nas subsecções seguintes.

Área de Influência Indirecta

Do ponto de vista socioeconómico, a Área de Influência Indirecta (AII) é definida de uma forma mais ampla como correspondendo à Província de Cabo Delgado (*Figura 9.1*) e, em certa medida, a Moçambique como um todo, quando são considerados os benefícios económicos. Conforme observado anteriormente nos *Capítulos 1 e 5*, isto deve-se aos efeitos socioeconómicos que podem advir do Projecto em termos das potenciais sinergias entre o Projecto e os sectores público e privado, ao nível local, regional e nacional, bem como aos efeitos macroeconómicos sobre as exportações, a balança de pagamentos e o Produto Interno Bruto (PIB).

Área de Influência Directa

Conforme descrito no *Capítulo 4*, as principais componentes do Projecto visto numa forma global estão agrupadas e discutidas como as componentes do

Projecto em Terra, Próximo da Costa e em Alto Mar. O âmbito da situação de referência socioeconómica inclui a infra-estrutura física, social e económica, as redes sociais e o acesso a serviços e a actividades económicas (por exemplo, agricultura, pesca, o transportes de produtos e pessoas próximo da costa, a recolha de recursos naturais e outras actividades realizadas pelos residentes na área de estudo). Os critérios utilizados para determinar a Área de Influência Directa (AID) são descritos em seguida.

- grande parte da população que reside no Local do Projecto em Afungi, pratica a agricultura de subsistência dentro dos limites desta área e os diversos agregados familiares (AFs) que residem fora do Local do Projecto em Afungi (dentro do Distrito de Palma, ou seja, na Vila de Palma, bem como nas aldeias de Senga e Maganja), também estão envolvidos em actividades agrícolas dentro dos limites do Local do Projecto em Afungi;
- a população da Vila de Palma e de outras aldeias e áreas adjacentes ao Local do Projecto em Afungi, utiliza as áreas costeiras e próximas da costa, dentro do Local do Projecto em Afungi, para actividades piscatórias e outras (ou seja, actividades de subsistência primárias e secundárias);
- a população da Vila de Palma e dos centros de pesca localizados no Distrito de Palma, a Norte e a Sul do Local do Projecto em Afungi, também utiliza as águas costeiras, adjacentes ao Local do Projecto em Afungi, para a pesca e o transporte de passageiros e mercadorias ao longo da costa; e
- as considerações sociais mais amplas, tais como o acesso ao emprego, a absorção de mão-de-obra local, a migração interna e o assentamento de pessoas à procura de trabalho, bem como o maior dinamismo da economia local, entre outros, terão uma incidência directa no Distrito de Palma, reconhecendo-se que haverá movimentos populacionais e actividades nas cidades e vilas vizinhas e ao longo das rotas de acesso primário ao local do Projecto.

Utilizando os critérios acima descritos, a AID pode ser descrita como incluindo:

- O Distrito de Palma;
- O Posto Administrativo de Palma-Sede e Localidade de Mute; e
- O Local do Projecto em Afungi.

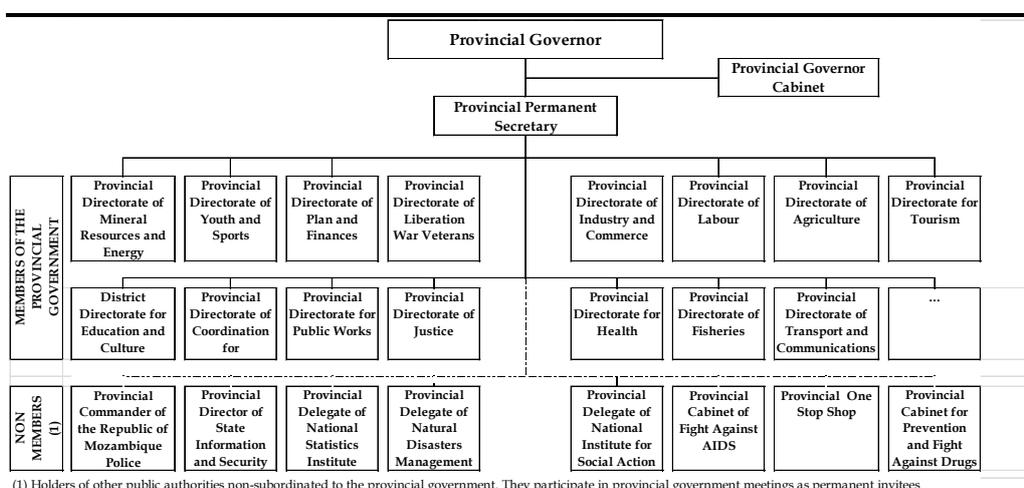
Conforme indicado acima e na metodologia, o Inquérito a Agregados Familiares focalizou sobre o Local do Projecto em Afungi e duas aldeias principais situadas nas proximidades deste local, ou seja, Senga e Maganja. Para efeitos de apresentação dos resultados do Inquérito a Agregados Familiares, esta área é designada de Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja).

A Província de Cabo Delgado está situada no Norte de Moçambique, fazendo fronteira com a Tanzânia, a Norte (junto ao Rio Rovuma), a Província de Niassa, a Oeste, a Província de Nampula, para Sul, e o Oceano Índico, a Leste, conforme apresentado na *Tabela 9.1*.

A Província de Cabo Delgado está subdividida em 15 distritos, sendo o Distrito de Palma o mais relevante para este Projecto, pois é lá que o mesmo será localizado. A *Figura 9.1* apresenta a localização do Distrito de Palma em relação à Província de Cabo Delgado.

A estrutura de governação na Província de Cabo Delgado (*Figura 9.3*) segue uma estrutura organizacional hierárquica liderada por uma figura política, o Governador Provincial, que é nomeado pelo Presidente de Moçambique. O Gabinete do Governador é auxiliado por um Secretário Permanente. Várias instituições sectoriais como o ambiente, a agricultura, a pesca, o turismo, a saúde, a educação, os recursos minerais e a energia, para citar os mais relevantes para este estudo, são representadas a nível provincial por Direcções Provinciais chefiadas pelo respectivo Director Provincial, que fornece o apoio técnico necessário ao Gabinete do Governador.

Figura 9.3 *Estrutura de Governação na Província de Cabo Delgado*



Fonte: Impacto, 2012

Distribuição da População

A população de Cabo Delgado em 2012 foi estimada em 1.797.335 habitantes com base numa taxa de crescimento anual projectada de dois por cento, representando 6,5 por cento da população de Moçambique (*Tabela 9.1*). Com uma taxa de crescimento de 1,9 por cento, Cabo Delgado tem a segunda menor taxa de crescimento no país depois das Províncias de Gaza e

Inhambane, que têm uma taxa de crescimento anual de 1,7 (INE, 2010b). A baixa taxa de crescimento populacional da província é atribuída principalmente a quatro factores:

- baixa taxa de natalidade (41 nados/1.000 pessoas);
- alta mortalidade infantil (88 óbitos/1.000 pessoas);
- taxa bruta de mortalidade (16 óbitos/1.000 pessoas), e
- baixa esperança de vida, equivalente a 49 anos de idade.

Tabela 9.1 *População da Província de Cabo Delgado (1997-2012)*

Ano	População da Província	Percentagem de População do País	Taxa de Crescimento por ano	Homens %	Mulheres %	Urbana %	Rural %
1997	1.380.202	8,6	1,9	48,4	51,6	16,8	83,2
2007	1.634.162	7,9	1,9	48,4	51,6	20,8	79,2
2012*	1.797.335	6,5	1,9	48,4	51,6	22,9	77,1

Legenda:

* Os dados de 2012 representam uma previsão, com base na taxa de crescimento projectada de 2%.

Fonte: INE, 2010b.

9.6.2

Emprego

Quase 88 por cento da população economicamente activa da província está envolvida em actividades agrícolas, florestais, de pesca e extractivas (*Tabela 9.2*), enquanto nove por cento trabalha no sector terciário (ou seja, comércio e finanças, serviços administrativos) e três por cento está envolvida nas actividades do sector secundário (indústria) (INE, 2010b).

A maioria da população rural de Moçambique trabalha por conta própria ⁽¹⁾. O emprego assalariado ocupa apenas uma pequena parte da população economicamente activa. Na Província de Cabo Delgado, 85 por cento da população trabalha por conta própria, seguindo-se os trabalhadores domésticos não remunerados (nove por cento) ⁽²⁾. Menos de cinco por cento da população está empregada no sector público e privado.

(1) Ver secção 9.2.2 para a definição de trabalho por conta própria

(2) A categoria de “Trabalhadores familiares não remunerados” é utilizada pelo INE para categorizar as pessoas com idade entre 15 ou mais anos que trabalham para um agregado familiar sem remuneração, em actividades agrícolas e domésticas. Geralmente estes vivem como um membro do agregado familiar, dormindo e alimentando-se sob a responsabilidade desse agregado familiar. Em alguns casos, eles são parentes indirectos (por exemplo, sobrinhos ou sobrinhas) que vivem sob a protecção desse agregado familiar.

Tabela 9.2 População Economicamente Activa (15 ou Mais Anos de Idade) em Cabo Delgado, por Sector da Economia e por Posição no Trabalho, 2007

	Total de Residentes	Sector de Actividade (%)	Trabalhador do Estado	Trabalhador de empresa privada	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Outro tipo de Trabalhador Dependente
Total de Residentes	664.742		16.208	14.323	563.609	59.523	10.999
Posição no Trabalho (%)		100,0	2,5	2,2	84,8	9,0	1,7
Agricultura, silvicultura, pesca e actividades extractivas	581.447	87,5	1.064	2.604	517.903	55.563	4.313
Indústria e energia	14.337	2,2	557	2.415	10.091	651	623
Construção	6.790	1,0	613	2.253	3.243	248	433
Transportes e comunicações	2.589	0,4	582	1.219	590	45	153
Serviços	57.987	8,7	13.340	5.742	30.893	2.632	5.380
Desconhecido	1.592	0,2	132	90	889	384	97

Fonte: INE, 2010b.

9.6.3 Educação

O sector da educação em Moçambique compreende quatro subsistemas principais (geral, técnico e profissional, formação de professores e educação de adultos) e quatro níveis principais (primário, secundário, médio e superior).

O ensino geral constitui a espinha dorsal do sistema de ensino, com o nível primário dividido em dois graus (EP1 e EP2) e o nível secundário igualmente subdividido em dois ciclos (ESG1 e ESG2), conforme apresentado na *Tabela 9.3*.

Em 2007 havia 1.064 estabelecimentos de ensino na Província de Cabo Delgado, dos quais:

- 78 por cento leccionavam o Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1);
- 18,7 por cento leccionavam o Ensino Primário do Segundo Grau (EP2);
- 2,6 por cento leccionavam o 1º ciclo do Ensino Secundário (ESG1); e
- 0,7 por cento leccionavam o 2º ciclo do Ensino Secundário (ESG2).

Na Província de Cabo Delgado, o nível de analfabetismo era de 66,6 por cento em 2007, o mais elevado do país, onde a média foi de 50,3 por cento (INE, 2010b) ⁽¹⁾. *Tabela 9.3* compara o nível de ensino concluído pela população com idade igual ou superior a 15 anos em 1997 e 2007 (INE, 2010d). Entre a

(1) O nível de analfabetismo refere-se à percentagem de população no grupo de 15 anos de idade ou mais que não sabem ler e escrever em qualquer idioma.

população adulta, 81,3 por cento não concluíram qualquer nível de escolaridade, 10,9 por cento concluíram o EP1 e 2,53 por cento concluíram o EP2. A proporção de pessoas que concluiu o ESG1 e ESG2 em 2007 foi de 3,3 por cento e 1,28 por cento, respectivamente (INE, 2010d).

Os elementos determinantes que contribuíram para estas estatísticas, que apontam para os baixos níveis de escolaridade, incluem instalações de ensino insuficientes para a população, número limitado de estabelecimentos de ensino que oferecem todos os níveis de ensino primário e secundário, e orçamentos do sector da educação insuficientes para fornecer recursos como professores devidamente qualificados. Estes factores contribuíram para que um elevado número de pessoas entrasse na vida adulta sem frequentar a escola, nem concluir no mínimo o primeiro nível de educação (escola primária) ou os níveis de educação subsequentes.

Tabela 9.3 *Níveis de ensino concluídos pela população da Província de Cabo Delgado (Idade Igual ou Superior a 15 anos)*

Nível de Educação concluído	Censo de 1997		Censo de 2007	
	Habitantes	%	Habitantes	%
Total	742.163	100,00	667.488	100,00
Nenhum nível	642.180	86,53	542.516	81,28
Alfabetização (ler e escrever num idioma)	1.555	0,21	2.119	0,32
EP1	65.612	8,84	72.757	10,90
EP2	22.866	3,08	16.888	2,53
ESG1	5.759	0,78	22.004	3,30
ESG2	1.622	0,22	8.540	1,28
Ensino Elementar Técnico-Profissional (EETP)	144	0,02	81	0,01
Ensino Básico Técnico Profissional (EBTP)	484	0,07	679	0,10
Ensino Médio Técnico-Profissional (EMTP)	426	0,06	535	0,08
Formação de Professores	708	0,10	897	13,4
Ensino Superior	212	0,03	672	0,10
Desconhecido	595	0,08	2.762	0,43

Fonte: INE, 2010b.

9.6.4 *Infra-estruturas Rodoviárias*

A rede rodoviária em toda a província é relativamente deficiente. Da rede de estradas total, 15 por cento são classificadas como estradas primárias e 14 por cento como estradas secundárias, enquanto a maioria (57 por cento) é classificada como estradas terciárias e as restantes como ramais. *Figura 9.4* apresentada em seguida e a *Tabela 1.3* no *Anexo G* detalham a rede rodoviária na Província de Cabo Delgado, de acordo com a classificação rodoviária oficial. As duas estradas principais que ligam a província ao resto do país são a N1 e a N14.

A N1 faz a ligação da Província de Cabo Delgado às regiões Sul e Centro do país, bem como com a Província de Nampula (Cidades de Nacala e Nampula), através dos Distritos de Eráti e Nacaroa. A N14 estabelece a ligação da Província de Cabo Delgado com a Província de Niassa. Esta estrada cruza a

N1 em Miéze, continuando em seguida para estabelecer a ligação com os Distritos de Marrupa e Majune na Província de Niassa.

A principal estrada secundária na Província de Cabo Delgado é a N380, que se estende ao longo de cerca de 259 quilómetros. Algumas secções desta estrada são pavimentadas enquanto outras não estão asfaltadas, encontrando-se em mau estado. Esta estrada faz a ligação da Cidade de Pemba com os distritos do Norte e Noroeste da província e termina em Mocímboa da Praia.

A principal estrada terciária é a R762, que tem uma extensão de cerca de 291 quilómetros. É uma estrada de terra compactada que segue na direcção Norte ao longo da costa até Palma, passando por Mocímboa da Praia. Esta estrada, em conjunto com a R775 e a R1260, ⁽¹⁾ está a ser pavimentada ⁽²⁾ entre Mocímboa da Praia e a fronteira da Tanzânia, em Namoto. Ligadas à N380, essas estradas ligam as províncias do Norte, Sul e Centro do País, estendendo-se igualmente até à Tanzânia.

9.6.5

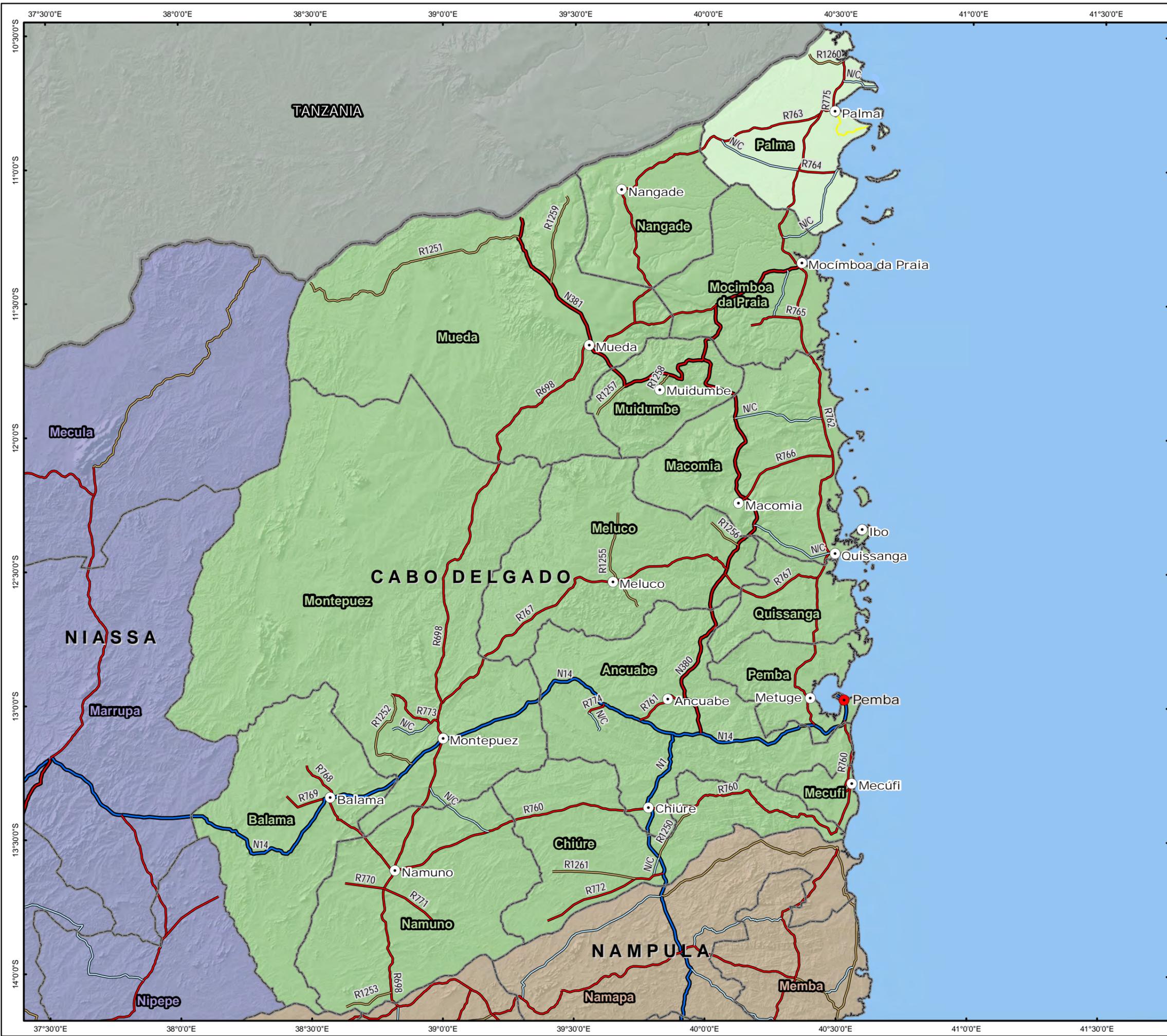
Abastecimento de água

Existem três tipos principais de abastecimento de água na Província de Cabo Delgado. Nas áreas urbanas, a água é fornecida principalmente pelo FIPAG (Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água) através de um sistema centralizado de abastecimento de água canalizada, que capta a água de poços que ficam a quase 40 km de Pemba (Distrito de Pemba-Metuge). Nas sedes dos distritos e de alguns postos administrativos a água é proveniente de pequenos sistemas de abastecimento de água canalizada, geridos pela Administração Distrital ou por operadores privados. A água destes pequenos sistemas de abastecimento é captada a partir de diferentes fontes, incluindo poços e corpos de água superficiais. Nas áreas rurais (na maioria das aldeias), a água é proveniente de nascentes, poços e furos (com bombas manuais), que são geridos pelas comunidades locais que, de acordo com a Lei de Águas, se devem organizar em Comitês de Água e Grupos de Manutenção e Reparação. Em 2010, cerca de 13 por cento dos furos com bombas manuais na província não estavam operacionais (Governo da Província de Cabo Delgado, 2010a)⁽³⁾.

(1) A R762, R775 e R1260 estabelecem a ligação entre Mocímboa da Praia e Palma, entre Palma e Quionga e entre Quionga e Namoto (na fronteira estabelecida pelo Rio Rovuma com a Tanzânia), respectivamente.

(2) Fevereiro de 2013.

(3) De um modo geral, os furos com bombas manuais não estão operacionais devido a avarias nas bombas, falta de água derivada de defeitos de construção ou de lençol de água insuficiente ou baixa qualidade da água (água salobra).



Legenda

- Sede do Distrito
- Cidade Capital de Cabo Delgado

Estradas

- Primária
- Secundária
- Terciária
- Local
- Não-Classificada

■ Afungi Project Site

▬ Fronteira com a Tanzania

Província

- Cabo Delgado
- Niassa
- Nampula

▭ Limite do Distrito

■ Distrito de Palma

Área do Projecto

Escala no Mapa Principal:

Título:

**Figura 9.4:
Rede de Estradas na Província
de Cabo Delgado**

Cliente:

Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

en

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 1 500 000
Desenho: Fig 9.4_Rede de Estradas na Província de Cabo Delgado.mxd		Rev: A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Projecção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: DIVA-GIS, Impacto, 2012.
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3

9.6.6

Níveis de pobreza

A *Tabela 9.4* revela os resultados das avaliações de pobreza da Província de Cabo Delgado em três períodos, entre 1996 e 2009. As avaliações são baseadas em padrões de consumo e despesas para uma "cesta básica de alimentos" (Ministério do Plano e Desenvolvimento de Moçambique, 2010). No período de 2002 a 2003, a província apresentava o terceiro mais elevado nível de pobreza no País (63,2 por cento). As províncias de Inhambane e Maputo apresentavam o maior (80,7 por cento) e o segundo maior (69,3 por cento) nível de pobreza em todo o país.

Os níveis de pobreza na Província de Cabo Delgado diminuíram para 37,4 por cento no período compreendido entre 2008 a 2009. Este valor foi menor que a média nacional (54,7 por cento) e o nível médio para o Norte de Moçambique (46,5 por cento) para o mesmo período. A redução em 25,8 por cento nos níveis de pobreza provinciais pode ser parcialmente atribuída a uma melhor campanha agrícola realizada em 2008-2009, que melhorou os padrões de consumo das famílias, bem como a melhorias no acesso aos serviços públicos e a infra-estruturas, principalmente à infra-estrutura de transportes que aumentou o acesso às redes de comercialização. ⁽¹⁾.

Tabela 9.4 *Incidência da Pobreza na Província de Cabo Delgado, Norte de Moçambique e no País*

Localização	Níveis de pobreza (%)		
	1996-1997	2002-2003	2008-2009
Província de Cabo Delgado	57,4	63,2	37,4
Norte de Moçambique	66,3	55,3	46,5
Nacional	69,4	54,1	54,7

Fonte: Ministério do Plano e Desenvolvimento de Moçambique, 2010.

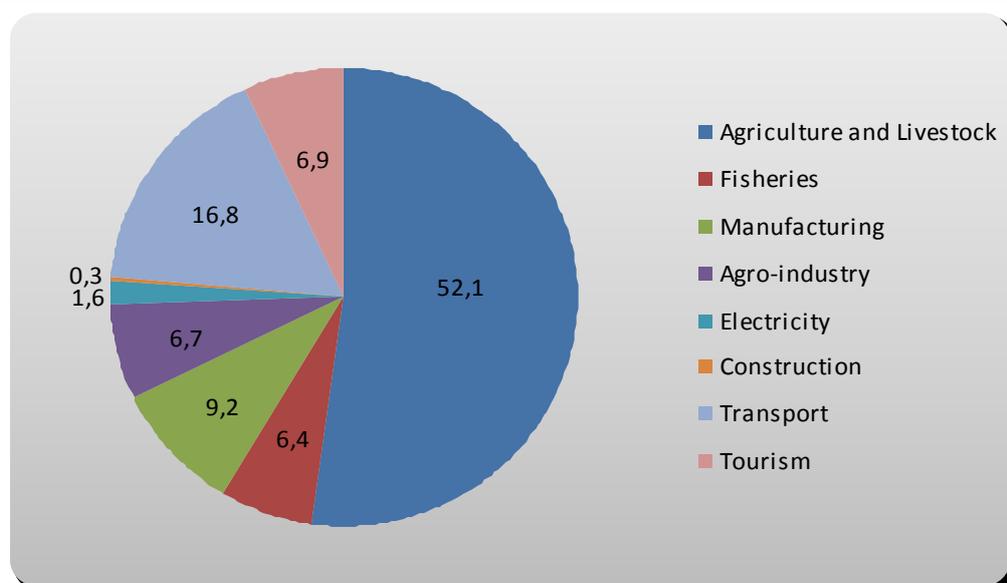
9.7

PROVÍNCIA DE CABO DELGADO: ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Na Província de Cabo Delgado realiza-se uma série de actividades económicas, sendo os sectores da agricultura (52 por cento), dos transportes (16,8 por cento) e da indústria transformadora (9,2 por cento), os principais contribuintes (Governo da Província de Cabo Delgado, 2010a). A *Figura 9.5* e a *Tabela 1.2 no Anexo G* fornecem uma visão geral do sector económico e da sua contribuição para a produção global da província no ano de 2010. Cada actividade é descrita pormenorizadamente mais adiante.

(1) O relatório da "Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional" não analisa em detalhe os factores que influenciaram a redução da pobreza a nível provincial.

Figura 9.5 *Contribuintes para a Produção Global na Província de Cabo Delgado (% em MT)*



Fonte: Governo da Província de Cabo Delgado, 2010a.

9.7.1 *Agricultura*

A economia da Província de Cabo Delgado é dominada pela agricultura de subsistência. As actividades agrícolas compreendem a produção de culturas agrícolas e a criação de animais, sendo a maioria destas actividades empreendida para fins de subsistência. As principais culturas alimentares produzidas são o milho, mapira, o arroz, a meixoeira, os feijões, o amendoim, a mandioca e a batata-doce. As famílias só comercializam produtos agrícolas nos mercados locais quando há um excedente na produção. As culturas de rendimento incluem o caju, o gergelim e o algodão (consultar a *Tabela 9.5*). No entanto, a produção de algodão tem diminuído nos últimos anos devido à queda dos preços nos mercados internacionais. Nas áreas costeiras, o coco é cultivado tanto para auto-consumo como para venda no mercado local e regional (Governo da Província de Cabo Delgado, 2010a). A maior parte da actividade agrícola é levada a cabo pelo sector familiar que pratica a agricultura de corte e queimada num regime de sequeiro, pois a maioria dos agricultores utiliza o trabalho manual não havendo quaisquer sistemas de irrigação para culturas.

Tabela 9.5 *Produção agrícola na Província de Cabo Delgado, 2010*

Culturas	Área cultivada em 2010 (ha)	Produção (t)
<i>Culturas Alimentares</i>		
Milho	260.959	369.199
Mapira	129.487	109.307
Arroz	67.869	80.428
Meixoeira	9.169	6.418
Feijões	112.399	141.588
Amendoim	77.795	63.705
Mandioca	326.432	1.281.316

Culturas	Área cultivada em 2010 (ha)	Produção (t)
Batata-doce	11.061	24.752
Hortícolas	6.820	6.584
<i>Culturas de Rendimento</i>		
Caju	1.305.385*	10.846 **
Algodão	35.589	16.453
Gergelim	35.019	18.895

Fonte: Governo da Província de Cabo Delgado, 2010a.

9.7.2

Transportes

O sector de transportes provincial é impulsionado principalmente pelo porto de Pemba e pelas operações do aeroporto, incluindo o transporte de cargas e passageiros por vários pequenos e médios operadores privados que operam na província. Do ponto de vista regional, o sector de transportes envolve ligações principalmente com as províncias do Norte, nomeadamente Nampula e Niassa, e também para a fronteira com a Tanzânia, utilizando a fronteira natural proporcionada pelo Rio Rovuma.

As instalações portuárias de Pemba são um dos principais pontos de entrada de mercadorias na província e o principal ponto de exportação, embora alguma carga chegue à província ou seja exportada através do porto de Nacala, na Província de Nampula, a Sul de Cabo Delgado. Passageiros domésticos e internacionais (principalmente turistas) chegam diariamente ao Aeroporto Internacional de Pemba.

O porto e o aeroporto também são pontos logísticos importantes para os navios e aeronaves, apoiando as actividades de desenvolvimento petrolífero e de hidrocarbonetos. A importância do sector de transportes para a economia da província (o segundo maior contribuinte) é influenciada pelas actividades de desenvolvimento de petróleo e hidrocarbonetos realizadas por empresas internacionais que exercem a sua actividade na Província de Cabo Delgado. Esta situação é discutida com maior detalhe na *Secção 9.7.7*.

9.7.3

Indústria Transformadora

Na Província de Cabo Delgado o sector da indústria transformadora está pouco desenvolvido e concentrado na Cidade de Pemba e nos distritos de Montepuez e Mueda que, em conjunto, representam 58 por cento de todos os empreendimentos da indústria de transformação da província. A maioria destas indústrias corresponde a operações de pequena escala destinadas aos mercados domésticos. As indústrias incluem o processamento de milho, a produção de sal, a panificação e o fabrico de mobiliário. Indústrias que são orientadas para a exportação incluem o processamento de castanha de caju e de algodão, conforme ilustra a *Tabela 9.6*.

Em 2007/2008, várias empresas industriais interromperam as suas actividades, particularmente a fábrica de mármore de Montepuez a par de

algumas unidades industriais voltadas para a produção de mobiliário, processamento de sumos e frutos secos e o processamento da castanha de caju, têxteis e sisal ⁽¹⁾ (Governo de Cabo Delgado, 2010c).

Tabela 9.6 *Produção Industrial na Província de Cabo Delgado, 2010*

Produto	Unid.	Produção
Farinha de milho	Toneladas	251.752
Sal	Toneladas	13.150
Pão	MT	72.530.000
Castanha de caju	Toneladas	332
Mobiliário	MT	10.250

Legenda:

MT: Metical da Nova Família

Fonte: Governo de Cabo Delgado, 2010b.

9.7.4 *Comércio e Exportação*

Na Província de Cabo Delgado o comércio não está devidamente desenvolvido. Em 2010, existiam 1.466 lojas urbanas e 292 grossistas, localizados principalmente em Pemba e nos outros três municípios de Montepuez, Mueda e Mocímboa da Praia e nas sedes distritais. Nas áreas rurais, o comércio é apoiado por 960 lojas rurais, 4.269 comerciantes rurais informais e vendedores de rua (Governo da Província de Cabo Delgado, 2010c).

A Província de Cabo Delgado é um dos principais exportadores de algodão (em bruto e semente) e madeira (toros e madeira moída) em Moçambique. Em 2009, as exportações de madeira e semente de algodão produziram receitas na ordem dos 599.722.724 Meticais (Governo da Província de Cabo Delgado, 2010a). Em 2010, o valor das exportações da província aumentou 18 por cento, para 710.829.756 Meticais, devido às exportações de algodão em bruto e madeira. A *Tabela 9.7* apresenta os volumes dos produtos exportados em 2009.

Tabela 9.7 *Exportações da Província de Cabo Delgado, 2009*

Produto	Unidade	Quantidade Exportada
Madeira (madeira serrada)	m ³	32.908
Madeira (madeira em toros)	m ³	5.742
Pedras Preciosas	kg	17,73
Holotúrias	Toneladas	11,88
Semente de algodão	Toneladas	10.425
Algodão em bruto	Toneladas	7.437
Conchas ⁽²⁾	Toneladas	36
Castanha de caju	Toneladas	5,5

(1) Os principais factores que influenciam negativamente o desenvolvimento da indústria na Província de Cabo Delgado são a falta de mão-de-obra qualificada, um ambiente de negócios pouco favorável para os operadores privados, a falta de fornecimento de bens e serviços complementares e o funcionamento precário de infra-estruturas tais como o porto e os sistemas de distribuição de água e energia (Governo da Província de Cabo Delgado, 2010c).

(2) Uma parte das conchas é exportada como objectos decorativos e a outra como matéria-prima para a construção e para a indústria relacionada com o vestuário.

Produto	Unidade	Quantidade Exportada
Lagosta	Toneladas	2

Fonte: Governo da Província de Cabo Delgado, 2010b.

9.7.5

Turismo

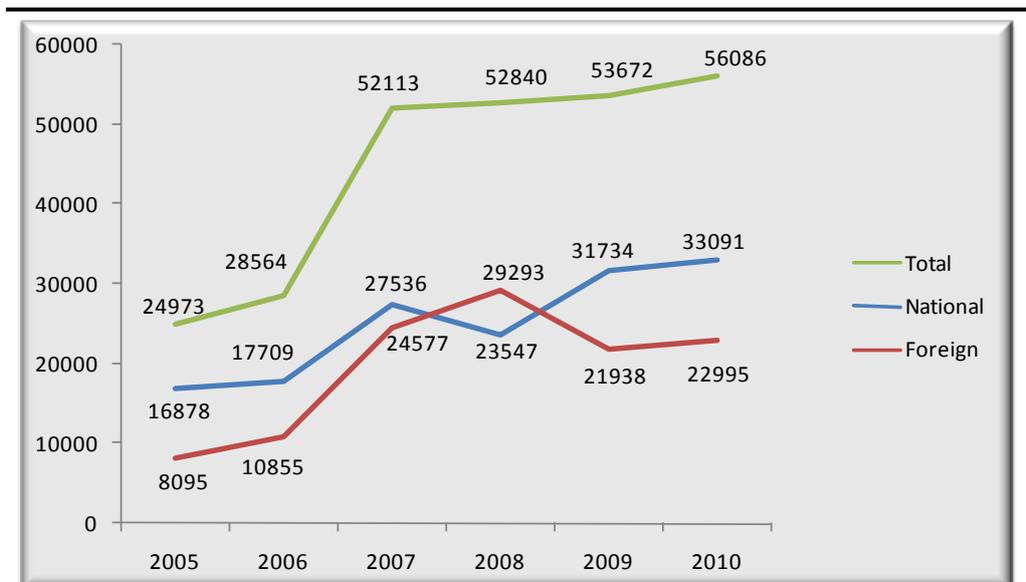
O turismo é um contribuinte importante para a economia da província e tem potencial de expansão. Em 2010, este sector contribuiu com sete por cento para a economia da província, gerando igualmente 10 por cento das receitas fiscais. Entre 2005 e 2010, o número de hóspedes nacionais e estrangeiros em hotéis e pousadas locais cresceu 125 por cento (de 24.973 hóspedes em 2005 para 56.086 em 2010) (Governo da Província de Cabo Delgado, 2010a; 2010d).

Figura 9.6 revela que o número de turistas nacionais caiu entre 2007 e 2008, mas tem registado um crescimento constante até 2010. O número de turistas estrangeiros cresceu 269 por cento, entre 2006 e 2008, mas diminuiu entre 2008 e 2009 devido à crise financeira global. O sector começou a mostrar novos sinais de recuperação em 2010, conforme revelado na *Figura 9.6*.

O potencial de crescimento do sector do turismo está limitado pela falta de instalações de alojamento de alta qualidade. Estima-se que cerca de 74 por cento dos alojamentos na província sejam de baixa qualidade (com a classificação de 1 a 2 estrelas). Geralmente, os viajantes em negócios, nacionais e internacionais, utilizam estabelecimentos de três a cinco estrelas, particularmente os que estão situados em Pemba. As instalações de quatro e cinco estrelas estão localizadas principalmente nas ilhas do Arquipélago das Quirimbas e na Cidade de Pemba ⁽¹⁾. Estas instalações são utilizadas por turistas internacionais com rendimentos altos, que procuram um ambiente natural remoto e preservado. As instalações de quatro e cinco estrelas representam 12,5 por cento de todos os hotéis e alojamentos na província, mas totalizam 27 por cento de todas as camas da província (Ver *Tabela 9.8*).

(1) Dos nove estabelecimentos turísticos classificados com quatro e cinco estrelas existentes na Província de Cabo Delgado, dois estão na Cidade de Pemba e sete no Arquipélago das Quirimbas (dois dos quais na área de jurisdição do Distrito de Palma).

Figura 9.6 *Turistas Nacionais e Estrangeiros na Província de Cabo Delgado, 2005 - 2010*



Fonte: Governo da Província de Cabo Delgado, 2010^a; 2010d.

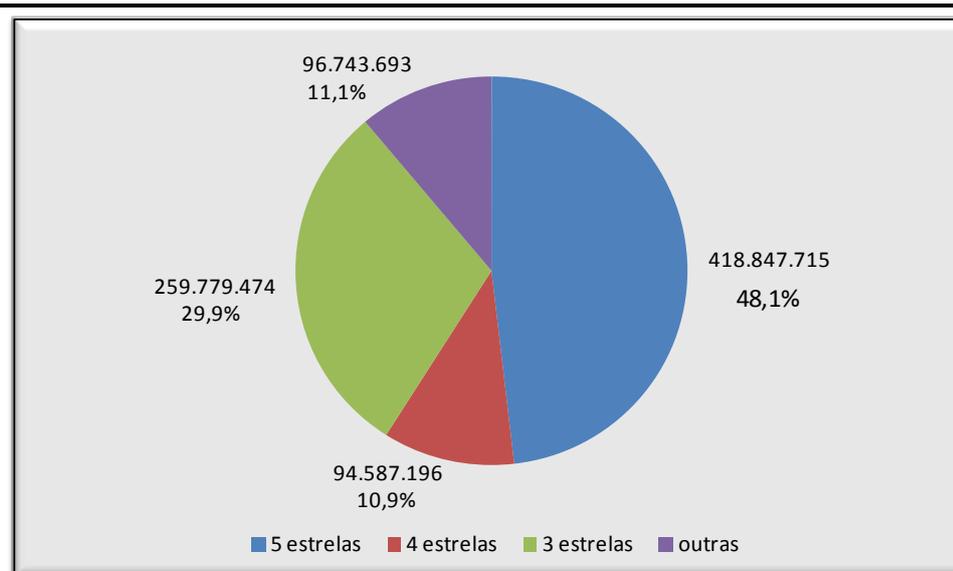
Tabela 9.8 *Alojamento Turístico na Província de Cabo Delgado, 2008 - 2010*

Classificação	Estabelecimentos /Camas	2008	2009	2010	
				Nº.	%
5 Estrelas	Estabelecimentos	2	2	4	5,6
	Camas	234	234	288	20,1
4 Estrelas	Estabelecimentos	4	4	5	6,9
	Camas	74	74	97	6,8
3 Estrelas	Estabelecimentos	8	9	10	13,9
	Camas	298	304	338	23,6
< 3 estrelas	Estabelecimentos	47	51	53	73,6
	Camas	602	630	709	49,5
Total	Estabelecimentos	61	66	72	100,0
	Camas	1208	1242	1432	100,0

Fonte: Governo da Província de Cabo Delgado, 2010^a; 2010d.

Até 2010, o investimento em instalações turísticas correspondeu a 869.958.078 MT, dos quais 59 por cento foram realizados por estabelecimentos de quatro e cinco estrelas (*Figura 9.7*). Entre 2008 e 2010, o emprego no sector cresceu 47 por cento como resultado do aumento do número de estabelecimentos durante este período.

Figura 9.7 Estrutura do Investimento Turístico na Província de Cabo Delgado, 2010



Fonte: Direcção Provincial do Turismo de Cabo Delgado, 2011.

A fim de continuar a desenvolver o sector do turismo, o Governo desenvolveu o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) ⁽¹⁾. O plano tem como objectivo estabelecer as actividades turísticas prioritárias, definir produtos e mercados, identificar as Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APITs) e avaliar a base de recursos turísticos e o potencial papel da conservação para o turismo. Na Província de Cabo Delgado, foram identificadas duas APITs:

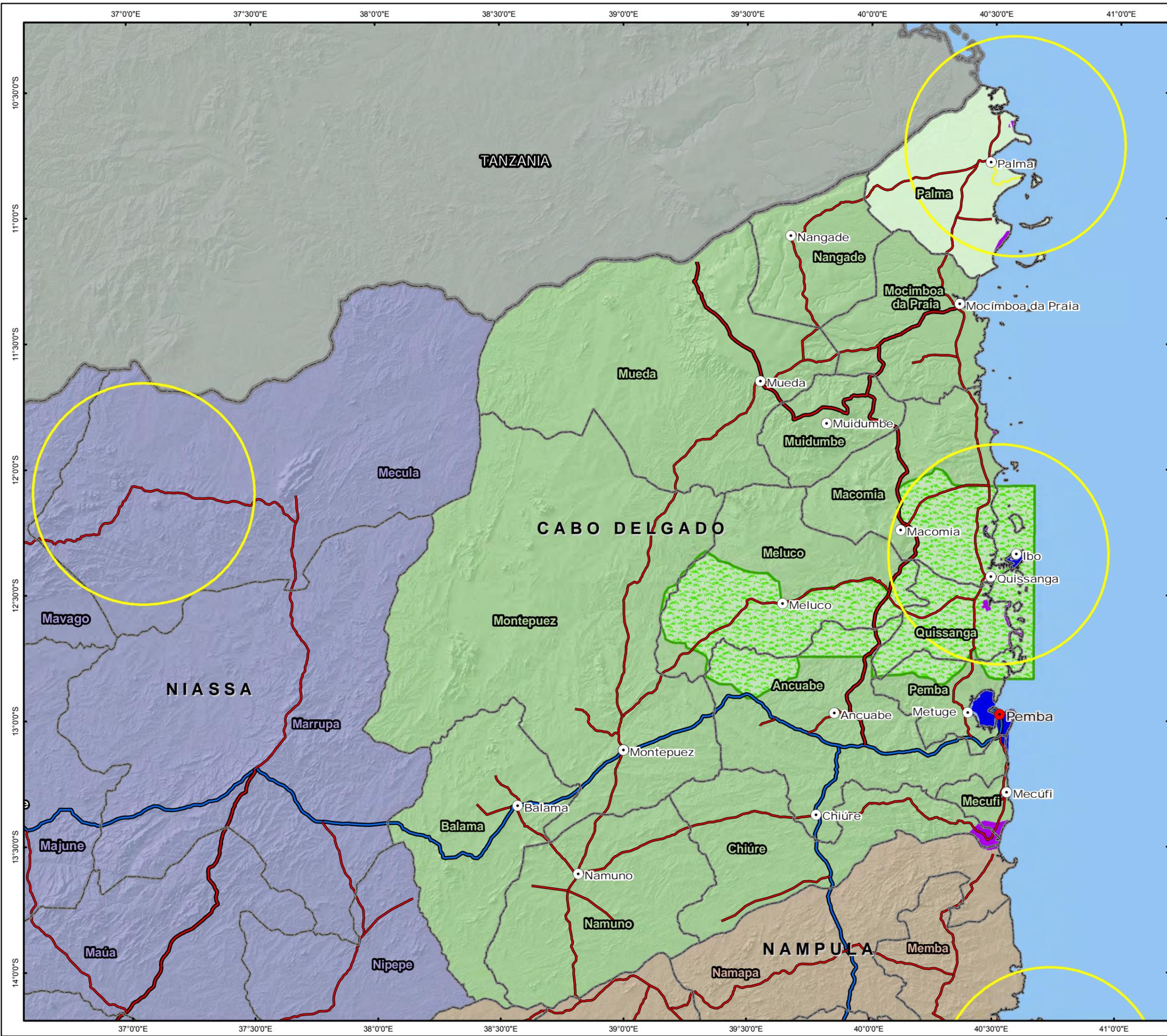
- A APIT Tipo A/B de Pemba-Quirimbas; e
- A APIT Tipo B da Costa Norte de Cabo Delgado ⁽²⁾.

Estas áreas estão ilustradas na *Figura 9.8*. A APIT da Costa Norte de Cabo Delgado inclui o Distrito de Palma e integra os seguintes interesses-chave, que podem ser desenvolvidos como atracções turísticas:

- cultura (arte e artesanato, dança e outras expressões culturais);
- ecologia (fauna, flora e diversidade florestal);
- beleza paisagística (Baía do Rovuma, farol de Quionga, baía de Palma, ilhas - ver a *secção 9.8.1*, nota de rodapé 2, lagoas de Nangade e Lidede e áreas húmidas do Distrito de Palma);
- desportos náuticos (pesca recreativa e mergulho); e
- desportos em terra (safaris fotográficos, caça, pesca de água doce e canoagem).

(1) Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, 2004-2013.

(2) O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) define as APITs do tipo A / B como "destinos com limitado nível de desenvolvimento do turismo" e as APITs do tipo B como "destinos com um alto potencial turístico, mas não desenvolvidos".



Legenda

- Sede do Distrito

Estradas

- Primária
- Secundária
- Terciária

- Local do Projecto em Afungi
- Fronteira com a Tanzania
- Limite do Distrito

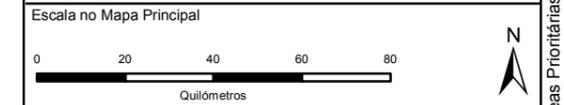
Provincia

- Cabo Delgado
- Niassa
- Nampula

Distrito de Palma

Parque Nacional das Quirimbas

- Plano do Governo Provincial – 2009 – 2013
- Plano das Áreas Prioritárias para Investimento no Turismo 2004 – 2013
- Áreas Prioritárias para Investimento no Turismo – Arco Norte Projecto 2006 – 2010



Título:
Figura 9.8:
Áreas Prioritárias para Investimento no Turismo na Provincia de Delgado

Cliente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 1 600 000

Desenho: Fig 9.8_Áreas Prioritárias para Investimento no Turismo na Provincia de Delgado.mxd	Rev: A
---	-----------

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84	Dimensão:
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.	A3
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI	

Pesca de Artesanal

A pesca artesanal é o único subsector da indústria pesqueira que contribui para a economia da província. Os outros subsectores das pescas estão activos a Sul da província e, em termos de actividade comercial, a pesca industrial do atum ocorre para além das 12 milhas náuticas sem qualquer contributo directo para a economia da província⁽¹⁾.

A pesca artesanal e as actividades relacionadas com a indústria pesqueira constituem uma parte importante das actividades de subsistência da população da província, particularmente para aqueles que residem nas zonas costeiras, embora o seu contributo para a economia da província seja baixo, equivalente a 6,4 por cento. A maioria das pessoas envolvidas na pesca artesanal são pescadores de subsistência, que pescam para o consumo familiar (desempenhando assim um papel importante para a segurança alimentar dos envolvidos) e vendem o excedente localmente. Apenas um número reduzido de pescadores artesanais está mais orientado para o mercado, usando barcos, artes de pesca e tecnologias mais apropriadas.

Conforme demonstrado na *Tabela 9.9* a pesca artesanal envolve 32.392 pescadores, dos quais 76 por cento do sexo masculino e 24 por cento do sexo feminino (Recenseamento Nacional de Pesca Artesanal, 2007). De entre os pescadores artesanais, 44 por cento usam barcos, 29 por cento pescam sem barcos, 22 por cento são recolectores (por exemplo, de mariscos) e cinco por cento enquadram-se na categoria “diversos”⁽²⁾. Conforme mencionado anteriormente, a maioria da pesca artesanal é realizada para o consumo familiar, sendo o excedente normalmente vendido a vizinhos e nos mercados locais. Alguns dos grandes desafios colocados aos pescadores artesanais que procuram orientar-se mais para o mercado é a deficiente rede rodoviária para a comercialização do pescado e a falta de meios de refrigeração para o transporte de produtos frescos. Por conseguinte, a maior parte do pescado é seca ou fumada, como meio de conservação.

As capturas de pescado comercializadas e registadas em 2010 corresponderam a 2.598 toneladas, indicando um crescimento de 17 por cento em comparação com 2009 (ver a *Tabela 9.10*, Portal do Governo de Cabo Delgado a/b/d). De acordo com o Instituto de Investigação Pesqueira⁽³⁾, as capturas em Cabo Delgado aumentaram de 11.558 t em 2009 para 18.059 em 2011, o que se deve parcialmente ao facto de em 2011 terem sido monitoradas mais duas artes de pesca⁽⁴⁾. Deste modo, as capturas através das artes de pesca utilizadas por pescadores artesanais na província parecem ser relativamente estáveis durante

(1) A Secção G2 do Anexo G fornece uma visão geral do quadro legal e da abordagem legal e estratégia do Governo para o sector das pescas, focando especificamente no subsector da Pesca Artesanal.

(2) Estas são as quatro principais categorias de pescadores identificados para o subsector da Pesca Artesanal (Recenseamento Nacional de Pesca Artesanal, 2007).

(3) O Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) é a instituição nacional responsável pela estimativa de capturas, esforço de pesca e taxas de captura em cada arte de pesca

(4) Artes de pesca referem-se ao equipamento de pesca (por exemplo, rede de arrasto, linha de mão) utilizado.

este período, apesar de um crescimento mais sólido na rede de arrasto para praia (de 5.909 t em 2009 para 7.033 em 2011) e na rede de emalhe de superfície (de 2.582 t em 2009 para 3.586 em 2011). Estatisticamente, a pesca à linha continua a ser a arte de pesca com maior esforço de pesca e menor taxa de captura (13 kg/dia), enquanto a rede de emalhe cercadora/rede de cerco apresenta a maior taxa de captura (144 kg/dia).

Tabela 9.9 *Número de Pescadores de Pequena Escala na Província de Cabo Delgado*

	Homens	Mulheres	Homens/Mulheres
Total	24.609	7.783	32.392
Pescadores com barcos	14.209	52	14.261
Permanentes	12.666	34	12.700
Eventuais	1.543	18	1.561
Pescadores sem barcos	5.660	3.801	9.461
Linha de mão	2.479	16	2.495
Arpão	1.796	1.082	2.878
Quinias (1)	725	2.232	2.957
Gamboas (2)	470	448	918
Chicocota (3)	26	23	49
Tarrafa (4)	164		164
Mergulhadores	1.404	6	1.410
Recolectores	3.336	3.924	7.260

Legenda:

- (1) Rede de pequeno porte arrastada por duas pessoas
- (1) Barreira vertical fixa na zona entre-marés
- (1) Rede/armadilha, de forma cónica, fixa em zonas com corrente
- (1) Rede de arremesso

Fonte: Recenseamento Nacional de Pesca Artesanal, 2007.

Tabela 9.10 *Volume de Peixe Comercializado em Cabo Delgado (2008-2010)*

	2008 (t)	2009 (t)	2010 (t)
Total	1.646	2.919	2.598
Peixe	1.124	1.452	1.507
Camarão	87	111	131
Lagosta	84	142	153
Caranguejo	18	19	26
Holotúria	48	83	99
Ostra		79	91
Polvo e lula	195	219	425
Outro	91	113	166

Fonte: Portal do Governo de Cabo Delgado a/b/d.

Pesca Industrial e Semi-industrial

Na Província de Cabo Delgado e na área onde o Projecto exerce as suas actividades na Área 1 e Área 4 não há registo, a nível nacional, de quaisquer actividades de pesca industrial e semi-industrial. A nível nacional, os praticantes da pesca industrial e semi-industrial concentram-se na captura do camarão de superfície, do camarão de profundidade e na pesca à linha. Estes

tipos de pesca estão principalmente confinados a Sul da latitude 16°S, a mais de 440 quilómetros do limite Sul das Áreas 1 e 4.

De acordo com um relatório do sector das pescas (Fenesty et al., 2011), em 2010 havia duas embarcações industriais e 27 embarcações semi-industriais de pesca à linha, orientadas para a captura de peixes demersais (peixe de fundo), ao longo da costa de Moçambique. Todas estas eram embarcações nacionais que reportaram uma captura total de 626 t em 2010. A captura era constituída por marreco (*Chrysoblephus puniceus*), cachucho (*Polysteganus coeruleopunctatus*, *Cheimerus nufar*), peixe-serra (*Scomberomorus commerson*), garoupas e outras (*Epinephelus sp.* e outros), peixe-pedra (*Pomadasys kaakan*), entre outras espécies de peixes demersais e pelágicos. O sector industrial e semi-industrial abastecem os mercados domésticos e Sul-africano (principalmente o Sul Africano). Estes pescadores estão principalmente baseados no Sul de Moçambique, a uma distância considerável da Província de Cabo Delgado e do Distrito Palma. No entanto, alguns destes pescadores operam ocasionalmente na Área 1 ou na zona adjacente a esta (em áreas como Beira e Quelimane e, ocasionalmente, Angoche, na Província de Nampula). Além disso, pode ocorrer alguma pesca esporádica à linha a Norte da latitude 16°S, mas esta está normalmente limitada a profundidades compreendidas entre 25 a 200 metros (Almeida, 2005; Impacto, 2008).

Pesca Comercial do Atum

O Oceano Índico contribui com 24% da produção anual de atum do mundo, sendo considerada a segunda zona de pesca mais importante do mundo, depois do ocidente e parte central do Oceano Pacífico (ADNAP, 2013). O Ocidente do Oceano Índico (incluindo Moçambique) é responsável por cerca de todas as capturas de atum do Oceano Índico (ADNAP, 2013).

A Comissão de Atum do Oceano Índico (IOTC) ⁽¹⁾ é uma organização intergovernamental criada no contexto do Artigo XIV da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), da qual Moçambique recentemente se tornou membro. O seu mandato consiste na gestão de populações de atum e outros da família do atum (*Thunnidae*) do Oceano Índico e zonas adjacentes (Impacto, 2009). Existem acima de 8.000 embarcações de pesca de atum autorizadas e registadas na IOTC (ADNAP, 2013).

A pesca industrial do atum é permitida ao longo da costa Leste de Cabo Delgado, onde a Área 1 está localizada, no âmbito do acordo de parceria de pesca entre a União Europeia (UE) e a República de Moçambique. Nos termos do acordo, 75 navios da UE estão autorizados a pescar ao largo da costa de Moçambique, dentro da Zona Económica Exclusiva (ZEE) mas para além do limite de 12 milhas náuticas (aproximadamente 21,6 km) (Figura 9.9). Esta actividade comercial tem um impacto pouco significativo na economia de

(1) Países com contratos na IOTC: União Europeia, Austrália, China, Comoros, Eritreia, Filipinas, França (*), Índia, Irão, Japão, Madagáscar, Malásia, Maurícias, Oman, Paquistão, Kenya, Reino Unido(*), República da Korea, Seychelles, Sri Lanka, Sudão, Tailândia e Vanuatu.

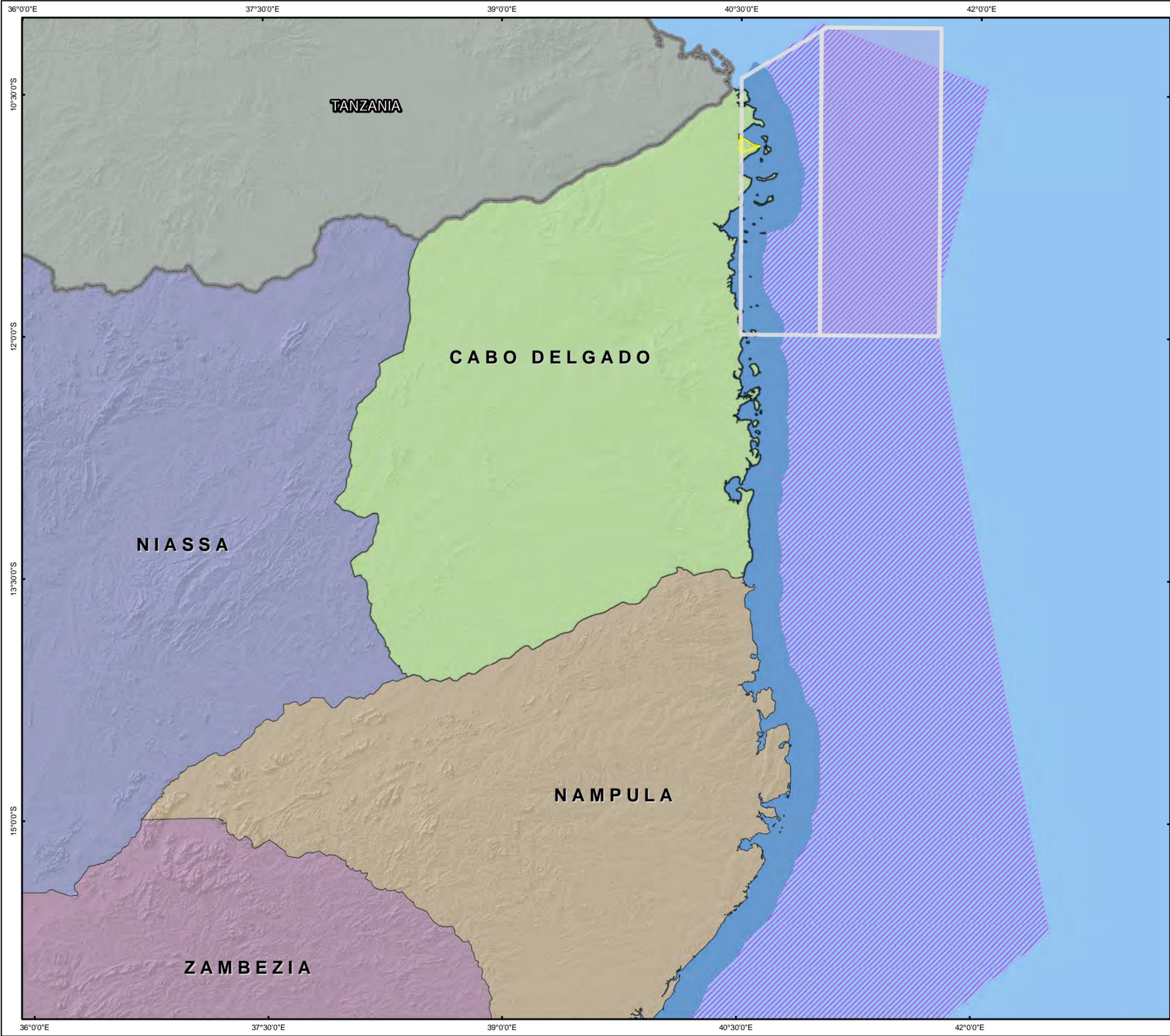
(*) Representando os seus territórios ultramarinos que existem na região

Cabo Delgado pois as licenças são emitidas pelo Ministério das Pescas ao nível do governo central e as capturas permanecem em alto mar. Os países abrangidos nos termos do protocolo incluem Espanha, Portugal, França, Itália e Grécia, sendo o atum a principal espécie capturada pelos navios da UE. O acordo estabelece uma cota anual de capturas de 10 mil toneladas de peixe pelos barcos da UE. Adicionalmente, foram assinados outros dois contractos com associações atuneiras na Europa e Japão, beneficiando 50 embarcações (ADNAP, 2013).

Assim, no âmbito deste acordo, a pesca comercial tem lugar dentro da parte oriental da Área 1. Historicamente, no entanto, os esforços da pesca comercial na Área 1 são reduzidos, comparativamente com as actividades de pesca em águas mais profundas mais a Leste (Impacto, 2010). Metade da frota da UE é constituída por palangreiros e a outra metade por cercadores. Os dados dos diários de bordo, fornecidos por esta frota à Administração das Pescas de Moçambique, revelam que os navios operam na ZEE de Moçambique em média quatro meses por ano. Durante o resto do ano, os navios que operam na ZEE são provenientes de países da região Oeste do Oceano Índico, incluindo Maurícias, Madagáscar, Seicheles e Comores. Isto deve-se ao facto do atum ser uma espécie de peixe migratória e as frotas perseguirem cardumes através de várias ZEEs.

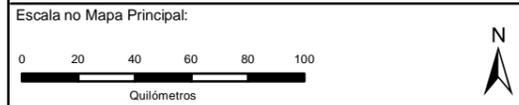
Em 2012, o Governo de Moçambique concedeu direitos para a pesca de atum no interior das 12 milhas de águas territoriais e nas 200 milhas da sua ZEE à Oceanfresh Seafood Division, uma subsidiária do Grupo Britânico Lonrho. Os direitos foram concedidos por um período de cinco anos, durante o qual a Oceanfresh Seafood Division está autorizada a pescar 12,000 toneladas de atum por ano.

De acordo com um relatório (Impacto, 2008), quando os navios estão na ZEE, a sua localização depende da posição das concentrações das espécies-alvo. Isto é principalmente influenciado pela localização e abundância de recursos alimentares (pequenos peixes pelágicos, cefalópodes e crustáceos pelágicos) (Potier *et al.*, 2004). Em Moçambique há evidências que sugerem que a localização e a abundância de recursos alimentares-alvo mudam drasticamente de ano para ano. A *Figura 9.10* distribuição das actividades pesqueiras da frota atuneira na ZEE de Moçambique, incluindo as áreas adjacentes às Áreas 1 e 4.



Legenda

- Local do Projecto em Afungi
- Fronteira com a Tanzania
- Provincia**
 - Cabo Delgado
 - Niassa
 - Nampula
 - Zambezia
- Área 1
- Área 4
- Áreas de Pesca Permitidas para Barcos da União Europeia
- Zona de Exclusão



Título:
Figura 9.9:
 Zona de Pesca Industrial onde a União Europeia Apresenta Direitos de Pescar em Moçambique

Ciente:

Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

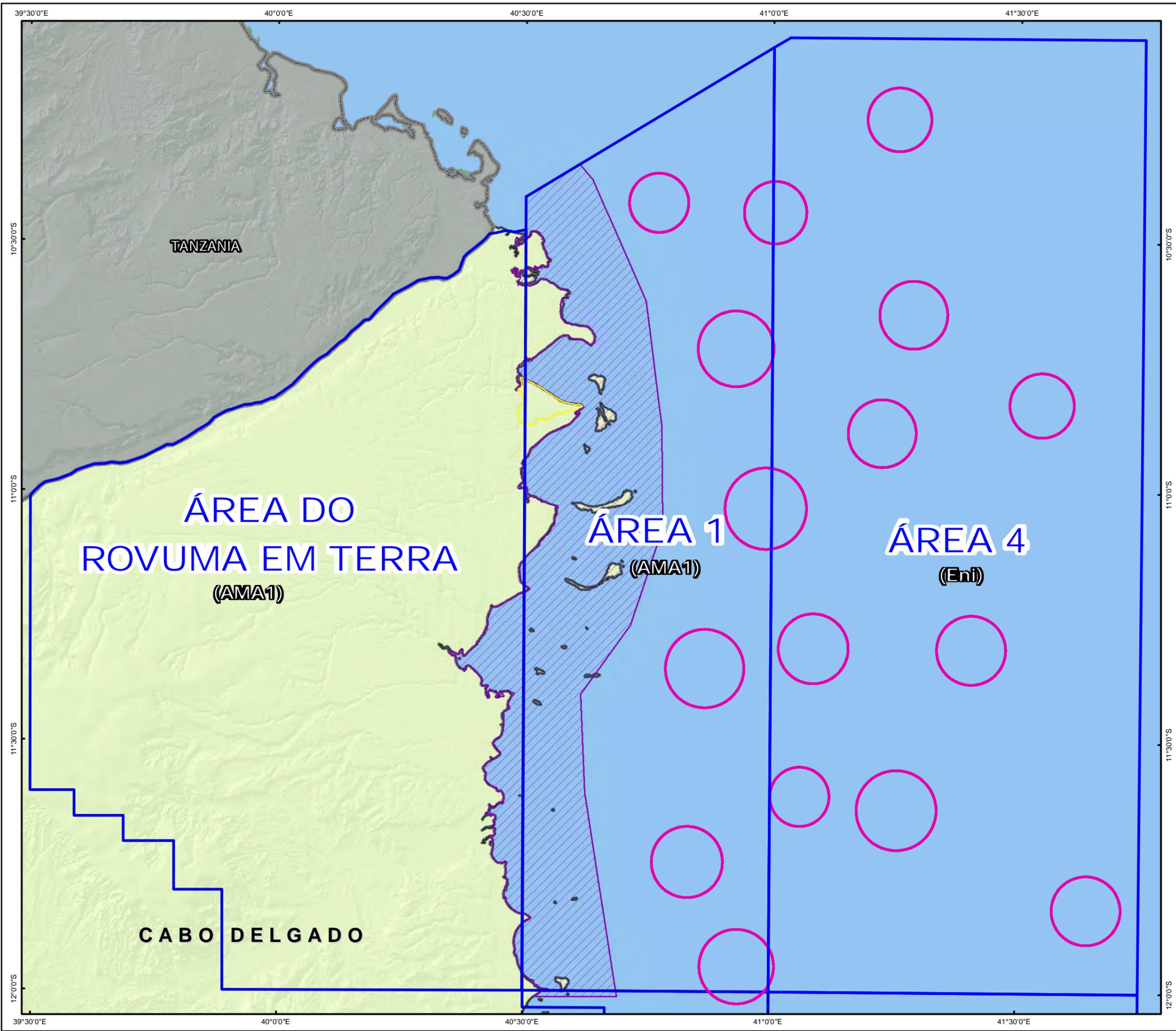
Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 2 500 000

Desenho: Fig 9.9_Zona de Pesca Industrial onde a União Europeia Apresenta Direitos de Pescar em Moçambique.mxd	Rev: A
---	-----------

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Impacto
Projetos e Estudos Ambientais

Projecção: UTM Zona 37S Datum: WGS84	Dimensão:
Fonte: DIVA-GIS, Impacto, 2012.	A3
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI	



Legenda

- Campos de Pesca de Atum (Cercadores e Palangreiros Industriais)
- Campos de Pesca Artesanal
- Áreas de Concessão
- Local do Projecto em Afungi
- Fronteira com a Tanzania

Provincia

- Cabo Delgado



Título:
Figura 9.10: Distribuição de Barcos de Pesca de Atum em relação à Área do Projecto

Cliente:

Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 800 000

Desenho:
Fig 9.10_Distribuição de Barcos de Pesca de Atum em relação à Área do Projecto.mxd

Rev: A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Impacto
Projectos e Estudos Ambientais

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84	Dimensão
Fonte: DIV-GIS. Impacto, 2012.	A3
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI	

Em 2009 e 2010 as capturas foram estimadas em 3.000 t por ano (*Tabela 9.11*), o que representa um decréscimo de 54 por cento comparativamente às capturas de 2008 (6.549 t). À semelhança das estatísticas globais, a maior parte das capturas de atum (60-80 por cento) é constituída por albacoras (*Thunnus albacares*) e gaiados (*Katsuwonus pelamis*). O remanescente das capturas inclui outras espécies de atum, tubarão e espadim. Todo o atum capturado em águas moçambicanas é enviado para os mercados de exportação por meio de operações de transbordo, realizadas no mar ou nos portos de Seychelles e Maurícias e, portanto, não entra em Moçambique.

Tabela 9.11 *Estimativas da Captura do Atum para a Frota Internacional que Opera em Moçambique em 2009 e 2010*

Espécies	Captura em 2009 (toneladas)	Porcentagem 2009	Captura em 2010 (toneladas)	Porcentagem 2010
Voador	100,4	3	86	3
Patudo	168,8	5	134	5
Albacora	805,4	26	1.024	35
Gaiado	1.844,1	60	764	26
Outros	168,3	5	933	32
Total	3.087	100	2.941	100

Fonte: Compilação da base de dados da Administração Nacional das Pescas (ADNAP)

Outra Pesca Industrial

A pesca do camarão de profundidade tem lugar a cerca de 600 quilómetros da Área 1 e Área 4, no Banco de Sofala; este banco tem início na costa perto de Angoche, na Província de Nampula, e estende-se até o Rio Save, a Sul da Cidade da Beira, na fronteira entre as Províncias de Sofala e Inhambane. Estes pescadores capturam anualmente entre 800 e 1.000 toneladas de camarão enquanto os pescadores de camarão de superfície capturam uma média de 5.000 a 8.000 t por ano.

De momento, não existe indústria de processamento de atum no país e os benefícios provém apenas das taxas de licenciamento da pesca. Reconhecendo a importância da pesca de atum para o país e pretendendo maximizar os benefícios para o país, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pescaria de Atum em Moçambique (PEDPA) em Julho de 2013, na sua 22ª Sessão Ordinária (veja *Anexo G, Secção G1.3*). Algumas das principais acções deste plano estratégico incluem:

Para pesca de pequena escala:

- Dirigir a pesca semi-industrial e artesanal à captura de atum e espécies afins.
- Definição de tecnologias de pesca (artes de pesca) apropriadas para a pesca do atum.
- Promoção do consumo de atum fresco e sua fauna acompanhante.
- Estabelecimento de uma indústria local de processamento de atum.

Para pesca industrial:

- Estabelecimento de uma industria local de processamento de atum, nos principais portos de pesca (tais como Nacala para os cerqueiros e Maputo para os palangreiros), que também contribuiria para dar maior valor acrescentado ao produto final, para efeitos de exportação.
- Promoção de uso dos portos locais para transbordo e desembarques, com parte do pescado para consume interno.
- Promoção do consumo de atum fresco e sua fauna acompanhante.
- Dinamização da criação de uma frota industrial nacional ou estrangeira, baseada localmente, dedicada à pesca do atum.
- Obrigatoriedade de descarga de uma percentagem da fauna acompanhante de atum nos portos nacionais.

9.7.7

Exploração e Produção de Hidrocarbonetos

Entre 2005 e 2006, o Governo de Moçambique começou a criar blocos de concessão para a exploração de hidrocarbonetos, em terra e em alto mar, na Bacia do Rovuma. Desde então, várias empresas internacionais têm realizado actividades de pesquisa sísmica em muitos destes blocos, (ver a *Figura 9.11*), tendo identificado reservas significativas de gás natural.

Até à data, os efeitos positivos dos projectos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos no país sobre a economia têm sido mais visíveis ao nível do governo central, para o qual são direccionados os requerimentos para a realização de diversas actividades e o pagamento referente aos respectivos licenciamentos. A *Tabela 9.12* seguinte resume o tipo de taxas exigidas, que devem ser pagas pelas empresas que realizam actividades de prospecção e exploração nos sectores dos minerais, petróleo e gás natural, nas diferentes fases de desenvolvimento de um projecto. Estas incluem várias taxas de licenciamento, taxas de produção (direitos de exploração) e outras tributações (ITIE - a Iniciativa de Transparência na Indústrias Extractiva, 2008).

Tabela 9.12 *Impostos e Taxas Relevantes Exigidos pelo Governo de Moçambique às Actividades das Empresas de Exploração e Produção de Minerais e Hidrocarbonetos*

Pagamentos	Sector Mineral	Sector do Petróleo e Gás
Taxa de licença	Reconhecimento Prospecção e pesquisa Concessão mineira Certificado mineiro	Reconhecimento Pesquisa Oleodutos e gasodutos
Imposto de superfície	Dependendo da área	N/A
Imposto sobre produção	3-10 %	Gás: 6 % Petróleo: 10 % 32 %
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC)		
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS)	Variável	Variável
Dividendos	Se o governo for um accionista	Se o governo for um accionista

Fonte: ITIE, 2008

Tabela 9.13 seguinte apresenta o contributo dos mega-projectos de desenvolvimento na área de minérios, petróleo e hidrocarbonetos para o total da receita em Moçambique. Entre 2008 e 2011, a receita gerada a partir das actividades de exploração e de outras actividades relacionadas com o desenvolvimento dos recursos aumentou de 2.144,3 para 2.803,3 milhões de meticais (Banco de Moçambique, 2009, 2010, 2011). O mais importante a salientar é que a contribuição do sector do petróleo e gás, no âmbito da participação de mega-projectos, aumentou substancialmente de 8,2 por cento em 2008 para quase 30 por cento em 2011.

Tabela 9.13 Contribuição de Mega-projectos para a Receita Nacional 2008-2011

	2008		2009		2010		2011	
	Milhões MT	%						
Produção de energia	455,4	21,2	786,0	50,5	1.374,5	45,4	778,4	27,8
Pesquisa de petróleo e gás	176,6	8,2	133,6	8,6	833,8	27,6	836,1	29,8
Exploração de recursos minerais	965,2	45,0	233,7	15,0	341,4	11,3	746,1	26,6
Outro	547,2	25,5	404,5	26,0	476,4	15,7	442,7	15,8
Total de Mega-projectos	2.144,3		1.557,8		3.026,1		2.803,3	
Total País	39.190,1		47.565,0		63.566,1		81.119,2	
Contribuição de Mega-projectos (%)	5,5		3,3		4,8		3,5	

Fonte: Banco de Moçambique

Estes dados não estão separados de acordo com os contribuintes relevantes (por exemplo, licenças, direitos de exploração, impostos), ao longo de todo o período em análise, ou em termos de distribuição de receitas a nível do governo provincial.

A nível provincial os efeitos são sentidos em alguns sectores que prestam serviços a actividades de exploração de petróleo e hidrocarbonetos em curso, tais como o porto e o aeroporto de Pemba, os transportadores de cargas, os fornecedores grossistas (alimentos, combustíveis e outros) e os operadores turísticos (alojamento e restauração) ⁽¹⁾.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a contribuição dos megaprojectos para o crescimento do valor acrescentado nacional⁽²⁾, entre 2003 e 2010, foi de 4 pontos percentuais (FMI, 2011). Estima-se que entre 2013

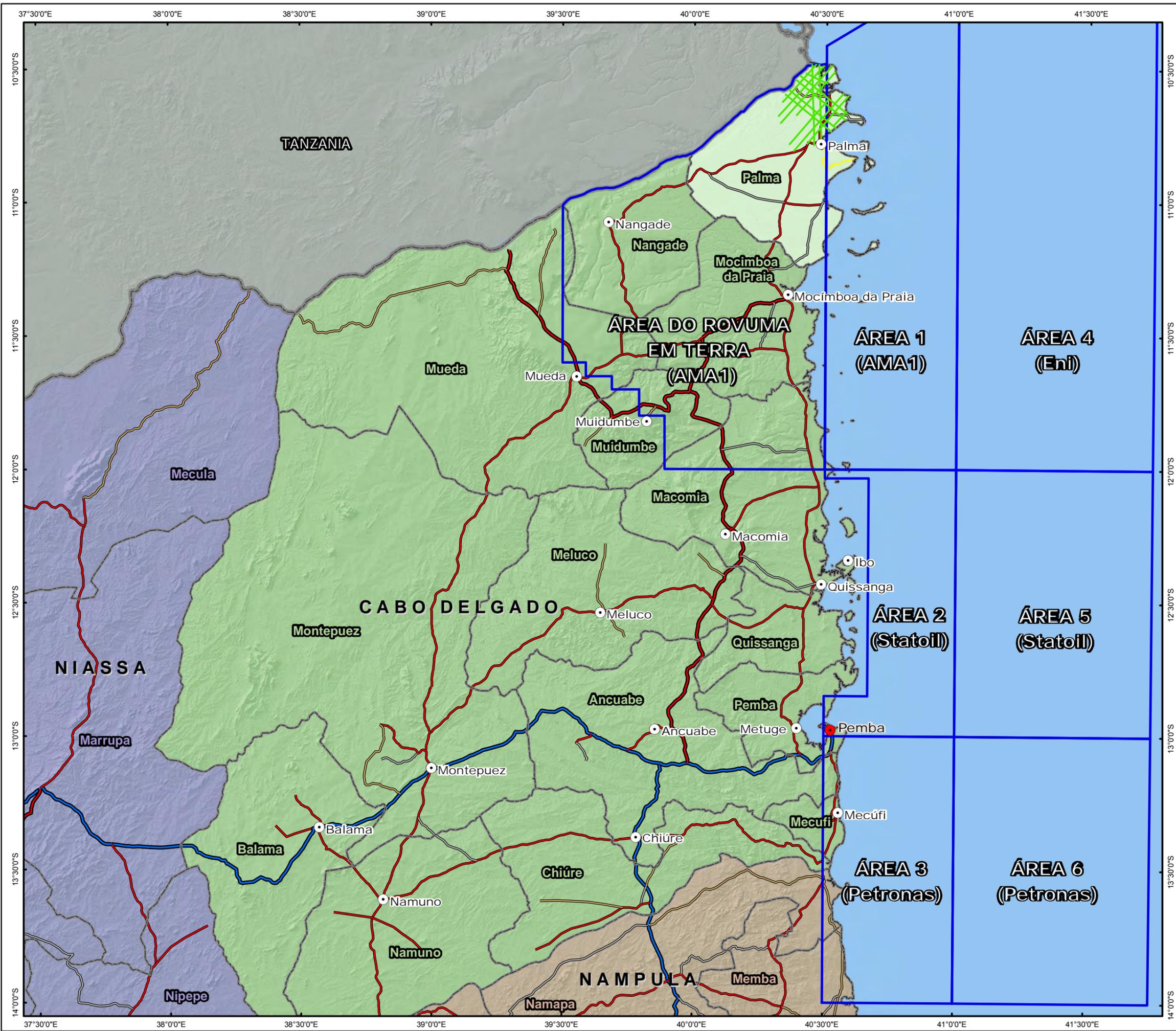
(1) O Governo de Cabo Delgado identifica, no seu relatório anual de 2010, um crescimento em 253% no sector e que o maior movimento de navios no Porto de Pemba é derivado de actividades relacionadas à exploração de petróleo e gás (Portal do Governo de Cabo Delgado).

(2) Valor Acrescentado Nacional é definido como a diferença entre o produto bruto de um sector de actividade e o custo dos seus factores intermediários.

e 2015, o crescimento irá variar entre 8 a 11 por cento, um aumento de 3 por cento devido aos megaprojectos ⁽¹⁾.

Ao nível do distrito os efeitos positivos das actividades de pesquisa e desenvolvimento de petróleo e hidrocarbonetos ocorrem principalmente através da aquisição de bens e serviços locais no Distrito de Palma e na região Norte de Cabo Delgado. As oportunidades de emprego até à data têm sido amplamente focadas no trabalho temporário não-qualificado para actividades de exploração em terra e para algumas actividades de apoio ao estabelecimento do Local do Projecto em Afungi. O Projecto teve o cuidado de garantir que as oportunidades de emprego fossem especificamente direccionadas para os homens e mulheres das comunidades directamente afectadas pelas actividades do Projecto.

(1) Os Megaprojetos considerados pela análise do FMI foram a produção e distribuição de electricidade, a produção de alumínio, a extracção de gás natural, a extracção de carvão e outros projectos de mineração.



Legenda

- Sede do Distrito
- Cidade Capital de Cabo Delgado
- Linha Sísmica

Estradas

- Primária
- Secundária
- Terciária
- Local
- Não – Classificada

- Áreas de Concessão
- Local do Projecto em Afungi
- Fronteira com a Tanzania
- Limite do Distrito
- Distrito de Palma

Provincia

- Cabo Delgado
- Niassa
- Nampula

Área do Projecto

Escala no Mapa Principal:
0 20 40 60 80
Quilómetros

Título:
Figura 9.11: Blocos na Bacia do Rovuma estabelecidos para a Produção & Exploração de Hidrocarbonetos

Cliente:
Anadarko **eni**
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 1 500 000
Desenho: Fig 9.11_Blocos na Bacia do Rovuma com Exploração de Hidrocarboneto.mxd		Rev: A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Projecção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3

Distrito de Palma

Moçambique está dividido, a nível político e administrativo, em 11 províncias e cada província está dividida em distritos. O Governo de Moçambique segue esta divisão geográfica com um governo central sediado em Maputo, compreendendo diferentes ministérios sectoriais, bem como um governo provincial sediado em cada capital de província que também integra diferentes direcções provinciais sectoriais.

O Distrito de Palma está localizado a Nordeste da Província de Cabo Delgado, conforme apresentado na *Figura 9.1*. O distrito é limitado a Norte pelo Rio Rovuma, estabelecendo a fronteira com a Tanzânia; outras fronteiras do Distrito de Palma são: o Distrito de Nangade, a Oeste, o Distrito de Mocímboa da Praia, a Sul, e o Oceano Índico, a Leste.

O Distrito de Palma é composto por quatro Postos Administrativos, seis Localidades e várias aldeias, conforme descrito na *Tabela 9.14* e ilustrado na *Figura 9.2*. O Local do Projecto em Afungi está integrado no Posto Administrativo de Palma e na Localidade de Mute ⁽¹⁾. A área administrativa do distrito alarga-se para as nove ilhas ⁽²⁾ ao largo da costa do distrito, cada uma delas pertencendo a um posto administrativo (dependendo da posição geográfica da ilha).

Tabela 9.14 *Distrito de Palma, Postos Administrativos e Localidades*

Postos Administrativos	Localidades
Palma	Palma -Sede; Mute
Olumbe	Olumbe-Sede; Quissengue
Pundanhar	Nhica do Rovuma
Quionga	Quirinde

A actual estrutura política e administrativa do Distrito de Palma é resultante do processo de descentralização iniciado pelo Governo de Moçambique no ano 2000, que reorganizou o estado ao nível local ⁽³⁾ e iniciou a integração das autoridades comunitárias na organização política local. O *Anexo G* fornece algum contexto histórico e informações de base sobre esta organização política e administrativa, em particular a organização da comunidade, bem como o respectivo enquadramento legal.

(1) As fronteiras mapeadas dos postos administrativos de Palma e Olumbe não coincidem com os limites reais. A base de dados utilizada para a preparação de mapas provem de uma fonte oficial (CENACARTA), mas, no caso desses dois postos administrativos, há discrepâncias quando comparados com os limites reais, como observado durante a Avaliação Social e confirmado pelas autoridades distritais. Não há sinais de que essas discrepâncias correspondam a disputas entre os dois postos administrativos.

(2) Quatro são consideradas "grandes ilhas" (Tecomaji, Rongui, Vamizi e Metundo) e cinco "pequenas ilhas" (Quifuqui, Queramimbi, Quissingula, Vumba e Suavo).

(3) A lei 8/2003 de Órgãos Locais do Estado - LOLE, o Decreto 11/2005, o Regulamento da LOLE e o Decreto 11/2012, que revê a Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio. É também de notar que, com excepção dos presidentes dos municípios, que são eleitos, os outros órgãos do governo local são nomeados de acordo com as regras do aparelho de Estado.

Figura 9.12 ilustra a estrutura de organização política e administrativa do Distrito de Palma, considerando os níveis do território (desde o nível distrital até ao nível de aldeia) e as diferentes estruturas e representantes envolvidos na administração governamental ao nível distrital (governo/órgãos estatais/comunidade e autoridades consultivas) ⁽¹⁾.

Figura 9.12 *Organização Política e Administrativa do Distrito de Palma*

Nível do Território	Governo	Aparelho de Estado	Autoridade Comunitária	Sociedade Civil Gestão Comunitária	Estrutura Consultiva
Distrito	Administrador Secretário Permanente Directores Serviços Dist.	Gabinete Administrador Secretaria Distrital Serviços Distritais			Conselho Consultivo do Distrito
Posto Administrativo	Chefe do Posto Administrativo	Secretaria Administrativa		Fóruns Locais	Conselho Consultivo do P.A.
Localidade	Chefe da Localidade	Secretaria Administrativa		Comités Comunitários	
Provoação Aldeia	Chefe da Aldeia	Conselho Administrativo	Líder da Aldeia (3º escalão) Adjunto do Líder Chefes das Zonas	Comités Comunitários	

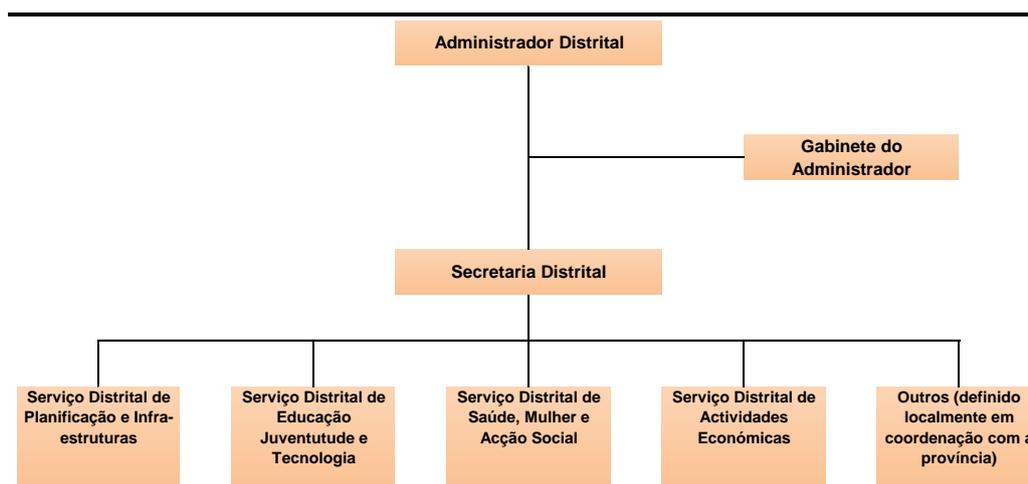
Fonte: Impacto, 2012

O distrito é dirigido pelo Administrador de Distrito, que é apoiado por um Secretário Permanente e pelos Directores dos Serviços Distritais (*Figura 9.13*). O número mínimo de directores que apoiam o Administrador Distrital é de quatro, incluindo o Director de Planificação e Infra-estruturas; o Director das Actividades Económicas; o Director da Educação, Juventude e Tecnologia; e o Director da Saúde, Mulher e Acção Social. A estrutura da organização dos serviços que compõem o sistema administrativo do distrito é ilustrada na *Tabela 1.4* no *Anexo G*.

Até à publicação do Decreto n.º 11/2012, a autoridade formal do estado a nível distrital terminava ao nível da localidade, mas entretanto foi alargada ao nível da aldeia através da nomeação de chefes de aldeia pelo Administrador Distrital. A Localidade de Mute é actualmente administrada pelo presidente da localidade, uma posição que já existia antes da aprovação do Decreto n.º 8/2003 e Decreto n.º 11/2005. Algumas destas posições são consideradas políticas, havendo por conseguinte uma forte ligação (formal, embora não definida em termos jurídicos) entre o partido que está no poder e os quatro níveis do governo estatal local.

(1) As células em branco significam que, embora estas estruturas estejam previstas para cada um dos níveis administrativos indicados (de acordo com a legislação aplicável), estas estruturas não estão implementadas no caso do Distrito de Palma.

Figura 9.13 Estrutura de Governação no Distrito de Palma



Fonte: Impacto, 2012 (com base no Decreto n.º 6/2006, aprovado pelo Conselho de Ministros)

Abaixo do nível do governo distrital, as estruturas de governação formais compreendem, por ordem hierárquica, o chefe de posto administrativo, o chefe de localidade e o chefes de aldeia, cada um dos quais supervisionando os níveis administrativos inferiores, conforme apresentado na Figura 9.12.

9.8.2 *O Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)*

Na altura em que foi compilada a presente situação de referência não havia qualquer autoridade estatal baseada nas aldeias que se enquadram no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante. As autoridades comunitárias eram representadas por um Líder da Aldeia e por um assistente, conforme observado nas aldeias de Quitupo, Senga e Maganja. Cada uma destas aldeias possui alguns assentamentos dispersos chefiados por um Chefe de Zona, que reporta ao respectivo Líder da Aldeia.

9.9 *DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI: INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRECTA*

9.9.1 *Perfil Demográfico*

Distrito de Palma

Com uma superfície de 3.576 km² e uma densidade populacional de 13,5 habitantes/km² o Distrito de Palma tinha, no ano de 2007, uma população de 48.318 habitantes, representando três por cento da população total da Província de Cabo Delgado. A Tabela 9.15 fornece uma visão geral dos indicadores sociais para o Distrito de Palma. Os dados disponíveis do censo mais recente são provenientes do Censo de 2007, publicado em 2010 pelo INE.

Tabela 9.15 Indicadores Sociodemográficos do Distrito de Palma em 2007

	Distrito de Palma (%)	Província de Cabo Delgado (%)
Número de pessoas por AF (agregado familiar)	3,71	4,1
Mulheres	50,1	51,6
População urbana	0,0	20,8
População rural	100	77,6
Densidade demográfica	13,4	19,4
Crescimento populacional 1997-2007 (%)	1,37	1,9
Pessoas com idade superior a 15 anos que não concluíram qualquer nível de ensino	88,13	81,28
Percentagem de AF com acesso a electricidade	0,6	3,3
Percentagem de AF com acesso a água canalizada	0,2	5,0
Percentagem de AF com acesso a um furo ou poço c/ bomba	27,6	24,8
Percentagem de AF com acesso a uma fossa séptica com latrinas melhorada	1,2	3,05

Fonte: Governo da Província de Cabo Delgado, 2010e.

Em 2007, as mulheres representavam 50,1 por cento da população do Distrito de Palma (INE, 2010e). O distrito é rural; as aldeias são pequenas e sujeitas a um nível de urbanização insignificante, sendo a única excepção a Vila de Palma, correspondente à sede distrital, que nos últimos anos tem verificado algum crescimento na sua parte alta ao longo da estrada nacional ⁽¹⁾. O número médio de pessoas por agregado familiar correspondia a 3,71, o que é inferior à dimensão média dos agregados familiares em toda a província. Esta diferença pode estar relacionada com o carácter rural do distrito; nas áreas rurais, o casamento precoce é comum, levando as pessoas a saírem de casa com uma idade jovem ⁽²⁾ (As Secções 9.2.1 e 9.13.1 apresentam discussões detalhadas a este respeito).

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Incluindo Senga e Maganja)

Com base no Inquérito ao Agregado Familiar, realizado em Janeiro de 2012 como parte da Avaliação Social, a dimensão média dos agregados familiares no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja) é de 4,1 pessoas. Há mais mulheres do que homens na área (52,2 por cento e 47,8 por cento, respectivamente). As esposas são em média dez anos mais novas do que os seus maridos, reflectindo os casamentos precoces para as mulheres. Aproximadamente 91 por cento dos agregados familiares são chefiados por homens, enquanto apenas nove por cento são chefiados por mulheres. Este é um nível reduzido de representação feminina em

(1) Apesar disso, em 2007, o Censo (INE) considerou a Vila de Palma como sendo rural, tendo assim classificado o distrito como sendo 100 por cento rural.

(2) Ao longo do trabalho de campo realizado entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2012, a equipa socioeconómica observou uma série de ritos de iniciação para raparigas jovens, que marcam a sua passagem para a idade adulta.

comparação com o nível provincial, onde 29 por cento dos agregados familiares são chefiados por mulheres.

Tabela 9.16 apresenta o resumo de alguns indicadores demográficos considerados para o Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja), comparando-os com os dados do Distrito de Palma provenientes do Censo de 1997.

Tabela 9.16 *Indicadores Sociodemográficos dos Agregados Familiares Inquiridos no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)*

Indicador	Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Inquérito ao Agregado Familiar de 2012)	Distrito de Palma (Censo de 1997)
Número médio de pessoas no agregado familiar	4,14	3,71
Número médio de homens	1,98	1,85
Número médio de mulheres	2,16	1,86
Mulheres (%)	52,2	49,9
População rural (%)	100,0	100,0
Densidade demográfica	38,3	13,4
Idade média do chefe do agregado	47	-
Idade média da esposa	37	-
Agregados familiares com acesso a electricidade (%)		
Agregados familiares com acesso a água canalizada (%)	0,0	0,0
Agregados familiares com acesso a um furo ou poço c/ bomba (%)	62,1	27,6
Agregados familiares com acesso a fossa séptica com latrina melhorada (%)	0,0	3,05

Fonte: Impacto, 2012 e INE (Dados do Censo do Distrito de Palma), 2010.

A população do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja) é relativamente jovem, sendo que 39 por cento da população tem idade inferior a 14 anos. A população restante (idade superior a 15 anos) totaliza 61 por cento (*Figura 1.1* no Anexo G).

9.9.2 *Distribuição da População*

Distrito de Palma

A população do distrito tende a concentrar-se nas zonas costeiras (*Tabela 9.17 e Figura 9.14*). Palma e Olumbe (este último a Sul da Vila de Palma) localizam-se no litoral e são os postos administrativos mais povoados: 54 por cento da população do distrito reside no Posto Administrativo de Palma sendo Olumbe o segundo mais populoso, com 26 por cento.

Em 2007, o Posto Administrativo de Palma apresentou uma densidade populacional mais elevada do que o distrito; com 28,6 habitantes/km² contra 13,51 habitantes/km² no distrito em 2007, seguido de Quionga com 10,4 habitantes/km² e Olumbe com 10 habitantes/km². O Posto Administrativo interior de Pundanmar apresentava a densidade populacional mais baixa (4,2 habitantes/km²) dentro do Distrito de Palma. As maiores concentrações populacionais verificam-se na Vila de Palma e nas aldeias de Olumbe, Maganja, Quiwia e Quionga.

Tabela 9.17 Densidade Populacional por Posto Administrativo (2007)

Distrito/Postos Administrativos	População Total	Área de Superfície (km²)	Densidade Demográfica
Distrito	48.318	3.576	13,5
Palma	26.073	921,6	28,6
Olumbe	12.549	1.251,3	10,0
Pundanmar	3.49	795,9	4,2
Quionga	6.347	609,3	10,4

Fonte: INE, 2010f.

A população do Distrito de Palma cresceu 1,37 por cento/ano entre 1997 e 2007, conforme revelado na *Tabela 9.18*. Este valor é inferior ao valor relatado de 1,9 por cento para a província. A taxa de crescimento da Província de Cabo Delgado é afectada pelas taxas de crescimento de áreas urbanas, como a Cidade de Pemba e outros municípios dentro da província. De acordo com as previsões para 2012, a população totaliza 41.438 habitantes, correspondendo a um crescimento de 1,26 por cento entre 2007 e 2012, uma ligeira queda em comparação com o período anterior (INE, 2009g; INE, 2010h) ⁽¹⁾.

Conforme ilustrado na *Tabela 9.18* entre 1997 e 2007, o crescimento populacional oscilou nos Postos Administrativos e nas respectivas localidades⁽²⁾. Nos Postos Administrativos de Palma e Pundanmar, o crescimento foi superior à média provincial, a uma taxa de 2,4 e três por cento, respectivamente. Para a Localidade de Mute, o crescimento populacional foi superior, correspondendo a 3,5 por cento. Nos Postos Administrativos de Olumbe e Quionga o crescimento foi abaixo da média e até mesmo negativo, no caso de Olumbe (-0,4 por cento). Na Localidade de Quissengue houve um crescimento negativo de 2,1 por cento.

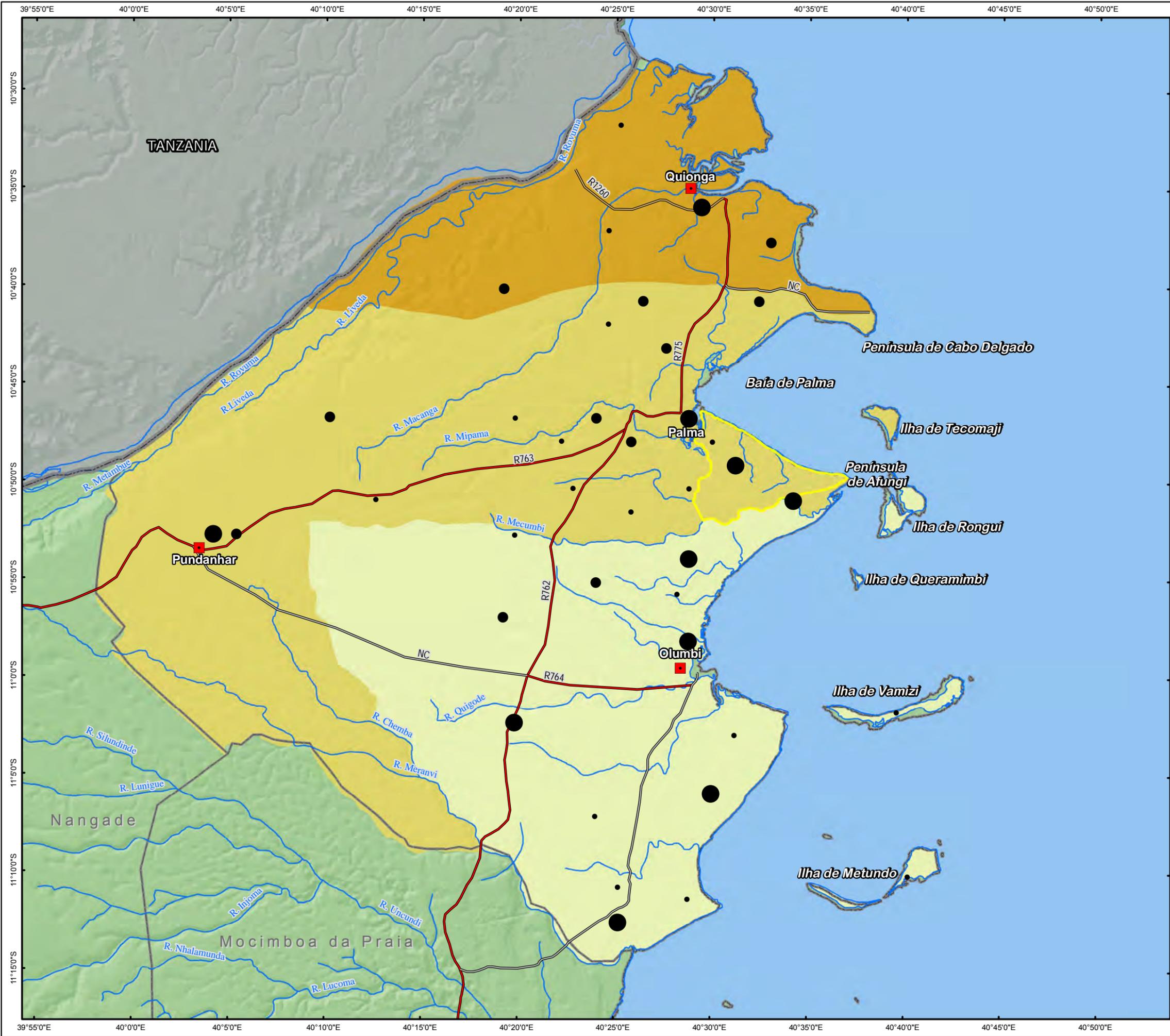
(1) O INE apenas fornece a taxa de crescimento projectada para o período de 2007 a 2012 para o nível distrital. Os números da população projectada para o ano de 2012, por posto administrativo e vila, foram calculados pela aplicação, de forma linear, da taxa de crescimento de 1,26 por cento projectada pelo INE para o distrito.

(2) A informação existente não permite qualquer análise das razões que explicam as variações entre os Postos Administrativos e Vilas. Há vários factores que poderiam explicar as diferentes taxas de crescimento.

Tabela 9.18 *População do Distrito de Palma (1997 - 2012)*

Posto Administrativo	Localidade	Censo de 1997			Censo de 2007				Projeção de 2012 **				
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Taxa de crescimento	Total	Homens	Mulheres	Taxa de crescimento	
Palma	Palma-Sede	13.131	6.635	6.496	15.673	7.664	8.009	1,8	16.685	8.308	8.377		
	Mute	7.395	3.651	3.744	10.400	5.133	5.267	3,5	11.072	5.513	5.558		
	Total PA	20.526	10.286	10.240	26.073	12.797	13.276	2,4	27.757	13.822	13.935		
Olumbe	Olumbe-Sede	7.315	3.543	3.772	7.598	3.691	3.907	0,4	8.089	4.028	4.061		
	Quissengue	6.140	3.259	2.881	4.951	2.784	2.167	-2,1	5.271	2.625	2.646		
	Total PA	13.455	6.802	6.653	12.549	6.475	6.074	-0,7	13.359	6.652	6.707		
Pundanhar	Nhica do	2.489	1.277	1.212	3.349	1.631	1.718	3,0	3.565	1.775	1.790		
	Rovuma												
	Total PA	2.489	1.277	1.212	3.349	1.631	1.718	3,0	3.565	1.775	1.790		
Quionga	Quirinde	5.712	2.860	2.852	6.347	3.192	3.155	1,1	6.757	3.365	3.392		
	Total PA	5.712	2.860	2.852	6.347	3.192	3.155	1,1	6.757	3.365	3.392		
TOTAL DO DISTRITO		42.182	21.225	20.957	48.318	24.095	24.223	1,37	51.438	25.614	25.824		1,26

Fonte: INE, 2009g; INE, 2010h).



Legenda

- Sede do Distrito
- Sede do Posto Administrativo
- Rios

Estradas

- Terciária
- Local
- Não – Classificadas

- Local do Projecto em Afungi
- ▭ Fronteira com a Tanzania
- ▭ Limite do Distrito

Província

- Cabo Delgado

Densidade Populacional

- < 500
- 501 - 1000
- 1000 - 5000

Densidade Populacional (Hab/km²)

- 1 - 2
- 3 - 4
- 5 - 11

ESCALA NO MAPA PRINCIPAL:
 0 5 10 15 20
 Quilómetros

TÍTULO:
**Figura 9.14:
 Distribuição da População no
 Distrito de Palma**

CLIENTE:
Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

DATA: Oct 2013	VERIFICADO: IE	PROJECTO: 0133576
DESENHO: AB	APROVADO: KG	ESCALA: 1 : 330 000
DESENHO: Fig 9.14 _Distribuição da População no Distrito de Palma.mxd		REV: A

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projecção: UTM Zona 37 S Datum: WGS84
 Fonte: Bing Maps ©2010 Microsoft Corporation. DIVA-GIS.
 Impacto, 2012. Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

DIMENSÃO:
 A3

Localidade de Mute

O Local do Projecto em Afungi está situado no Posto Administrativo de Palma, na Localidade de Mute ⁽¹⁾, a Sudeste da Vila de Palma (*Figura 9.2*). A Localidade de Mute é composta por várias aldeias, a maioria das quais está localizada ao longo da estrada R762 (que se estende de Mocímboa da Praia até à Vila de Palma). Outras aldeias estão localizadas ao longo da estrada não-classificada, que inicia no cruzamento da estrada R762 e se estende na direcção Leste para a aldeia de Maganja, localizada na costa Sul, a Leste do Local do Projecto em Afungi (*Figura 9.15*).

Figura 9.2, apresentada na *Secção 9.2*, mostra as aldeias mais importantes que pertencem à Localidade de Mute, apesar dos limites físicos ainda não estarem mapeados, conforme explicado.

Segundo as autoridades locais, em 2012 a população ⁽²⁾ da Localidade de Mute correspondia a aproximadamente 16.473 habitantes, o que representa cerca de 32 por cento da população do distrito conforme apresentado na *Tabela 9.19* adiante.

A Localidade de Mute tem a segunda maior população do distrito, depois da Localidade de Palma-Sede. O elevado crescimento populacional é atribuído aos migrantes que começaram a instalar-se na localidade no período compreendido entre 1997-2007, situação que se manteve posteriormente. Segundo as autoridades locais, esta migração interna deve-se ao potencial agrícola e piscatório da área ⁽³⁾. Na altura da pesquisa socioeconómica no terreno existiam sete *zonas de produção* (áreas agrícolas), abrigando uma população de 3.447 pessoas, incluindo residentes permanentes e sazonais, conforme ilustra a *Tabela 9.19*.

Tabela 9.19 *População da Localidade de Mute*

Localidade de Mute	Censo de 1997				Dados das autoridades da Localidade de Mute, 2012				Principais línguas faladas
	Total	Ho-mens	Mulhe-res	Agregados Familiares	Total	Ho-mens	Mulhe-res	Agregados Familiares	
Total	6.906	3.405	3.501	1.847	16.473	7.937	6.536	4.607	
Mute-Sede	927	453	474	240	3.681	1.597	2.084	657	Chimakonde
Quitupo	1.770	882	888	473	1.510	791	719	891	Makue; Kimwani
Senga	460	237	223	119	360	170	190	210	Chimakonde
Maganja	1.442	677	765	388	1.900	1.066	834	526	Kimwani; Makue
Macala	435	224	211	115	213	109	104		Makue
Muangaza	554	269	285	143	660	340	320	350	Chimakonde

(1) Os limites administrativos da Localidade de Mute (ou quaisquer outras localidades do país) não foram mapeadas.

(2) Para efeitos deste relatório são usados dados fornecidos pelas autoridades locais, uma vez que estas fornecem dados desagregados. No entanto, deve ser notado que a informação é baseada nas melhores estimativas.

(3) Note-se que até mesmo as pessoas residentes em aldeias e assentamentos relativamente longe da costa (por vezes até 10 km) podem deslocar-se à costa para pescar e voltar depois de algum tempo. Isso ficou evidente nas entrevistas realizadas na Localidade de Mute e em Quitupo e Senga.

Localidade de Mute	Censo de 1997				Dados das autoridades da Localidade de Mute, 2012				Principais línguas faladas
Manguna	673	334	339	182	3.625	1.725	1.900	725	Makue
Matapata	355	191	164	102	945	470	475	144	Makonde
Nkalanga	290	138	152	85	132	60	72	77	Makue
Assentamentos em áreas agrícolas ("áreas de produção")					3.447	1.609	1.838	974	
Zâmbia					35	16	19	19	Sem informação
Nguco					1.420	700	720	172	Sem informação
Nacache					42	21	21	20	Chimakonde
Namalala 2					400	190	210	237	Chimakonde
Patacua					223	111	112	70	Makue
Mapalanga					185	80	105	105	Chimakonde
nh									
Humbe					1.142	491	651	351	Chimakonde

Fonte: Dados recolhidos na Localidade de Mute, pois o Censos de 2007 não providencia dados populacionais ao nível da aldeia

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante

O Local do Projecto em Afungi está geograficamente localizado na Península de Afungi e cobre uma área de 7.000 hectares. A *Figura 9.15* apresenta o Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, que inclui três aldeias, Quitupo, dentro do Local do Projecto em Afungi, e Senga e Maganja, na área imediatamente circundante ao Local do Projecto em Afungi (a 0,88 e a 1,88 quilómetros de distância, respectivamente), incluídas no Inquérito ao Agregado Familiar para elaboração da presente situação de referência socioeconómica (ver *Secção 9.4.1*).

Existem outros assentamentos de menor dimensão, que são geralmente considerados como pertencentes às aldeias principais, que foram consultados e incluídos durante as actividades de mapeamento das aldeias e de Inquérito ao Agregado Familiar (ver a *Figura 9.15*). Esses assentamentos ou áreas compreendem:

- **pequenos assentamentos dispersos, localizados perto de áreas agrícolas** ⁽¹⁾, onde alguns agregados familiares vivem numa base permanente e/ou sazonal. A maioria delas está situada em redor da aldeia de Quitupo, ocupando áreas altas próximas de terras baixas;
- **assentamentos costeiros com centros de pesca** (situados na costa), como Milamba 1 e N'semo/Quibundju. Nestes assentamentos, alguns agregados familiares residem de forma permanente integrando-se em actividades agrícolas e outras, como o comércio informal e a produção de artesanato, combinando em alguns casos essas actividades com a pesca. Esses

(1) Conforme indicado anteriormente na descrição da Localidade Mute, esses assentamentos são localmente designados zonas de produção.

assentamentos também incluem um centro de pesca (com pescadores permanentes e sazonais e comerciantes de peixe); e

- **centros de pesca**, como Milamba 2 e Ngodje. Estes centros de pesca específicos são principalmente assentamentos de pescadores, onde estes e os comerciantes de pescado vivem de forma permanente ou sazonal.

Tabela 9.20 abaixo apresenta os principais assentamentos e a distribuição populacional dentro dos limites do Local do Projecto em Afungi, no ano de 2012. Esta população foi estimada em 2.733 indivíduos, correspondendo a 743 agregados familiares ⁽¹⁾ e perfazendo uma densidade demográfica estimada de 38,3 pessoas/km². A mesma representa 5,3 por cento da população total do Distrito Palma.

A população que reside no centro de pesca de Ngodje, no assentamento costeiro com centro de pesca de Milamba e nos assentamentos próximos de zonas agrícolas (zonas de produção) pertencem administrativamente à Aldeia de Quitupo, enquanto a população existente no assentamento costeiro com centro de pesca de N'semo/Quibundju e Patacua (zona de produção) é contabilizada separadamente.

Tabela 9.20 *Distribuição da População no Local do Projecto em Afungi*

Zona Residencial	Nº de Residentes Permanentes	Nº de Agregados Familiares
Aldeia de Quitupo e assentamentos dispersos (zonas de produção)	1.022	273
Assentamento costeiro com centro de pesca de Milamba	488	130
Assentamentos disperso de Patacua (zona de produção)	223	70
Assentamento costeiro com centro de pesca de N'semo	1.000	269
Total	2.733	743

Fonte: Impacto, 2012, de líderes da aldeia.

(1) O número de famílias foi recalculado, utilizando o número médio dos agregados observados em Quitupo, de acordo com os dados do Censo de 1997, uma vez que os valores apresentados pelas autoridades da Localidade Mute para o número de agregados familiares não pareceram consistentes. No entanto, uma comparação dos dados da Localidade Mute com os fornecidos pelos líderes de Quitupo, indicou que o número total de habitantes correspondia ao número fornecido pelos líderes da aldeia de Quitupo.

40°30'0"E

40°35'0"E

10°50'0"S

10°50'0"S

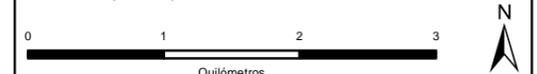


Legenda

- Aldeias
- Assentamento (zona de produção)
- ▶ Assentamento com Centro de Pesca
- ▶ Centro de Pesca
- Estradas Locais
- Estradas Regionais
- Local do Projecto em Afungi



Escala no Mapa Principal:



Título:
Figura 9.15:
 Assentamentos no Local do Projecto
 em Afungi e ao Redor
 (incluindo Senga e Maganja)

Cliente:



Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 52 000

Desenho: Fig 9.15_Assentamentos no Local do Projecto em Afungi e ao Redor (incluindo Senga e Maganja).mxd	Rev: A
--	-----------

ERM

Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073



Projeção: UTM Zona37S Datum: WGS84 Fonte: Bing Maps ©2010 Microsoft Corporation. Impacto, 2012. Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI	Dimensão: A3
--	-----------------

bing

© Harris Corp, Earthstar Geographics LLC State of Michigan

40°30'0"E

40°35'0"E

Distrito de Palma

Os dados mais recentes do Censo do INE, quer para o nível provincial quer para o nível distrital, não fornecem detalhes sobre as línguas faladas em todo o Distrito de Palma. No entanto, a Avaliação Social conseguiu identificar as principais línguas faladas nas aldeias que fazem parte da Localidade de Mute (ver a *Tabela 9.19* acima) e estas incluem Kiswahili, Kimwani, Cimakwe e Shimakonde ⁽¹⁾.

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Incluindo Senga e Maganja)

Durante o Inquérito ao Agregado Familiar, analisou-se a composição etnolinguística do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante com base nas principais línguas faladas pelos chefes dos agregados familiares, sendo estas apresentadas na *Tabela 9.21*. As línguas dominantes nesta área são o Cimakwé (54,3 por cento), seguida do Kimwani (20 por cento) e do Shimakonde (12,9 por cento). Uma pequena parte da população fala Kiswahili (7,1 por cento) e Emakhua (4,3 por cento).

Tabela 9.21 *Língua materna dos Chefes dos Agregados Familiares Inquiridos*

Língua Materna	Quitupo (%)	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção) (%)	Zona Costeira (%)	Senga (%)	Maganja (%)	Total (%)
Kiswahili	5,8	25,0	-	-	10,0	7,1
Kimwani	3,8	25,0	4,5	5,0	66,7	20,0
Cimakwé	86,5	37,5	86,4	10,0	13,3	54,3
Shimakonde	1,9	-	-	85,0	-	12,9
Emakhua	1,9	6,3	9,1	-	6,7	4,3
Outro	-	6,3	-	-	3,3	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Impacto, 2012.

Cada uma das aldeias e assentamentos populacionais da área caracteriza-se pelos seus diversos grupos etnolinguísticos, que estão descritos mais adiante.

- **Aldeia de Quitupo e Zona Costeira:** O cimakwé é o idioma dominante (87 por cento), seguido do kiswahili (5,8 por cento) e do kimwani (3,8 por cento). Na Zona Costeira cerca de 9 por cento dos agregados familiares falam emakhua, devido à migração de pessoas para a área (de forma permanente e sazonal).

(1) Note-se que a grafia do nome do grupo étnico e a língua falada é um pouco diferente. Geralmente, o nome do idioma tem um prefixo que correspondem ao artigo "a" (por exemplo, Ki para Mwani ou Ci para Makwe).

- **Nos Assentamentos de Quitupo** (zonas de produção): 37,5 por cento dos chefes de família falam cimakwé, mas existem outros grupos muito numerosos, como os que falam kiswahili e kimwani (cada um correspondente a 25 por cento da população destas zonas).
- **Aldeia de Senga:** a língua dominante é o shimakonde (85 por cento), seguida do cimakwé (10 por cento) e kimwani (cinco por cento). Isto é indicativo da migração interna do grupo Makonde para a costa a partir dos planaltos de Mueda, onde este grupo é predominante ⁽¹⁾.
- **Aldeia de Maganja:** a língua dominante é o kimwani (66,7 por cento), seguindo-se do cimakwé (13 por cento) e do kiswahili (10 por cento). Os indivíduos do grupo Swahili correspondem a migrantes das regiões do litoral Norte de Cabo Delgado (Distritos de Palma e Mocímboa da Praia).

9.9.4

Padrões de migração

Distrito de Palma

Não existem dados disponíveis sobre os padrões de migração da população no distrito, no que respeita à migração interna e transfronteiriça. O diferencial de crescimento entre o Posto Administrativo e as Localidades entre 1997 e 2007, referido anteriormente (*Secção 9.9.2*), sugere movimentos populacionais dentro do distrito e entre este e os distritos vizinhos.

Existem laços históricos e económicos entre o Distrito de Palma (e outros distritos do Norte de Cabo Delgado) e a Tanzânia, a Norte do Rio Rovuma. Esses laços podem ser observados através de alguns comerciantes da Tanzânia estabelecidos na Vila de Palma e do fluxo de comerciantes e de mercadorias entre as duas fronteiras, através da estrada que dá acesso ao Posto Fronteiriço de Namoto e por mar, ao largo da linha costeira entre os distritos do Norte de Cabo Delgado e a Tanzânia.

No entanto, o distrito também serve como um ponto de entrada para imigrantes que entram no país através do Posto Fronteiriço de Namoto, perto do Rio Rovuma, na fronteira com a Tanzânia. Após a chegada em Moçambique, os emigrantes ficam na Província de Cabo Delgado ou viajam para as Províncias de Nampula e Zambézia, onde participam na exploração mineira artesanal, enquanto outros atravessam o país com destino à África do Sul onde vão procurar trabalho. Existem evidências de comércio irregular de mercadorias e de circulação de pessoas por terra e por mar, pois nem todo o movimento é realizado através do posto fronteiriço de Namoto e das estradas

(1) O grupo Makonde tem uma história de migração para a costa, ao longo dos séculos passados, e também de migrações recentes, após a independência. No entanto, a presente Avaliação Social não se debruçou sobre as migrações do grupo Makonde. No caso concreto de Senga, os resultados do Inquérito ao Agregado Familiar e das discussões do grupo de foco indicam que a maioria dos seus habitantes chegou após a independência (1975), para trabalhar nas "cooperativas de produção" que o governo de orientação socialista de Moçambique estabeleceu nas plantações de palmar em Ngodje, abandonadas pelos proprietários portugueses, enquanto um grupo menor veio depois do Acordo de Paz em 1992.

principais, ou a partir de desembarques em ou próximos da Vila de Palma, respectivamente.

O Rio Rovuma é a fronteira física entre Moçambique e Tanzânia, e o Posto Fronteiriço de Namoto fornece os únicos serviços aduaneiros e de imigração no Distrito de Palma, onde as autoridades podem controlar e documentar a migração de pessoas e o transporte de mercadorias ⁽¹⁾.

Entre finais de 2010 e Julho de 2011, registou-se uma onda invulgar de requerentes de asilo político (cerca de 18 mil indivíduos), que entraram no Distrito de Palma. Os requerentes de asilo eram provenientes da Etiópia, Somália, República Democrática do Congo e Burundi. Em resposta, o governo central (especificamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros) estabeleceu um escritório no Distrito de Palma para atender e processar estes casos e encaminhá-los para o Centro de Refugiados de Marretane, na Província de Nampula ⁽²⁾. As informações obtidas a partir do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR), em Palma, revelaram que, na maioria dos casos, a imigração para a região foi motivada por razões económicas e só em alguns casos se deveu a questões relacionadas com asilo político.

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Incluindo Senga e Maganja)

A Tabela 9.22 resume o tempo aproximado que os agregados familiares inquiridos vivem no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, revelando que a maioria é nativa da área (cerca de 60 por cento) ou migrante de longo prazo (13,6 por cento), tendo-se instalado na região há mais de 20 anos (entre 1975 e 1992). Os remanescentes 25 por cento são imigrantes mais recentes que se instalaram no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, após o Acordo de Paz em 1992.

Os resultados do Inquérito ao Agregado Familiar revelam que existem algumas diferenças dentro das áreas pesquisadas. A maior proporção de agregados familiares que é nativa e migrante de longo prazo reside principalmente nas aldeias de Quitupo e Maganja (82,7 e 90 por cento, respectivamente). A maior proporção de migrantes mais recentes foi observada em áreas em redor da aldeia de Quitupo e na Zona Costeira (41 por cento e 50 por cento, respectivamente), indicando que essas pessoas se mudaram para a área específica após o Acordo de Paz de 1992. Na aldeia de Senga, 60 por cento dos moradores vivem na região há mais de 20 anos, enquanto os 40 por cento restantes instalaram-se na aldeia após o Acordo de Paz de 1992.

(1) A Ponte da Unidade, localizada no Norte do Distrito de Mueda, é o outro ponto de entrada através da Tanzânia, com ligação à rede de estradas do Distrito de Mueda e dando acesso à região central da Província de Cabo Delgado e também a algumas áreas da Província do Niassa.

(2) O Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR) de Moçambique, sob a supervisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique.

De entre os que migraram para a área, quase 53 por cento dos agregados familiares são oriundos de outras áreas do Distrito de Palma ⁽¹⁾, enquanto 15 por cento vieram de outros distritos da província. A proporção de agregados familiares inquiridos que era migrante sazonal é relativamente pequena, equivalente a 4,3 por cento, sendo a maioria proveniente da Vila de Palma.

Tabela 9.22 *Tempo de Residência dos Agregados Familiares Inquiridos no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante*

	Quitupo (%)	Assentamentos de Quitupo (Zonas de Produção) (%)	Zona Costeira (%)	Senga (%)	Maganja (%)	Total (%)
Sempre viveram no local	71,2	37,5	40,9	50,0	73,3	60,0
Desde a Independência até à guerra (1975-1980)	9,6	12,5	-	10,0	10,0	8,6
Durante a guerra (1980-1992)	1,9	-	9,1	10,0	6,7	5,0
Após o acordo de paz (1992-2011)	17,3	50,0	40,9	30,0	10,0	25,0
Desconhecido	-	-	9,1	-	-	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Impacto, 2012.

9.10 *DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE: USO DE RECURSOS NATURAIS*

9.10.1 *Uso de Recursos Naturais no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Incluindo Senga e Maganja)*

Recursos Florestais

Os aldeões usam áreas florestais a nível comunitário e a *Tabela 9.23* apresenta o tipo de produtos florestais recolhidos, incluindo lenha, frutas silvestres e plantas medicinais. A caça é também muito praticada pelas comunidades dessas áreas (97,9 por cento) ⁽²⁾. Os principais recursos florestais que suportam as comunidades e os seus meios de subsistência são abordados mais adiante.

(1) Destes 53 por cento, cerca de 28 por cento são oriundos de Palma, 18 por cento de outras zonas / aldeias do Posto Administrativo de Palma e 7 por cento de outro posto administrativo no Distrito Palma.

(2) Estas perguntas foram concebidas para entender se o recurso está disponível e se o agregado familiar recolhe ou utiliza esse mesmo recurso. Aqueles que consomem e / ou vendem são subgrupos dos que responderam "sim" à questão respeitante à recolha e utilização do recurso.

Tabela 9.23 Disponibilidade e Uso de Recursos Naturais pelos Agregados Familiares Inquiridos

	Disponibilidade (%)	Quem Recolhe (%)	Quem consome (%)	Quem Vende (%)
Capim para tecto da casa	99,3	25,9	78,6	2,4
Folhas de coqueiros ou palmeira para a construção de habitações	100	96,4	87,6	20,9
Capim/caniço para produzir esteiras, cestos (artesanato)	96,7	59,6	77,4	26,2
Folhas de coqueiros ou palmeiras para a produção de esteiras e cestos (artesanato)	99,3	87,1	84,7	26,6
Estacas para a construção de habitações	98,6	97,8	89,6	12,7
Troncos de madeira (umbila, panga-panga)	59,3	6,0	50	-
Árvores para produção de carvão vegetal	97,1	7,4	64,3	28,6
Árvores para produção de lenha	98,6	94,9	87,8	13,1
Plantas medicinais	97,9	73,0	89,3	13,7
Árvores para produzir mel	82,1	30,4	89,7	15,4
Animais de caça	97,9	35,0	90,6	34,6
Peixe	99,3	93,5	92,2	59,7

Fonte: Impacto, 2012.

As folhas de coqueiro, de palmeira e o capim são usados para a construção de estruturas habitacionais e para produzir esteiras e cestos. As folhas de coqueiro, de palmeira e o capim são recolhidos por 96,4 por cento dos agregados familiares inquiridos para uso na construção de habitações e, em menor medida, para o artesanato. Apesar das gramíneas usadas para produzir colmo estarem amplamente disponíveis, apenas 25,9 por cento dos agregados familiares inquiridos utilizam este recurso para a construção de telhados. A maior parte dos que utilizam este recurso (59,6 por cento) fá-lo para a produção de artesanato. A maioria prefere usar folhas de palmeira/coqueiro como material para a construção de telhados, uma vez que esta é a prática mais tradicional.

As espécies lenhosas são utilizadas por 94,9 por cento dos agregados familiares como lenha, e 97,8 por cento também utilizam esse recurso na construção/estruturas de suporte de habitações. A maioria dos agregados familiares utiliza a lenha como a principal fonte de energia, especificamente para cozinhar. A maior parte das espécies lenhosas é recolhida para auto-consumo mas 13,1 por cento dos entrevistados indicaram vender lenha para obtenção de rendimentos.

De entre os agregados familiares que recolhem espécies lenhosas para construção, a maioria (89,6 por cento) fá-lo para auto-consumo, enquanto 10,4 por cento fazem-no para venda. Geralmente, a lenha e a madeira para a construção são vendidas nos centros de pesca a pescadores migrantes ou a

comerciantes de pescado, que se dedicam a tempo integral às suas actividades piscatórias e por isso não conseguem por si só recolher estes recursos. Estes recursos também são vendidos a comerciantes de madeira ou transportados por mar ou a pé, para serem vendidos em mercados como a Vila de Palma onde há procura.

As plantas medicinais são recolhidas por cerca de 73 por cento dos agregados familiares inquiridos. Deste grupo, 89,3 por cento recolhem-nas para seu próprio consumo e 13,7 por cento vendem as plantas a terceiros.

A **produção de carvão vegetal** não é comumente praticada na área, e apenas 7,4 por cento dos agregados familiares inquiridos informaram que utilizam a madeira da floresta para a produção de carvão vegetal.

A **caça** é principalmente levada a cabo para fins de subsistência por 90 por cento dos agregados familiares inquiridos, dos quais 34,6 por cento supostamente vendem a carne. A caça é realizada com recurso a armadilhas tradicionais, sendo a gazela e a galinha-do-mato os animais mais frequentemente capturados nas áreas de floresta.

Água

Os agregados familiares utilizam a água superficial e subterrânea para beber e para outros usos domésticos (esta matéria será tratada aprofundadamente na *Secção 9.13.3*). Não foi identificado nenhum sistema de recolha de águas pluviais para beber, como por exemplo cisternas. A utilização de águas superficiais para irrigar propriedades agrícolas é limitada a alguns casos de rega manual pelos agregados familiares, que cultivam hortícolas em terras baixas.

Outras áreas de uso colectivo

Pastagens, lagos, rios e lagoas são recursos partilhados a nível comunitário. A criação de gado é rara na área, devido à elevada incidência da mosca tsé-tsé. Assim, embora disponíveis, as áreas de pastagem são pouco utilizadas. Há no entanto a referir que muitos agregados familiares fazem criação de galinhas e cabritos.

Pescas

O peixe foi igualmente relatado por 99,3 por cento dos agregados familiares como um recurso natural amplamente disponível. Daqueles que praticam a pesca, 92,2 por cento fazem-no para consumo doméstico e 59,7 por cento vendem o peixe (a pesca artesanal no Distrito de Palma e no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante será abordada na *Secção 9.14.3*).

9.11 *DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE: USO DA TERRA E PADRÕES DE OCUPAÇÃO*

9.11.1 *Existência e Requerimentos de DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) no Distrito de Palma*

Os títulos de terra emitidos (ou com requerimentos pendentes) no Distrito de Palma têm por finalidade actividades de uso da terra tais como, fazendas do bravio, reservas de caça, concessões florestais, explorações agrícolas, acampamentos, áreas residenciais e de turismo. As *Tabela 9.24* e a *Figura 9.18* fornecem um resumo da situação dos DUATs actuais e pendentes no Distrito de Palma (Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, 2011) ⁽¹⁾. As fazendas do bravio e as reservas de caça, bem como as concessões florestais, representam a maioria das áreas que já possuem um DUAT ou que estão em processo de obtenção de uma licença.

Tabela 9.24 *Requerimentos e Licenças de DUATs por Actividade, 2011*

DUATs em 2011	Área de DUAT (ha)	Nº.
Concessões florestais	35.799	1
DUATs Emitidos	57.301	17
Turismo (classes diferentes)	7	
Agricultura	1	
Fazendas do bravio / Reserva de Caça	3	
Residencial/Outros Fins	2	
Construção de acampamentos para empreiteiros	4	
DUATs Requeridos/Áreas Planeadas	83.426	9
Fazendas do bravio / Reservas de Caça	8	
Indústria (Projecto de GNL)	1	

Fonte: Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, 2011.

9.11.2 *Local do Projecto em Afungi* ⁽²⁾

No Local do Projecto em Afungi, o uso da terra e o padrão de ocupação está intimamente relacionado com os assentamentos populacionais e as actividades de subsistência. Isto inclui as áreas de assentamento populacional (2 por cento), de agricultura em zonas altas (7 por cento) e de plantações de coqueiros (2 por cento).

O uso e a ocupação do solo no Local do Projecto em Afungi pelos seus habitantes é descrito resumidamente mais adiante e ilustrado na *Figura 9.19*. A maioria dos habitantes do Local do Projecto em Afungi corresponde a residentes permanentes, mas também há casos de residentes sazonais

(1) No Distrito de Palma, a avaliação do uso da terra resume-se à ocupação da terra por DUATs já emitidos ou requeridos às autoridades competentes (provinciais ou centrais de acordo com a terra requerida, para se conhecerem as outras iniciativas de desenvolvimentos que ocupam largas áreas no distrito.

(2) Neste caso específico, a avaliação do uso da terra contemplou apenas o Local do Projecto em Afungi.

provenientes da Vila de Palma e de aldeias vizinhas (*ver a Secção 9.9.4 e a Tabela 9.22*).

Áreas de Assentamento Populacional

As áreas de assentamento populacional ocupam apenas 2 por cento da terra no Local do Projecto em Afungi (137 hectares) e correspondem a áreas ocupadas por assentamentos concentrados, como a aldeia de Quitupo, Milamba 2 e N'semo, e assentamentos populacionais dispersos e de baixa densidade populacional, como as zonas de produção e o centro de pesca de Ngodje.

Áreas Agrícolas em Zonas Altas

As áreas agrícolas em zonas altas totalizam sete por cento da área do Local do Projecto em Afungi (478 hectares). Estas áreas estão situadas nas pradarias, geralmente nas zonas altas/ de planalto adjacentes às margens de rios, nelas predominando os solos arenosos. Estas áreas são normalmente utilizadas para a actividade agrícola (cultivo de mandioca, mapira, milho, feijão e amendoim, bem como de cajueiros, mangueiras e coqueiros), conforme apresentado na *Figura 9.16*. A Aldeia de Quitupo e os assentamentos dispersos em seu redor (as zonas de produção) estão localizadas nessas zonas altas. Estas áreas agrícolas são fundamentais para a subsistência dos aldeãos, que se baseia na agricultura de subsistência e na geração de rendimentos sempre que o excedente agrícola possa ser comercializado.

Áreas agrícolas em Terras Baixas

As áreas agrícolas em terras baixas estão localizadas em zonas de planícies aluviais, um mosaico que ocupa cerca de 15 por cento do Local do Projecto em Afungi. Estas áreas têm os solos mais produtivos, sendo usadas principalmente para o cultivo de produtos alimentares, como arroz, batata-doce, banana e cana-de-açúcar (*Figura 9.17*). O arroz é uma cultura alimentar importante para a população local, bem como uma fonte de rendimento quando o excedente é vendido. Geralmente, os agregados familiares estabelecem-se nas zonas altas, situadas perto das planícies aluviais, de modo a terem um fácil acesso às ricas áreas agrícolas nas terras baixas.

Figura 9.16 *Palhotas e Plantações nas Zonas Altas dentro do Local do Projecto em Afungi*



Machamba de mandioca com mangueiras

Campo de mandioca com "casa de machamba"



Machamba perto de Quitupo com coqueiros a cajueiros (alguns recentemente plantados)

Residência permanente na área próxima de Quitupo, com coqueiros, cajueiros e mangueiras

Fonte: Impacto, 2012.

Figura 9.17 *Campos de Cultivo nas Terras Baixas, Zona de Produção de Ntaunadge*



Terras baixas com cultivo de arroz, banana e cana-de-açúcar

Campo de arroz nas terras baixas

Fonte: Impacto, 2012.

Plantações de coqueiros

Os palmares ocupam 2 por cento da área do Local do Projecto em Afungi e incluem áreas de palmar sem assentamentos populacionais e áreas com assentamentos populacionais, cada uma ocupando 1 por cento do local, conforme descrito mais adiante.

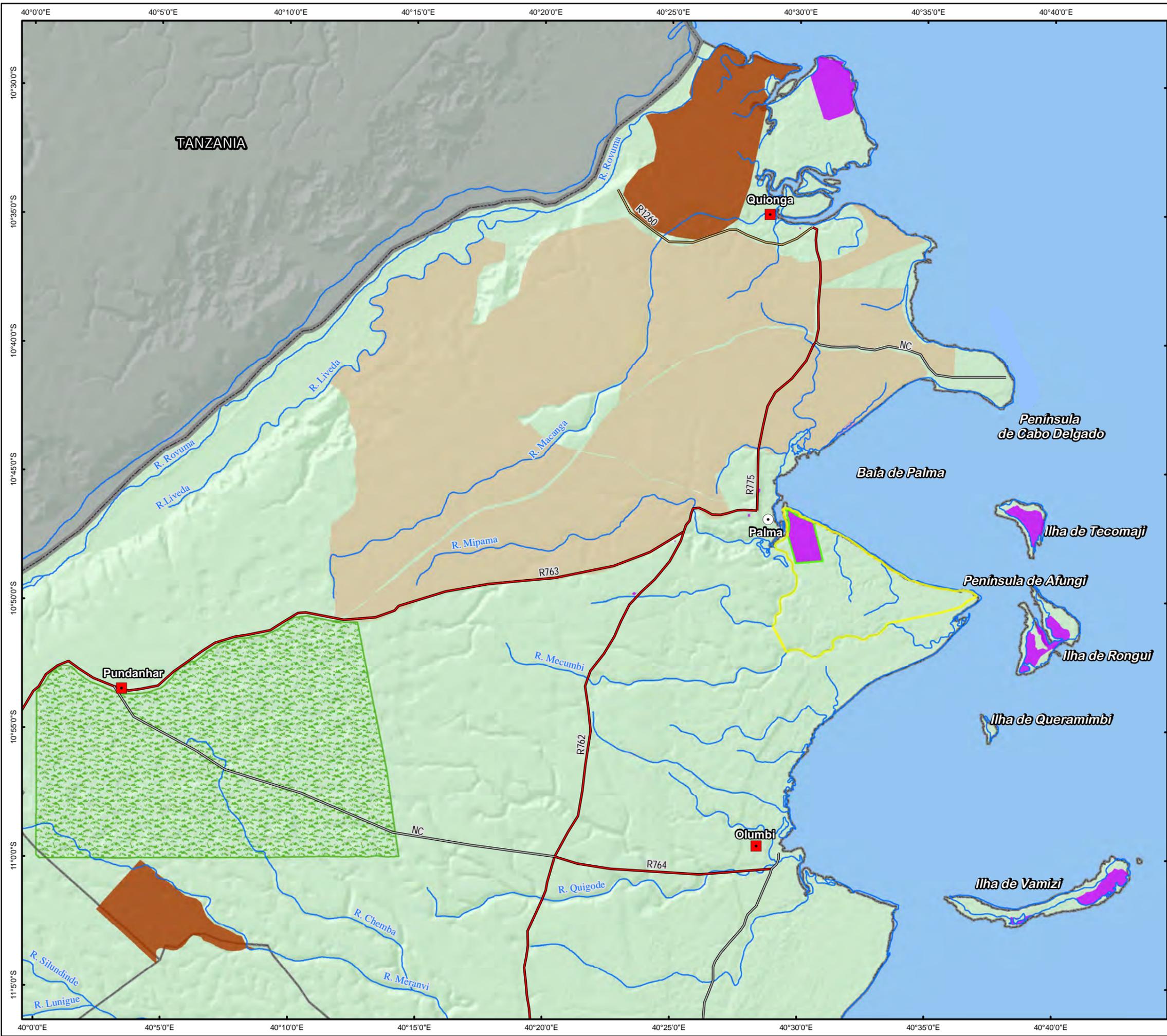
- **As áreas de palmar sem assentamentos populacionais** são escassamente ou não-povoadas, estando principalmente localizadas ao longo da costa de Ngodje. Essas áreas são compostas por palmares deteriorados ou semi-abandonados, de propriedade de latifundiárias estatais⁽¹⁾ e outros pequenos proprietários. Também há palmares localizados em pequenas áreas próximas de zonas residenciais, como a Aldeia de Quitupo e assentamentos dispersos em redor de Quitupo (zonas de produção).
- **As áreas de palmar com assentamentos populacionais** consistem em plantações de coqueiros também localizadas ao longo da costa. Na parte Noroeste da Zona de Ngodje, os palmares pertencem a um operador privado, ao abrigo de um DUAT. Enquanto nas zonas de Milamba (1 e 2) e N'semo, os palmares pertencem aos residentes locais. As outras áreas de palmar estão situadas em pequenas áreas dispersas no território do Local do Projecto em Afungi, geralmente perto de áreas residenciais.

Área de DUAT Atribuída a um Operador Privado

A Noroeste do Local do Projecto em Afungi, há uma área com cerca de 667 hectares, que pertence a uma empresa chamada Kilaguni Lda, que foi adquirida para o desenvolvimento turístico (ver a *Figura 9.18*). A área não está desenvolvida e tem um pequeno número de palhotas na costa, que se destinavam a ocupação turística, uma casa convencional à beira-mar, perto de Ngodje, e um palmar deteriorado e semi-abandonado, com alguns assentamentos populacionais, também ao longo da costa de Ngodje.⁽²⁾

(1) De acordo com informações recolhidas junto da Administração do Distrito, e durante a Avaliação Social, as plantações de coqueiros de Ngodje foram estabelecidas durante o período colonial, tendo sido abandonadas depois de Moçambique se tornar independente, e desde então passaram a ser propriedade do Estado. Partes dessas plantações de palmeiras foram cedidas a operadores privados.

(2) O consultor foi informado que este operador privado tem alguns guardas que residem ao longo da costa para controlar os palmares.



Legenda

- Sede do Distrito
- Sede do Posto Administrativo
- Rios

Estradas

- Terciária
- Local
- Não-Classificadas

- Local do Projecto em Afungi
- Área de DUAT Existente, não detido pela AMA1

- Limite do Distrito

Área com DUATs

- Turismo
- Coutada

Áreas Requeridas

- Fazenda do Bravio
- Concessões Florestais

Área do Projecto

Escala no Mapa Principal:

Título:

Figura 9.18: DUATs Existentes e Requeridos (2011)

Cliente:

Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 260 000
Desenho: Fig 9.18_DUATs Existentes e Requeridos (2011).mxd		Rev: A

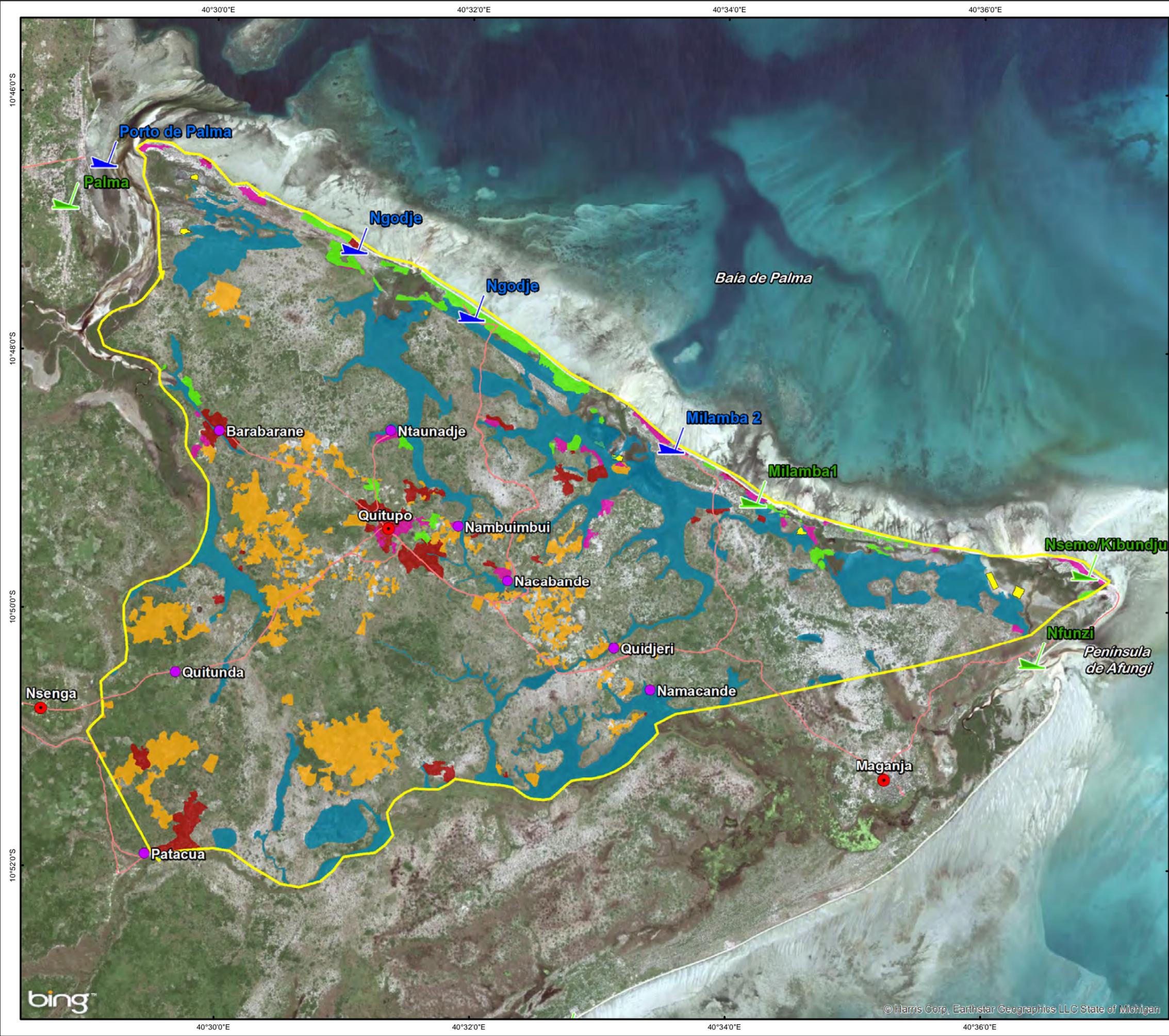
ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Impacto
Projetos e Estudos Ambientais

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão: A3

T: GIS Projects\0133576_Anadarko_Moz_LNG\Mapping\MXD\ESIA\Chapter9\Fig 9.18_DUATs Existentes e Requeridos (2011).mxd

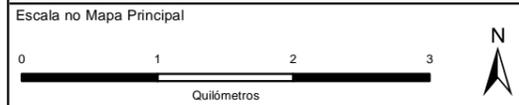


Legenda

- Sede do Posto Administrativo
- Aldeias
- Assentamento (zona de produção)
- ▶ Assentamento com Centro de Pesca
- ▶ Centro de Pesca
- Estradas Locais
- Local do Projecto em Afungi

Cobertura da Terra e Uso da Terra

- Áreas para Agro-Pecuária
- Plantação de Palmares
- Plantação de Palmares com Ocupação Humana
- Áreas de Ocupação
- Mosaico de Planície Aluvial e Áreas de Agro-Pecuária
- Salinas



Título:
**Figura 9.19:
 Plano de Uso no Local do
 Projecto em Afungi**

Ciente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 52 000

Desenho: Fig 9.19_Plano de Uso no Local do Projecto em Afungi.mxd	Rev: A
---	-----------

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84	Dimensão:
Fonte: Bing Maps ©2010 Microsoft Corporation. Impacto, 2012. Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI	A3

Com base no Inquérito ao Agregado Familiar realizado em 2011 no âmbito da Avaliação Social (foram inquiridos 140 agregados familiares em Novembro de 2011), a maioria das terras ocupadas pelos agregados familiares no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja) foi adquirida por ocupação (cerca de 42 por cento) ou herança (cerca de 31 por cento) ⁽¹⁾ (Tabela 9.25). Apenas 1,4 por cento referiu que a terra lhe foi atribuída pelo Governo e 12 por cento relataram ter adquirido o terreno por intermédio da autoridade comunitária ⁽²⁾. Provavelmente, esta última corresponde aos agregados familiares oriundos de outras áreas do distrito ou de fora do distrito.

Tabela 9.25 *Acesso aos Terrenos Agrícolas por Parte dos Agregados Familiares Inquiridos*

	Lote 1 (%)	Lote 2 (%)	Lote 3 (%)
Atribuído pela autoridade comunitária	12,1	1,4	0,7
Atribuído pelo Governo	1,4	0,7	-
Alugado/emprestado	4,3	2,9	1,4
Ocupação	42,1	23,6	7,1
Herança	30,7	20,7	2,6
Compra/outro tipo de aquisição	7,8	5,7	2,1

Fonte: Impacto, 2012.

Durante as DGFs, os moradores relataram que normalmente os migrantes internos adquiriram terrenos na região através de canais comunitários. Uma pessoa nova na área solicita um terreno ao Líder Comunitário que, por sua vez, identifica os terrenos disponíveis/desocupados. Antes da atribuição do terreno, o líder convoca uma reunião com todos os moradores da aldeia para apresentar a pessoa à comunidade. O indivíduo deve ter preparados documentos respeitantes à sua origem (uma carta da autoridade estatal ou da autoridade comunitária da qual é oriundo(a) é geralmente bem aceite). Se a maioria dos moradores aprovar a pessoa, então o líder disponibilizará a terra à pessoa em causa. Os Líderes Locais são de opinião de que este processo elimina o conflito relacionado com a terra, pois todos os moradores são informados da mudança da nova pessoa para o local e da terra que lhe é atribuída. Todos os residentes (novos e antigos) desfrutam dos mesmos direitos em termos de acesso à terra da aldeia.

De acordo com os resultados do Inquérito ao Agregado Familiar, as pessoas estão autorizadas a arrendar terrenos a terceiros e pelo menos 4,3 por cento dos agregados familiares inquiridos relataram estar a utilizar terrenos

(1) De acordo com a Lei de Terras no. 19/97, membros da comunidade local detêm o direito sobre a terra com base em normas e práticas costumeiras ou através da ocupação de boa-fé por mais de dez anos. Este direito não precisa ser documentado através de um título de terra. A "Herança" e "ocupação" também se enquadram nestes casos e não necessitam de autorizações ou licenças dadas pelas autoridades.

(2) A Avaliação Social identificou o Líder da Aldeia, o Adjunto do Líder da Aldeia e chefes de zonas, como as autoridades competentes da Comunidade. No entanto, recomenda-se uma avaliação mais aprofundada da organização comunitária.

arrendados/emprestados. No entanto, esta é uma nova tendência e acredita-se que a mesma não seja controlada pelas autoridades ou Líderes Locais.

9.12

DISTRITO DE PALMA: ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E DOADORES

Os principais doadores envolvidos nas actividades de financiamento no Distrito de Palma são a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (Governo dos EUA), o *Millenium Challenge Account* (MCA) e a Cooperação Espanhola. As actividades são implementadas directamente pelo governo, por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou empresas privadas envolvidas em acções de desenvolvimento.

Na altura em que esta avaliação estava sendo elaborada, foram identificadas quatro agências implementadoras como organizações relevantes e activas, que operam no Distrito de Palma, estando estas descritas mais adiante (*A Tabela 1.5 no Anexo G* fornece mais informações sobre essas organizações).

A Fundação Elizabeth Glaser (EGPAF ⁽¹⁾) é uma ONG que se dedica à prevenção da infecção pediátrica pelo HIV e à eliminação do SIDA pediátrico, através de programas de pesquisa, defesa e prevenção, cuidados e tratamento. Em 2004, a EGPAF iniciou a sua actividade em Moçambique, com o programa de prevenção contra a transmissão vertical da mãe para o filho (PTV), nas províncias de Nampula e Gaza. Actualmente, a EGPAF trabalha em quatro províncias, apoiando o Ministério da Saúde no sentido de fortalecer a implementação dos serviços de PTV em 254 locais em todo o país, bem como serviços de cuidados e tratamento do HIV em 67 locais. O trabalho da EGPAF inclui:

- aumentar e expandir o acesso a serviços relacionados com o HIV;
- fortalecer o PTV existente e os serviços de cuidados e tratamento do HIV;
- melhorar a capacidade dos departamentos governamentais;
- aumentar a capacidade de resposta das unidades sanitárias e das comunidades, em conformidade com as necessidades das pessoas que vivem com o HIV;
- contribuir para o desenvolvimento e implementação de políticas e directrizes nacionais; e
- melhorar os sistemas de monitoria e avaliação.

A Direcção Provincial da Saúde e o Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social são parceiros da EGPAF ao nível provincial e distrital, respectivamente.

(1) Nota do Tradutor: Elizabeth Glaser Paediatric AIDS Foundation.

A principal assistência prestada no Distrito de Palma é a assistência técnica, a formação de pessoal e de profissionais de saúde do distrito e o financiamento de actividades relacionadas.

A **Fundação contra a Fome (FH)** é uma organização humanitária internacional orientada para a erradicação da fome no mundo. O seu Programa de Assistência Multi Anual é financiado pela USAID e opera nas províncias de Sofala e Cabo Delgado, em áreas de intervenção que incluem a nutrição e a saúde, água e saneamento e segurança alimentar. A FH tem uma sede em Pemba e um escritório distrital em Palma. As suas actividades no Distrito de Palma estão focadas em três linhas de acção principais:

- capacitação da comunidade, através do trabalho levado a cabo com os líderes comunitários;
- agricultura, com o objectivo de garantir a segurança alimentar e promover as culturas de rendimento, ligando os agricultores ao mercado. A FH também promove a criação de grupos de poupança compostos por 15 a 20 pessoas e oferece assistência técnica a esses grupos, com vista à sua consolidação; e
- saúde e nutrição, sendo as mulheres grávidas e as crianças com menos de cinco anos de idade o principal grupo-alvo. Nesta linha de trabalho, a organização também promove o acesso a água potável e saneamento básico nas comunidades onde opera, ajudando-as a melhorar o seu acesso à água potável, através da construção e gestão de novas fontes de água.

A **Joint Aid Management (JAM)** realiza trabalhos de auxílio e desenvolvimento sustentável em toda a África. Os seus programas, que são baseados numa Abordagem Completa de Desenvolvimento Comunitário (ACDC), incluem alimentação e intervenções nutricionais nas escolas, cuidados a crianças órfãs e vulneráveis, água e saneamento e melhoria da alimentação, que incluem o desenvolvimento da agricultura e a produção de alimentos.

A **Cowater International** é uma empresa canadiana de consultoria internacional, que trabalha em Moçambique em actividades de desenvolvimento e no sector de águas, principalmente nas províncias do Norte de Moçambique, nomeadamente Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

No Distrito de Palma, a JAM e a Cowater operam nas comunidades, contratadas pela FH e o MCA, como consultores implementadores, organizando a comunidade para a recepção e gestão dos recursos hídricos, no âmbito da implementação da Política Nacional de Águas ⁽¹⁾. O seu trabalho inclui a preparação das comunidades para a abertura de furos de água e a

(1) Geralmente a intervenção de doadores no sector da água compreende o fornecimento de fundos para as comunidades que não têm acesso à água potável e que estão dispostas a organizar-se e contribuir para ter uma fonte de água. A reparação de bombas avariadas é, geralmente, da responsabilidade da comunidade e do governo local, utilizando recursos arrecadados pela comunidade e do orçamento do Estado.

instalação de bombas manuais. A FH e o MCA fornecem uma grande parte dos fundos para a compra de equipamentos, contratação do empreiteiro e da consultoria de apoio (JAM e Cowater). Como beneficiárias, as próprias comunidades também contribuem financiando e dedicando o seu tempo ao apoio dessas iniciativas. A Cowater e a JAM facilitam todo o trabalho de organização da comunidade, formam o Comité de Água (que compreende 12 membros da comunidade) e criam condições para o empreiteiro formar o grupo de manutenção e reparação.

9.13 *DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI: SERVIÇOS SOCIAIS*

9.13.1 *Perfil e Rede de Educação*

Distrito de Palma

Em 2007, o nível de escolaridade era bastante baixo entre a população do Distrito de Palma, sendo que 88 por cento da população não concluiu qualquer nível de ensino. Este valor é sete por cento mais elevado do que o de toda a Província de Cabo Delgado (de 81 por cento, ver a *Tabela 1.6 no Anexo C*). A percentagem dos que concluíram o EP2, o ESG1 e o Ensino Técnico Básico (ETB) é igualmente muito reduzida no distrito (2,4 por cento, 1,2 por cento e 0,04 por cento, respectivamente). Esta situação deve-se à falta de estabelecimentos de ensino disponíveis para leccionar estes níveis de ensino e ao número reduzido de professores (INE, 1997d).

Tabela 9.26 revela que em 2012 o número de alunos que frequentou o nível do EP1 era superior (90 por cento) ao número de alunos que frequentou o nível do EP2 (seis por cento) e o ESG (quatro por cento), indicando uma grande discrepância entre estes níveis. Estes dados indicam igualmente que um número elevado de estudantes não tem acesso ao ensino primário do segundo grau, e por conseguinte não conclui o ensino primário (EP1 + EP2) ⁽¹⁾.

Na Vila de Palma, a Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário Geral não possui instalações adequadas, estando a funcionar dentro das instalações da escola de EP2. Há mais rapazes do que raparigas matriculados em todos os níveis de ensino, bem como um elevado número de professores do sexo masculino, comparativamente ao número de professoras. Além disso, há uma elevada taxa de desistência feminina entre os níveis do EP1 e do EP2 (de 43 a 31 por cento), que se deve aos casamentos prematuros ⁽²⁾ (um costume local que está profundamente enraizado, particularmente entre os residentes do distrito e no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante). O programa de ensino nas escolas é leccionado na língua portuguesa ⁽³⁾.

(1) As razões para esta discrepância são complexas e inter-relacionadas. Qualquer intervenção para o desenvolvimento da educação no distrito precisa entender esses factores, a fim de projectar uma abordagem sistémica e um plano de acção consistente e de longo prazo.

(2) Em geral, a prática comum é que as meninas se casem imediatamente após atingirem a puberdade.

(3) De acordo com as autoridades distritais de educação, não há educação bilingue no ensino primário no Distrito de Palma.

Tabela 9.26 *Estabelecimentos de Ensino no Distrito de Palma (2012)*

Localização	Nº de escolas		Nº de Alunos		Nº de Professores			
	Construção Tradicional	Construção Convencional	Ho-mens	Mu-lheres	Total	Ho-mens	Mu-lheres	Total
EPI ENSINO PRIMÁRIO DO 1º GRAU								
Localidade de Palma-Sede	7	4	2.289	1.770	4.061	41	30	71
Localidade de Mute	7	2	1.510	1.113	2.623	32	9	41
P.A de Olumbe	7	2	1.697	1.343	3.040	28	6	34
P.A. de Pundanhar	3	1	498	409	907	13	1	14
P.A. de Quionga	4	2	995	666	1.661	18	2	20
Total EP1	28	11	6.989	5.303	12.292	132	48	180
EP2 PRIMÁRIO DO 2º GRAU								
Localidade de Palma-Sede	0	2	315	162	477	15	3	18
Localidade de Mute	0	2	59	22	81	7	0	7
P.A de Olumbe	2	1	144	41	185	8	0	8
P.A. de Pundanhar	1	1	61	38	99	7	0	7
P.A. de Quionga		1	30	12	42	4	0	4
Total EP2	3	7	609	275	884	41	3	44
1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL								
Localidade de Palma-Sede			400	180	580	18	1	19
ESG1 total			400	180	580	18	1	19
Total do Distrito	31	18	7.998	5.758	13.756	191	52	243

Legenda:

P.A. = Posto Administrativo

Fonte: Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia do Distrito de Palma, 2012.

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Incluindo Senga e Maganja)

Os níveis de alfabetização no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante são geralmente muito reduzidos (ver Tabela 9.27). As mulheres, em particular, têm níveis de educação muito baixos e 92 por cento destas são analfabetas. Os programas de alfabetização e educação de Adultos (AEA) destinam-se a pessoas que não estão em idade escolar, estando disponíveis em todo o país. No entanto, no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, apenas uma aldeia, Senga, ainda tem um programa de AEA enquanto nas aldeias de Quitupo e Maganja os programas foram interrompidos devido à falta de professores disponíveis. Algumas das pessoas que frequentaram as aulas de AEA têm desistido devido às actividades de subsistência, como a agricultura, que sazonalmente tem prioridade durante a preparação da terra ou a colheita.

Tabela 9.27 *Nível de Educação do Chefe dos Agregados Familiares Inquirido e Respectivas Esposas*

Nível de Educação	Chefe do agregado familiar ¹ (%)	Esposa(o) do chefe do agregado familiar ² (%)
Analfabeto	58,6	92,1
Sabe ler e escrever	30,7	4,7
Ensino Primário 1º grau (EP1)	7,1	0,8
Ensino Primário do 2º grau (EP2)	2,2	-
Nível Básico	0,7	-
Não sabe/Não respondeu	0,7	2,4
Total	100,0	100,0

Nota:

¹Foram inquiridos 140 chefes de agregado familiar

²Foram inquiridas 127 esposas de chefes de agregado familiar

Fonte: Impacto, 2012.

Rede Escolar e Respetivo Acesso

Existem três estabelecimentos de ensino no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, dos quais duas são instalações do nível EP1 (Senga e Quitupo) e uma do nível EP2 (Maganja), conforme demonstrado na *Tabela 9.28*. Como a aldeia de Maganja e a Vila de Palma estão relativamente longe das aldeias de Quitupo e Senga e de outros assentamentos no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, muitas crianças que residem nessas áreas só concluem o nível de ensino EP1 e não progridem para o EP2 de modo a concluírem o ensino primário na totalidade.

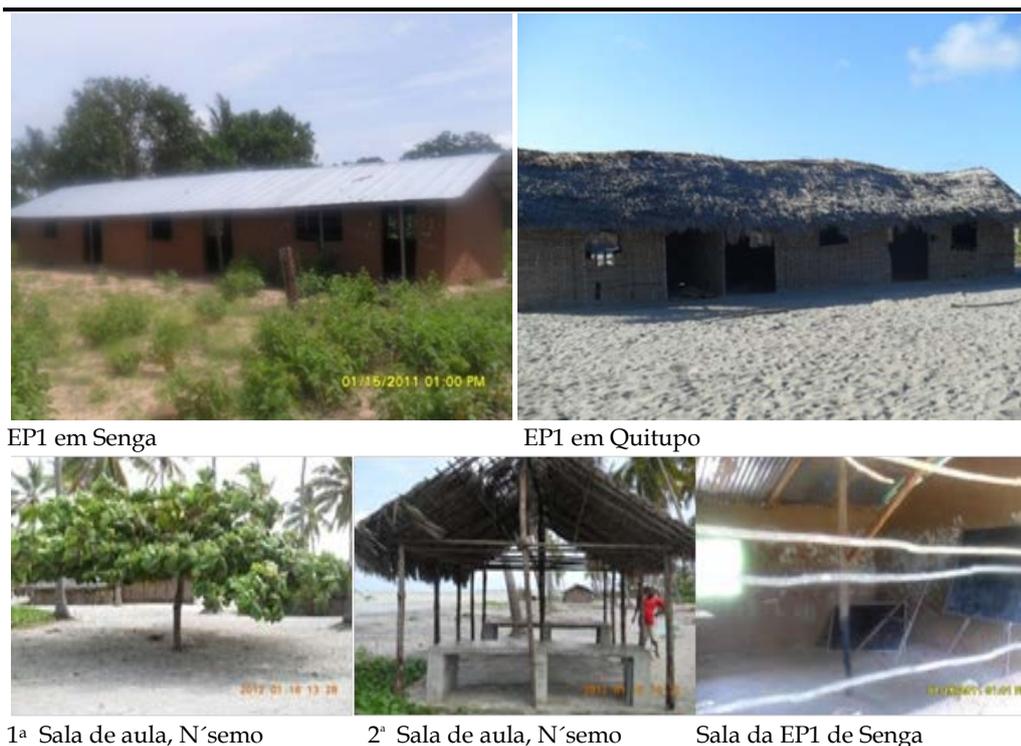
As escolas da região são geralmente construídas a partir de materiais de origem local, como tijolos de barro, estacas e folhas, com excepção da Escola de Maganja que foi construída com materiais modernos (blocos, chapa de zinco, etc). As escolas são frequentemente construídas e mantidas pelas comunidades (ver *Figura 9.20*). Em algumas comunidades não existem salas de aula e as aulas são dadas ao ar livre, debaixo de árvores, como é o caso de N'semo (um assentamento com um centro de pesca, que faz parte da aldeia de Maganja) e de Quitupo.

Tabela 9.28 *Estabelecimentos de Ensino no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante*

Aldeia	Tipo		Nº de Alunos		Nº de Professores	
	EP1	EP2	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Quitupo	1	-	205	123	3	1
Senga	1	-	110	94	3	1
Maganja	-	1	291	218	6	1
Total	2	1	606	435	12	3

Fonte: Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia do Distrito de Palma, 2012.

Figura 9.20 Escolas no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante



Fonte: Impacto, 2012.

Os desafios ao sistema de ensino no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante incluem:

- falta de professores;
- falta de materiais, como mesas, livros, salas de aula e uniformes escolares;
- falta de estabelecimentos de ensino de nível EP2;
- longas distâncias a percorrer para alcançar o estabelecimento de ensino mais próximo (*Tabela 9.29*);
- altas taxas de abandono escolar, devido a questões relacionadas com a segurança alimentar (as crianças devem ajudar na colheita); e
- elevadas taxas de abandono escolar, entre as raparigas jovens, devido aos casamentos prematuros e à gravidez na adolescência.

Tabela 9.29 *Tempo médio Percorrido a Pé, pelos Membros dos Agregados Familiares Inquiridos para Alcançar as Escolas*

	Tempo Médio de Percurso a Pé (Minutos/Uma Ida)		
	EP1	EPC	ESG
Quitupo	6	87	87
Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)	27	40	40
Zona Costeira	81	141	151
Senga	8	82	82
Maganja	24	21	187

Fonte: Impacto: 2012

9.13.2 *Perfil e Rede de Saúde*

Distrito de Palma

Os dados de saúde relativos à Província de Cabo Delgado geralmente relatam indicadores que estão muito abaixo das médias nacionais. A morbilidade e a mortalidade provinciais são mais elevadas do que as taxas nacionais. O último registo provincial, referente ao ano de 2003, para a taxa de mortalidade em crianças com menos de cinco anos e para a taxa de mortalidade infantil, correspondia a 241 e 178 por mil nados vivos, respectivamente (Banco Mundial, 2003).

A *Tabela 9.30* resume as tendências entre 2010 e 2011 para as principais doenças notificadas, bem como o perfil de morbilidade, o número de óbitos, a taxa de incidência e a taxa de mortalidade. Estes dados destacam o impacto da malária, indicando igualmente que esta caiu em 2011 para quase 21 por cento relativamente aos dados de 2010. De notar que a situação de referência de saúde apresentada neste capítulo tem limitações devido à natureza da gestão de dados e aos comportamentos por parte da comunidade na procura de cuidados de saúde.

Tabela 9.30 *Principais Doenças Notificadas no Distrito de Palma, 2008-2011*

Doenças	Casos notificados			Mortes notificadas			Taxa de Incidência (%)		Taxa de mortalidade (%)	
	2011	2010	Alteração (%)	2011	2010	Alteração (%)	2011	2010	2011	2010
Sarampo	4	3	33,3	0	0	0	0,01	0,01	0	0
Tétano neonatal	0	0	0,0	0	0	0	0,00	0,00	0	0
Tosse convulsa	0	0	0,0	0	0	0	0,00	0,00	0	0
Malária	10.622	13.418	-20,8	18	18	0	20,15	26,03	0,2	0,1
Paralisia flácida aguda	3	1	200	0	0	0	0,01	0,00	0	0
Mordedura de animais	1	0	0,0	0	0	0	0,00	0,00	0	0

Doenças	Casos notificados			Mortes notificadas			Taxa de Incidência (%)		Taxa de mortalidade (%)	
Diarreia	1.214	1.509	-19,5	1	3	-66,7	2,30	2,93	0,1	0,2
Disenteria	406	444	-8,6	0	0	0	0,77	0,86	0	0
Cólera	0	0	0,0	0	0	0	0,00	0,00	0	0
Peste	0	0	0,0	0	0	0	0,00	0,00	0	0
Meningite	0	0	0,0	0	0	0	0,00	0,00	0	0

Fonte: Austral COWI, 2012

O remanescente desta secção fornece a situação de referência de saúde para a Área do Projecto ⁽¹⁾. Para se alinhar aos padrões de desempenho do IFC, foi seguida a metodologia descrita nas Notas de Boas Práticas para a Avaliação do Impacto na Saúde (AIS) do IFC. A metodologia do IFC define 13 áreas de saúde ambiental (EHA) para apoiar a análise sistemática das considerações de saúde. O conjunto das EHA fornece uma ligação entre as actividades relacionadas com o projecto e os potenciais impactos positivos ou negativos a nível da comunidade.

Opiniões e comentários das partes interessadas

Várias partes interessadas (desde representantes do MISAU a nível nacional, provincial e distrital, a membros das comunidades em Afungi) foram consultadas durante a elaboração da situação de referência de saúde. A opinião e os comentários das partes interessadas sobre qualquer desenvolvimento são de vital importância, pois muitas vezes as pessoas que têm experiência/conhecimentos na área compreendem melhor o contexto e, em particular, os desafios em matéria de saúde. Elas vão assim compreender as vulnerabilidades da comunidade e a capacidade desta e das autoridades para lidar com todas as mudanças na área, bem como a capacidade de lidar com os potenciais impactos na saúde.

Os comentários e as preocupações das principais partes interessadas, que foram consultadas como parte do exercício de recolha de dados de saúde, são resumidos na *Tabela 9.35*.

Áreas de Saúde Ambiental

A descrição da situação de referência de saúde será ainda mais resumida com base no enquadramento das Áreas de Saúde Ambiental (EHA). O enquadramento das EHA abrange uma visão ampla da saúde ambiental e compreende um amplo espectro de determinantes de saúde, incluindo questões sociais e institucionais. As treze EHA e respectivas áreas de enfoque específicas estão detalhadas na *Tabela 9.31* abaixo. Estas descrições de

(1) O estudo da situação de referência de saúde faz parte de uma avaliação rápida de Impacto sobre a Saúde (RHIA) realizada para o Relatório do EIA. A situação de referência é necessária como parte da RHIA para identificar e estimar as mudanças duradouras ou significativas de diferentes acções sobre o estado de saúde de uma determinada população, ajudando assim o Projecto na compreensão das necessidades de saúde existentes na comunidade e considerando as consequências futuras das diferentes opções do projecto sobre a saúde humana.

referência de saúde são discutidas para cada EHA relevante e incluem uma descrição sucinta das condições de saúde existentes na Área de Estudo, bem como da capacidade institucional das autoridades locais e das comunidades para gerirem ou se ajustarem a quaisquer potenciais impactos na saúde ou alterações na área que possam afectar a saúde.

Tabela 9.31 *Áreas de Saúde Ambiental (EHA)*

EHAs	
1	Doenças transmissíveis associadas à sobrelotação e às deficientes condições ambientais/socioeconómicas
2	Doenças relacionadas com vectores
3	Doenças relacionadas com o solo, a água, a higiene e os resíduos
4	HIV/SIDA e Infecções de Transmissão Sexual (ITS)
5	Questões relacionadas com alimentação e nutrição
6	Doenças não-transmissíveis
7	Acidentes e lesões
8	Medicina veterinária e doenças zoonóticas
9	Determinantes de saúde ambiental/Exposição a materiais perigosos
10	Determinantes sociais da saúde
11	Práticas culturais de saúde
12	Serviços e infra-estruturas de cuidados de saúde
13	Programas e sistemas de saúde

EHA nº 1: Doenças transmissíveis associadas à sobrelotação e às deficientes condições ambientais/socioeconómicas

As habitações na Área de Estudo são rudimentares, sendo utilizados materiais naturais para a construção. A sobrelotação não pareceu ocorrer na área de estudo. As actividades ligadas à confecção de alimentos são principalmente levada a cabo em estruturas separadas no exterior, mas como os combustíveis de biomassa são os geralmente utilizados existe a possibilidade de exposições a uma qualidade de ar deficiente, o que pode aumentar o risco de doenças respiratórias. A electricidade não está disponível.

Necessidades de Saúde/Vulnerabilidades da Comunidade

- A tuberculose (TB) é uma das principais causas de morbilidade e mortalidade em Moçambique. Este fardo tem vindo a aumentar como resultado da ligação de co-morbidade com o HIV/SIDA.
- Ao nível local, a detecção de casos de tuberculose é limitada devido ao comportamento deficiente na procura de cuidados de saúde e ao acesso limitado aos serviços de saúde por parte das comunidades. A tomada de consciência e o conhecimento sobre a TB também são limitados.
- As doenças respiratórias agudas são classificadas como o terceiro principal desafio para a saúde na província e as altas taxas de morbilidade são agravadas por factores de co-morbidade, tais como anemia, diarreia, malária e desnutrição crónica.

- Como as comunidades rurais estão relativamente isoladas, as mesmas podem ser consideradas vulneráveis a surtos de gripe.

Capacidade Institucional

Não existem quaisquer dados sobre indicadores padrão de tuberculose, e tendo em conta o fraco acesso a cuidados de saúde e o comportamento limitado na procura de cuidados de saúde, é um desafio compreender aquilo que é na realidade o fardo das doenças relacionadas com a tuberculose.

- As taxas de sucesso do tratamento são, provavelmente, satisfatórias, pois existe o programa Tratamento Directamente Observado de Curta Duração (DOTS¹). No entanto, o acesso pode limitar o acompanhamento e os programas dos agentes de saúde comunitários (ASC) não são suficientemente fortes.
- No que se refere às Infecções Respiratórias Agudas (IRA), as capacidades de diagnóstico no Distrito de Palma são limitadas não havendo qualquer serviço de radiologia; os serviços laboratoriais são limitados e sem qualquer sistema de amplificação de ácidos nucleicos.
- Existe um sistema funcional de Gestão de Informações de Saúde de Rotina (RHMIS²) no distrito, mas este é limitado pela falta de meios de diagnóstico e de pessoal qualificado. A monitorização de indicadores de saúde específicos é, portanto, limitada.
- A capacidade institucional para gerir qualquer influxo em larga escala para a área é mínima.

EHA nº 2: Doenças relacionadas com vectores

Necessidades de Saúde/Vulnerabilidades da Comunidade

- Não existem quaisquer dados verificáveis sobre o impacto da malária na área do Projecto, mas devido a intervenções recentes há indicações de que a transmissão da malária tem estado a reduzir. A falta de meios fiáveis de diagnóstico significa que a malária é muitas vezes sobre-diagnosticada (Perfil de Saúde do Distrito de Palma, 2011).
- Estudos a nível nacional estimam uma incidência anual de malária correspondente a 50-100 casos/por cada 1.000 habitantes, e os resultados do estudo MIS 2007 indicam que 71 por cento das crianças com idades entre 6-59 meses testaram positivo em testes de diagnóstico rápido (TDR) de malária e 36,5 por cento em lâminas de microscopia (Programa Nacional de Controle da Malária, 2007).
- Em Palma, o diagnóstico é feito pelos TDR e por microscopia, mas nos centros de saúde rurais há uma dependência de TDR. Foram relatadas

(¹) Nota do Tradutor: Directly Observed Treatment Short-Course.

(²) Nota do Tradutor: Routine Health Information Management System

rupturas de *stock* tanto de TDR como de medicamentos, ocorrendo geralmente em áreas rurais.

- O nível de conhecimento sobre a malária e respectivas actividades de prevenção é limitado, tendo um estudo nacional destacado que apenas 28 por cento dos entrevistados indicaram que as redes mosquiteiras oferecem alguma protecção contra a malária. Esta tendência é confirmada pelos resultados das discussões de grupos focais (DGF) realizadas na área de estudo. Na Área de Estudo, as medidas de controlo são limitadas. Redes mosquiteiras tratadas com insecticida (REMTI) foram distribuídas pelo distrito, mas a sua utilização é fraca o que está relacionado com o fraco conhecimento ao nível das comunidades. Durante as DGF a maioria dos agregados familiares admitiu possuir REMTIs, indicando que crianças geralmente dormem sob a protecção destas.
- Há um risco de febre de dengue e de chikungunya ocorrerem ao longo das áreas costeiras, especialmente onde há portos utilizados por navios provenientes de destinos regionais e, especialmente, internacionais. O ambiente é adequado para a transmissão de arboviroses, sendo provável que o vector esteja amplamente distribuído.
- A filariase linfática (FL) é uma importante doença local, transmitida por vectores. Esta tem sido objecto de uma campanha de erradicação. A Tripanossomiase Africana Humana (TAH) não foi relatada localmente, apesar de ter sido indicada a presença do vector da doença (mosca tsé-tsé).

Capacidade Institucional

- Existe um Programa Nacional de Controlo de Malária (PNCM) que está a funcionar, mas a capacidade para estender todos os elementos do programa às áreas rurais no extremo Norte do país é limitada.
- Há também uma capacidade limitada de compreender o verdadeiro peso da malária, devido à cadeia de fornecimentos irregular, à incapacidade de registar com precisão os casos, ao fraco acesso a serviços de saúde e aos comportamentos locais no que concerne à procura de cuidados de saúde. O mesmo se aplica às arboviroses, FL e TAH.
- A capacidade de monitorar eficazmente as mudanças na transmissão da malária e a sua prevalência a nível local também é limitada, devido a mecanismos de vigilância inadequados.
- Os actuais desafios relativos à saúde ambiental podem vir a piorar se forem implementados empreendimentos de grande escala que resultem em desenvolvimento não planificado, resultando isto num risco incrementado de transmissão da malária.

EHA nº 3: Doenças Relacionadas com o Solo, a Água, a Higiene e os Resíduos

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- O acesso a fontes melhoradas de abastecimento água é um grande desafio nacional. Apenas 36 por cento da população de Cabo Delgado tem acesso a essas fontes melhoradas (UNICEF, 2010).
- O acesso à água é uma questão importante na área de estudo e, em geral, a comunidade faz uso de poços desprotegidos e riachos uma vez que os preços para utilização de fontanários protegidos são proibitivos. O Censo de 2007 indica que a maioria dos agregados familiares do distrito se abastece em fontes de água não melhoradas (68,8 por cento), enquanto a avaliação social (Impacto, 2012), realizada no âmbito do Projecto em referência, indica que 58 por cento dos agregados familiares amostrados obtêm água a partir de fontes protegidas. Serviços de saneamento são praticamente inexistentes, com a maioria dos agregados familiares praticando o fecalismo a céu aberto nas praias ou matas. A construção de latrinas constitui um desafio, devido aos solos arenosos e ao lençol freático alto. As latrinas são geralmente utilizadas apenas para urinar.
- As doenças diarreicas são a segunda causa mais comum de morbidade no Distrito de Palma. O distrito teve surtos de cólera em 2009 e 2010.
- Infecções de pele (tungíase e infecções por fungos) e dos olhos (conjuntivite) relacionadas à falta de higiene são relatadas como sendo comuns.
- Helmíntiases Transmitidas pelo Solo (HTSs) são comuns e, embora existam programas trimestrais escolares para reduzir a carga da doença, foi relatado que a lombriga redonda e os ancilostomídeos são especialmente comuns. Com base em modelações prevê-se que a prevalência de HTSs seja superior a 50 por cento no distrito (Augusto, *et al.*, 2009).
- Sintomas sugestivos de schistosomíases uro-genitais foram relatados pelos homens entrevistados na área de estudo como sendo comuns. As autoridades de saúde informaram que não há dados precisos, mas que estes casos são mais comuns em redor de Pundanhar e de áreas húmidas localizadas. Com base em modelações, prevê-se que a prevalência de schistosomíase uro-genital esteja entre 50 a 100 por cento no distrito (Augusto, *et al.*, 2009).
- O conhecimento local sobre saneamento básico e higiene é limitado.

Capacidade Institucional

- A capacidade institucional para fornecer serviços básicos é mínima. As autoridades distritais locais podem ter dificuldade em planificar ou responder a qualquer aumento da procura de infra-estrutura ou dos serviços necessários.

- A resposta a surtos necessitaria de apoio externo, uma vez que as capacidades de diagnóstico, de recursos humanos e de logística são limitadas. Os serviços de saúde no distrito têm capacidade limitada para apoiar programas de informação, educação e comunicação (IEC), que promovam programas sobre a utilização da água, higiene e saneamento.

EHA nº 4: HIV / SIDA e Infecções de Transmissão Sexual

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- Em 2009, a prevalência nacional de HIV/SIDA e Infecções de Transmissão Sexual estimada para mulheres e homens foi de 13,1 por cento e 9,2 por cento, respectivamente. A prevalência em Cabo Delgado foi de 9,5 por cento e 9,2 por cento em homens e mulheres, respectivamente (INE, Ministério da Saúde, e MEASURE DHS + / ORC Macro, 2009). A maior prevalência ocorreu na faixa etária dos 20 a 24 anos de idade, com uma diferença de género significativa, que varia entre 1,2 a 4,2 por cento nos homens e entre 5,9 a 11,1 por cento nas mulheres (USAID, 2010; UNAIDS e WHO, 2008).
- A prevalência de HIV no Distrito de Palma não é conhecida, mas com base em estatísticas dos centros de saúde foi estimada em 3 por cento; os dados para estabelecer esta estimativa são referentes a 2011 e provêm dos gabinetes de aconselhamento e testagem voluntária (GATV) em 2011. No entanto, tendo por base as estatísticas provinciais, é provável que este número esteja mais perto dos 9 por cento. No âmbito do combate ao HIV/SIDA, o Governo e as ONGs têm aumentado as suas campanhas de sensibilização, de testagem de HIV e de distribuição de preservativos.
- A testagem de HIV durante os cuidados pré-natais (CPN) é uma boa iniciativa, visto ser mais ou menos obrigatória. Enquanto a prevalência neste grupo não é conhecida, este pode ser potencialmente usado como um indicador muito bom para determinar a prevalência actual. No entanto, a absorção é limitada por rupturas de *stock* de TDR de HIV e pelo acesso limitado aos serviços de saúde, limitando a participação em CPN.
- Infecções de Transmissão Sexual (ITSs) são relatadas como sendo comuns e com tendência crescente na área de estudo.
- A poligamia e a infidelidade são comuns e complexas redes sexuais ocorrem na área. Não é incomum um homem ter 4 esposas.
- Foi relatado que a comunidade, em geral, tem pouco conhecimento sobre a transmissão de HIV/ITS e sobre as práticas de prevenção e, assim, os comportamentos são deficientes. Isto foi confirmado durante as DGFs. Esta situação está relacionada com o acesso limitado a informações sobre temas relacionados com a saúde e com a fraca educação.

- A gravidez na adolescência é um problema social e de saúde significativo, e com tendência para aumentar. Há um aumento associado de ITS/ HIV neste grupo etário jovem, sendo o abuso de álcool um factor importante que contribui para a actividade sexual de alto risco.
- O uso de preservativo é relatado como sendo baixo, apesar da disponibilidade geral. Isto tem uma base cultural/religiosa e é relacionado com um conhecimento consistente fraco.
- Tanto as DGF como as entrevistas com informantes-chave (EIC) das autoridades de saúde e proprietários de bares locais, indicaram que há trabalhadoras de sexo na área. Em geral estas mulheres não são locais (isto é, vêm de outras áreas).
- Embora não tenha sido possível determinar a incidência de HIV/SIDA no Local do Projecto em Afungi, através do Inquérito ao Agregado Familiar foi feita uma tentativa de avaliar os níveis de conhecimento e consciencialização a esse respeito. A maioria dos agregados familiares inquiridos no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (cerca de 95,5 por cento) indicou ter ouvido falar de HIV/SIDA. A *Tabela 9.32* fornece um resumo das fontes de informação sobre a doença, conforme relatado pelos agregados familiares inquiridos. Uma grande parte destas ouviu falar de HIV/SIDA através da rádio (85,7 por cento), de amigos (28,6 por cento) ou numa unidade sanitária (25 por cento) (ver *Tabela 9.32*).

Tabela 9.32 *Fonte de Informação sobre o HIV/ SIDA Segundo os Agregados Familiares Inquiridos*

Fontes de Informação	%
Rádio	85.7
Amigos	28.6
Vizinhos	9.3
Agregado Familiar	3.6
Activistas Comunitários	3.6
No Posto/Centro de Saúde	25.0
Encontros entre o Governo e a população	11.4
Outro	3.6

Fonte: Impacto, 2012

Capacidade Institucional

- Há uma cobertura limitada de tratamento anti-retroviral (TARV) no distrito, sendo o acesso aos cuidados de saúde e o cumprimento do tratamento um grande desafio.
- Os serviços distritais de saúde possuem uma capacidade limitada para ampliar o acesso aos serviços para a comunidade em geral, devido à falta de programas de capacitação e de ONGs na área.

A vigilância da prevalência de HIV e ITS nas estatísticas de saúde do distrito é limitada, embora haja a oportunidade de usar os dados provenientes dos cuidados pré-natais (CPN) para monitorar as tendências de HIV e ITS (sífilis como indicador) na área.

EHA nº 5:- Questões relacionadas com a alimentação e nutrição

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- A desnutrição crónica foi citada como uma preocupação significativa entre os gestores dos programas provinciais de saúde. A desnutrição aguda não é uma das questões mais importantes e é frequentemente associada a problemas de saúde subjacentes (como o HIV).
- Um estudo recente (2011) descobriu que 53 por cento das crianças apresentavam um moderado “baixo crescimento” (um indicador de desnutrição crónica) e 26,7 por cento são severamente atrofiadas (INE, Ministério da Saúde, e MDI International, 2012).
- Observou-se o baixo peso à nascença, associado à má nutrição materna, deficiência de micro-nutrientes (anemia) e doenças infecciosas, como malária e HIV. Bebés de baixo peso apresentam um maior risco de morte na infância e, a longo termo, o seu desenvolvimento cognitivo é muito reduzido.
- A anemia é uma questão importante, sendo também um factor de comorbidade em outros perfis de doenças transmissíveis. Ao nível provincial, 76 por cento das crianças menores de cinco anos são anémicas com 5,5 por cento registadas como tendo anemia severa (INE, Ministério da Saúde e MDI International, 2012).

Capacidade Institucional

- As autoridades distritais de saúde têm capacidade para acompanhar as tendências da desnutrição aguda e responder a emergências nutricionais com apoio externo.
- Não há um programa eficaz de vigilância nutricional para determinar as necessidades da comunidade. Assim, os programas proactivos de apoio nutricional em escolas ou ligados a intervenções IEC durante os CPN são inadequados.

EHA nº 6:- Doenças Não-transmissíveis

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- A hipertensão arterial foi relatada como sendo comum no Distrito de Palma. O controlo da doença é dificultado pelas exigências de acompanhamento, mas a adesão daqueles que procedem ao tratamento acompanhado é supostamente boa.

- A Diabetes não é relatada como sendo comum, mas o Centro de Saúde de Palma acaba de receber equipamentos e consumíveis para apoiar o diagnóstico de diabetes, pelo que os casos notificados podem vir a aumentar com o tempo.
- Os cancros são raros no distrito e geralmente são detectados numa fase tardia. A consciência e conhecimento sobre as Doenças Não Transmissíveis (DNT) são deficientes no seio das comunidades da área de estudo.

Capacidade Institucional

- Os serviços de saúde na área de estudo focalizam-se principalmente na gestão de doenças transmissíveis devido à carga local da doença, de modo que em geral as DNT não são abordadas de forma proactiva.
- Os serviços de saúde têm capacidade limitada para gerir uma maior carga de doenças provocada por diferentes doenças não transmissíveis, devido a insuficiências em termos de recursos humanos, capacidade de diagnóstico e da cadeia de fornecimento de medicamentos.

EHA nº 7: Acidentes e Lesões

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- Acidentes de Viação (AV) associados ao consumo indevido de álcool e excesso de velocidade são a forma mais comum de lesão na área. As estradas da região são deficientes, e isso geralmente limita o excesso de velocidade. Contudo, a má condução e o uso de veículos em mau estado aumentam o risco de acidentes de viação. Não há sistemas eficientes de controlo de velocidade e o policiamento activo é limitado às principais vilas, devido a limitações de recursos.
- A estrada principal a Norte de Palma, que se estende em direcção a Quionga e à Tanzânia, é a estrada onde a maioria dos acidentes ocorre. Também são relatados acidentes com veículos de pedestres. A comunidade e, especialmente, as crianças têm uma fraca consciência da segurança rodoviária. Fora das estradas principais, os AV são raros, devido ao baixo volume de tráfego.
- A violência doméstica baseada no género (VDBG) é relatada na área; as informações colhidas durante as DGF indicam que esta é tolerada e até aceite, especialmente nas áreas rurais. A causa principal parece estar relacionada com o álcool. Os serviços de saúde indicam ser rara a notificação de casos de VDBG nos centros de saúde, destacando-se ou o estigma da VDBG ou o facto de estes incidentes não resultarem em ferimentos graves.
- Assaltos e outras formas de lesão não acidentais não são comuns. As violações foram relatadas como sendo extremamente raras.

Capacidade Institucional

- A capacidade dos centros de saúde locais para gerir eficazmente os casos de trauma é mínima. Não há um sistema eficaz de ambulância pré-hospitalar que responda a incidentes, e a capacidade nos centros de saúde é limitada pela fraca disponibilidade de pessoal qualificado, equipamento de diagnóstico e capacidade cirúrgica. Assim, o actual sistema de saúde não tem condições para lidar com qualquer aumento de acidentes ou ferimentos.

O policiamento e o cumprimento da lei são limitados no distrito, por falta de capacidade, equipamento e policiamento proactivo.

EHA n.º 8: Medicina Veterinária e Doenças Zoonóticas

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- As zoonoses são pouco reconhecidas e descritas na área de estudo, devido à fraca disponibilidade de serviços públicos veterinários a nível local.
- Durante as EIC não foram relatados casos de raiva.

Capacidade Institucional

- Tanto numa perspectiva de saúde pública como de saúde veterinária, a capacidade institucional é limitada para gerir doenças zoonóticas.

EHA n.º 9: Determinantes de Saúde Ambiental / Exposição a Materiais Perigosos

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- Não há sistemas de remoção de lixo doméstico e, portanto, a disposição indiscriminada de lixo é comum na maioria das áreas, facto que foi confirmado pela avaliação social (Impacto, 2012), realizada no âmbito do Projecto em referência, que identificou que a maioria dos agregados familiares não faz uma gestão adequada dos seus resíduos domésticos. No entanto, os entrevistados em Quitupo informaram que sua aldeia é limpa, sendo que as pessoas enterram ou queimam os seus resíduos.
- Não há na área um empreendimento industrial que seja uma potencial fonte de poluição, pelo que se regista uma exposição mínima a materiais perigosos, para além do lixo que as próprias comunidades deitam no meio ambiente.
- Além de poeira causada pelo vento, a qualidade do ar é boa e a poluição sonora é limitada ao ruído geral produzido pela comunidade.

Capacidade Institucional

- A capacidade de gestão da saúde ambiental pelas autoridades distritais é limitada.
- Não há aterros/lixeiros formais estabelecidos no distrito.

EHA nº 10: Determinantes Sociais da Saúde

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- A saúde mental é um aspecto importante a considerar e relaciona-se com a percepção de bem-estar e sentido de pertença a um lugar por parte das comunidades. Isto é difícil de documentar na situação de referência, pois não há estudos detalhados realizados.
- Foi relatado que as comunidades vivem em harmonia e que as pessoas ajudam-se entre si quando necessário. A excepção foi o Bairro Moá, onde são comuns discórdias e conflitos. Registou-se também um descontentamento em relação a algumas autoridades comunitárias, o que afectou a coesão da comunidade.
- A vida foi descrita como um desafio, devido a múltiplos factores, incluindo o abuso de álcool. A *sura* (vinho de palmeira) é a bebida alcoólica mais consumida localmente.
- Não existem estudos sobre o abuso de álcool ou de substâncias ilícitas, mas um estudo nacional revelou que 28,9 por cento das mulheres e 57,7 por cento dos homens consomem álcool regularmente, sendo que nas mulheres o consumo aumenta com a idade e com a educação enquanto nos homens aumenta com o rendimento (INE, Ministério da Saúde e MDI International, 2012). O número de bares na Vila de Palma-Sede aumentou a disponibilidade de cerveja engarrafada refrigerada, e isto foi considerado um factor significativo.
- O abuso de substâncias ilícitas limita-se à marijuana, que foi relatada como sendo comum. Não houve referência a suicídios e depressões em todas as DGF e nas EIC às autoridades locais de saúde.
- A fraca educação é uma grande limitação na área e durante as DGF todas as mulheres relataram ter em geral um baixo nível de educação. Isto foi também analisado na avaliação social (Impacto, 2012), realizada no âmbito do Projecto em referência, a qual identificou que 92 por cento das mulheres dos agregados familiares inquiridos são analfabetas.
- A procura de cuidados de saúde é fraca. Não há evidências sobre as causas deste facto, mas o fraco acesso aos cuidados de saúde e uma preferência cultural pela medicina tradicional constituem factores prováveis.

Capacidade Institucional

- Não há capacidade mínima local para lidar com as potenciais patologias sociais relacionadas com o potencial desenvolvimento rápido dos assentamentos populacionais da área de estudo.

EHA nº 11: Práticas Culturais de Saúde

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- Curandeiros tradicionais (CT) desempenham um papel importante nos cuidados de saúde e tratamento de certos problemas. Pessoal da saúde ao nível da aldeia relata o uso significativo de curandeiros tradicionais o que por sua vez atrasa o recurso aos cuidados de saúde formais.
- Durante as DGF relatou-se o uso da medicina tradicional como sendo comum. Há muitos curandeiros nas comunidades.
- As mulheres relataram que geralmente recorrem em primeira instância aos centros de saúde e, em seguida, aos curandeiros. É comum a percepção de que muitas condições de saúde estão relacionadas com a feitiçaria ou outras formas de influência sobrenatural.

Capacidade Institucional

- Existem lacunas na compreensão de práticas específicas da medicina tradicional na Área de Estudo.

EHA nº 12: Serviços e Infra-estruturas de Cuidados de Saúde

Há seis unidades sanitárias no Distrito de Palma, incluindo um centro de saúde rural (Tipo I), quatro centros de saúde rural (Tipo II) e um posto de saúde. A distribuição destas é descrita na *Tabela 9.33* e *Figura 9.21*. O Centro de Saúde de Palma é a única unidade com condições de internamento (para crianças e adultos) e serviços disponíveis, tais como pequenos procedimentos médicos e odontológicos. Todos os outros centros de saúde, com excepção do de Maganja, estão localizadas nas sedes dos postos administrativos e prestam serviços ambulatoriais, têm maternidade e fornecem serviços de saúde materno-infantil e vacinações. O Posto de Saúde de Mute está localizado na sede da localidade do mesmo nome (ver *Tabela 9.33*).

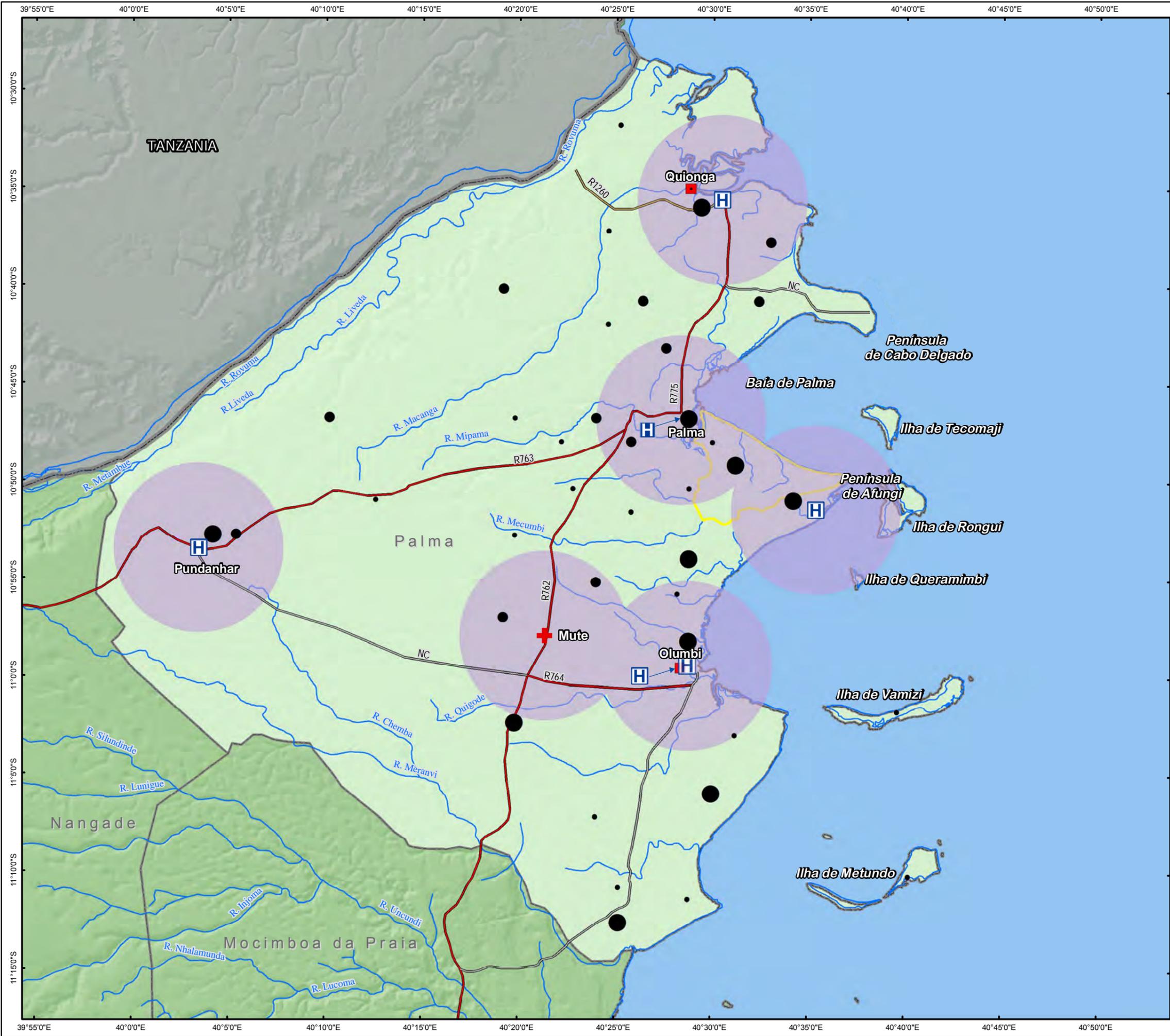
Em cada Posto Administrativo existem muitas pessoas que vivem a mais de oito quilómetros de distância de uma unidade sanitária e o acesso a estas é ainda mais complicada pela falta de transporte público e pela deficiente infra-estrutura rodoviária (ver *Figura 9.21*). O hospital mais próximo para a população residente no Distrito de Palma é o Hospital Distrital de Mocimboa da Praia, localizado a 80 km da Vila de Palma, para o qual são encaminhados

os pacientes da área de Palma que requerem cuidados cirúrgicos ou assistência médica mais especializada.

Tabela 9.33 *Unidades Sanitárias no Distrito de Palma*

Nome do Centro	Localização	Classificação	Maternidade (N.º de Camas)	Unidade de Interna-mento (N.º de Camas)	Consultas		Cirurgia Menor	Sala de Raio-X
					Ambulatório	Odontologia		
Centro de Saúde de Olumbe	Sede do Posto Administrativo de Olumbe Sede	Rural Tipo II	9	X	√	X	X	X
Centro de Saúde de Quionga	Sede do Posto Administrativo de Quionga	Rural Tipo II	4	X	√	X	X	X
Posto de Saúde de Mute	Sede da Localidade de Mute	Posto de Saúde	X	X	√	X	X	X
Centro de Saúde de Pundanmar	Sede do Posto Administrativo de Pundanmar	Rural Tipo II	3	X	√	X	X	X
Centro de Saúde de Palma	Vila de Palma	Rural Tipo I	16	38	√	√	√	X
Centro de Saúde de Maganja	Aldeia de Maganja Localidade de Mute	Rural Tipo II	4	X	√	X	X	X

Fonte: Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social do Distrito de Palma, 2012.



Legenda

- Sede do Distrito
- Sede do Posto Administrativo
- Rios

Estradas

- Terciária
- Local
- Não-Classificada

Local do Projecto em Afungi

Fronteira com a Tanzania

Província

- Cabo Delgado
- Limite do Distrito
- Distrito de Palma

Centro de Saúde

- Posto de Saúde
- Rural – Tipo I
- Rural – Tipo II
- Área de Cobertura – 8 km

Densidade Populacional

- < 500
- 501 - 1000
- 1000 - 5000

Escala no Mapa Principal:

0 5 10 15 20 Quilómetros

Título:

Figura 9.21: Distribuição de Unidades Sanitárias no Distrito de Palma

Ciente:

Anadarko **eni**
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 330 000

DESENHO: Fig 9.21_Distribuição de Unidades Sanitárias no Distrito de Palma.mxd

Rev: A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Projecção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão: A3

O acesso aos serviços de saúde no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante é muito fraco, uma vez que, com excepção da unidade sanitária de Maganja, todas as unidades sanitárias estão localizadas nas sedes dos postos administrativos. Há voluntários de saúde nas comunidades, designados socorristas/APE 's ⁽¹⁾, que recebem o apoio do Serviço Distrital de Saúde.

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- A capacidade e qualidade dos serviços de saúde são limitadas na área de estudo, sendo o centro de saúde rural (de nível 1) o mais alto nível de cuidados de saúde. O edifício desta unidade sanitária foi recentemente remodelado e o nível de cuidados parece ser adequado ao âmbito dos serviços prestados. O acesso a partir das áreas rurais é limitado devido a estradas deficientes e à falta de um sistema de transporte público. O sistema de encaminhamento para Mocimboa da Praia é moroso pois há apenas uma ambulância para todo o distrito.
- A cadeia de fornecimentos para o distrito e especificamente para os centros rurais é irregular, tendo os profissionais de saúde relatado que as rupturas de *stock* são frequentes.
- A gestão de resíduos hospitalares é fraca e o abastecimento de água é deficiente, o que influencia a capacidade de controlo de infecções.
- Não há unidades sanitárias disponíveis na Península de Afungi, com excepção da aldeia de Maganja; contudo quase 33 por cento dos entrevistados em Maganja referiram a Vila de Palma como a primeira escolha para aceder aos serviços de saúde. Nas demais áreas, a maioria da população refere o Centro de Saúde de Palma, com excepção de 18 por cento dos moradores de Quitupo, zonas de produção e os habitantes da Zona Costeira, que recorrem à unidade sanitária de Maganja (ver Tabela 9.34 abaixo).

Tabela 9.34 *Localização das Unidades Sanitárias Utilizadas Pelos Agregados Familiares Inquiridos*

Distrito	Quitupo	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)	Zona Costeira	Senga	Maganja
Posto/Centro de Saúde Apenas com Serviços Ambulatórios (% de AF)					
Na aldeia ou bairro	-	-	4,5	25	100
Em aldeia vizinha	18,8	18,8	45,5	-	-
Vila de Palma	75	75	45,5	75	-
Outro Posto Administrativo do Distrito	6,3	6,3	4,5	-	-
Total	100	100	100	100	100

(1) APE significa Agente Polivalente Elementar.

Distrito	Quitupo	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)	Zona Costeira	Senga	Maganja
Centro de Saúde com Maternidade e Instalações de Internamento (% de AF)					
Na aldeia ou bairro	-		-	-	66,7
Em aldeia vizinha	-		18,2	-	-
Vila de Palma	100		81,8	100	33,3
Outro Posto Administrativo do Distrito	-		-	-	-
Total	100	0	100	100	100

Fonte: Impacto, 2012

Os serviços de saúde utilizados pelos agregados familiares inquiridos são descritos abaixo.

- O Centro de Saúde de Maganja é utilizado pela maioria das mulheres grávidas da aldeia de Maganja (93 por cento), uma vez que esta unidade sanitária dispõe de maternidade.
- Segundo a avaliação social (Impacto, 2012), realizada no âmbito do Projecto em referência, uma proporção significativa de mulheres grávidas indicou o Centro de Saúde de Palma como a sua primeira escolha para aceder a cuidados pré-natais; estas correspondem a mulheres residentes nas Zonas de produção de Quitupo (88 por cento), em Quitupo (48 por cento), nas zonas costeiras (59 por cento) e em Senga (35 por cento), apesar da distância dos três últimos.
- O socorrista/APE que trabalha na aldeia de Senga é a primeira instância de consulta para 30 por cento dos agregados familiares que procuram cuidados de saúde para mulheres grávidas, indicando o valor desta figura na comunidade.
- Para consultas de crianças com idade acima de cinco anos e adultos, o Centro de Saúde de Maganja é a primeira escolha para os moradores da aldeia de Maganja. Da mesma forma que o Centro de Saúde de Palma é a primeira escolha para os moradores de Quitupo (54 por cento), zonas de produção de Quitupo (88 por cento), Zona Costeira (36 por cento) e Senga (40 por cento).

Capacidade Institucional

- A rede da infra-estrutura de saúde é limitada, uma vez que as instalações, os equipamentos e o pessoal parecem ser insuficientes para atender as necessidades de saúde da população.

- Não há capacidade (em termos de infra-estruturas, pessoal e cadeia de fornecimentos) para lidar com um súbito aumento da população. Isso inclui serviços de emergência.

EHA nº13: Programas e Sistemas de Saúde

Necessidades de Saúde / Vulnerabilidades da Comunidade

- Embora se observem actividades extensivas de ONGs em Cabo Delgado, as actividades de ONGs relacionadas com a saúde são limitadas no distrito, não havendo intervenções de saúde que alcancem a área do Projecto.

Capacidade Institucional

- O Sistema de Gestão de Informações de Saúde de Rotina (RHMIS) do distrito aparenta ser funcional, mas é limitado por:
 - deficientes comportamentos de procura de unidades sanitárias ao nível da comunidade;
 - equipa limitada de profissionais de saúde qualificados;
 - limitada disponibilidade de mecanismos de apoio à elaboração de diagnósticos; e
 - registos e relatórios limitados
- A capacidade institucional limita a precisão dos relatórios e a capacidade de usar o RHMIS como um sistema preciso de monitoria de saúde.
- Os programas nacionais de controlo de doenças (malária, tuberculose) não são adequadamente implementados no distrito, devido a limitações em termos de financiamento, logística e recursos humanos.

Perfil da Comunidade

Comunidades Potencialmente Afectadas

Para identificar e quantificar os potenciais impactos na saúde é necessário estabelecer um perfil preciso da população. Para além do perfil demográfico da população em risco e da identificação dos grupos mais vulneráveis, é fundamental compreender como as actividades do Projecto são susceptíveis de causar impacto tanto ao nível das famílias como da comunidade.

Para efeitos da presente situação de referência, dividiu-se a população potencialmente afectada pelo Projecto em grupos de exposição similares ou comunidades potencialmente afectadas (CPAs). Foram identificadas as sete CPAs seguintes:

- Área de Estudo do Distrito de Palma
 - CPA 1: Palma Sede e seus diferentes bairros;

- CPA 2: População do Local do Projecto em Afungi que pode ser potencialmente reassentada;
- CPA 3: Assentamentos de pesca localizados na costa do Local do Projecto em Afungi, designados como Zonas de Produção, os quais podem vir a ser reassentados devido às actividades do projecto; Estes são considerados como diferentes das CPA2, devido à sua utilização como centros de pesca;
- CPA 4: Senga. Esta comunidade está localizada fora do Local do Projecto em Afungi e pode ser afectada através de alterações no acesso e pelo influxo de pessoas;
- CPA 5: Maganja. Esta comunidade está localizada fora do Local do Projecto em Afungi e pode ser afectada através de alterações no acesso; e
- CPA 6: Comunidades da Área de Estudo mais ampla (potenciais impactos indirectos) - Olumbe, Quionga, Mondlane e Mute; e.
- Rotas de transporte
 - CPA 7: rotas de transporte e outras características lineares.

Reconhece-se que estas definições constituem um “modelo de trabalho”, pois podem vir a evoluir e mudar no decorrer do Projecto, uma vez que as mesmas podem ser influenciadas por vários factores sociais e biofísicos. A *Figura 9.22* e *Figura 9.23* consideram, *grosso modo*, a distribuição espacial das diferentes CPAs conforme acima listado, para a área mais ampla do distrito e para a área da Península de Afungi.

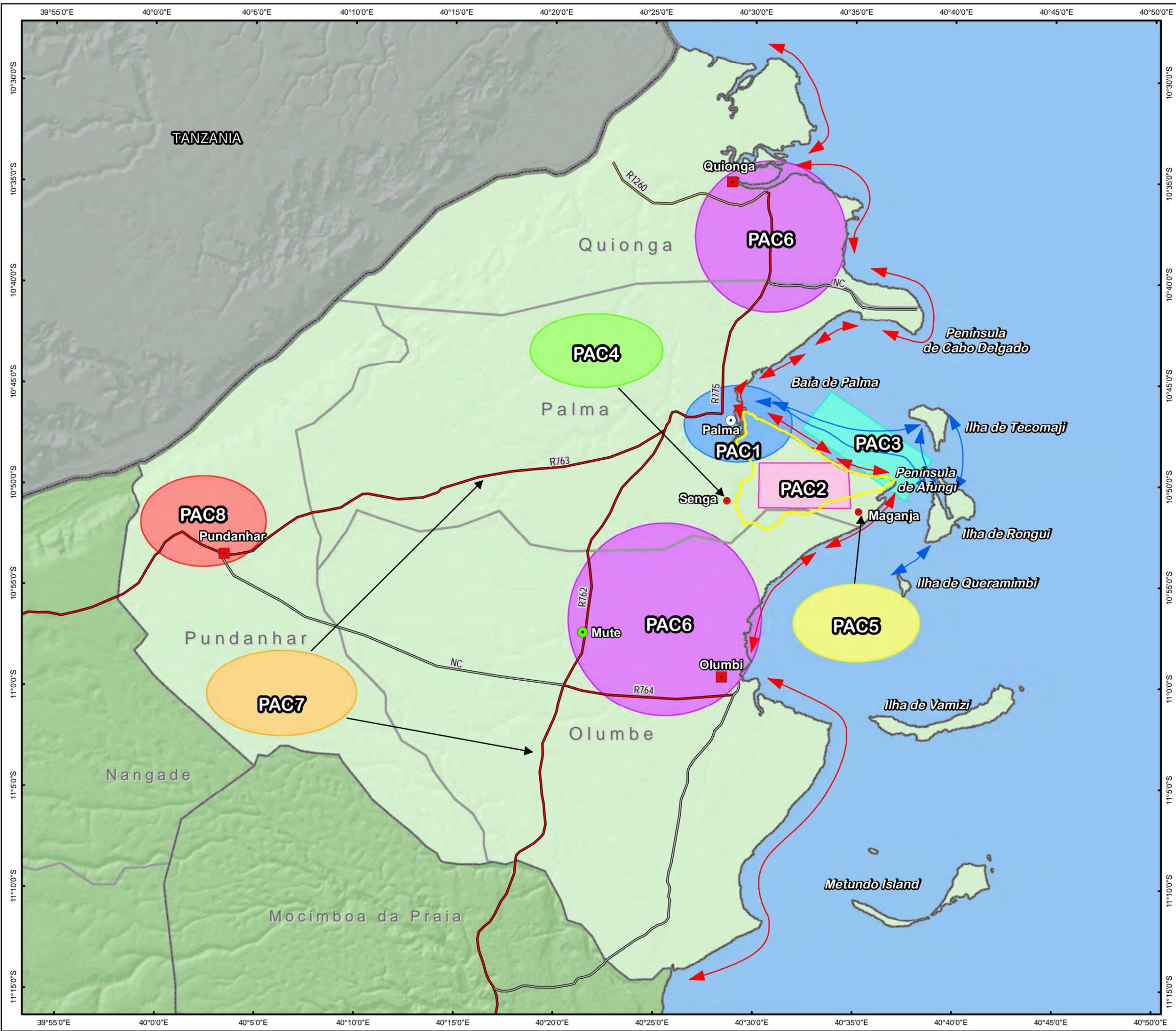
Grupos Vulneráveis ou Indígenas

Mulheres, jovens, pessoas portadoras de deficiência e os idosos são considerados grupos particularmente vulneráveis no cenário local. O acesso e a posse da terra também desempenham um papel. Na Área de Estudo não há grupos étnicos ou religiosos marginalizados que se tenham auto-identificado. Prevê-se que os estudos sociais e económicos em curso na área do Projecto descrevam os grupos vulneráveis e marginalizados.

Tabela 9.35 *Comentários e Preocupações Relativas à Saúde Indicados pelas Partes Interessadas nas Comunidades Potencialmente Afectadas*

Variáveis:	Resultados / Determinantes de Saúde	Possíveis Causas ou Factores Contribuintes
Quais são os principais desafios de saúde na comunidade?	<p>Malária Este é o maior desafio reconhecido de saúde pública, e corresponde a cerca de 8 em cada 10 consultas de crianças e a metade de todas as consultas de adultos nos centros de saúde.</p> <p>Diarreias e doenças relacionadas à água e ao saneamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A ruptura na cadeia de fornecimentos de equipamento de diagnóstico, de medicamentos e de outros elementos de tratamento constitui um factor contribuinte para todos os problemas de saúde • Capacidade limitada para diagnosticar e tratar a malária de forma eficaz a nível da aldeia. • A falta de capacidade para implantar, de forma eficaz, a política de controlo total da malária em áreas rurais remotas. No entanto, apesar destas limitações a malária tem vindo a reduzir a nível local. • Deficientes condições de saúde ambiental nas comunidades, que promovem a reprodução do mosquito e a transmissão da doença. • O fraco conhecimento das medidas de prevenção de doenças e os deficientes comportamentos no que respeita à procura de cuidados de saúde aumentam a morbidade e mortalidade. • Estas estão associadas à desnutrição, fraco saneamento, falta de higiene e deficiente qualidade/quantidade de água. • Há uma falta de acesso a água potável e a serviços de saneamento eficazes na maioria das comunidades. A maioria das comunidades não dispõe de latrinas. Os solos arenosos e o lençol freático alto, observados nestas comunidades, limitam a capacidade de construir latrinas básicas. • Poços desprotegidos ou fontes superficiais são usadas para abastecimento de água para beber. Este é, sobretudo, um desafio quando as famílias residem nas zonas de pesca ou nas zonas de produção. • Surtos de cólera ocorreram em anos anteriores (2009, 2010), destacando a susceptibilidade das comunidades a surtos de doenças diarreicas graves, ligadas à falta de saneamento. • A schistosomíase uro-genital foi indicada como uma preocupação, especialmente nas comunidades da Península de Afungi. As áreas de terras húmidas encontradas na área de estudo são prováveis zonas de alto risco onde a transmissão da doença pode ocorrer. Esta doença é transmitida pelo contacto com a água, destacando mais uma vez o potencial uso de água imprópria e as deficientes práticas de saneamento na área. • Há conhecimento local limitado em relação à prevenção de doenças e as práticas de higiene são inadequadas • As doenças de pele e as infecções nos olhos são comuns, o que, mais uma vez, está relacionado as deficientes práticas de higiene.

Variáveis:	Resultados / Determinantes de Saúde	Possíveis Causas ou Factores Contribuintes
	Aumento das taxas de ITSs e HIV/SIDA	<ul style="list-style-type: none"> • As trabalhadoras de sexo têm vindo a aumentar, especialmente na Vila de Palma. Até ao momento não há nenhuma ligação real entre a presença das trabalhadoras de sexo e as actividades do Projecto. • Há uma série de bares e pensões em desenvolvimento em Palma. As trabalhadoras de sexo utilizam cada vez mais estes locais como base para atrair clientes. • A poligamia e a infidelidade foram relatadas como sendo comuns nas comunidades locais, ocorrendo complexas redes sexuais. • As ITSs foram relatadas como sendo comuns. No entanto, o rastreamento de contactos sexuais é fraco em pacientes diagnosticados com ITSs. O recurso à medicina tradicional limita os comportamentos de procura de cuidados de saúde no que refere às ITSs. • A gravidez na adolescência é um grande problema social e de saúde, com uma tendência crescente. Há também um aumento associado de ITS/HIV neste grupo etário jovem. • A consciência e o conhecimento locais sobre práticas e comportamentos que reduzam o contacto sexual de alto risco são limitados. • Mulheres e meninas são particularmente vulneráveis a práticas sexuais de alto risco, devido a influências culturais locais, e estas têm uma capacidade limitada para negociar com os seus parceiros práticas sexuais seguras. • A disponibilidade, o conhecimento e o uso de preservativos são limitados devido à fraca educação e preferências de índole cultural / religiosa.
Comentários das partes interessadas sobre potenciais impactos negativos do projecto sobre a comunidade?		<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de malária derivado do influxo de pessoas de fora da área, que enquanto procuram um espaço para viver, poderão dormir ao relento; o aumento de locais de reprodução de mosquitos e capacidade local limitada para diagnosticar e tratar um aumento de casos. • Um aumento da malária na força de trabalho, especialmente em trabalhadores do turno da noite, pode dar origem a um reservatório maior de circulação da doença, resultando no incremento da transmissão a nível local. • Aumento de ITSs e HIV/SIDA em resultado da afluência de pessoas para a área, do movimento de trabalhadoras de sexo de outras localizações geográficas onde as taxas de ITSs e HIV sejam potencialmente mais elevadas, o que pode promover o aumento da transmissão a nível local. • Aumento de casos de gravidez na adolescência. • Aumento da escassez de água, como resultado do aumento da competição pelo recurso. • Aumento de doenças diarreicas derivadas da afluência de pessoas de fora para as aldeias onde a situação de saneamento é deficiente. Isto tem o potencial de aumentar o risco de epidemias de cólera e disenteria. • Aumento da escassez de alimentos e desnutrição, devido ao deslocamento de pessoas e também ao aumento dos preços na área • O potencial para reassentamento é ainda desconhecido, mas foi uma preocupação destacada devido ao seu potencial de alterar o acesso.
Comentários das partes interessadas sobre os potenciais impactos positivos do projecto na comunidade?		<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias na renda local • Melhores oportunidades de negócios • Potenciais melhorias nos sistemas de saúde e respectiva capacidade, através de apoios fornecidos pelo Projecto.



Legenda

- Aldeias
- Sede do Distrito
- Sede da Localidade
- Sede do Posto Administrativo

Estradas

- Terciária
- Local
- Não Classificada

Local do Projecto em Afungi

Província

- Cabo Delgado

Limite do Distrito
Limite do Posto Administrativo

Principais Rotas de Acesso Marítimas

- Rota para Operadores de Turismo
- Transporte de Passageiros e Carga

Área do Projecto

Escala no Mapa Principal:
0 5 10 15 20
Quilómetros

Título:
Figura 9.22: Comunidades Potencialmente Afectadas (CPA) no Distrito de Palma

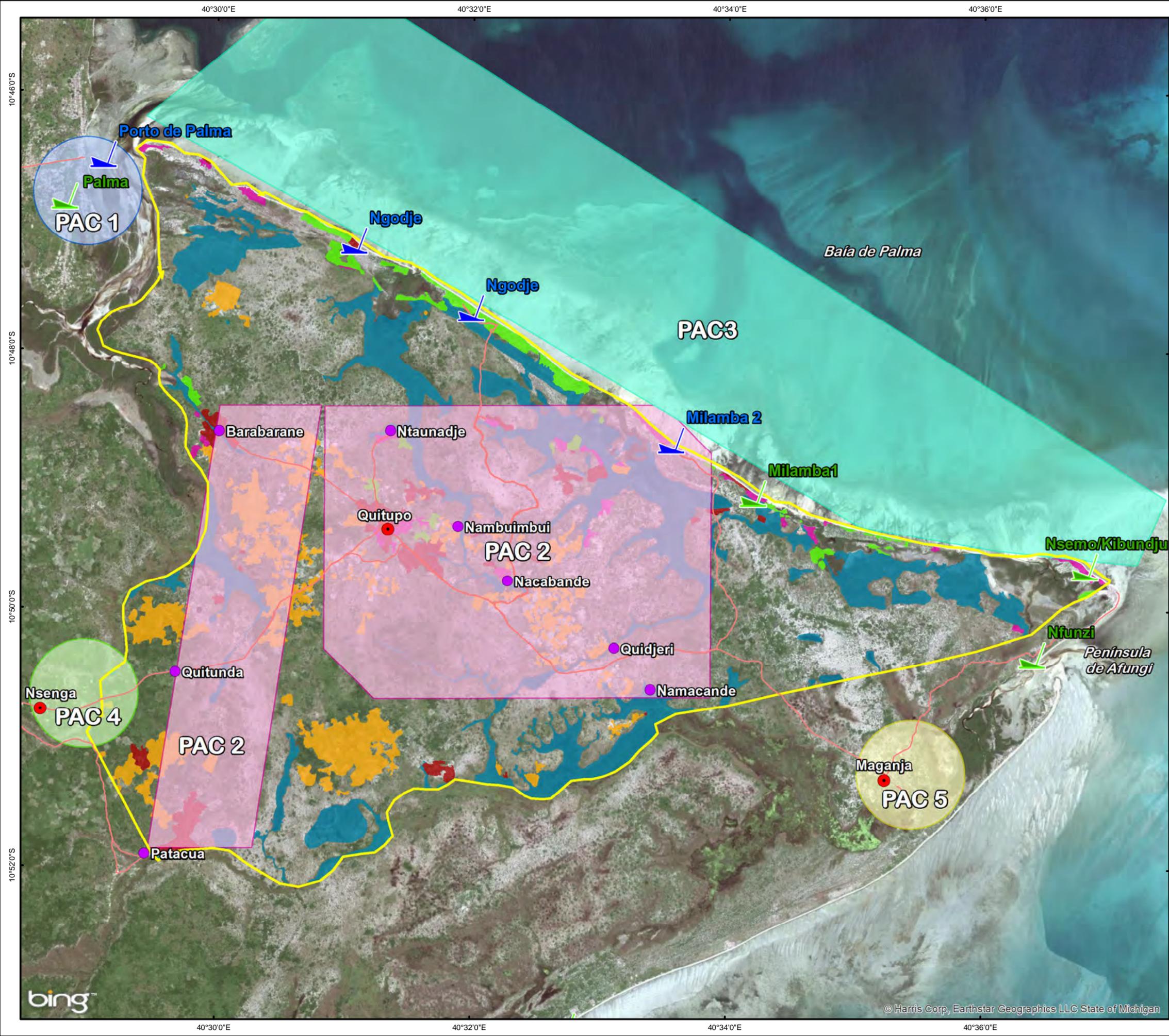
Cliente:
Anadarko **eni**
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 330 000
Desenho: Fig 9.22 Comunidades Potencialmente Afectadas (CPA) no Distrito de Palma.mxd		Rev: A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Projecção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3

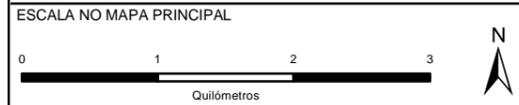


Legenda

- Sede do Posto Administrativo
- Aldeias
- Assentamento (zona de produção)
- ▶ Assentamento com Centro de Pesca
- ▶ Centro de Pesca
- Estradas Locais
- Local do Projecto em Afungi

Cobertura da Terra e Uso da Terra

- Áreas para Agro-Pecuária
- Plantação de Palmares
- Plantação de Palmares com Ocupação Humana
- Áreas de Ocupação
- Mosaico de Planície Aluvial e Áreas de Agro-Pecuária



TÍTULO:
**Figura 9.23:
 Comunidades Potencialmente
 Afectadas (CPA) na Península de
 Afungi**

CLIENTE:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

DATA: Oct 2013	VERIFICADO: IE	PROJECTO: 0133576
DESENHADO: AB	APROVADO: KG	ESCALA: 1 : 52 000
DESENHO: Fig 9.19_Plano de Uso no Local do Projecto em Afungi.mxd		Rev: A

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
 Fonte: Bing Maps ©2010 Microsoft Corporation.
 Impacto, 2012.
 Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3

Distrito de Palma

O Distrito de Palma tem um pequeno sistema de abastecimento de água, localizado na Vila de Palma. Este é complementado por uma série de outras fontes, como poços abertos, rios, riachos, poços com bombas manuais e outras fontes de água superficiais como rios, riachos, lagos, lagoas e charcos. O Censo de 2007 mostrou que a grande maioria das famílias no distrito depende de fontes de água desprotegidas, como poços abertos (60,1 por cento), rios, lagos e lagoas (7,2 por cento) e outras fontes não especificadas (1,6 por cento). A proporção de famílias que depende de fontes de água protegidas é 31,2 por cento, dos quais 27,6 por cento utilizam poços cobertos, 3,4 por cento utilizam poços com uma bomba manual e de 0,2 por cento dependem da água do pequeno sistema de abastecimento disponível na Vila de Palma. A *Tabela 9.36* mostra as fontes de água disponíveis no distrito em 2011 e descreve a disponibilidade dessas fontes.

Tabela 9.36 *Fontes de Água no Distrito, por Posto Administrativo, 2011*

Localização	Poços		Furos com Bombas Manuais		Total		
	Op	Não Op	Op	Não Op	Op	Não Op	Total
Distrito de Palma	26	9	53	17	79	26	105
PA Palma-Sede	9	5	30	10	39	15	54
PA Olumbe	6	3	17	05	23	8	31
PA Quionga	9	1	2	0	11	1	12
PA Pundanhar	2	0	4	2	6	2	8

Legenda

Op: Operacional

Não Op: não operacional

PA: Posto Administrativo

Fonte: Serviço Distrital de Planificação e Infra-estruturas do Distrito de Palma, 2011.

As autoridades do Distrito de Palma têm vindo a trabalhar activamente com a Cooperação Espanhola e o *Millenium Challenge Account*, na condição de doadores do sector de águas, e com a FH, a JAM e a Cowater, na condição de agências de implementação, para prover as comunidades com fontes de água protegidas. Isto tem sido alcançado através da construção de furos com bombas manuais ⁽¹⁾.

No Distrito de Palma o saneamento básico constitui um desafio, pois 79 por cento das famílias foram registados como não tendo acesso a instalações de saneamento. A maioria dessas famílias pratica o fecalismo a céu aberto nas matas e praias. Mesmo assim, de entre os que possuem uma instalação de

(1) A Política Nacional de Águas (PNA) determina que a fonte de água deve ser requerida pela comunidade, que deve organizar -se para contribuir com parte dos custos e seleccionar o grupo que vai assegurar a gestão comunitária da fonte, bem como a sua manutenção e reparação.

saneamento, poucos têm acesso a uma instalação segura (0,3 por cento que usam latrinas melhoradas) enquanto 19,7 por cento das famílias do distrito têm uma latrina tradicional, que é uma unidade de saneamento não segura ⁽¹⁾ (INE, 2010e).

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Incluindo Senga e Maganja)

O Local do Projecto em Afungi e Área Circundante não dispõe de um sistema de abastecimento de água formal e os agregados familiares utilizam fontes de água diferentes, incluindo poços com bombas manuais (45 por cento), poços abertos (25 por cento), furos comunitários (17,1 por cento) e charcos nas terras baixas (7,1 por cento). Estas fontes de água são utilizadas para obter água para beber e para fins domésticos (*Figura 9.24*). Existem dois furos com bombas manuais em Senga, um furo com bomba manual em Quitupo e quatro em Maganja. De acordo com indicações da população local, em Maganja a água dos furos é salobra. As mulheres costumam recolher a água destas fontes em recipientes de plástico de 25 litros. Para chegar à fonte principal de abastecimento de água os residentes percorrem a pé uma média de sete minutos em cada sentido, esperando cerca de cinco minutos na fonte para tirar água.

Figura 9.24 Fontes de Água



Furo em Quitupo

Poço de águas rasas na Comunidade de N'semo

Fonte: Impacto, 2012.

Nos domicílios pesquisados as instalações de saneamento (latrinas melhoradas e outras instalações de saneamento seguras) são insuficientes e quase inexistente. Aproximadamente 81 por cento dos agregados familiares não têm saneamento básico e praticam o fecalismo a céu aberto no mato, enquanto 10 por cento têm latrinas tradicionais e 8,6 por cento praticam o fecalismo a céu aberto nas praias. Durante as observações no terreno, constatou-se que muitos agregados familiares têm casa de banho, como

(1) A latrina tradicional consiste numa cova aberta, com tampa de estacas, enquanto uma latrina melhorada consiste numa cova coberta por uma laje de betão e com uma tampa que pode ser removida manualmente.

mostrado na *Figura 9.25*, que são construídas com folhas de palmeira ou de coqueiro mas são usadas somente para tomar banho.

Contrariamente ao acesso a água potável, o acesso ao saneamento e as boas práticas de eliminação de resíduos não constituem uma prioridade identificada pelos agregados familiares para melhorar o seu bem-estar e estado de saúde. Isso destaca a importância da sensibilização dos agregados familiares no concernente ao conhecimento, boas práticas e comportamentos sobre higiene.

Figura 9.25 Casa de Banho Tradicional Local



Fonte: Impacto, 2012.

No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante não há lixeiras formais para a eliminação de resíduos e 49,3 por cento dos agregados familiares inquiridos relatam deitar o lixo em campos abertos (ver a *Figura 9.26*). De notar ainda que 13,6 por cento dos agregados familiares indicaram proceder ao enterro dos resíduos sólidos; outros 13,6 por cento indicaram dispor dos seus resíduos sólidos no mato; 11,4 por cento queimam os seus resíduos; e 9,3 por cento usam a área informal da lixeira da comunidade. Nas comunidades pesqueiras os resíduos gerados do processamento de peixe são geralmente descartado nas proximidades, ou simplesmente deixados no chão. Isso causa maus odores nas aldeias e representa uma ameaça para a saúde da comunidade.

Figura 9.26 *Exemplo de Resíduos Espalhados no Chão*



Fonte: Impacto, 2012.

9.13.4 *Electricidade e principais fontes de energia*

Distrito de Palma

O Distrito de Palma recebe energia da rede nacional, através de uma linha de 33 KV, proveniente da subestação de Auasse, no Distrito de Mocímboa da Praia. No entanto, como mostrado na *Figura 9.27*, apenas a Vila de Palma, a sede do Posto Administrativo de Olumbe e algumas aldeias localizadas ao longo do corredor da linha de energia têm acesso à electricidade. Havia um plano para que a rede fosse estendida até à aldeia costeira de Maganja, bem como para a vila sede de Pundanhar, mas este projecto nunca foi concretizado. De acordo com o Censo de 2007, menos de um por cento dos agregados familiares do distrito tem acesso à electricidade como principal fonte de iluminação (INE, 2010e).

A maioria dos agregados familiares depende de fontes de energia que não a eléctrica, incluindo o petróleo, parafina ou querosene (73 por cento); a lenha (25 por cento); velas ou pilhas (um por cento); e geradores, gás e painéis solares (menos do que um por cento).

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)

No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante não há electricidade. De acordo com as autoridades, não existem planos para ligar as áreas dentro e em redor deste local à rede eléctrica nacional. Os agregados familiares inquiridos utilizam principalmente a lenha para cozinhar (99,3 por cento), que as mulheres recolhem nas áreas de floresta circundante, enquanto 0,7 por cento usam folhas de coqueiros. Para fins de iluminação os agregados familiares utilizam principalmente candeeiros alimentados por produtos à base de petróleo (47,9 por cento) e lanternas alimentadas por pilhas (44,3 por cento). Painéis solares individuais são usados em algumas lojas e até mesmo em

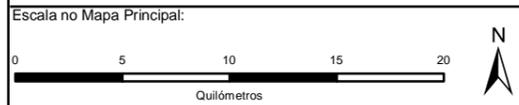
algumas residências; no entanto esta fonte de energia é usada principalmente para alimentar televisores ⁽¹⁾.

(1) Uma taxa de entrada para assistir televisão é cobrada, sendo esta uma outra actividade geradora de rendimentos para alguns indivíduos.



Legenda

- Sede do Posto Administrativo
- Sede do Distrito
- Rios
- Estradas**
 - Terciária
 - Local
 - Não-Classificada
- Local do Projecto em Afungi
- Fronteira com a Tanzania
- Provincial**
 - Cabo Delgado
 - Limite do Distrito
 - Distrito de Palma
- Linha de Transporte de Energia (33kV)



Título:
Figura 9.27:
 Distribuição da Rede Eléctrica no Distrito de Palma

Ciente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado : AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 330 000
Desenho: Fig 9.28_Distribuição da Rede Eléctrica no Distrito de Palma.mxd		Rev: A

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
 Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
 Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3

Rede Rodoviária

A rede rodoviária do Distrito de Palma abrange cerca de 256 km de estradas no total, é pouco desenvolvida e encontra-se em mau estado. Esta consiste de estradas terciárias, estradas vicinais e estradas não classificadas (normalmente sem pavimentação) (*Figura 9.29*). A rede de estradas terciárias estabelece a ligação entre Palma e os distritos vizinhos, a cidade de Pemba e as outras províncias do país. A ligação rodoviária entre a Vila de Palma e outros assentamentos populacionais do posto administrativo é limitada.

As principais estradas do distrito são:

- a R762, que liga Pemba a Palma e continua para Quionga através da R775 (22 km);
- a R763, que inicia no cruzamento com a R698, proveniente de Mueda em direcção a Nangade (Imbuo), estendendo-se depois para Pundanhar e Palma (160 km), e
- a R764, que inicia na intersecção com a R762 em Palma e estende-se para Olumbe (15,7 km).

Outras vias de acesso importantes na área compreendem as estradas vicinais e estradas não classificadas que também se encontram em mau estado:

- a R1260, que liga Quionga a Namoto e ao Rio Rovuma, na fronteira com a Tanzânia;
-
- uma estrada não classificada que inicia no cruzamento com a R775 e liga Palma a Quirinde; e
- uma estrada não classificada que inicia no cruzamento com a R762 e liga Palma às aldeias de Senga, Quitupo e Maganja.

A melhoria da rede de estradas no distrito é contínua e focada na reparação e pavimentação das estradas que ligam Palma a Mocímbo da Praia (R762), Palma a Quionga (R775) e Quionga a Namoto, na fronteira com a Tanzânia ⁽¹⁾ (R1260). Estas acções irão certamente melhorar a circulação de pessoas e bens entre os dois países. Adicionalmente, a eni está a investigar a melhoria da estrada entre Pemba e Mocímbo da Praia.

(1) O empreiteiro é a ZAGOPE, uma empresa brasileira que vai construir uma estrada pavimentada de raiz, de 230 km de extensão, entre a Vila de Mueda (no Distrito de Mueda) e a fronteira com a Tanzânia, em Namoto, ao Norte da Vila de Palma. Esta estrada é financiada pelo Governo Português (85%) e pelo Governo de Moçambique (15%), sendo que se prevê a sua conclusão em Março de 2014.

Transporte Marítimo

Como mencionado anteriormente, a rede rodoviária no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante não está em boas condições de circulação e, como tal, há uma falta generalizada de serviços de transporte público na área. Como resultado, algumas pessoas locais fazem uso de barcos para o transporte de pessoas e bens ao longo da linha de costa, bem como de e para a Tanzânia. Devido aos altos custos (cerca de 50,00 MT por passageiro), apenas uma pequena percentagem de pessoas (seis por cento) faz uso de barcos para o transporte. A *Figura 9.29* mostra as principais rotas de circulação de barcos ao longo da costa do Distrito de Palma e a *Figura 9.28* abaixo ilustra alguns exemplos de mercadorias e de meios de transporte utilizados.

Figura 9.28 Transporte Marítimo de Mercadorias e de Pessoas



Transporte de estacas na costa de Ngodje



Transporte de produtos agrícolas para uma embarcação no Centro de Pesca de N'gala



Embarcação de transporte pertencente a um transportador residente em Milamba 2



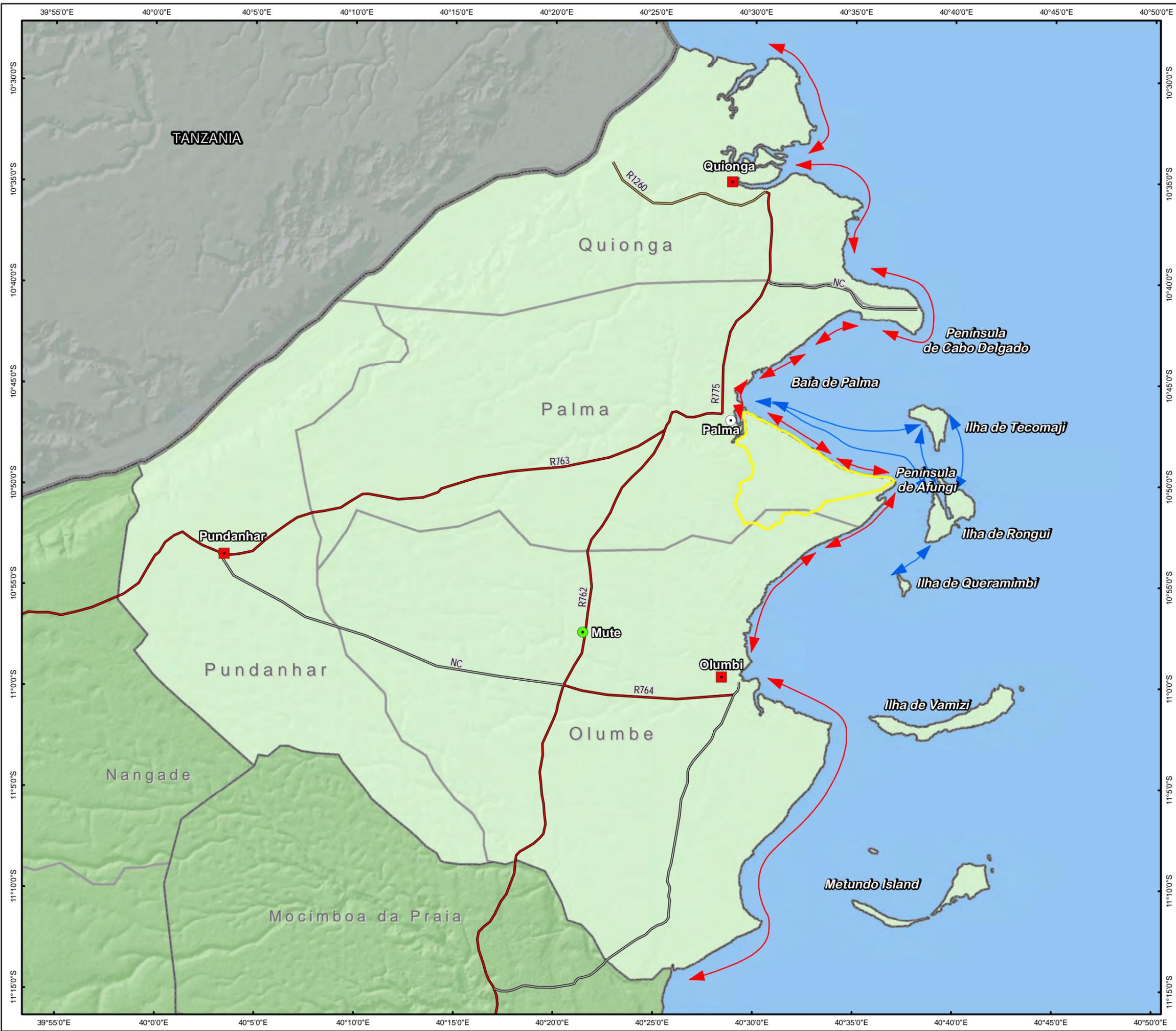
Embarcação transportando materiais de construção na costa entre Olumbe e Maganja



Mulheres transportando mercadorias para um barco em Milamba 2 e barco de transporte de pessoas perto da costa de Ngodje



Fonte: Impacto, 2012



Legenda

- Sede do Distrito
- Sede da Localidade
- Sede do Posto Administrativo

Estradas

- Terciária
- Local
- Não Classificada

□ Local do Projecto em Afungi

Província

- Cabo Delgado

□ Limite do Distrito

□ Distrito de Palma

□ Limite do Posto Administrativo

Principais Rotas de Acesso Marítimas

- Rota para Operadores de Turismo
- Transporte de Passageiros e Carga



Título:
**Figura 9.29:
 Rotas de Transporte no Distrito
 de Palma**

Cliente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 330 000
Desenho: Fig 9.29_Rotas de Transporte no Distrito de Palma		Rev: A

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
 Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
 Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
 A3

Transportes

Os principais meios de transporte utilizados no Distrito de Palma são os veículos do tipo *mini-bus* e as carrinhas de caixa aberta, meios de transporte semi-colectivos pertencentes a operadores privados, e os barcos ⁽¹⁾. Em 2011, o distrito contava com o serviço de sete transportadores privados, cobrindo as três rotas rodoviárias seguintes:

- Mocímboa da Praia - Palma - Namoto;
- Olumbe - Mocímboa da Praia, e
- Vila de Palma (a Sede Distrital) - Pundanmar-Nangade (um distrito vizinho).

Dada a deficiente rede e infra-estrutura rodoviárias, principalmente para as comunidades que vivem ao longo da costa, um modo alternativo de transporte de pessoas e bens é por mar, ao longo da costa entre os distritos de Palma e Mocímboa da Praia, Nacala (na Província de Nampula) e até para a Tanzânia a Norte (*Figura 9.29*). As principais embarcações utilizadas para o transporte marítimo são barcos havendo em 2011 quinze barcos licenciados a operar ao longo da costa (12 sem motor fora de bordo e três com motor). Há também barcos não licenciados a operar ao longo da costa. Não há mais informação disponível para permitir uma descrição mais detalhada da situação de referência sobre o transporte local.

Rede de Telecomunicações

Existem três redes de comunicação móvel a operar no Distrito Palma: Mcel, Vodacom e Movitel ⁽²⁾. A Mcel e a Vodacom são acessíveis num raio de aproximadamente 15 quilómetros dentro da Vila de Palma e seus arredores. A cobertura da Movitel expandiu-se para Localidade de Mute e para os Postos Administrativos de Quionga e Pundanmar. Não há redes de telefonia fixa a operar dentro do distrito.

9.14 *DISTRITO DE PALMA E LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI: ACTIVIDADES ECONÓMICAS E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA*

9.14.1 *Situação de Emprego da População*

Distrito de Palma

O actual nível de desenvolvimento económico continua a ser muito baixo, as estratégias de sobrevivência da população estão essencialmente orientadas para a subsistência e o mercado económico local é subdesenvolvido e servido por pequenos operadores informais.

(1) Entrevista com o Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas, Janeiro de 2012.

(2) Em Fevereiro de 2013.

A *Tabela 9.37* resume a população economicamente activa por posição no trabalho e sector de actividade económica. Quase 86,5 por cento da população economicamente activa do Distrito de Palma trabalha no sector primário, ou seja, na agricultura, silvicultura, pesca e em actividades de extracção, enquanto o sector terciário congrega 9,3 por cento da população economicamente activa, que inclui aqueles envolvidos no comércio, finanças e serviços administrativos. À semelhança da província, o sector secundário não está bem desenvolvido no distrito (INE, 2010c).

A maioria da população (87,1 por cento) corresponde a trabalhadores por conta própria (ou seja, pessoas que trabalham de forma independente, em vez de um emprego formal, ou com outras pessoas) e a trabalhadores familiares não remunerados (8,6 por cento) ⁽¹⁾. A proporção da população empregada no sector público e privado é pequena, correspondendo a 1,6 e 1,3 por cento respectivamente.

A maioria das pessoas que trabalham no sector primário trabalha por conta própria ou corresponde a trabalhadores familiares não-remunerados, representado 89,6 por cento (18.899 de 21.099 habitantes) e 8,5 por cento (1.786 de 21.099) da população total envolvida no sector primário, respectivamente, e isto inclui a grande maioria dos agricultores de subsistência e pescadores do Distrito de Palma ⁽²⁾. A maioria das pessoas que trabalha no sector terciário também o faz por conta própria ou estão envolvidas no negócio informal. Estes correspondem a 68 por cento da população total envolvida no sector terciário (1.554 de 2.273 habitantes).

O emprego formal é escasso e principalmente fornecido pelo Estado (funcionários públicos da administração local, professores e profissionais de saúde) e pelo sector privado. O emprego assalariado fornecido pelo sector privado é limitado aos postos de trabalho oferecidos pelos operadores de turismo e a postos de trabalho temporários oferecidos por algumas iniciativas de desenvolvimento em curso.

(1) A categoria de “Trabalhador familiar não remunerado” é utilizada pelo INE para capturar pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, que trabalham para um agregado familiar sem serem remuneradas, na maioria dos casos na agricultura e em actividades domésticas. Geralmente estas vivem como um membro da família, dormindo e alimentando-se sob a responsabilidade dessa família. Em alguns casos, são parentes indirectos (sobrinhos ou sobrinhas, por exemplo) que vivem sob a protecção da família.

(2) Os dados do INE não permitem uma análise mais detalhada para determinar o número de pescadores.

Tabela 9.37 *População Economicamente Activa (15 Anos ou Mais) em Palma por sector de Actividade e por Empregador, em 2007*

	Total Residentes	% no Sector de Actividade	Trabalhador do Estado	Trabalhador de empresa privada	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado
Total residentes	24.353		399	327	21.203	2084
% Posição no trabalho		100	1,5	1,3	87,1	8,6
Agricultura, silvicultura, pesca e actividades extractivas	21,099	86,6	50	151	18.899	1.786
Indústria e energia	479	2	10	12	432	16
Construção	179	0,7	17	82	70	6
Transportes e comunicações	73	0,3	11	17	42	
Serviços	42	9,3	306	60	1,554	260
Desconhecido	250	1	5	5	215	16

Fonte: INE, 2010c.

O Distrito de Palma tem potencial para uma série de oportunidades de desenvolvimento económico, dados os seus recursos naturais, como a terra, florestas, fauna, recursos minerais e pesqueiros, bem como as praias e ilhas cercadas por recifes de coral. O potencial desses recursos continua subdesenvolvido e os actuais padrões de desenvolvimento não têm conduzido a melhorias substanciais nas condições de vida da população do distrito. Outros potenciais projectos de desenvolvimento, que oferecem potenciais oportunidades económicas, ainda estão numa fase inicial como é o caso da exploração de hidrocarbonetos e de diversos projectos turísticos.

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)

O Local do Projecto em Afungi e Área Circundante tem características tipicamente rurais e as actividades económicas são essencialmente do sector primário (agricultura e pesca, por exemplo). A criação de gado (principalmente caprinos e aves) é praticada em pequena escala e é uma actividade a que os agregados familiares se dedicam principalmente pelo hábito e tradição.

Devido à falta de oportunidades de emprego formal ao nível local, os homens em idade activa muitas vezes migram para as principais vilas e cidades mais próximas à procura de trabalho remunerado temporário. O comércio informal também é observado na área, proporcionando rendimentos monetários para alguns agregados familiares.

A Tabela 9.38 contém um resumo da ocupação principal dos chefes de agregado familiar e suas esposas, confirmando que a agricultura e a pesca são as actividades de trabalho dominantes.

Tabela 9.38 *Principal Ocupação do Chefes dos Agregado Familiares Inquiridos e Respectivas Esposas*

Principais Ocupações	Chefe de família (%)	Esposa de chefe de família) (%) (2)
Trabalha para outrem	4,3	0,8
Trabalho por conta própria/pequena indústria	4,3	0,8
Trabalho por conta própria / confecção de alimentos e bebidas	2,1	0,8
Trabalho por conta própria/ materiais de construção	4,3	3,1
Trabalho por conta própria/ comércio	8,6	0,8
Agricultura	50,0	85,0
Pesca com barco/rede	21,4	2,4
Pesca sem barco/rede	2,9	2,4
Pescador empregado (salário em dinheiro/ espécie)	-	0,8
Outro	2,1	0,8
Não sabe / Não respondeu	-	2,4
Total	100,0	100,0

Notas:

¹ 140 chefes de família foram inquiridos

² 127 esposas de chefes de família foram inquiridas

Fonte: Impacto, 2012

Algumas observações importantes são descritas abaixo:

- a agricultura de subsistência é a actividade principal para 50 por cento dos chefes de agregado familiar, seguida da pesca que é realizada por cerca de 24 por cento.
- o tipo de agricultura praticada é a agricultura de subsistência, não se praticando na área a agricultura comercial⁽¹⁾.
- cerca de 21 por cento dos pescadores usam barcos e/ou redes.
- no seu conjunto, as actividades de trabalho por conta própria são praticadas por cerca de 19 por cento dos chefes de agregado familiar, e estas consistem principalmente em actividades no comércio informal.
- o trabalho assalariado não é muito comum, e só é relatado por cerca de quatro por cento dos chefes de agregado familiar.
- aproximadamente 85 por cento das mulheres estão envolvidas na agricultura de subsistência. Em alguns casos, as esposas estão envolvidas na pesca e em actividades de trabalho por conta própria, como relatado por cerca de cinco por cento das esposas.

(1) A análise da renda familiar incluídas posteriormente neste relatório irá validar essa afirmação.

As ocupações primárias do chefe de agregado familiar, em cada uma das áreas de assentamentos populacionais, podem ser resumidas da seguinte forma (ver *Anexo G, Tabela 1.7*):

- A maioria dos agregados familiares está envolvida na agricultura, principalmente em áreas como Senga (95 por cento), assentamentos populacionais de Quitupo (zonas de produção) (68,8 por cento) e aldeia de Quitupo (50 por cento). Uma excepção é a Zona Costeira, onde as duas actividades mais significativas são a pesca e o comércio, em que cerca de 32 e 23 por cento dos agregados familiares, respectivamente, estão envolvidos.
- A pesca também é uma actividade realizada por agregados familiares que vivem nas zonas do interior, como a Aldeia de Quitupo e os assentamentos de Quitupo (*zonas de produção*), onde cerca de 25 por cento e 19 por cento dos chefes de agregado familiar, respectivamente, têm a pesca como a sua principal actividade.
- Actividades de pesca também estão intimamente relacionadas com a tradição de certos grupos etnolinguísticos (isto é o Makwe e Mwani). Em Senga, onde a população é principalmente Makonde, nenhum dos chefes de família relatou a pesca como sendo a sua actividade principal.

As subsecções a seguir fornecem uma descrição detalhada das actividades económicas mais importantes dentro do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja).

9.14.2 *Produção Agrícola e Serviços Agrários*

Distrito de Palma

Embora a pesca represente uma importante actividade de geração de rendimentos para as famílias do Distrito de Palma, em particular para aquelas que residem perto da costa, a agricultura continua a ser a única actividade que envolve a maioria da população. A maioria das actividades agrícolas são de pequena escala e são realizadas para fins de subsistência, situação que está em linha com as tendências observadas na província. O excedente agrícola é vendido. Algumas famílias estão envolvidas na produção de culturas de rendimento, como o coco, o caju, e, mais recentemente, o gergelim.

As culturas mais comumente cultivadas são o milho, a mandioca, o amendoim e o feijão sendo estas cultivadas nas terras altas, embora os solos nas terras altas sejam normalmente arenosos e de baixa produtividade. O cultivo de arroz, batata-doce e hortícolas ocorre nas terras baixas, geralmente localizadas ao longo das linhas de drenagem e planícies aluviais dos rios e riachos, onde os solos são normalmente ricos em nutrientes.

A terra é cultivada em regime de sequeiro durante duas épocas. A primeira época começa entre Outubro e Novembro, altura em que se prepara os terrenos para as culturas alimentares como milho, arroz e feijão. A segunda época inicia entre Março e Abril, com a preparação da terra para o cultivo de batata-doce e hortícolas. No cultivo de hortícolas nas terras baixas pratica-se a rega manual. As mulheres constituem os membros dos agregados familiares mais activos na agricultura, pois estas geralmente cuidam das culturas numa base diária.

De acordo com Balanço Anual do Plano Económico e Social do Distrito para 2011, a campanha agrícola 2010 - 2011 teve como objectivo cultivar um total de 44.129 ha em todo o distrito, dos quais 40.919 hectares haviam sido planificados para albergar culturas alimentares e 3.210 ha para o gergelim, como mostrado na *Tabela 9.39* (Governo do Distrito de Palma, 2012).

A mandioca é a principal cultura produzida, ocupando a maior área e apresentado o maior volume de produção. O arroz é a segunda cultura mais comumente cultivada. De uma produção prevista de 165.847 t de culturas para a campanha 2010-2011, o distrito alcançou uma produção total de 167.232 t.

Tabela 9.39 *Áreas agrícolas e cultivadas no Palma de Distrito (2010-2011)*

Culturas	Área planificada (ha)	Área preparada (ha)	Área semeada (ha)	Produção prevista (t)	Produção realizada (t)	Produção média (t/ha)
Milho	7,702	7,714	7,714	13,864	13,885	1,8
Arroz	8238	8,254	8,254	14,828	14,857	2
Mapira	3,910	3,905	3,905	2,737	2,734	1
Feijões	3.035	3029	3029	2074	2.090	2
Amendoins	2,093	2,094	2,094	1,256	1,256	1
Mandioca	15.734	16.275	16.275	128872	130200	8
Legumes	39	44	44	156	176	4
Gergelim	3,210	3,150	3,150	1284	1.260	0
Batata-doce	168	172	172	764	774	5
Total	44.129	44.595	44.595	165847	167232	

Fonte: Governo e Serviço Distrital de Actividades Económicas do Distrito de Palma, 2012.

A rede de serviços de extensão agrícola é pequena para o número de famílias que residem no distrito com apenas quatro técnicos disponíveis, dos quais dois são funcionários públicos e os outros dois são trabalhadores da FH. Este pessoal técnico é apoiado por 19 agricultores que trabalham como monitores de extensão.

Em geral, os níveis de produtividade agrícola são baixos ⁽¹⁾, e o governo distrital e seus parceiros (por exemplo, a FH) estão envolvidos em actividades

(1) As principais razões para a baixa produtividade na agricultura de subsistência em Moçambique, são a mão-de-obra e a tecnologia utilizada (trabalho manual e prática de corte e queima), as condições deficientes para o armazenamento de

de incentivo à produção, produtividade e diversificação de culturas, que incluem a distribuição de sementes (como o milho, arroz, feijão nhemba, amendoim e gergelim), a distribuição de mudas de árvores de caju e a pulverização de cajueiros, bem como a promoção de ligações entre os agricultores e os mercados.

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)

As actividades agrícolas são a fonte primária de sustento das famílias da região e práticas agrícolas rudimentares, como o corte e queimada, ainda são amplamente praticadas.

Calendário Agrícola e Divisão do Trabalho

Grande parte da actividade agrícola é praticada em regime de subsistência e realizada por todos os membros do agregado familiar (incluindo as crianças). A abertura e preparação de campos de cultivo são normalmente responsabilidade dos membros masculinos. A sementeira é praticada por ambos homens e mulheres, entre Novembro e Dezembro, numa época com níveis de precipitação normais (se a época das chuvas atrasar, a sementeira pode ser adiada para Janeiro-Fevereiro). As mulheres são responsáveis pela sacha e por cuidarem das culturas durante a sua fase de desenvolvimento, e os homens prestam apoio durante o período de colheita final. A sacha ocorre entre Janeiro e Abril, também dependendo do tempo das chuvas. A colheita ocorre de Maio a Agosto (ver *Tabela 9.40*).

Tabela 9.40 *Calendário agrícola*

Actividade	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Abertura de machambas/ preparação da terra												
Sementeira/plantio												
Sacha e desenvolvimento das culturas												
Colheita												

Fonte: Impacto, 2012.

Número de parcelas por agregado familiar

Todos os agregados familiares inquiridos possuem pelo menos uma parcela de terra agrícola, com a excepção de dois agregados familiares que dependem de outras actividades de subsistência. A análise dos resultados do Inquérito ao Agregado Familiar indicou que quase metade depende apenas de uma parcela agrícola disponível:

colheitas, a baixa qualidade de insumos, como sementes melhoradas e uso de fertilizantes e insecticidas, e serviços de extensão agrária insuficientes.

- 44,3 por cento dos agregados familiares possuem apenas uma parcela agrícola. Em Quitupo esta proporção é muito maior, com 87,5 por cento dos agregados familiares com apenas uma parcela agrícola;
- 34,3 por cento dos agregados familiares têm duas parcelas. Em Senga a proporção é mais elevada, correspondendo a 45 por cento;
- 14,3 por cento dos agregados familiares têm três parcelas agrícolas; em Senga a proporção é mais elevada, correspondendo a 25 por cento, e
- cinco por cento dos agregados familiares inquiridos têm quatro parcelas agrícolas.

Localização das parcelas agrícolas

A agricultura ocorre predominantemente nas zonas altas, especialmente para as culturas que são produzidas em regime de sequeiro; as culturas que necessitam de mais água ou humidade são cultivadas nas terras baixas. Em geral, as terras baixas consistem das áreas adjacentes a rios e riachos, onde se formam as planícies de aluvião ricas em nutrientes. Conforme mencionado na *Secção 0*, as zonas altas são geralmente arenosas e de baixa produtividade. As duas culturas alimentares mais importantes, a mandioca e arroz, são cultivadas nas zonas altas e terras baixas, respectivamente. As outras culturas produzidas são o amendoim, batata-doce, mapira, milho, feijão e hortícolas.

De entre os agregados familiares que possuem duas parcelas (Parcelas 1 e 2), mais de 60% destas estão localizados nas zonas altas e aproximadamente 30% localizam-se nas terras baixas.

Em Quitupo e em Senga, a maior parte das Parcelas 1 e 2 localiza-se nas zonas altas, com cerca de 79 e 74 por cento, respectivamente em Quitupo, e cerca de 85 e 71 por cento, respectivamente em Senga. Isto está relacionado com o facto de haver uma maior disponibilidade de parcelas de terra nas zonas altas, que já foram abertas ou que podem ser abertas.

Nos assentamentos populacionais em redor de Quitupo (zonas de produção) e na Zona Costeira, onde a disponibilidade de parcelas agrícolas nas terras baixas é maior, a proporção de Parcelas 1 e 2 localizadas nas terras baixas é ligeiramente maior. Assim, nas zonas de produção de Quitupo, 56 por cento das Parcelas 1 localizam-se nas terras baixas e o mesmo acontece com 60 e 77 por cento das Parcelas 1 e 2 na Zona Costeira.

Durante as DGFs, os participantes indicaram que, embora as terras baixas sejam mais produtivas do que as zonas altas, estas últimas são mais importantes porque garantem culturas (principalmente mandioca) para os agregados familiares durante longos períodos do ano.

Tamanho médio das parcelas agrícolas

A Tabela 9.41 abaixo mostra a área média utilizável para a agricultura pertencente a cada um dos agregados familiares, conforme a sua área de residência. Em média, os agregados familiares inquiridos têm 2,4ha de terra para a agricultura sendo esta média maior na Zona Costeira e nas áreas ao redor de Quitupo, onde os tamanhos médios das parcelas correspondem a 2,8 e 2,6ha, respectivamente.

Tabela 9.41 *Tamanho médio das Parcelas Agrícolas, por Área de Residência, no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (em hectares)*

	Quitupo	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)	Zona Costeira ³	Senga	Maganja	Total
Área média de propriedade do AF	2,4	2,6	2,8	2,2	2,0	2,4

Fonte: Impacto, 2012

Acesso a serviços de extensão agrária

No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante os serviços de extensão agrária são fracos. Para além de algum apoio fornecido aos produtores de caju, não há programas directos e contínuos de serviços de extensão agrária providenciados pelo Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE). Nenhuma das aldeias no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante está envolvida nas actividades levadas a cabo pela ONG FH.

No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante a disponibilidade de sementes e serviços de pulverização para as plantações de cajueiros está limitada à Vila de Palma. Com algumas excepções, relacionadas com a disponibilidade de serviços de pulverização de plantações de cajueiros em Quitupo e Senga (ver Tabela 9.42), a grande maioria dos agregados familiares inquiridos relatou que para aceder a estes serviços deve viajar para Palma.

Tabela 9.42 *Localização dos Serviços de Fornecimento de Sementes e de Pulverização, conforme relatado pelos Agregados Familiares Inquiridos*

Localização	Quitupo	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)	Zona Costeira	Senga	Maganja
Fornecedor de Sementes (% de AF)					
Na aldeia	22,1	-	4,5	-	3,3
Vila de Palma	78,8	93,8	90,9	100	96,7
Aldeia vizinha	-	6,3	4,5	-	-
Outros PA	-	-	-	-	-
Outro distrito	-	-	-	-	-
Pulverização (% de AF)					
Na aldeia	63,5	-	9,1	25	3,3

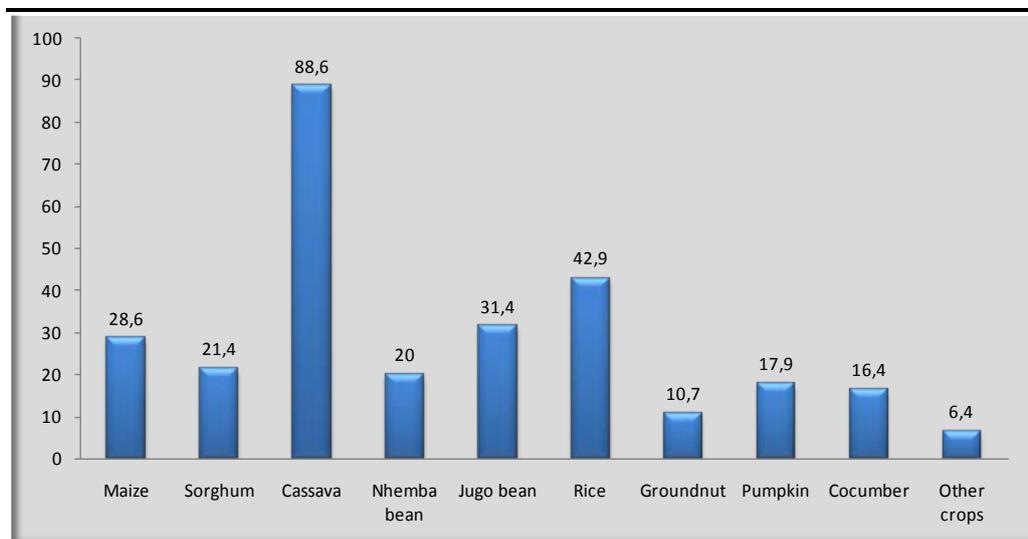
Localização	Quitupo	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)	Zona Costeira	Senga	Maganja
Vila de Palma	36,5	75	72,7	55	63,3
Aldeia vizinha	-	25	18,2	20	33,3
Outros PA	-	-	-	-	-
Outro distrito	-	-	-	-	-

Fonte: Impacto, 2012.

Principais culturas e venda da produção agrícola

A mandioca é a principal cultura, produzida por 88,6 por cento dos agregados familiares e é cultivada nas zonas altas (incluindo Nacabande, Patacua e Senga). A segunda cultura mais produzida é o arroz, que é cultivado por 42,9 por cento dos agregados familiares nas terras baixas (incluindo Nambuimbui, Ntaunadje e Namacande). Outras culturas importantes são o feijão jugo, relatado por 31,4 por cento dos agregados familiares, o milho (28,6 por cento) e a mapira (apenas 21,4 por cento) (ver *Figura 9.30*). As culturas são produzidas num sistema de consociação, sendo o milho cultivado juntamente com feijão, mandioca e amendoim. A *Tabela 1.8 no Anexo G* mostra as culturas produzidas de acordo com a área de residência.

Figura 9.30 *Percentagem de Agregados Familiares Inquiridos por Principais Culturas Produzidas*



Fonte: Impacto, 2012

Embora sejam encontradas no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, as hortícolas não são amplamente cultivadas. Por exemplo, a abóbora e o pepino foram referidos como sendo produzidos por 17,9 por cento e 16,4 por cento dos agregados familiares, respectivamente, enquanto o tomate, cebola e alface foram referidos por apenas dois por cento dos agregados familiares. A abóbora e o pepino são cultivados em regime de

sequeiro durante a época mais fresca do ano, e são consociadas com outras culturas, como a mandioca ou o milho.

Tabela 9.43 mostra que, durante a campanha agrícola de 2010-2011, a venda de mandioca, milho, mapira e arroz foi praticada por poucos agregados familiares, uma vez que estas culturas são importantes para a sua segurança alimentar. Por exemplo, sendo a cultura mais importante na dieta dos agregados familiares locais, a mandioca é cultivada pela sua maioria (88,6 por cento), mas é o produto menos vendido (13,6 por cento dos agregados familiares). Em comparação, o amendoim foi mencionado como tendo sido produzido por apenas 10,7 por cento dos agregados familiares, mas esta cultura é vendida por uma proporção relativamente elevada dos que a cultivam (46,7 por cento) ⁽¹⁾. A *Tabela 1.9* apresentada no *Anexo G* mostra a comercialização das culturas produzidas pelos agregados familiares inquiridos por área de residência.

Tabela 9.43 *Culturas e Rendimento Anual Proveniente da Respectiva Venda, Conforme Relatado pelos Agregados Familiares Inquiridos*

	Milho	Mapira	Mandioca	Feijão Nhemba	Feijão Jugo	Arroz	Amendoim
% de AF que produziu	28,6	21,4	88,6	20,0	31,4	42,9	10,7
% de AF que comercializou	35,9	30,0	13,4	35,7	40,0	25,0	46,7
Rendimento médio anual (2010-2011) (MT)	1.546	2.706	1.907	1.380	1.792	2.176	1.643

Fonte: Impacto, 2012

O rendimento gerado pela venda de produtos agrícolas é muito baixo, com a renda média anual variando entre 1.000 e 3.000 meticais. Os produtos agrícolas são vendidos localmente aos consumidores locais ou transportados pelo agregado familiar, a pé ou de barco para a Vila de Palma, para serem vendidos a comerciantes estabelecidos em Palma. Normalmente, a receita obtida com a venda de produtos agrícolas é usada para comprar utensílios domésticos básicos e roupa.

As razões para a comercialização de produtos agrícolas não ser significativa são as seguintes:

- mercados subdesenvolvidos;
- baixo rendimento das culturas, resultando num baixo volume de excedentes para vender;
- falta de serviços de transporte (estradas deficientes e transporte limitado), e

(1) Algumas famílias que não produziram esta cultura podem ter vendido *stocks* guardados da campanha agrícola anterior.

- falta de agentes de comercialização para comprar os excedentes de produção.

Árvores de Fruta e Venda da Respectiva Produção

A *Tabela 9.44* abaixo resume a posse de árvores de fruta e a sua comercialização durante a campanha agrícola de 2010-2011. Todos os agregados familiares inquiridos possuem pelo menos um tipo de árvore de fruta. As árvores mais comumente cultivadas incluem cajueiros, mangueiras e coqueiros, sendo que aproximadamente 64, 45 e 46 por cento dos agregados familiares possuem este tipo de árvores, respectivamente. Um número inferior de agregados familiares possui bananeiras, papaieiras e árvores de citrinos. (A *Tabela 1.10* apresentada no *Anexo G* desagrega estes dados por área).

Em geral, os agregados familiares possuem uma média de sete mangueiras, 94 cajueiros e 59 coqueiros. Na aldeia de Quitupo o número médio de cajueiros (83) por agregado familiar é inferior ao da Zona Costeira e ao dos assentamentos populacionais em redor de Quitupo (zonas de produção), onde os agregados familiares possuem uma média de 171 e 123 cajueiros, respectivamente. Os coqueiros são principalmente encontrados ao longo da zona costeira, onde cerca de 45,5 por cento dos agregados familiares indicaram possuir uma média de 196 coqueiros, e nos assentamentos populacionais em redor de Quitupo (zonas de produção) onde 56 por cento dos agregados familiares reportaram possuir uma média de 76 coqueiros.

O coqueiro e o cajueiro foram as árvores de fruta com expressão mais significativa em termos de venda durante a campanha agrícola de 2010-2011 (os coqueiros também fornecem folhas, que são utilizadas para construção dos telhados das habitações locais, para sombreamento de culturas e para produção de artesanato). Os coqueiros têm uma contribuição mais significativa na geração de rendimentos, embora mais agregados familiares possuam cajueiros:

- Dos 63,6 por cento de agregados familiares que têm cajueiros, 18 por cento vendem a sua produção e 2,2 por cento processam / preparam os seus frutos, resultando numa renda média anual de aproximadamente 2.751 meticais.
- Dos 46,4 por cento de agregados familiares proprietários de coqueiros, cerca de 51 por cento e 5 por cento relataram vender ou processar coco, respectivamente, tendo obtido um rendimento médio de cerca de 3.032 MT nos 12 meses anteriores à realização do inquérito ao agregado familiar.

Tabela 9.44 *Posse de Árvores de Fruta e Comercialização de Fruta*

	Banana	Caju	Papaia	Manga	Coco
% de AF proprietários	12.1	63.6	10.7	45.0	46.4
Número médio de árvores por AF	31	94	25	7	59
% de AF que vendem	29.4	18.0	20.0	25.4	50.8
% de AF que processam	0	2,2	0	0	4,6
Rendimento médio anual (2010-2011) (MT)	625,00	2,751.00	240.00	900,00	60-00-4

Fonte: Impacto, 2012

A Tabela 1.11 do Anexo G resume a venda de frutos e os rendimentos declarados pelos agregados familiares para a campanha agrícola de 2010-2011, por área de residência. Como em toda a área, a venda de coco proporciona maior rendimento aos agregados familiares residentes nessas áreas:

- A proporção de agregados familiares que vende castanha de caju é maior na Zona Costeira (30 por cento) e em Quitupo (24,4 por cento), obtendo um rendimento de 2.433 e 2.771 de MT, respectivamente.
- Na Zona Costeira, Maganja e Senga mais de 60 por cento dos agregados familiares vendem coco, obtendo uma renda de 5.821, 2.100 e 2.233 MT, respectivamente.
- De notar que, em Senga, 60 por cento dos agregados familiares relataram processar e vender *sura* (vinho de palmeira), uma bebida alcoólica tradicional feita de seiva de palmeira ou de coqueiro que é muito apreciada localmente.

Pecuária

Conforme anteriormente mencionado, a pecuária não é amplamente praticada na área. Não há gado bovino na área, devido à alta prevalência da mosca tsé-tsé. Os animais criados localmente são usados para fins de subsistência e abatidos para ocasiões especiais. Os animais mais comuns são cabritos, galinhas e patos. A Tabela 9.45 resume a posse de animais por parte dos agregados familiares inquiridos, bem como o rendimento obtido por aqueles que venderam animais nos últimos 12 meses.

Tabela 9.45 Criação de Animais e Rendimento Obtido pela Respectiva Venda pelos Agregados Familiares Inquiridos

	AFs que possuem (%)	Nº médio de animais	AFs que venderam (%)	Rendimento médio dos últimos 12 meses (MT)
Cabritos	16,4	9,3	34,8	3.781,00
Galinhas	36,4	8,8	35,3	900,00
Patos	2,9	6	25,0	1.000,00

Fonte: Impacto, 2012.

A comercialização e consumo de animais não é comum entre os agregados familiares e ocorre apenas em situações de extrema necessidade ou quando o dinheiro é necessário para comprar outros produtos ou serviços. Os preços de cabritos, galinhas e patos variam entre 1.000 a 1.500,00 MT, 100 a 150,00 MT, e 200 a 250,00 MT, respectivamente. No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante não há mercados onde os animais possam ser vendidos, devendo os vendedores esperar que compradores provenientes de diferentes partes do distrito ou da Tanzânia venham para a área.

9.14.3 Pesca Artesanal

Distrito de Palma

Na *Secção 9.7.6* a pesca artesanal foi identificada como o único subsector das pescas importante em Cabo Delgado. No Distrito de Palma e no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, a pesca artesanal é uma actividade importante que é praticada por um grande número de pescadores artesanais, para fins de subsistência e de geração de rendimentos, exercendo assim uma forte influência sobre os seus meios de subsistência.

Para alguns, a pesca artesanal é normalmente praticada a par das actividades agrícolas (agricultura, a plantação de cajueiros e coqueiros). As pessoas nesta condição geralmente são pescadores sem barco, mergulhadores e recolectores, que pescam para consumo doméstico e vendem uma pequena parte das suas capturas localmente. Para outros, a pesca é a sua principal actividade e pode ou não ser realizada em conjunto com actividades agrícolas. Estes são, geralmente, pescadores utilizando barcos, que consomem uma pequena parte das capturas procedendo à venda da maior parte das suas capturas. Apenas um pequeno grupo pode ser considerado como integrando os pescadores artesanais comerciais. A *Figura 9.32* mostra a localização dos centros de pesca do distrito.

As ilhas de Tecomagi, Rongui e Queramimbi albergavam, até recentemente, alguns centros de pesca, mas os pescadores destes centros de pesca foram transferidos para o continente em resultado da construção de instalações turísticas nestas ilhas (de entre os quatro centros de pesca que existiam na Ilha

Vamizi, dois ainda permanecem; apenas um dos dois centros de pesca da Ilha de Metundo permanece na ilha⁽¹⁾).

O Distrito de Palma tem um total de 7.447 pescadores, que representam 23 por cento do total de 32.392 pescadores da província (Ministério das Pescas de Moçambique (c), 2008). A *Tabela 9.46* mostra o tipo e o número de pescadores do Distrito de Palma em comparação com a província. As artes de pesca mais comumente praticadas são a linha de mão (505), as redes de emalhar (164)⁽²⁾ e as redes de arrasto (94). As mulheres representam 21 por cento de todos os pescadores, indicando claramente que elas desempenham um papel importante na garantia da segurança alimentar, bem como na geração de rendimentos. De entre as 1.558 mulheres que são pescadores artesanais em Palma, 53 por cento são recolectoras e 30 por cento pescam com quinias⁽³⁾.

Em comparação com a província, Palma tem uma maior proporção de pescadores com embarcações, sendo que 44 por cento dos pescadores no distrito possuem um barco. Além disso, de entre os 1.410 mergulhadores da província, 53 por cento estão concentrados em Palma, destacando a importância do mergulho no distrito.

A maioria dos pescadores sem barcos opera geralmente em áreas próximas de suas casas, por exemplo, próximo a estuários e nas zonas de recifes de coral e de bancos de areia. Estes são pescadores de subsistência, utilizando *gamboas*⁽⁴⁾, *quinias*, linhas de mão e arpões. Os pescadores que utilizam o arpão e a linha de mão pescam ao longo da linha costeira, em águas com profundidades entre 0,5 m e 1 m. A maioria dos pescadores de subsistência que utiliza a linha de mão é jovem. Os recolectores operam numa base individual, principalmente na zona entre-marés durante as marés baixas. Alguns destes recolhem principalmente caranguejos, enquanto outros recolhem holotúrias e ostras, bem como organismos que servem de isca. Os recolectores de holotúrias e de ostras vendem os seus produtos principalmente nos mercados locais.

Tabela 9.46 *Número de Pescadores Artesanais no Distrito Palma e Província de Cabo Delgado*

	Número de Pescadores Distrito de Palma			Número de Pescadores Cabo Delgado
	Homens	Mulheres	Homens / Mulheres	Homens / Mulheres
Total	5.890	1.558	7.447	32.392
Pescadores com barcos	2.578	0	2.557	14.261
Permanente	2.363	0	2.362	12.700
Ocasional	215	0	215	1561

(1) Durante o estudo socioeconómico, o consultor verificou que no Centro de Pesca de N'semo / Quibundje, os pescadores correspondem principalmente àqueles que foram transferidos das ilhas para o continente.

(2) Durante a pesquisa no terreno, os enumeradores juntaram na mesma categoria as redes de emalhe cercadoras e as redes de cerco.

(3) Rede de pequeno porte arrastada por duas pessoas

(4) Barreira vertical fixa na zona entre-marés

	Número de Pescadores Distrito de Palma			Número de Pescadores Cabo Delgado
	Homens	Mulheres	Homens / Mulheres	Homens / Mulheres
Pescadores sem barcos	1.387	717	2.104	9.461
Linha de mão	433	0	433	2.495
Arpão	491	202	693	2.878
Quinias	236	463	699	2.957
Gamboas	227	52	279	918
Mergulhadores	750	0	750	1.410
Recolectores	1.175	841	2.016	7.260

Notas:

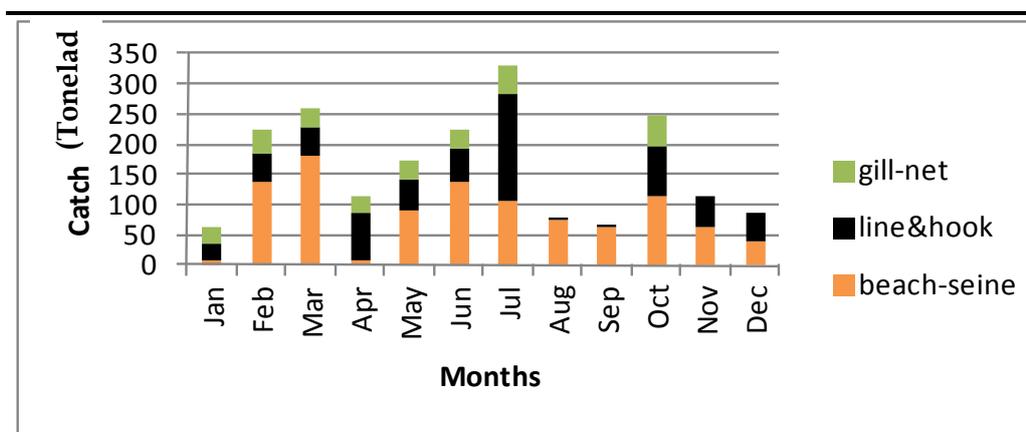
(1) Pequena rede operada por duas pessoas.

(2) Barreira vertical afixada na zona entre-marés.

Fonte: Ministério das Pescas de Moçambique, 2008.

Os dados referentes à pesca com redes de arrasto para praia, com redes de emalhe (de superfície e de fundo) e com linha de mão, referentes ao ano de 2009, estão resumidos na *Figura 9.31* e na *Tabela 1.3, Anexo G*. De acordo com o Instituto de Investigação Pesqueira (IIP), as capturas variam sazonalmente, tendo sido indicado o valor médio mensal de cerca de 200 t, estimando-se uma captura média anual de 2.001 t para o ano em apreço. Houve uma forte queda para 1.306 t em 2010 e uma recuperação para 1.939 t em 2011, sendo este último um valor próximo das capturas registadas para 2009. Em 2011, as taxas de capturas mensais para o Distrito de Palma foram dominados pela pesca com redes de arrasto, que têm uma produtividade em torno de 87 kg/dia/rede, seguida da pesca com redes de emalhe (de superfície e de fundo), cuja produtividade corresponde a cerca de 42 kg a 50 kg/dia/rede. A produtividade da pesca à linha de mão foi estimada em 13 kg/dia/rede.

Figura 9.31 *Capturas Mensais (t) para as Três Principais Artes de Pesca Amostradas no Distrito de Palma em 2009*



Fonte: Compilado por Lwandle Technologies, através das estatísticas referentes a capturas provenientes do Instituto de Investigação Pesqueira-IIP

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)

A pesca artesanal é praticada pelas comunidades ao longo da costa e ao longo dos cursos de água interiores, sendo as capturas utilizadas para o auto-consumo, bem como para venda. Esta constitui a segunda actividade mais importante em termos de segurança alimentar e rendimento para a economia doméstica no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, sendo a principal ocupação de 24,3 por cento dos chefes dos agregados familiares inquiridos (*Tabela 9.38*).

De acordo com o Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA) 2007 ⁽¹⁾, a pesca artesanal pode ser subdividida em pesca de subsistência e pesca artesanal comercial, efectuando-se uma distinção entre os pescadores que só produzem para auto-consumo e aqueles que produzem para auto-consumo e venda.

Em geral, a maioria dos agregados familiares no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante está envolvida na pesca de subsistência orientada para o auto-consumo, sendo a pesca comercial muito pouco desenvolvida. Apenas um pequeno grupo de pescadores se aproxima da pesca artesanal com uma abordagem mais comercial.

Durante o inquérito, foram identificadas três áreas de pesca dentro da área onde este recurso natural está disponível. Estas são descritas abaixo:

- zonas entre-marés, que são amplamente utilizadas por recolectores para a colheita de invertebrados (*bivalves, crustáceos e gastrópodes* (ver a *Figura 9.35*);
- áreas de pesca localizadas entre a costa, as ilhas e áreas em redor das ilhas, geralmente até uma profundidade de 50m, e
- áreas de pesca em águas mais profundas, a Leste das ilhas, sendo estas águas referidas pelos pescadores como " alto mar ".

As zonas entre-marés e as áreas de pesca até 50m de profundidade são frequentadas por pescadores que residem no Local do Projecto em Afungi, incluindo o Centro de Pesca Palma e os Centros de Pesca no Posto Administrativo de Olumbe; as zonas em alto mar são utilizadas apenas por pescadores com barcos motorizados ⁽²⁾.

Principais Tipos de Assentamentos de Pesca

No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante há dois assentamentos populacionais com centros de pesca, nomeadamente Milamba 1 e N'Semo / Kibundjo, e ainda dois centros de pesca em Milamba 2 e Ngodje (*Figura 9.33*).

(1) Ver capítulo 9.56 e Anexo C. Secção C1.3, que apresentam um resumo da abordagem do sector das pescas.

(2) No Centro de Pesca de Palma apenas um número muito limitado de pescadores possui barcos motorizado.

O Centro de Pesca Funzi está localizado fora do Local do Projecto em Afungi, a poucas centenas de metros do limite desta área. Há aproximadamente seis assentamentos de pesca para Sul da Península de Afungi, ao longo da linha costeira entre Maganja e Olumbe, a maioria dos quais pertence à Localidade de Mute.

Milamba 1 e N'semo / Kibumdju são assentamentos populacionais com centros de pesca ⁽¹⁾, que são basicamente habitados por uma mistura de pescadores que lá residem com as suas famílias, pescadores sazonais e permanentes sem as suas famílias, comerciantes de peixe sazonais e permanentes e residentes envolvidos em outras actividades como a agricultura, o cultivo de coqueiro e o comércio.

Outros centros de pesca (que não são, necessariamente, assentamentos populacionais) têm residentes permanentes (pescadores, vendedores de peixe, trabalhadores assalariados de pesca, etc), e alguns migrantes sazonais do interior do Distrito de Palma e até mesmo de outras províncias ⁽²⁾. Essas pessoas vivem lá durante períodos do ano em que a pesca é favorável, e são comumente conhecidos como "*vientes*" (livremente traduzido como "forasteiros"). Estas pessoas incluem pescadores, trabalhadores assalariados de pesca e vendedores de peixe, que permanecem nestes centros de pesca entre Agosto e Outubro, antes do início da época de plantio agrícola. Há um número de pescadores, comerciantes de peixe e trabalhadores assalariados que chegaram como imigrantes, tendo estabelecido residência nos centros de pesca, casando com mulheres locais e estabelecido residência permanente no centro de pesca há mais de dois ou três anos.

Outros pescadores normalmente vêm e vão diariamente ou permanecem nos centros de pesca por vários dias, sendo geralmente indivíduos que residem em assentamentos e aldeias localizadas mais próximas da costa, como Palma, Quitupo e vários povoados dispersos (zonas de produção) localizados no Local do Projecto em Afungi. Por exemplo, o Centro de Pesca de Ngodje tem apenas quatro agregados familiares residentes e os restantes pescadores e vendedores permanecem neste local entre uma semana a um mês para o fim específico da pesca, secagem de peixe, venda da produção ou compra de produtos. Quando essas actividades são concluídas, essas pessoas normalmente regressam às suas zonas de origem.

O Centro de pesca N'semo / Kibundjo é o que apresenta maior número de residentes na área tendo um grande número de "*vientes*" de vários pontos do distrito e até mesmo de outras províncias, principalmente do Distrito de Nacala, na Província de Nampula. A maioria dos moradores corresponde a pessoas que antes viviam nas ilhas de Tecomaji, Queramimbi e Rongui e que foram posteriormente transferidas para este local devido à construção de estâncias turísticas nessas ilhas.

(1) Devido a esta distinção, o consultor fez a diferenciação entre assentamentos com centros de pesca e centros de pesca, respectivamente, conforme descrito na *Secção 9.8.2*

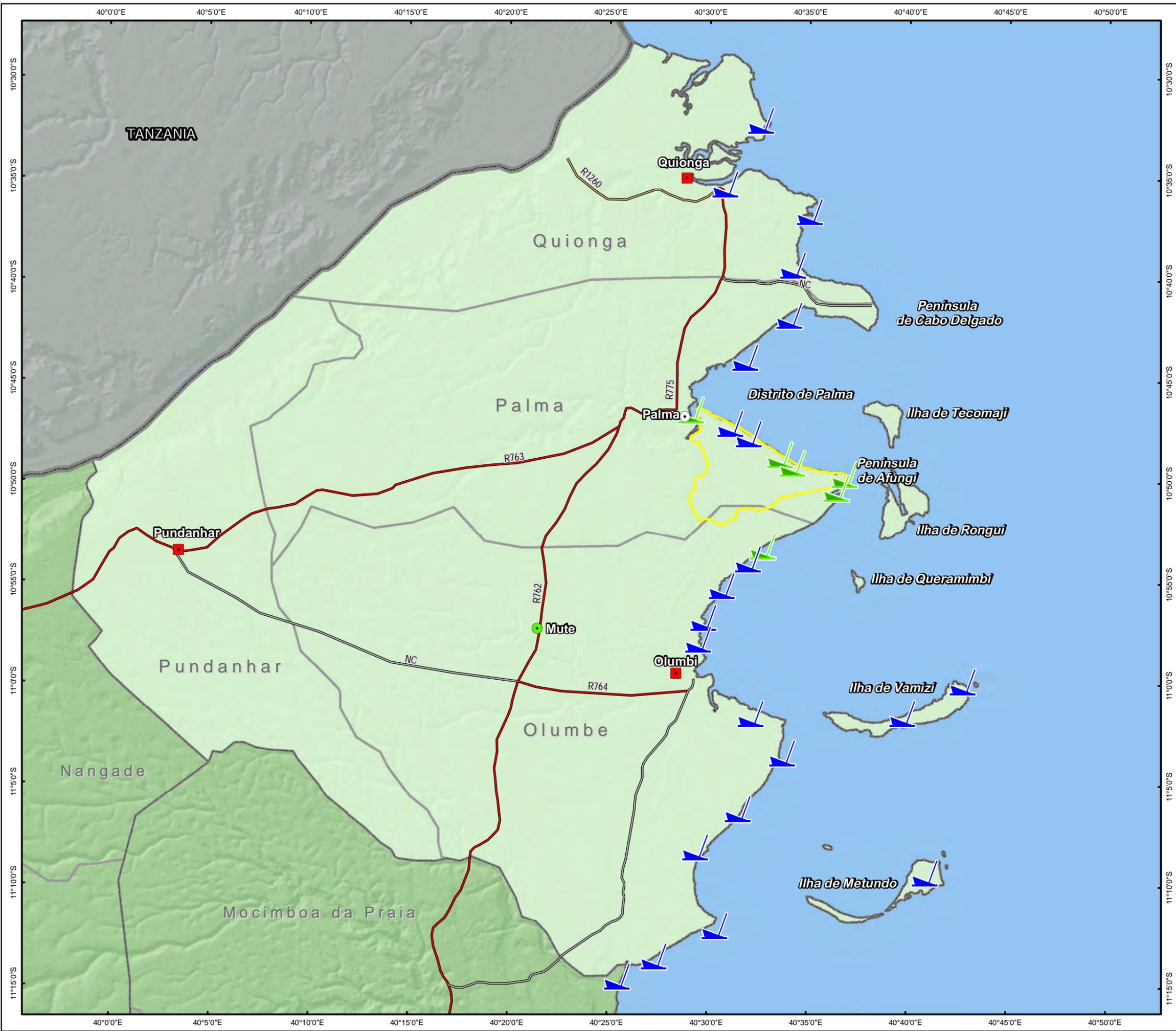
(2) Nos centros de pesca visitados observou-se que há muitos imigrantes da área de Nacala, na Província de Nampula.

A *Tabela 9.47* mostra a distribuição dos pescadores pelos centros de pesca localizadas dentro dos limites do Local do Projecto em Afungi, com um total aproximado de 757 pescadores permanentes e sazonais, correspondente a aproximadamente 10 por cento do número total de pescadores do Distrito de Palma. Os pescadores sazonais representam aproximadamente um terço do total.

Tabela 9.47 *Número de Pescadores nos Centros de Pesca do Local do Projecto em Afungi*

Centro de Pesca	Permanente	Sazonal	Total
Ngodje	45	20	65
Milamba 1 e 2	192	80	272
N'semo / Kibundjo	270	150	420
Total	567	250	757

Fonte: Impacto, 2012.



Legenda

- Sede do Distrito
- Sede da Localidade
- Sede do Posto Administrativo
- ▲ Assentamento com Centro de Pesca
- ▲ Centro de Pesca

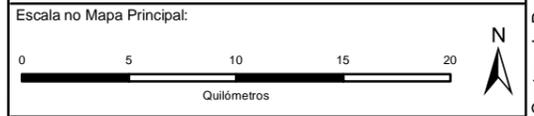
Estradas

- Terciária
- Local
- Não-Classificada

- Local do Projecto em Afungi
- Limite do Distrito
- Limite do Posto Administrativo
- Distrito de Palma

Provincia

- Cabo Delgado



Título:
**Figura 9.32:
 Centros de Pesca no
 Distrito de Palma**

Cliente:

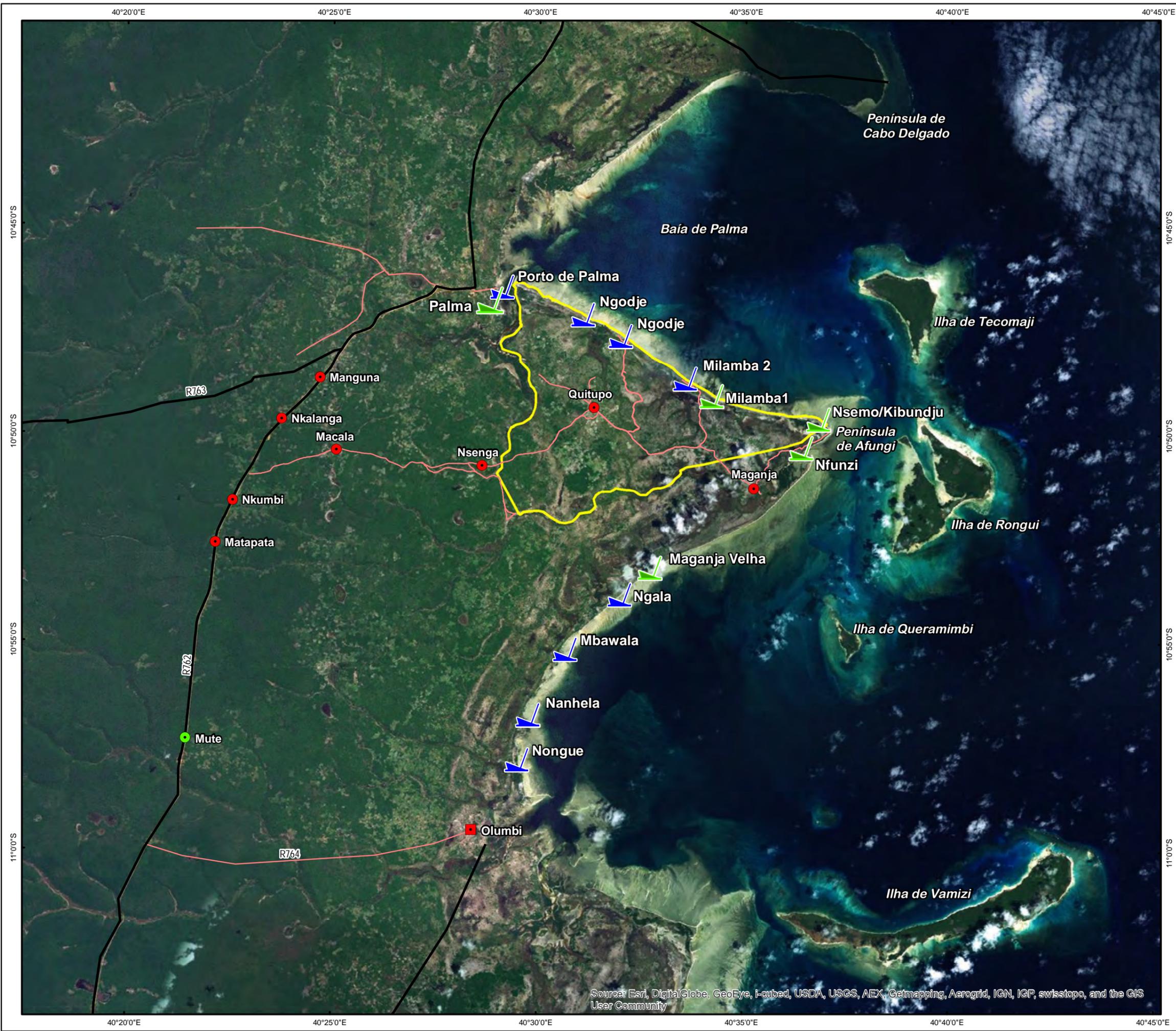
Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 330 000
Desenho: Fig 9.32_ Centros de Pesca no Distrito de Palma.mxd		Rev: A

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
 Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
 Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3



Legenda

- Aldeias
- Sede da Localidade
- Sede do Posto Administrativo
- ↘ Assentamento com Centro de Pesca
- ↘ Centro de Pesca
- Estradas Locais
- Estradas Regionais
- Local do Projecto em Afungi

Área do Projecto

Escala no Mapa Principal:

Título:
**Figura 9.33:
Centros de Pesca no Local do Projecto em Afungi e Arredores**

Cliente:

Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 160 000

Desenho:
Fig 9.33_Centros de Pesca no Local do Projecto em Afungi e Arredores.mxd

Rev:
A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: Bing Maps ©2010 Microsoft Corporation.
Impacto, 2012. Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão:
A3

Tipos de Pescadores e Artes de Pesca

Durante a avaliação social foram realizadas 29 entrevistas a pescadores e vendedores de peixe, nos centros de pesca no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante a Sul deste. Alguns dos agregados familiares entrevistados no Inquérito ao Agregado Familiar informaram ter na pesca uma actividade principal ou secundária.

As entrevistas identificaram os seguintes tipos de pescadores na área: pescadores com barcos, trabalhadores de barcos de pesca, mergulhadores e recolectores. Os tipos de barcos mais usados pelos pescadores são canoas, chatas e lanchas.

- As canoas são geralmente feitas de troncos de árvore esculpidos e podem transportar entre uma a quatro pessoas. No entanto, é bastante comum que as canoas sejam projectadas para transportar um máximo de duas pessoas. Este é o tipo mais comum de barco usado para pescar no mar em frente à costa do Local do Projecto em Afungi, entre a costa e as ilhas. São geralmente utilizadas por pescadores que praticam a pesca à linha ou por mergulhadores.
- Os tipos de barcos mais comuns são os "dhows" ou "chuabos". Em geral, são embarcações à vela, mas alguns barcos do tipo "Chuabo" podem ter motores fora de bordo. Dependendo do tamanho e do tipo de métodos de construção utilizados, estes barcos têm uma capacidade de entre quatro (4) a cinquenta (50) pessoas.
- As lanchas de fibra de vidro com motores de fora de bordo existem em número reduzido e na área só foram observadas no Centro de Pesca Palma.

As canoas utilizadas pelos pescadores são construídas localmente pelos próprios pescadores, em alguns casos com apoio do programa do IDPPE, que visa a capacitação de pescadores e de construtores de barcos.

A maioria dos pescadores entrevistados relatou possuir canoas, lanchas e chatas. Alguns barcos maiores e lanchas foram adquiridos através de financiamento concedido por linhas de crédito oferecidas aos pescadores ao abrigo de um programa financiado pelo Fundo de Desenvolvimento da Pequena Indústria e pelo IDPPE, gerido pelo GAPI e AMODER. Em muitos casos, os barcos são alugados e/ou partilhados.

Com base nas entrevistas, os pescadores das zonas de pesca relataram utilizar diferentes métodos de pesca, conforme ilustra a *Tabela 9.48*.

Tabela 9.48 *Tipos de Artes de Pesca no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante*

Tipo/Arte de Pesca	Espécies Capturadas	Características
Redes de emalhe (À superfície)	Garoupa, tartaruga, tubarão, papagaio, cheréua	Este tipo de pesca é feito com lancha à vela ou a motor sendo a rede lançada ao longo dos canais por 6 a 10 pescadores. A rede fica no mar de um dia para o outro ou durante uma a duas semanas. No primeiro caso os pescadores recolhem a rede e o peixe umas horas depois ou no dia seguinte, enquanto no segundo caso vão inspeccionando e retirando o peixe ao longo dos dias. O tipo de peixe seleccionado é de primeira classe.
Rede de cerco	Pedra, carapau, sardinha, peixe vermelho	Este tipo de pesca é feito com recurso a uma lancha com motor, e uma rede de 1 ^{1/2} polegada, durante a noite com ajuda de lanternas como fontes de luz, com o objectivo de capturar cardumes de peixes.
Rede de arrasto	Pedra, peixe cozinheiro, ladrão, garoupa, buju, nacassumbe, piri-piri, mambuaissui, gombezi, sala	Este tipo de pesca ocorre em zonas muito próximas da margem ou de pouca profundidade, permitindo o arrasto para a praia ou dentro de água. Para tal, usam uma lancha de tamanho médio, com 10 a 14 pescadores, que puxam a rede do mar para a costa (ou dentro da água).
Linha de mão	Garoupa, salaziva, famache, atum, agulha, pedra, sololo, lula, raia	Este tipo de pesca é feita em águas não muito profundas, e a deslocação é feita em canoas. Capturam o peixe com fio de pesca e anzol.
Recolectores	Bivalves, gastrópodes e crustáceos. cutanda, peixinhos, macaza	Feita na maior parte das vezes por mulheres na zona entre-marés. Algumas catam mariscos em águas que vão até ao joelho, outras vão até às ilhas numa canoa do tipo “casquinha” e mergulham para catar mariscos.
Mergulhadores	Garoupa, pedra, polvo, lula	Os mergulhadores descem a uma profundidade de até 15 metros, sem equipamento de mergulho. Para chegar ao local de mergulho os pescadores vão de canoa ou a nado.

Fonte: Impacto, 2012, através de entrevistas com pescadores nos centros de pesca, Janeiro de 2012.

Em média, a pesca com rede de arrasto tem lugar em águas entre 5m e 7m de profundidade, ao passo que a profundidade máxima para a pesca com rede de cerco é de cerca de 100 m (dependendo do tamanho da rede). A pesca à linha de mão ocorre em águas com uma profundidade máxima de 200 metros. Os mergulhadores raramente excedem os 30 m de profundidade, e apenas alguns mergulhadores muito experientes são capazes de atingir estas profundidades.

Os resultados das entrevistas mostram que há uma série de tipos e combinações de métodos de pesca, praticados com base em factores tais como, a posse/utilização de barco, o tipo de arte de pesca, o método de venda de peixe (fresco, seco, fumado) e a posição do pescador no processo de trabalho (trabalhador por conta própria ou proprietário/trabalhador assalariado). De forma resumida, foram identificados os seguintes tipos de pescadores no

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (Palma e área circundante a Sul):

- Pescadores artesanais comerciais que pescam com rede de emalhe de grande dimensão. Uma pequena percentagem destes pescadores está organizada em associações; a maior parte destes pescadores reside na Vila de Palma. Estes pescadores possuem lanchas com motor fora de bordo (ou velas em alguns casos). Eles contratam pescadores a quem pagam em dinheiro ou em espécie e vendem peixe fresco. Eles também procedem à secagem do peixe e vendem a comerciantes.
- Pescadores artesanais de subsistência que praticam a pesca à linha e são proprietários de canoas com capacidade para um a quatro indivíduos. Saem para pescar sozinhos ou com outros pescadores. Em geral não contratam trabalhadores. Partilham um barco e as capturas, embora o proprietário do barco fique com uma percentagem igual ou superior da captura. Uma parte do peixe é vendida fresca. Não secam o peixe, vendendo-o a pequenos comerciantes no centro de pesca que, em seguida, secam e vendem o peixe.
- Pescadores artesanais de subsistência que praticam a pesca à linha e não são proprietários dos barcos que utilizam. Pescam em barcos que pertencem a outros pescadores, geralmente em regime de partilha das capturas. Cada pescador vende a sua parte do peixe fresca, sendo uma outra parte vendida a comerciantes locais que subsequentemente secam e vendem o peixe.
- Pescadores que pescam com redes de cerco/kavogo, redes de arrasto ou redes de emalhe, que são proprietários de barcos à vela com uma capacidade de entre 4 a 50 pescadores. Os barcos mais comumente utilizados são aqueles com capacidade para 20 indivíduos. As características específicas desta categoria são:
 - pescadores artesanais de subsistência que são proprietários de embarcações de pequeno porte (com capacidade entre 2 a 4 pessoas). Partilham o barco e as capturas com os outros pescadores da tripulação. Uma parte das capturas é vendida fresca; a outra parte é vendida a comerciantes locais que, em seguida, secam e vendem o pescado; e
 - pescadores artesanais mais orientados para o mercado que são proprietários de barcos maiores, com uma capacidade de entre 6 a 50 lugares. Em geral, estes têm ao seu serviço trabalhadores assalariados, a quem pagam em dinheiro e/ou em espécie. O proprietário vende peixe fresco, peixe seco, e vende peixe aos comerciantes residentes nos centros de pesca ou aos comerciantes externos com os quais já tem um acordo de fornecimento.

- Pescadores artesanais de subsistência que pescam com redes de cerco/kavogo, redes de arrasto ou redes de emalhe, que não são proprietários de barcos. Partilham o barco e as capturas com o proprietário. A maioria do pescado é vendida a comerciantes que secam e vendem o peixe; e
- Pescadores assalariados que trabalham nos barcos pertencentes aos pescadores com lanchas com motores fora de bordo ou lanchas à vela com capacidade entre 6 a 50 lugares. Estes pescam com redes de emalhe, de cerco e de arrasto. São pagos em dinheiro ou em espécie. No caso dos pescadores que capturam e secam o pescado, estes geralmente recebem uma parte do peixe fresco após a pescaria e outra parte após a venda do pescado seco.

As *Figura 9.34* e *Figura 9.35* ilustram as actividades de pesca e os vários métodos/artes empregues.

Figura 9.34 *Embarcações e Atividades de Pesca*



Construção de barcos em N'semo



Secagem de peixe em Milamba 2



Pescador com rede de emalhe no centro de pesca de Ngodje



Pesca à linha em frente ao centro de pesca de Ngodje



Redes de cerco no centro de pesca de Ngodje



Pescadores assalariados no centro de pesca de Ngodje

Fonte: Impacto, 2012.

Figura 9.35 *Actividades de Pesca no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante*



Bivalves e gastrópodes colhidos por
Recolectores

Bivalves e gastrópodes processados como
materiais de construção

Fonte: Impacto, 2012.

Zonas de Pesca

Durante o trabalho de campo para definição da situação de referência socioeconómica, foram visitadas várias zonas de pesca localizadas principalmente no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante; durante estas visitas foram identificadas 18 zonas de pesca principais, como mostra a *Figura 9.36*. No geral, estas zonas são utilizadas pelos pescadores de todos os centros de pesca do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante sem haver alguma distinção em termos de áreas, pois em cada zona de pesca há uma abundância de certas espécies, o que pode estar relacionado com a existência de formações rochosas ou de coral, tapetes de ervas marinhas, profundidade (em mar alto / em áreas costeiras de águas rasas) e outros factores. Assim, as zonas são seleccionadas com base no tipo de espécies que os pescadores capturam.

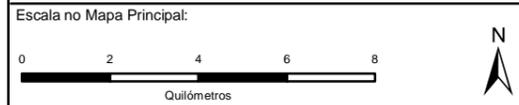
Durante as entrevistas e conversas com os pescadores, algumas zonas foram relatadas como sendo boas para a pesca, especialmente os locais ao redor das ilhas, onde é possível encontrar uma série de espécies diferentes. No entanto, de uns tempos para cá a população viu-se proibida de pescar em muitas dessas áreas. Embora não tenham sido estabelecidos limites, a pesca foi proibida ao redor da Ilha Tecomaji e da zona de Pesca de Quimesse na Ilha Rongui, que foram concedidas para uso de operadores turísticos.

Além disso, como mencionado anteriormente, os pescadores que residiam na Ilha de Tecomaji foram transferidos daquela área para o centro de pesca de N'semo. Isso teve um impacto sobre a dinâmica das actividades desses pescadores, uma vez que a sua localização anterior se integrava numa área estratégica em termos de acesso aos recursos pesqueiros.



Legenda

- Aldeias
- Sede da Localidade
- Sede do Posto Administrativo
- ▶ Assentamento com Centro de Pesca
- ▶ Áreas de Pesca
- ▶ Centro de Pesca
- Estradas Locais
- Estradas Regionais
- Local do Projecto em Afungi



Título:
Figura 9.36:
 Áreas Pesca Usadas por Pescadores do Local do Projecto em Afungi e de Arredores

Ciente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 160 000

Desenho:
 Fig 9.36 Áreas Pesca Usadas por Pescadores do Local do Projecto em Afungi e de Arredores.mxd

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
 Fonte: Bing Maps ©2010 Microsoft Corporation.
 Impacto, 2012. Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, i-cubed, USDA, USGS, AEX, Getmapping, Aerogrid, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community

Rotas de Comercialização para Produtos da Pesca

A comercialização dos produtos da pesca nos centros de pesca do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante é principalmente realizada por via marítima, em canoas ou barcos pertencentes ou arrendadas pelos pescadores, até ao porto na Vila de Palma, onde há um grande centro para esse fim. Os centros de pesca localizados a Sul da aldeia de Maganja comercializam o pescado usando a rota de Olumbe / Mocímboa da Praia ou a rota de Palma.

A partir de Palma, Olumbe ou Mocímboa da Praia o pescado é transportado para vários destinos por via terrestre, para o interior do distrito e da província (tais como Pundanhar, Mocímboa da Praia, Mueda, Nangade, entre outros), para outras províncias (tais como Nampula, Niassa) ou mesmo para outros países, como a Tanzânia. Há comerciantes da Tanzânia que chegam de barco a Palma ou directamente aos centros de pesca para comprar peixe fresco, peixe seco e também gastrópodes e moluscos processados pelos colectores, usando contactos e as redes já estabelecidas entre os comerciantes da Tanzânia e os comerciantes ou pescadores estabelecidos na Vila de Palma ou nos centros de pesca.

Nos centros de pesca do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, o transporte de produtos de pesca nem sempre tem lugar por via marítima. Às vezes a mercadoria é transportada a pé para o Centros de Pesca de Palma e, nestes casos, os proprietários da mercadoria contratam transportadores que podem até transportar os produtos nas suas cabeças, pagando cerca de 50,00 meticais por cada saco de 50 kg.

A *Tabela 9.49* resume o custo do transporte de mercadorias e passageiros, por via marítima, entre os centros de pesca no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante e a Vila de Palma, bem como o transporte terrestre entre Palma e os principais destinos relatados.

Tabela 9.49 *Custo do Transporte Marítimo / Terrestre de Bens e Pessoas (em MT)*

	Saco de 100 kg/ Barco (MT)	Passageiro/ Barco (MT)	Saco de 50 kg/ carro (MT)	Passageiro/ Carro (MT)
Ngodje - Palma	50.00	50.00	inexistente	inexistente
Milamba - Palma	100.00	100.00	inexistente	inexistente
N'Semo - Palma	60-00-4	175,00	inexistente	50
N'Semo - MDP *	175,00	150.00	inexistente	inexistente
Palma - MDP *	-	-	65.00	100.00
MDP * - Nacala	-	-	350,00	600,00
N'semo - Nacala	-	60-00-4	inexistente	inexistente
Palma - Nangade	-	-	150.00	60-00-4
Nangade - Mueda	-	-	75,00	100.00
Palma - Tanzânia	500	250	500	500

Legenda;

* MDP: Mocímboa da Praia

Fonte: Impacto, 2012, através entrevistas com pescadores nos centros de pesca, Janeiro de 2012.

Contribuição da Pesca para Economia Local

Embora amplamente considerada uma actividade económica isolada, a pesca artesanal interage com uma série de outras actividades de diferentes sectores, bem como no âmbito da sua própria cadeia de valor, tal como descrito abaixo.

- Uma grande percentagem dos agregados familiares realiza a pesca em conjunto com outras actividades, como a agricultura de subsistência, o cultivo de coqueiros e de cajueiros (parte é usada para a venda) ou a produção de artesanato para venda.
- Os proprietários de barcos alugam as suas embarcações para a pesca ou para o transporte de mercadorias.
- Actividades de apoio, tais como fornecimentos de materiais de pesca, construção e reparação de embarcações. De entre estas, a indústria de construção de barcos é a mais importante nos centros de pesca do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, em outras aldeias e na Vila de Palma. De acordo com IDPPE (2004), havia 82 construtores de barcos em Palma, baseados em centros de pesca, que estão munidos das estruturas e materiais para a construção de embarcações. No Local do Projecto em Afungi, próximo das aldeias e vilas vizinhas (incluindo Palma), não há fornecedores de equipamento de pesca baseados nas comunidades, embora tais equipamentos possam ser vendidos em mercados informais locais. As principais fontes de fornecimento de equipamentos localizam-se em Pemba, Nacala, Nampula, Maputo, e tão longe quanto a Tanzânia e o Malawi ⁽¹⁾.
- Outras actividades, como a secagem e comercialização de pescado. Em 2008, havia 212 processadores em Palma (de entre 1.102 em Cabo Delgado) e 203 comerciantes (de entre 1.905 na Província de Cabo Delgado). A secagem ao sol ou com sal e a fumagem aumentam o período de vida do pescado para venda; por exemplo, o peixe seco com sal pode durar até cinco meses tornando este produto mais viável para comercialização, podendo assim ser vendido em partes diferentes do distrito e em distritos e províncias vizinhos.
- O trabalho assalariado foi também observado na área. Alguns pescadores trabalham em embarcações pertencentes ou operadas por outras pessoas, em troca de um salário. Por exemplo, os pescadores de subsistência podem ser recrutados por pescadores artesanais comerciais como trabalhadores a tempo parcial.

(1) Não foram mencionados locais específicos nestes dois países, que sejam usados para compra de equipamentos de pesca.

Assim, as mudanças neste sistema interdependente, causadas por factores como secas, inundações, pragas, interrupção no transporte de pessoas e bens por vias terrestre e marítima, perda de acesso às áreas costeiras e às zonas de pesca, podem afectar negativamente os meios de subsistência da área e as actividades realizadas pelas agregados familiares, tais como a pesca de subsistência, a pesca comercial de pequena escala e a agricultura, ou o comércio informal de produtos transportados por terra ou mar, para mencionar apenas alguns dos exemplos mais importantes.

9.14.4

Turismo

Distrito de Palma

A maioria dos empreendimentos turísticos existentes no distrito baseia-se nos recursos marinhos, costeiros e de fauna bravia. O Distrito de Palma tem tido, até à data presente, um investimento limitado em infra-estruturas turísticas, com excepção das estâncias turísticas já estabelecidas nas ilhas, por exemplo, na Ilha Vamizi, e em outras ilhas com projectos turísticos em fase de construção.

Em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) e com a proposta provincial de Desenvolvimento do Turismo (Direcção Provincial de Turismo, 2008), o sector considerado como tendo o maior potencial de desenvolvimento é o turismo de lazer, baseado em actividades no mar e em fazendas de bravio. O Plano Estratégico definiu quase todo Distrito de Palma como uma área de múltiplas actividades, como a caça e os safaris fotográficos. Três áreas costeiras foram definidas para o turismo de praia e actividades náuticas (Quirinde-Mbwizi, Quiwia e Lalane)⁽¹⁾. Os operadores turísticos que se baseiam nos recursos marítimos e que estão estabelecidos ao longo da costa e nas ilhas, dependem do ambiente marítimo preservado, dos corais, das praias e da grande variedade de peixes para as suas actividades. As actividades oferecidas por estes operadores incluem o mergulho com escafandro autónomo (*scuba diving*), o mergulho com tubo respiratório e máscara (*snorkelling*), a pesca desportiva e passeios recreativos de barco.

A *Tabela 9.50* mostra alguns dos estabelecimentos hoteleiros no Distrito de Palma e respectivas classificações, localização e capacidade, bem como o respectivo volume de investimentos.

(1) Ver *Figura 9.18* que mostra os DUATs existentes e requeridos no Distrito de Palma, nomeadamente para o turismo no litoral, reservas de caça e fazendas de bravio.

Tabela 9.50 *Estabelecimentos Hoteleiros no Distrito de Palma*

Designação:	Localização	Nº de Quartos	Nº de Cama	Tipo	Categoria / Classificação	Valor do Investimento	Nº de Trabalhadores	Observações
Hotel Palma	Palma-Sede	6	13	Pensão	Única	150,000 MT	3	
Casa Malope	Palma-Sede	4	4	Casa de hóspedes	Único	n/d	6	
Pensão Maganja	Palma-Sede	10	11	Pensão	1 Estrela	n/d	5	
Pensão Wivo	Palma-Sede	7	7	Pensão	1 Estrela	80,000 MT	6	
Vamizi Island Lodge	Ilha Vamizi	12	32	Pousada	5 Estrelas	134.400.000 MT	58	
Verde Mar	Ilha Metunge	10	20	Pousada	5 Estrelas	19.200.000 MT	39	
Tecomaji	Ilha Tecomaji			Pousada		10.000.000 USD		Const.
Querami mbi	Ilha Querami mbi			Pousada		n/d		Const.
Tambuzi	Ilha Tambuzi			Pousada		150.000 USD		Const.
Vumba	Ilha Vumba			Pousada		300.000 USD		Const.

Legenda

Const: em fase de construção.

n/d: informação não disponível

Fonte: Impacto, 2012.

9.14.5 Comércio

Distrito de Palma

A rede de comércio no Distrito de Palma consiste principalmente de pequenos comerciantes informais, classificados pelo sector da indústria e comércio como "actividade comercial rural". A rede é composta por 157 estabelecimentos comerciais (por exemplo, lojas, bancas e bares) (Balanço Anual do Plano Económico e Social do Distrito de Palma, 2011). Além disso, o governo distrital licenciou recentemente 20 estabelecimentos comerciais e industriais adicionais.

Na Vila de Palma, embora informal, o comércio parece ser dinâmico, com alguns comerciantes tanzanianos estabelecidos localmente e operando as suas lojas com mercadorias trazidas do outro lado da fronteira, e com outros comerciantes que vendem produtos provenientes de Pemba e Nampula. Em todo o distrito esta actividade comercial rural é limitada e concentrada nas sedes dos postos administrativos e das localidades e, em geral, ainda está por ser desenvolvida.

Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)

O Local do Projecto em Afungi e Área Circundante caracteriza-se por uma rede comercial fraca, tanto formal como informal. Na aldeia de Maganja e no assentamento com centro de pesca de N'semo há uma área de mercado com alguns estabelecimentos comerciais informais (*Figura 9.37*), enquanto nas aldeias de Senga e Quitupo há apenas alguns estabelecimentos muito isolados.

A existência de um mercado mais dinâmico em Maganja e N'semo deve-se ao facto de estes assentamentos estarem localizados numa zona costeira que é um ponto de paragem utilizado pelos meios de transporte marítimos que fazem o transporte de mercadorias e de passageiros para estas áreas, a partir da costa Norte e Sul de Cabo Delgado.

Os principais factores que contribuem para que estas áreas sejam um ponto de paragem nas rotas de transporte de mercadorias são:

- a localização geográfica de Maganja e N'semo, no extremo Leste da Península Afungi;
- grande número de indivíduos e pescadores permanentes e sazonais que residem na aldeia de Maganja e nos assentamentos com os centros de pesca de Nfunzi e N'semo; e
- a dificuldade de viajar por terra devido à falta de transporte e ao mau estado da estrada entre Maganja e Palma. A população das zonas mais para o interior da península tem que viajar a pé para Palma para fazer compras.

Figura 9.37 *Lojas Locais em Maganja e N'semo*



Fonte: Impacto, 2012.

Cerca de 70,7 por cento dos agregados familiares inquiridos mencionaram que há bancas informais nas suas áreas de residência. No entanto, apenas são feitas nestas bancas pequenas compras e de carácter urgente. A grande maioria dos agregados familiares inquiridos (mais de 90 por cento) viaja para

Palma para comprar produtos para consumo e revenda. Assim, a população do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante está fortemente dependente de Palma.

A maioria dos agregados familiares inquiridos viaja uma média de 124 minutos a pé ou em barcos, para comprar alimentos e outros produtos ⁽¹⁾. A *Tabela 9.51* fornece informações por zona acerca do tempo percorrido pelos agregados familiares para chegar a um local onde há uma moagem, uma loja, uma banca informal ou um estabelecimento que compre produtos agrícolas.

Tabela 9.51 *Tempo de Viagem (em Minutos) para Chegar aos Mercados Mais Próximos*

Tipos de Estabelecimentos comerciais	Zona Costeira	Maganja	Quitupo	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)	Senga
Para uma moagem	151	193	95	270	99
Para uma loja	159	168	92	100	106
Para uma banca informal	65	12	9	42	25
Para uma loja que compre produtos agrícolas	156	183	97	33	86

Fonte: Impacto, 2012.

Apenas no caso das aldeias de Quitupo, Maganja e Senga há bancas informais nas proximidades, já que os agregados familiares nessas áreas relataram gastar entre 9 e 25 minutos de viagem para alcançar esses estabelecimentos. Moradores de outras áreas são obrigados a viajar por muito mais tempo.

Todos os outros tipos de estabelecimentos comerciais estão muito mais distantes e os agregados familiares relataram viajar entre 1,5 e 4,5 horas para alcançar esses estabelecimentos:

- Quase todas os agregados familiares dependem da Vila de Palma e percorrem longas distâncias para processar os produtos agrícolas numa moagem.
- O mesmo cenário (de dependência) ocorre no concernente ao acesso a lojas que vendem produtos básicos e compram produtos agrícolas, uma vez que quase todos agregados familiares relataram viajar para a Vila de Palma, gastando entre 1,5 e 3 horas na viagem.

9.14.6 *Actividades Geradoras de Rendimento no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante (incluindo Senga e Maganja)*

Actividades Geradoras de Rendimento

(1) A Avaliação Social não abordou a frequência das viagens. No entanto as observações de campo permitem afirmar que a maior parte das famílias não o podem fazer mais do que duas vezes por mês.

A venda e processamento dos excedentes agrícolas, de fruta, peixe, e quando necessário, de animais de criação são a base de geração de rendimento nas comunidades do Local do Projecto em Afungi e Área Circundante.

A Tabela 9.52 abaixo apresenta a gama de actividades realizadas pelos agregados familiares inquiridos e o respectivo rendimento médio obtido por cada um dos que esteve envolvido nessas actividades nos últimos 12 meses. Com excepção do comércio informal e da venda de peixe fresco, os rendimentos provenientes das outras actividades declarados para os últimos 12 meses ainda são muito baixos.

Tabela 9.52 *Actividades de Geração de Rendimento Relatadas pelos Agregados Familiares Inquiridos*

Actividades de geração de rendimentos	AFs envolvidos (%)	Rendimento médio nos últimos 12 meses (MT)
Vendas na rua/comércio informal	9,3	16.545,00
Venda de peixe fresco	29,3	11.523,00
Venda de produtos alimentares	4,3	60.033,00
Trabalhos especializados (carpinteiros, pedreiros, pintores)	2,9	5.300,00
Venda de produtos agrícolas	40,7	3.402,00
Produção e venda de bebidas tradicionais	10,0	3.303,00
Venda de coco	25,0	3.220,00
Venda de caju	12,1	2.820,00
Venda de peixe seco/fumado	12,1	2.702,00
Venda de animais	12,9	2.166,00
Venda de plantas medicinais	2,1	1.283,00
Venda de madeira/estacas para vedação/colmo	6,4	1.180,00
Trabalho temporário para os outros (explorações agrícolas vizinhas)	2,9	887,00
Venda de artesanato (produtos em palha, chapéus)	12,9	695,00
Rendimentos do trabalho permanente (estatal, empresas privadas)	4,3	-

Fonte: Impacto, 2012.

A venda de produtos agrícolas, coco e peixe fresco são actividades geradoras de rendimento praticadas por um grande número de agregados familiares, 41, 29 e 25 por cento, respectivamente. Para além destas actividades, as mais importantes fontes de rendimento são a venda de animais de criação e de artesanato (13 por cento para cada uma), a venda de castanha de caju (12 por cento) e a venda de peixe seco ou fumado (12 por cento).

Na área o comércio é realizado nas bancas informais ou através de vendedores ambulantes que vendem na rua. Apesar de vários agregados familiares venderem a sua própria produção, apenas 9,3 por cento estão envolvidos em actividades comerciais que integram a compra e venda de produtos.

Uma percentagem significativa dos agregados familiares inquiridos no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante vende produtos agrícolas (40,7 por cento). No entanto, o rendimento médio nos 12 meses anteriores a esta pesquisa foi de aproximadamente 3.402,00 MT, destacando o fraco desenvolvimento do mercado local (ver *Tabela 9.52*).

O peixe é vendido fresco, seco ou fumado. A venda de peixe fresco é uma actividade significativa, na qual participaram 29,3 por cento dos agregados familiares inquiridos, proporcionando um rendimento médio de aproximadamente 11.523,00 MT ao longo de um período de 12 meses. Cerca de 12,1 por cento estiveram envolvidos na venda de peixe seco/fumado, resultando num rendimento médio de 2.702,00 MT durante o mesmo período.

Apesar de apenas 9,3 por cento dos agregados familiares inquiridos estarem envolvidos no comércio informal, esta é uma importante fonte de rendimento, proporcionando um rendimento médio anual de 16.545,00 MT. Os itens são vendidos em pequenas barracas construídas com materiais tradicionais (cabanas de bambu e barro cobertas de palha). Os produtos vendidos são produtos de primeira necessidade, como o açúcar, sal, óleo, sabão e arroz, que foram obtidos através da troca ou comprados em Mocímboa da Praia e transportados para as comunidades para venda local.

Quase 13 e 12 por cento dos agregados familiares participaram na venda de castanha de caju e de animais de criação, respectivamente, resultando num rendimento médio de 2.166,00 MT e 2.820,00 MT, respectivamente. Trabalhos especializados são apenas realizados por 2,9 por cento dos agregados familiares, resultando num rendimento médio de cerca de 5.300,00 MT. Quando a produção agrícola é baixa, algumas pessoas asseguram trabalho temporário em explorações agrícolas, lojas de carpintaria ou serrações de propriedade de terceiros, em troca de dinheiro ou produtos agrícolas. Cerca de 2,9 por cento dos agregados familiares estão envolvidas neste tipo de trabalho temporário, que contribuiu para um rendimento médio de 887,00 MT.

Embora 12,9 por cento dos agregados familiares produzam e vendam produtos de artesanato, esta actividade não contribui muito para a renda familiar. Durante as DGFs, as mulheres afirmaram que a venda de artesanato (como a cestaria) não é rentável pois não existem compradores para seus produtos, e quando os trabalhos são concluídos esperam um longo período de tempo até que apareçam compradores provenientes de Palma ou de outros locais.

As DGFs confirmaram a existência de uma associação de mulheres em Senga (a única associação desse tipo na área), que contribui para um fundo de poupança. Este fundo tem aumentado as economias das mulheres participantes para que possam depois investir em seus negócios.

Rendimento Anual dos Agregados Familiares

Os agregados familiares que residem no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante realizam uma série de diferentes actividades geradoras de rendimento, como parte de suas estratégias de sobrevivência. A fim de proporcionar uma análise mais abrangente do rendimento combinado dos agregados familiares, estes foram classificados em quatro grupos de rendimento, como mostrado na *Tabela 9.53*.

Tabela 9.53 *Grupos de Rendimento e Rendimento Médio Anual, conforme Relatado pelos Agregados Familiares Inquiridos*

Grupo de Rendimento, em MT	%	Rendimento médio por grupo durante os últimos 12 meses (MT)
150 - 1.549	25,0	956
1.600 - 4.300	25,0	3.112
4.400 - 9.000	21,8	6.373
10.000	28,2	30.207
Totalidade da amostra	100,0	10.931
Não sabe / Não respondeu	11,4	-

Fonte: Impacto, 2012

O rendimento médio anual relatado pelos agregados familiares inquiridos é 10.931 meticais, o que corresponde a um rendimento mensal teórico de aproximadamente 911 meticais. Uma análise mais abrangente do rendimento mostra que:

- metade da amostra indicou um rendimento que não ultrapassa os 3.112 MT num ano;
- vinte e cinco por cento dos agregados familiares inquiridos têm um rendimento médio anual de cerca de 956 meticais e outros 25 por cento indicaram ainda um rendimento médio anual de aproximadamente 3.112 meticais;
- 21,8 por cento dos agregados familiares indicaram um rendimento médio de cerca de 6.372 MT; e
- 28,2 por cento dos inquiridos tiveram um rendimento de cerca de 30.206 MT (USD 1.140) no período dos 12 meses anteriores à condução do inquérito.

A *Tabela 9.54* mostra os grupos de rendimento por área de residência no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante.

Tabela 9.54 *Área de Residência por Grupo de Rendimento no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante*

Grupo de Rendimento, em MT	Número de agregados familiares inquiridos por área de residência				
	Quitupo (n = 48)	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção) (n = 12)	Zona Costeira (n = 20)	Senga (n = 18)	Maganja (n = 26)
150 - 1.549	7	6	7	6	5
1.600 - 4.300	13	2	3	6	7
4.400 - 9.000	12	2	4	3	6
10.000	16	2	6	3	

n: tamanho da amostra total.
Fonte: Impacto, 2012.

As seguintes conclusões são tiradas da *Tabela 9.55* acima.

Nos assentamentos de Quitupo (zonas de produção) e em Senga, mais agregados familiares pertencem aos grupos de rendimentos mais baixos (abaixo do rendimento anual de 4.300,00 MT). Isto deve-se ao facto de a maioria dos agregados familiares se dedicar à agricultura de subsistência como a sua actividade principal.

Em Quitupo e Maganja, mais da metade dos agregados familiares, respectivamente, pertencem aos dois grupos de rendimentos mais elevados. Os seus rendimentos anuais variam entre 4.400,00 MT e acima 10.000,00 MT. Isto pode ser devido ao facto desses agregados familiares participarem em actividades como a pesca e o comércio informal, para além da agricultura.

Na Zona Costeira, metade dos agregados familiares tem rendimentos inferiores a 4.300 meticais. Mais de um terço (7 agregados familiares) tem rendimentos muito baixos (entre 150 e 1.549 meticais), enquanto quase um terço (6 agregados familiares) tem rendimentos superiores a 10.000,00 MT.

A *Tabela 9.55* mostra os grupos de rendimento com base na ocupação principal dos chefes de agregado familiar.

Tabela 9.55 *Grupos de Rendimento com Base na Ocupação dos Agregados Familiares Inquiridos*

Principal Ocupação dos Chefes de Família	% de AF nos grupos de rendimento (MT)			
	150 - 1.549	1.600 - 4.300	4.400 - 9.000	10.000
Trabalho para os outros	-	-	7,4	2,9
Trabalho por conta própria/pequena indústria	3,2	-	11,1	2,9
Trabalho por conta própria/confecção de alimentos	-	-	7,4	2,9
Trabalho por conta própria/materiais de construção	12,9	3,2	-	-
Trabalho por conta própria/comércio	6,5	6,5	3,7	20,0
Agricultor	58,1	64,5	55,6	25,7

Principal Ocupação dos Chefes de Família	% de AF nos grupos de rendimento (MT)			
	150 - 1.549	1.600 - 4.300	4.400 - 9.000	10.000
Pescador com barco/rede	9,7	22,6	14,8	40,0
Pescador sem barco/rede	3,2	3,2	-	5,7
Outro	6,5	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

As seguintes conclusões podem ser extraídas da *Tabela 9.55*.

Para os dois grupos de rendimentos mais baixos (150 - 1.549 MT e 1.600 - 4.300 MT) uma análise mais aprofundada determinou que:

- uma grande percentagem dos chefes de agregado familiar é constituída por agricultores (58,1 e 64,5 por cento dos dois grupos de renda, respectivamente), indicando que estes agregados familiares praticam a agricultura de subsistência para garantir a segurança alimentar; e
- no caso dos agregados familiares dedicadas à pesca, que representam 13 e 26 por cento dos dois grupos de rendimentos, respectivamente, os pescadores artesanais realizam essencialmente a pesca de subsistência, também com a finalidade de garantir a segurança alimentar.

Nos dois grupos de maior rendimento (4.400 - 9.000 MT e mais de 10.000 MT) uma análise mais detalhada determinou que:

- Aproximadamente 56 e 26 por cento dos chefes de agregado familiar em cada um dos grupos de rendimento mais alto, respectivamente, são agricultores. Estes são os agregados familiares que, além de agricultura de subsistência, são capazes de comercializar o excedente agrícola e/ou possuem cajueiros e/ou coqueiros e vendem caju ou coco;
- Aproximadamente 15 e 46 por cento dos agregados familiares de cada um dos grupos de maior rendimento, respectivamente, integram pescadores artesanais orientados para o mercado que vendem parte da sua produção no mercado local ou a compradores nos centros de pesca, obtendo rendimentos relativamente maiores; e
- Do grupo de rendimento entre 4.400 e 9.000 MT, quase 19 por cento dos chefes de agregado familiar participam em actividades informais na indústria de pequena escala ou na confecção de alimentos, enquanto 20 por cento dos que se enquadram no grupo de maior rendimento (acima dos 10.000 MT) participam no comércio informal.

9.14.7

Aquacultura

Durante o trabalho de campo, não foram identificados projectos de aquacultura na Baía de Palma. Contudo, áreas na Baía de Palma foram consideradas como tendo potencial para aquacultura e produção de algas

marinhas, com base em critérios como profundidade da água, ondulação, correntes, turvação, etc. Aproximadamente 7.079ha foram identificados como tendo potencial para aquacultura em gaiolas e 3.375ha com potencial para a produção de algas marinhas (INAQUA, 2011). Estas áreas foram posteriormente declaradas como Reservas Marinhas pelo Decreto nº 71/2011 de 30 de Dezembro ⁽¹⁾. Em termos de aquacultura em gaiolas, a Baía de Pemba possui o maior potencial, onde 10,673,50ha foram declarados como Reserva Marinha para esse efeito. Relativamente às algas marinhas, Palma foi o Distrito considerado como tendo maior potencial, seguido dos Distritos de Macomia e Mecúfi (INAQUA, 2011). A gestão destas reservas marinhas é da responsabilidade do Ministério das Pescas.

9.14.8 *Salinas*

Existem salinas dispersas distribuídas nas áreas costeiras do Distrito de Palma. O sal grosso é retirado destas salinas principalmente no verão, quando as temperaturas estão altas. Elas localizam-se relativamente próximo da linha costeira (menos de 2km). No Local do Projecto em Afungi, 1.5ha de terra foram identificados como sendo utilizados para a produção de sal em salinas artesanais localizadas próximo de Milamba II e to N'semo (*Figura 9.19*). Sal destas Salinas é principalmente utilizado para consumo familiar e para venda nos mercados locais. Durante o trabalho de campo realizado no âmbito do estudo socioeconómico, foi referido que as salinas em Afungi não estavam operacionais durante algum tempo e que as mesmas não empregavam muitas pessoas. Isto foi confirmado por MICOA (2013), que refere que as autoridades locais não consideram as salinas no distrito de Palma como sendo economicamente importantes em termos do número de pessoas envolvidas na actividade.

9.15 *PERFIL CULTURAL E RELIGIOSO DO LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE (INCLUINDO SENGA E MAGANJA)*

9.15.1 *Cerimónias culturais e religiosas*

O Local do Projecto em Afungi e Área Circundante apresenta uma composição etnolinguística diversificada, compreendendo os grupos etnolinguísticos Mwani, Makonde, Makwe e Makhua.

Segundo dados dos Censos de 1997 e de 2007, mais de metade da população de Cabo Delgado pratica a religião islâmica (54,5 por cento em 1997 e 53,8 em 2007). Esta proporção é maior nos distritos costeiros do Norte de Moçambique e de Cabo Delgado, que, historicamente, foram influenciados pelo Islão ⁽²⁾.

De acordo com a observação no terreno e os dados do censo nacional a nível provincial, pode supor-se que a maioria da população no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante pratica a religião islâmica. Em Senga também há

(1) Reserva Marinha é definida pelo Decreto como uma área potencialmente propícia para o desenvolvimento da aquacultura marinha.

(2) Os dados do Censo nacional sobre as religiões não estão desagregados para o nível do distrito.

seguidores da religião cristã (católica), representados pelo grupo Makonde. Os locais de culto encontrados dentro dos assentamentos populacionais incluem igrejas e mesquitas, reflectindo as duas principais religiões praticadas na área.

O animismo e o culto aos antepassados não são praticados pois os moradores acreditam na soberania divina, de tal forma que as cerimónias relativas aos pedidos de chuva e de boas campanhas agrícolas são realizados nas igrejas ou mesquitas. Tais cerimónias são geralmente dirigidas pelos Xeques, no caso do Islão, ou por outros líderes religiosos.

Para além das cerimónias de pedido de chuva e de boas campanhas agrícolas, outras cerimónias realizadas incluem o *Ziharat*, o *Maulide* e os ritos de iniciação. O *Ziharat* é realizado para recordar entes queridos/antepassados, enquanto o *Maulide* é uma celebração realizada para pedido de paz e prosperidade e agradecer a Deus (Allah) pelos favores concedidos.

Os ritos de iniciação consistem em cerimónias que marcam a entrada das crianças na idade adulta e ocorrem com frequência na área (*Figura 9.38*). Normalmente, as crianças do sexo masculino são levadas para locais específicos (normalmente perto de um rio ou lagoa), onde durante cerca de um mês são instruídas nas principais actividades que as esperam na vida adulta. Temas tradicionais são abordados durante esses ritos de iniciação, incluindo questões relacionadas com a sexualidade, os sistemas de sobrevivência e as regras de conduta social, bem como as tradições antigas (manifestadas através de danças específicas).

Para as meninas, os ritos de iniciação ocorrem normalmente em suas casas, onde estas são instruídas sobre actividades que as esperam na sua vida adulta, incluindo aspectos relacionados à sexualidade. Durante este tempo, as meninas também são levadas para locais específicos na floresta, onde permanecem por um período de tempo realizando danças e participando de outros costumes tradicionais ligados aos ritos de iniciação.

Em geral, os ritos de iniciação são realizados a partir de Dezembro até Janeiro coincidindo assim com o período de férias escolares, evitando conflitos com a frequência escolar.

Figura 9.38 Ritos de Iniciação dos Homens, Aldeia de Quitupo



Fonte: Impacto, 2012.

Casamentos tradicionais e religiosos também englobam as cerimónias tradicionais realizadas, sendo localmente designados *Chuo* e *Chitamo*. Normalmente, as raparigas casam-se com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, depois de terem atingido a maturidade que é marcada pela conclusão dos ritos de iniciação. Os rapazes normalmente casam-se entre os 15 e 18 anos, quando se sentem capazes ou suficientemente responsáveis para sustentar uma família e depois de terem concluído os seus ritos de iniciação.

A escolha da esposa é feita de forma autónoma, bastando apenas que o rapaz tenha independência económica. No entanto, os homens e as mulheres jovens procuram por vezes o conselho de seus pais ou dos tios maternos para a escolha do parceiro, situação que também é observada nos casos de divórcio.

Durante as cerimónias comemorativas, casamentos e ocasiões festivas na comunidade, são realizadas diferentes danças sendo as mais comuns a *Nkala* (dançada por homens e mulheres), *Tsihacubatula* (homens, mulheres e jovens), *Mapico* (homens), *Chinguengué* (homens, mulheres e jovens), *Ndalandala* (meninas), *Wave* (mulheres) e *Zikirhi* (mulheres).

Embora o culto aos antepassados não seja praticado nas comunidades, em todas as discussões dos grupos focais mencionou-se que, antes de iniciar um projecto, o proponente deve informar os líderes religiosos, Xequês e líderes comunitários de suas intenções, de modo a que estes possam ser organizar as cerimónias para abençoar o Projecto.

9.15.2

Locais sagrados e históricos

As tradições antigas de culto aos antepassados (através da realização de *Ziharat* e *Maulide*) e ritos cerimoniais de iniciação têm lugar em sítios sagrados específicos.

O sepultamento em cemitérios é uma prática seguida tanto pelo Islão como pelo Cristianismo. Assim, há cemitérios em áreas próximas a assentamentos populacionais. As informações obtidas a partir do Inquérito ao Agregado Familiar indicam que aproximadamente 45 por cento dos agregados familiares enterram os falecidos em cemitérios comunitários. O restante indicou proceder ao sepultamento em cemitérios familiares perto das suas casas (37,9 por cento) ou longe das suas casas (15 por cento). Os cemitérios comunitários são mais frequentes nas aldeias de maior concentração populacional (Quitupo, Senga, Maganja), enquanto os cemitérios familiares são mais comuns em assentamentos dispersos, tais como as zonas de produção e a Zona Costeira. As informações recolhidas durante as discussões dos grupos focais confirmam os dados do inquérito (*Tabela 9.56*)⁽¹⁾.

Tabela 9.56 *Localização dos Locais de Sepultamento no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante*

	Total (%)	Zona Costeira (%)	Maganja (%)	Quitupo (%)	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção)(%)	Senga (%)
Cemitério familiar perto da casa	37,9	63,6	26,7	21,2	93,8	25,0
Cemitério familiar longe da casa	4,15	22,7	16,7	19,2	6,2	-
Cemitério comunitário	45,0	-	56,7	59,6	-	75,0
Outro	2,1	13,4	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Impacto, 2012.

Igrejas, mesquitas e locais onde são realizados os ritos de iniciação são considerados locais sagrados.

9.16

LOCAL DO PROJECTO EM AFUNGI E ÁREA CIRCUNDANTE (INCLUINDO SENG A E MAGANJA): EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PROJECTO

Esta secção apresenta as percepções dos agregados familiares, no que concerne aos benefícios e desvantagens do projecto conforme identificado durante o Inquérito ao Agregado familiar (*Tabela 9.57*).

(1) Esta informação será uma base para o mapeamento de todos os cemitérios familiares e comunitários durante a elaboração do Plano de Acção para Reassentamento.

Tabela 9.57 *Vantagens e Desvantagens do Projecto Indicadas pelos Agregados Familiares Inquiridos*

Vantagens	AFs (%)	Desvantagens	AFs (%)
Benefícios sociais (mais escolas, centros de saúde, bombas de água)	65,0	Aumento de casos de SIDA	30,0
Acesso ao emprego	57,9	Prostituição	27,1
Construção e manutenção de estradas	39,3	Entrada de pessoas de fora	26,4
As pessoas vão abrir negócios na zona	18,6	Criminalidade	25,7
Transporte colectivo nas estradas de acesso à zona	17,1	Perda de terras	22,9
Instalações para o transporte de produtos para vender em outras áreas	13,4	Proibições de pesca	17,9
Venda de produtos agrícolas ao Projecto	7,1	Perda de árvores frutos (caju, coco, manga)	15,7
Chegada dos compradores de produtos agrícolas	5	Perda de casas e construções	10,7
Outras	11,4	Outras	4,3

Fonte: Impacto, 2012.

Em geral, uma maior proporção da população inquirida identificou os benefícios em vez das desvantagens ou aspectos negativos do Projecto.

As comunidades da região esperam que o Projecto respeite os hábitos e costumes locais. Solicitaram que antes de iniciar qualquer actividade, o empreendedor deva identificar os líderes locais, para envolve-los na discussão dos planos previstos e envolver as comunidades locais no Projecto. Isso irá ajudar a prevenir conflitos entre as comunidades e o Projecto.

9.16.1 *Vantagens do Projecto percebidas*

Os resultados da avaliação social mostram que as comunidades locais acolhem o Projecto, uma vez que se acredita que este vai impulsionar o desenvolvimento das comunidades directamente afectadas no Distrito de Palma. O *feedback* das comunidades em relação ao Projecto está indicado abaixo.

- Aproximadamente 65 por cento dos agregados familiares entrevistados acreditam que o Projecto trará benefícios sociais, como o aumento de infra-estruturas (como por exemplo, escolas, bombas de água e hospitais).

Durante as DGFs nas aldeias de Senga e Quitupo, os participantes mencionaram acreditar que o Projecto vai contribuir para a construção de infra-estruturas como mesquitas e maternidades ou "casas de espera para

mães⁽¹⁾. Segundo os participantes, as parteiras encaram grandes dificuldades nas viagens para as casas das mulheres em trabalho de parto devido à falta de transporte.

- 57,9 por cento dos agregados familiares inquiridos acreditam que o Projecto vai proporcionar emprego, contribuindo assim para aumentar a renda familiar.
- 39,3 por cento dos agregados familiares inquiridos assumem que as actividades de construção do Projecto irão criar condições para a construção e manutenção de novas estradas, que vão beneficiar as comunidades vizinhas.
- Outras vantagens percebidas incluem a expansão da rede de energia eléctrica (referida por 11,4 por cento dos agregados familiares), a expansão da rede comercial (18,6 por cento), a melhoria da rede de transportes como resultado da construção de novas estradas (17,1 por cento) e instalações para o transporte de produtos a serem vendidos em outras zonas (13,6 por cento).

9.16.2 *Desvantagens do Projecto percebidas*

As desvantagens identificadas que poderiam resultar do desenvolvimento do Projecto são resumidas a seguir.

- Aproximadamente 30 por cento dos agregados familiares inquiridos mencionaram o potencial aumento de casos de HIV, que poderão resultar do aumento da prostituição.
- 26,4 por cento dos agregados familiares entrevistados acreditam que a chegada de pessoas de fora (imigrantes) poderá aumentar, devido ao aumento das expectativas de postos de trabalho e ao estabelecimento de acampamentos relacionados com o Projecto.
- 25,7 por cento dos agregados familiares entrevistados acreditam que o aumento da criminalidade poderá ocorrer no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, e em áreas adjacentes.
- A perda de terras agrícolas e de árvores de frutos (caju, coco e manga) foi mencionada como uma desvantagem percebida.
 - Em Milamba, por exemplo, foi mencionado que os moradores podem perder as suas parcelas agrícolas, casas e palmares e serem transferidos para outro local.

(1) Casas perto de unidades de saúde, onde as mulheres prestes a entrar em trabalho de parto esperam até o parto.

- Durante as discussões dos grupos focais em Milamba e Maganja propôs-se que, em caso de danos, os proponentes devam discutir ou negociar directamente com as partes afectadas.
- A perda de casas e de outras construções foi mencionada como uma desvantagem por apenas 10,7 por cento dos agregados familiares inquiridos.
 - Durante as DGFs em Quitupo, os participantes declararam que irão suspender a construção de novas casas, devido aos rumores que circulam de que podem vir a ser reassentados.
- A perturbação das actividades da pesca artesanal também foi mencionada como uma potencial desvantagem do Projecto. Aproximadamente 18 por cento dos agregados familiares entrevistados acreditam que poderiam ser proibidos de pescar. Esta questão também foi mencionada durante as DGFs em Maganja.

9.16.3 *Preferências no caso de ocorrer Reassentamento*

Quando colocadas questões referentes ao possível reassentamento, mais de metade dos agregados familiares entrevistados afirmou que prefere residir perto do local onde vive actualmente (61,4 por cento). Do total de agregados familiares inquiridos, 76,4 por cento indicaram uma preferência por residir numa aldeia concentrada e 71,4 por cento referiram uma área estruturada ou organizada como uma aldeia ou assentamento populacional (*Tabela 9.58*).

Tabela 9.58 *Preferências de Reassentamento dos Agregados Familiares Inquiridos no Local do Projecto em Afungi e Área Circundante*

	Total de AF da amostra (%)	Zona Costeira (%)	Maganja (%)	Quitupo (%)	Assentamentos de Quitupo (zonas de produção) (%)	Senga (%)
Localização Preferida em Relação ao Local Onde Residem Actualmente						
Perto	61,4	45,5	76,7	69,2	31,3	60,0
Longe	27,9	54,5	13,3	19,2	50,0	25,0
Sem preferência	10,7	-	10,0	4,11	18,7	4,15
Tipo de aldeia						
Aldeia concentrada	76,4	72,7	80,0	80,8	62,5	75,0
Aldeia dispersa	9,3	9,1	6,7	7,7	31,3	-
Como família isolada	5	-	-	4,11	6,3	-
Sem preferência	9,3	18,2	13,3	-	-	25,0
Assentamento Populacional Formalmente Organizado						
Sim	71,4	81,8	70,0	61,5	81,3	80,0
Não	5	-	6,7	5,8	3,12	-
Sem preferência	23,6	18,2	23,3	32,7	6,3	20,0

Fonte: Impacto, 2012.

Com relação ao local de reassentamento preferido, uma diferença significativa é observada entre os que vivem em aldeias e aqueles que estão dispersos por toda a Zona Costeira ou nos assentamentos em redor de Quitupo (zonas de produção), com uma maior proporção de pessoas que vivem em aldeias preferindo viver perto da aldeia onde vivem actualmente.

- Cerca de 77, 69 e 60 por cento dos agregados familiares de Maganja, Quitupo e Senga, respectivamente, preferem morar perto do local onde residem actualmente.
- Aproximadamente 50 e 55 por cento daqueles que residem nas zonas de produção de Quitupo e na Zona Costeira, respectivamente, preferem residir longe do local onde residem actualmente.

Independente do local de residência, se o reassentamento ocorrer, os resultados indicam que, em todas as comunidades, cerca de dois terços ou mais dos agregados familiares preferem viver numa aldeia concentrada e formalmente organizada.

Este desejo foi confirmado durante as DGFs, durante as quais os participantes mencionaram o seguinte:

- Em assentamentos concentrados e organizados teriam acesso a melhores condições sociais, que actualmente não possuem, tal como a infraestrutura social (água, electricidade, escolas, hospitais e mesquitas).
- Se forem reassentados, esperam que as actividades que actualmente praticam e as características do solo nos novos locais sejam tidas em consideração.

Por exemplo, os participantes em Quitupo e Senga declararam que as suas terras são produtivas esperando portanto que a população não venha a perder as suas terras. Se forem transferidos para outro local, preferem um local com terra boa para a agricultura, uma vez que a sua base de sustento é a agricultura.

- Os participantes em Maganja e na Zona Costeira afirmaram que não são a favor do reassentamento. No entanto, se for inevitável, indicaram preferir serem transferidos para outro local com as mesmas condições em termos de recursos marinhos.

Quando inquiridos sobre as comunidades hospedeiras, todos os entrevistados, indicaram que:

- Se forem obrigados a receber pessoas de outras áreas afectadas pelo Projecto esperam que os novos moradores respeitem o seu modo de vida, e

- Durante a fase de atribuição de parcelas agrícolas ou para residências, o processo deve ser claro para evitar quaisquer conflitos.

9.17 NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

Para o estudo de Navegação Marítima, a área de estudo foi definida como sendo a Área 1 e a vizinhança do Campo de Gás Mamba na Área 4.

9.17.1 Contexto

O Canal de Moçambique está situado no Oceano Índico, entre as latitudes 10°S e 25°S, tem um comprimento de cerca de 1.000 milhas náuticas (1.600 km) e uma largura que varia entre 250 e 600 milhas náuticas (400 a 950 km), uma largura mínima de cerca de 287,5 milhas náuticas (460 km) entre Angoche (em Moçambique) e TambohorYear (em Madagáscar), uma profundidade média de cerca de 3.897 metros e uma profundidade máxima de 7.455 m (Atol de Java) ⁽¹⁾.

O Canal de Moçambique é uma rota de navegação preferencial para as ligações marítimas entre os EUA, o Golfo Pérsico, Ásia e África Austral e Oriental, e é navegado por uma variedade de tipos de navios que vão desde navios petroleiros, navios de transporte de contentores e de carga geral, navios de cruzeiro, entre outros tipos. Além disso, o Canal de Moçambique é também uma rota de cabotagem regional ² da África Austral e Oriental, bem como de cabotagem doméstica de Moçambique³.

O Canal de Moçambique tornou-se uma rota de navegação comercial, estabelecida quando os comerciantes árabes utilizavam o canal nas suas viagens comerciais para a região Sul e Leste da África, muito antes da chegada de Vasco da Gama a Moçambique (no século XV) na sua viagem de descoberta do caminho marítimo para a Índia.

Apesar de, historicamente se tratar de uma rota de navegação muito utilizada, o canal não tem um "Esquema de Separação de Tráfego" ⁽⁴⁾ oficial e formalmente estabelecido. Em vez disso, a navegação é baseada em "faixas de trânsito costumeiras"⁽⁵⁾, apesar da Organização Marítima Internacional (IMO) ter implementado critérios e directrizes para o estabelecimento de um Esquema de Separação de Tráfego. Esse esquema está incorporado no Capítulo V, Regulamento 8, da Convenção Internacional da IMO para Salvaguarda da Vida no Mar (SOLAS 74), relativa à Organização do Tráfego Marítimo ⁽⁶⁾.

(1) Relatório do estudo preliminar do Projecto Auto-estradas Marinhas (*Marine Highway Project*), 1998

(2) Transporte em águas costeiras.

(3) O transporte entre dois pontos dentro de um país.

(4) Faixas de navegação formalmente estabelecidas em áreas de tráfego movimentado ou em canais de entrada nos portos com alto movimento.

(5) Faixas de navegação informal usadas em áreas de tráfego movimentado ou em canais de entrada nos portos com alto movimento.

(6) IMO Convenção SOLAS 74, consolidada Edição de 1997.

O crescimento económico global e o aumento do comércio marítimo conduziram a um aumento do tráfego marítimo no Canal de Moçambique, cujo pico se regista no mesmo momento que o da indústria petrolífera no Golfo Pérsico. Assim, o Canal de Moçambique tornou-se a via preferencial para os navios petroleiros que viajam do Golfo Pérsico para os EUA e África Oriental e Austral. Actividades de pesca comercial também contribuem para o tráfego no Canal de Moçambique, especialmente as embarcações envolvidas na pesca do atum (ver *Secção 9.7.6*).

Desde a década de 60, porções consideráveis da parte Ocidental do Canal de Moçambique têm sido objecto de expedições científicas, relacionadas com levantamentos sísmicos de exploração de petróleo. Essas pesquisas ocorrem dentro das águas jurisdicionais da África do Sul, Moçambique, Tanzânia e Quénia.

9.17.2 *Desenvolvimentos Recentes*

Um Projecto de Auto-estradas Marinhas (*Marine Highway Project*) foi concebido para o Canal de Moçambique, financiado pelo Banco Mundial através do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF - *Global Environmental Facility*). O objectivo principal deste projecto é a implementação de uma plataforma para a prevenção da poluição marinha por petróleo. Este inclui também a gestão do tráfego marítimo, estabelecendo um "Esquema de Separação de Tráfego" que tem em conta que a prevenção de acidentes é um aspecto importante da prevenção da poluição por petróleo. O Projecto de Auto-estradas Marinhas conta com a participação dos seguintes países beneficiários: África do Sul, Comores, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Quénia, Seychelles, Somália e Tanzânia. A África do Sul é o financiador signatário, em nome do grupo dos países participantes e beneficiários. A implementação do projecto está sob responsabilidade da Autoridade Marítima da África do Sul (SAMSA - *South African Maritime Authority*), em parceria com a Comissão do Oceano Índico (IOC - *Indian Ocean Commission*), sob a supervisão de um Comité Directivo, composto por representantes dos países participantes e beneficiários. Todo o trabalho de preparação já foi concluído e o Acordo de Financiamento foi assinado em Setembro de 2007 ⁽¹⁾.

Além disso, durante os últimos anos, o tráfego marítimo ao largo da Província de Cabo Delgado inclui também o movimento de vários navios envolvidos em actividades de prospecção sísmica e de perfuração exploratória de hidrocarbonetos na área da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique ⁽²⁾.

(1) Relatório do Banco Mundial sobre o projecto. A actual situação deste projecto é incerta.

(2) INP - Instituto Nacional do Petróleo de Moçambique

9.17.3

Portos e Movimento de Navios em redor da Área 1 e do Campo de Gás Mamba

Há dois portos na Província de Cabo Delgado, nomeadamente o de Mocímboa da Praia e o de Pemba. O porto de Mocímboa da Praia tem um pequeno cais, enquanto o Porto de Pemba é um porto convencional de águas profundas, com outros equipamentos e infra-estruturas.

Os volumes de tráfego comercial têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, de e para esses portos. De acordo com os registos da Administração Marítima em Pemba, muito poucos navios comerciais fizeram escala no Porto de Pemba em 2010. Entre 2007 e 2009, o número médio de escalas por ano no Porto de Pemba foi de cerca de 82 navios comerciais por ano. Em 2010, este número caiu para 39, incluindo tanto o tráfego de longo curso como o tráfego de cabotagem (*Tabela 9.59*). No entanto, devido à intensa actividade de exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma, 171 embarcações envolvidas na exploração de hidrocarbonetos fizeram escala no Porto de Pemba no mesmo período.

Um padrão semelhante foi observado em 2011. Durante este período, apenas 38 navios comerciais fizeram escala no Porto de Pemba, em comparação com 215 embarcações envolvidas na exploração de hidrocarbonetos.

Tabela 9.59 *Movimento de Navios no Porto de Pemba, em 2010 e 2011*

Ano	2010	2011
Número de navios comerciais	39	38
Número de navios de pesquisa	172	215
Número total de navios	211	253

Fonte: Administração Marítima - Pemba /Escritório da Sucursal dos CFM em Pemba

Entre 2008 e 2010, apenas um único navio fez escala no Porto de Mocímboa da Praia; tratava-se de um navio de transporte de carga em contentores (principalmente madeira). Segundo o representante da Autoridade Marítima em Mocímboa da Praia, em 2011, apenas quatro navios comerciais fizeram escala neste porto.

Não há registo de navios convencionais que chegam à Baía de Palma; aparentemente, apenas pequenas embarcações locais de transporte e de pesca artesanal usam esta baía. Adicionalmente, alguns pequenos barcos de recreio relacionados com a actividade turística (para apoio ao mergulho e para passeios cénicos) foram observados cruzando a área de estudo.

9.17.4

Tipo de Embarcações

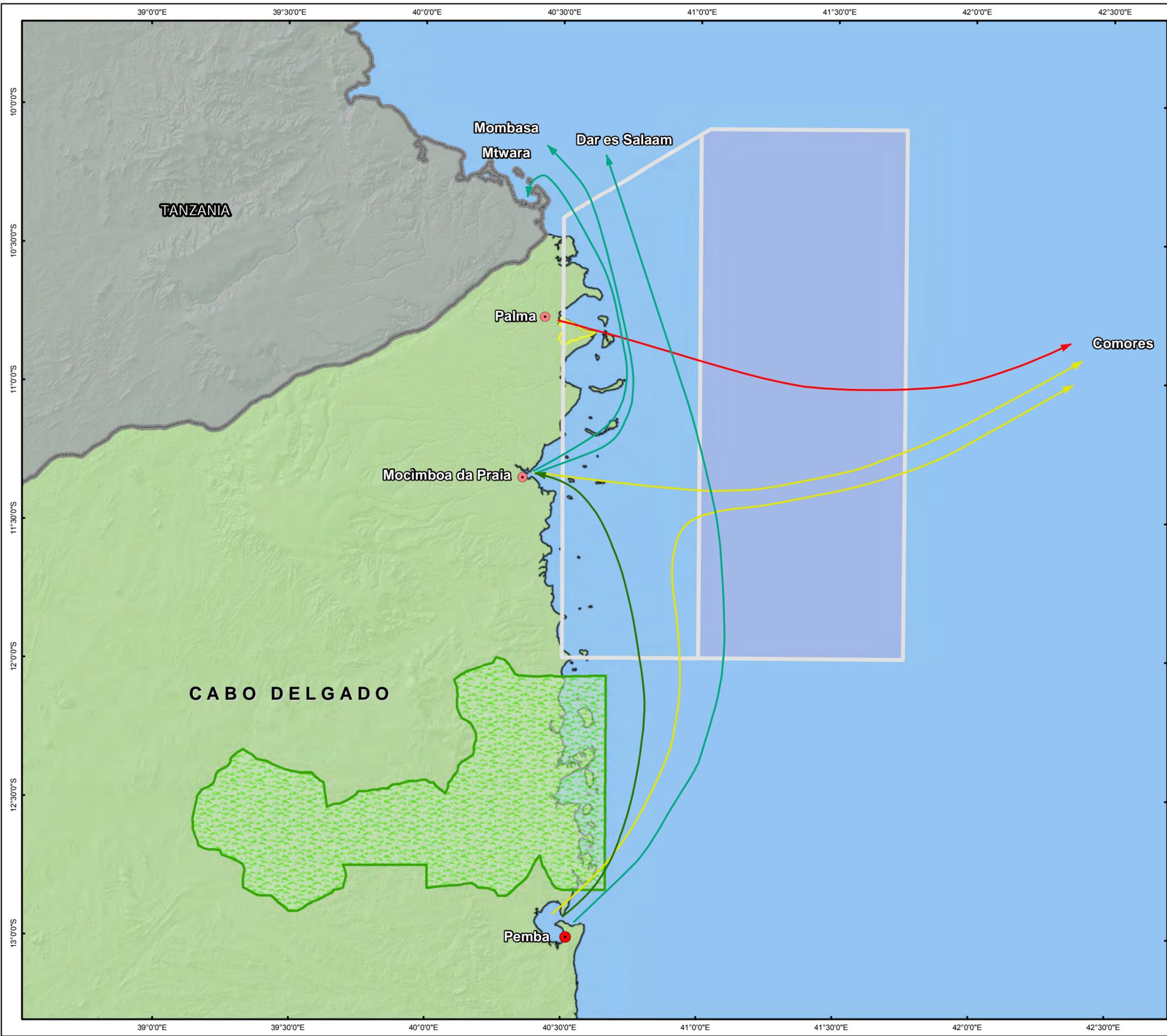
A actividade de transporte marítimo nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma e arredores desta compreende, essencialmente, o tráfego de embarcações de pequena escala, algum tráfego marítimo transitando pelo Canal de

Moçambique, os navios envolvidos nas actividades de exploração de hidrocarbonetos e de investigação científica, navios de cruzeiros turísticos, barcos de turismo de pequeno porte, e alguns de tamanho médio, embarcações de cabotagem local e regional - principalmente tráfego de Mocímboa da Praia para o Porto de Pemba, como mostrado na *Figura 9.39*.

O tráfego informal (representado pela linha vermelha na *Figura 9.39*) indica as rotas locais de transporte dos barcos artesanais, utilizados pela população a partir do continente para as ilhas Comores, e vice-versa.

A actividade de navegação marítima de pequena escala é caracterizada pelo transporte local do continente para as ilhas e vice-versa, a pesca artesanal e a navegação de recreio entre as ilhas do Arquipélago das Quirimbas para fins turísticos.

Os tipos de barcos/embarcações utilizados na Área de Estudo e arredores desta variam dos barcos artesanais construídos localmente (canoas de madeira) aos navios convencionais com equipamento de navegação moderno.

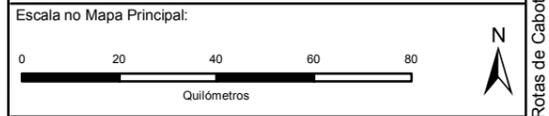


Legenda

- Cidade Capital de Cabo Delgado
- Vila / Cidade
- Local do Projecto em Afungi
- Tanzania
- Província de Cabo Delgado
- Parque Nacional das Quirimbas
- Área 1
- Area 4

Rotas de Cabotagem

- ← Cabotagem Doméstica
- ← Cabotagem Regional: Comores
- ← Cabotagem Regional: Tanzania e Quênia
- ← Trânsito Informal: Moçambique - Comores



Título:
**Figura 9.39:
 Rotas de Cabotagem Nacional
 e Regional**

Cliente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 1 450 000

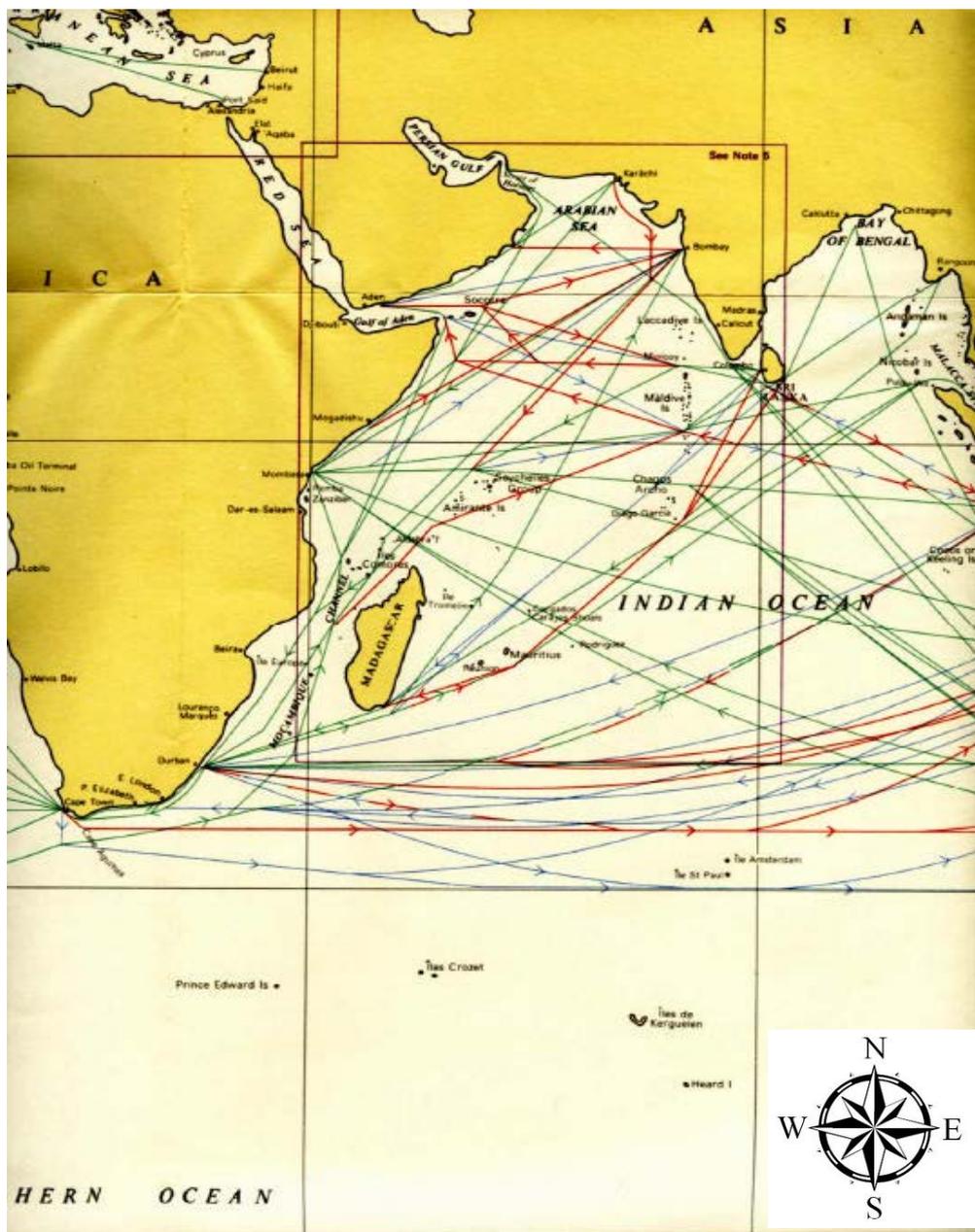
Desenho: Fig 9.39_Rotas de Cabotagem Nacional e Regional na 'Área 1.mxd	Rev: A
--	-----------

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

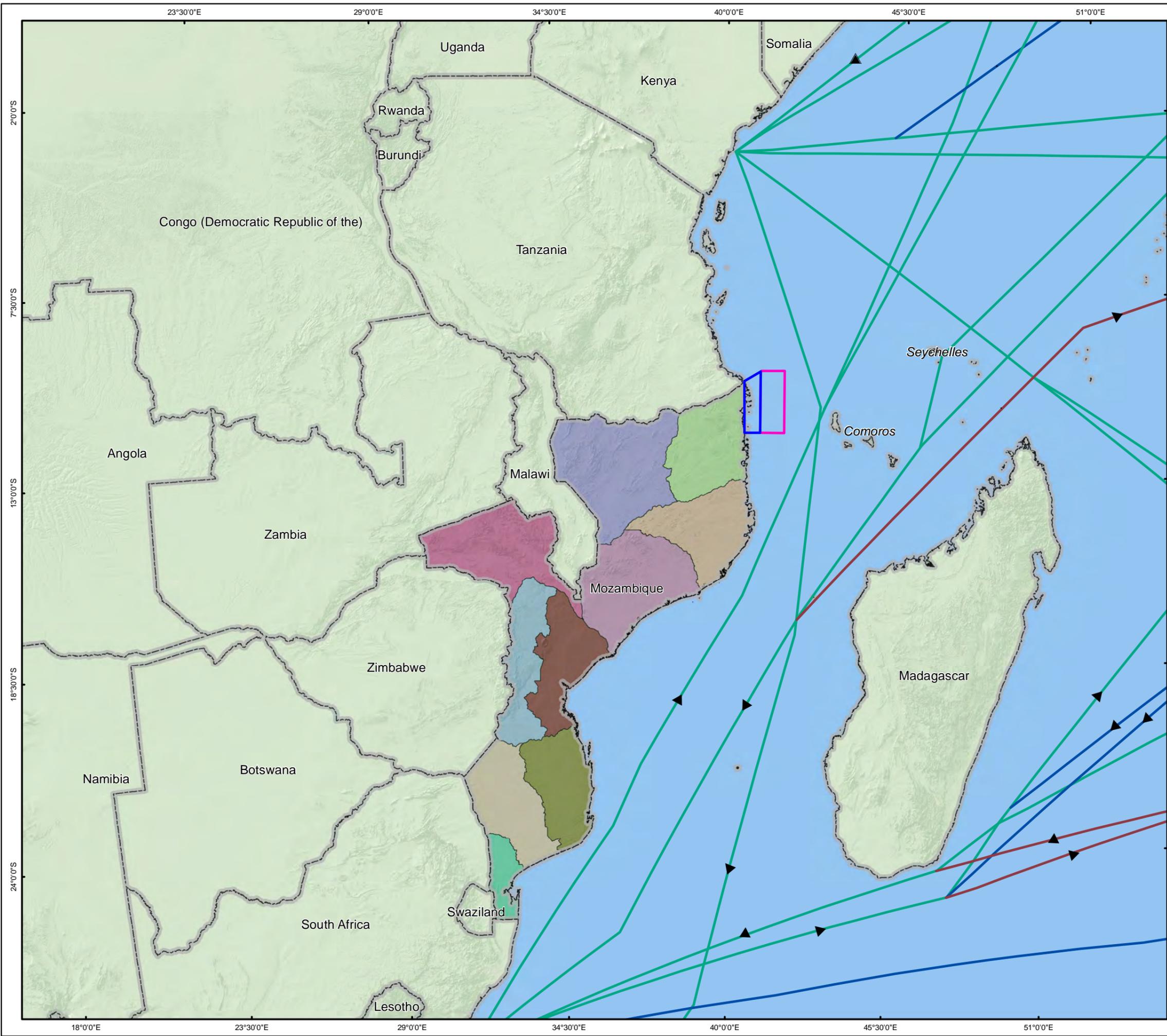
Projecção: UTM Zona 37S Datum: WGS84	Dimensão
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012. Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI	A3

Não existem rotas de navegação formalmente estabelecidas na Área de Estudo em Alto Mar, mas foram adoptadas rotas regularmente utilizadas com base numa prática costumeira. As informações recolhidas e processadas por algumas empresas, organizações e associações ligadas à indústria de navegação marítima, mostram como têm navegado os navios no Oceano Índico, incluindo no Canal de Moçambique (*Figura 9.40*).

Figura 9.40 Rotas Tradicionais de Navegação no Oceano Índico e no Canal de Moçambique



Fonte: INAMAR, 2010



Legenda

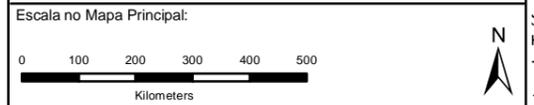
Rotas de Distribuição de Tráfego Marítimo

- Tráfego a partir do Golfo da Pérsia em direcção a África, Américas e Europa
- Tráfego do transbordo de petróleo
- Transbordo de carga geral

Área 1
Área 4

Limites das Províncias de Moçambique

- Inhambane
- Manica
- Sofala
- Maputo
- Tete
- Gaza
- Cabo Delgado
- Niassa
- Nampula
- Zambezia



Título:
**Figura 9.41:
Rotas de Tráfego Marítimo
no Canal de Moçambique**

Ciente:

Anadarko
Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 12 400 000
Desenho: Fig 9.41_Rotas de Tráfego Marítimo no Canal de Moçambique.mxd		Rev: A

ERM
Great Westerford Building
240 Main Road
Rondebosch, 7725
Cape Town, ÁFRICA DE SUL
Tel: +27 21 681 5400
Fax +27 21 686 073

Impacto
Projetos e Estudos Ambientais

ERM

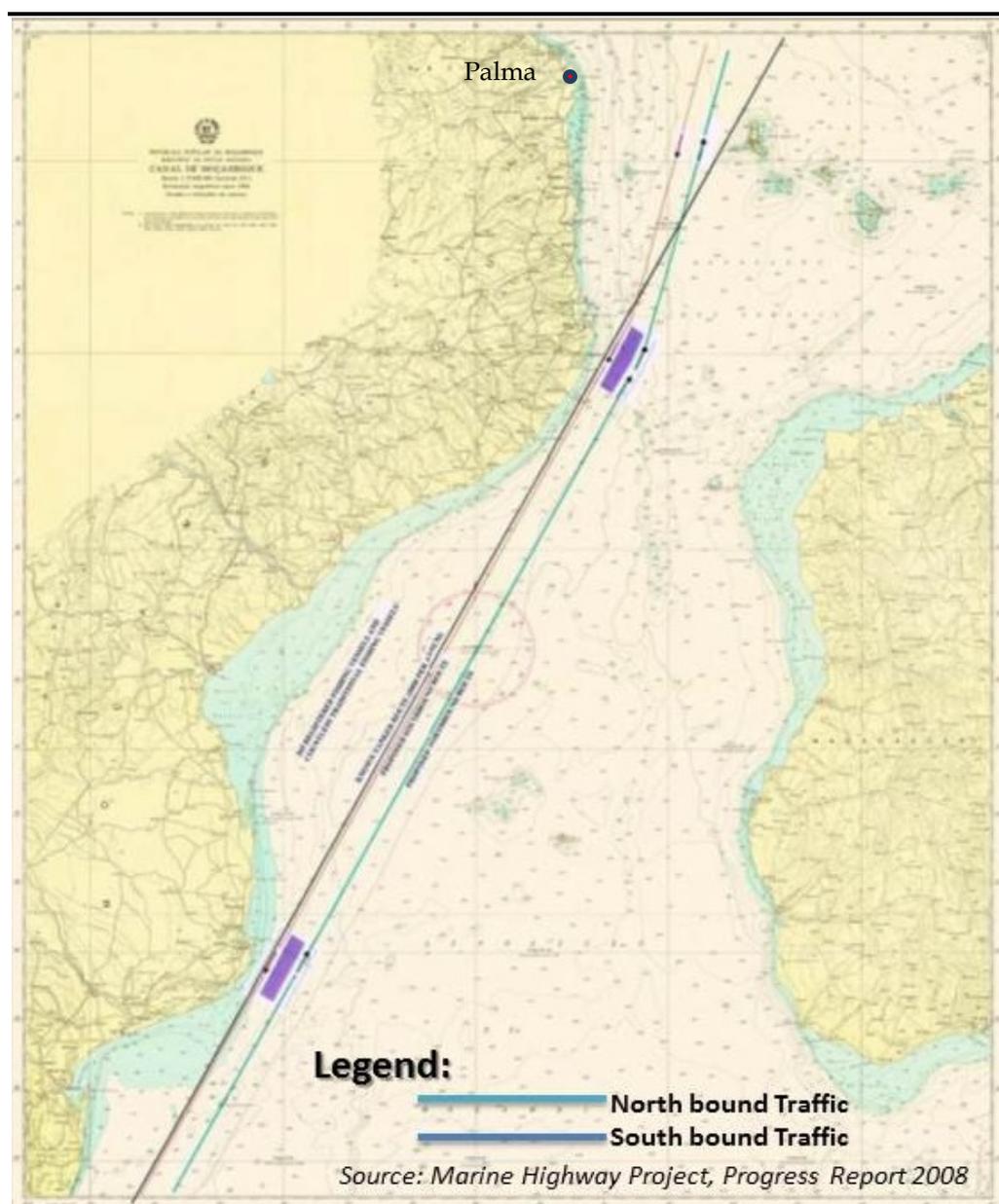
Projeção: UTM Zona 37S Datum: WGS84
Fonte: DIVA-GIS. Impacto, 2012.
Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

Dimensão
A3

A Figura 9.41 acima mostra as actuais faixas de tráfego utilizadas para a navegação marítima no Canal de Moçambique, que são baseadas em práticas costumeiras. As linhas verdes representam o tráfego de e para o Golfo Pérsico, para a África, Américas e Europa. As linhas vermelhas representam o tráfego de navios que fazem o transbordo de petróleo e as linhas azuis representam as rotas dos navios que fazem o transbordo de carga geral (cereais e outras mercadorias).

As rotas propostas pelo Projecto de Auto-estradas Marinhas são ilustradas na Figura 9.42.

Figura 9.42 Esboço das Rotas Propostas pelo Projecto de Auto-estradas Marinhas



Fonte: Relatório do Projecto de Auto-estradas Marinhas, 2008.

O Projecto de Auto-estradas Marinhas definiu três cenários para o Canal de Moçambique com o objectivo de dividir o tráfego por classes de navios, de

acordo com o seu tipo e uso: petroleiros, navios de transporte de produtos químicos, navios de transporte de produtos nucleares, navios de carga geral, navios de carga a granel, navios de contentores, navios de passageiros e navios militares. O projecto também estabelece faixas de navegação com base no tipo e uso dos navios. As três opções propostas e em consideração são as seguintes:

Cenário 1: a auto-estrada marítima é encaminhada a uma distância mínima de 20 milhas náuticas da costa e tem uma distância de 10 milhas náuticas de separação entre as faixas de navegação em cada sentido. A rota ocorre numa zona com uma profundidade mínima de 1.000 m. Estando a apenas 20 milhas náuticas da costa, esta opção apresenta um risco de exposição à poluição, no caso de um acidente envolvendo navios petroleiros.

Cenário 2: com a estrada marinha sendo encaminhada a uma distância mínima de 50 milhas náuticas do ponto mais próximo da costa, e tendo uma distância de 10 milhas náuticas de separação entre as faixas de navegação em cada sentido. Estando bastante longe da costa, esta opção minimiza o risco da poluição atingir a costa no caso de um derrame accidental. Por outro lado, a distância da costa significa que em caso de uma emergência as operações de busca e salvamento levariam mais tempo para alcançar as embarcações atingidas.

Cenário 3: esta opção combina os cenários 1 e 2. A auto-estrada marítima passa a uma distância de 35 milhas náuticas do ponto mais próximo da costa. Tal como para os cenários acima, a auto-estrada marítima mantém a distância de 10 milhas náuticas de separação entre as faixas de navegação em cada sentido e ocorre numa zona com uma profundidade mínima de 1.000 m.

Não está claro quando esse projecto será implementado.

9.17.6 *Pirataria na Cercania*

Actividades de pirataria no Oceano Índico estão a aumentar, como resultado da ausência contínua de um governo eficaz na Somália onde a pirataria tem sido usada não só como uma forma de acumulação de riqueza, mas também como um meio de apoiar as guerras e escaramuças tribais ⁽¹⁾.

Após ataques de piratas mal sucedidos em navios no sudoeste do Oceano Índico, em 2008 e 2009, um navio de pesca Moçambicano (*M/V "Vega 5"*) foi sequestrado na área do Arquipélago de Bazaruto (ao largo da Província de Inhambane, no sul de Moçambique), em Dezembro de 2010, tendo sido levado para a Somália e posteriormente usado como um navio-mãe para ataques de piratas. Desde 2009, alguns navios em trânsito ao longo do Canal de Moçambique bem como as empresas envolvidas na exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma relataram ameaças de ataques de pirataria. Isto foi destacado num seminário sobre a pirataria, organizado em

(1) Centro de Navegação da NATO Relatório de Informação para o workshop realizado em Maputo, em Maio de 2011.

2011 pela Embaixada da Noruega em cooperação com o Governo de Moçambique.

Em Setembro de 2011, foram perpetrados dois ataques contra navios no Canal de Moçambique, na área das Ilhas Graciosa, perto de Madagáscar. Os ataques não foram bem-sucedidos uma vez que as embarcações-alvo tinham protecção armada a bordo e haviam accionado os seus planos de contingência anti-pirataria.

Protocolos e Acordos relativos à Pirataria, assinados por Moçambique

Moçambique é um Estado Signatário da Convenção da SUA de 1988 e do Protocolo da SUA de 1988 (*vinculando-se a estes a partir de 8 Abril de 2003*); estes são dois instrumentos da IMO para a Repressão de Actos Ilícitos contra navios no mar, adoptados em 1988 e em vigor a partir de 1 de Março de 1992. No entanto, o país ainda carece de uma legislação nacional específica para implementar as disposições destes dois instrumentos.

Moçambique é também um Estado signatário do Código de Conduta do Djibuti para o Oceano Índico e o Golfo de Aden sobre a pirataria e roubo armado contra navios, que foi desenvolvido e aprovado sob a égide da OMI como uma plataforma para a cooperação regional e também como parte dos esforços da comunidade internacional para combater a pirataria e assaltos à mão armada contra navios.

Em Março de 2011, o Governo de Moçambique juntou-se ao Grupo de Contacto Internacional sobre a Pirataria na Costa da Somália (CGPCS), durante a sessão do fórum na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Este grupo é composto por 28 países, incluindo diversos países localizados ao redor do Oceano Índico, com frotas navais que patrulham as principais rotas de navegação, e é destinado a fornecer protecção aos navios que transitam pela área afectada pela pirataria e roubo armado.

Actualmente, a Marinha de Moçambique está a formar parcerias com outras instituições nacionais importantes, para realizar algumas acções de patrulhamento principalmente na Bacia do Rovuma. A Marinha de Moçambique também está no processo de concepção de um novo modelo de vigilância marítima, de modo a tratar melhor situações relativas à pirataria e assaltos à mão armada no mar.

9.18 ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO CULTURAL

9.18.1 Introdução

A arqueologia e o património cultural incluem os recursos tangíveis e intangíveis, tais como locais, tradições orais e rituais. Na Lei sobre a Protecção do Património Cultural (Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro) um recurso de património é definido como "*qualquer lugar ou objecto de importância cultural ou*

seja, de valor ou significância estética, arquitectónica, histórica, científica, social, espiritual, linguística ou tecnológica".

9.18.2 Antecedentes históricos

A Pegada do Projecto em Terra localiza-se na Península de Afungi, e compreende o litoral Sul da Baía de Palma (originalmente conhecido como Baía de Tungi). Esta área foi em tempos governada por uma entidade sociopolítica local, e era conhecida como o "Sultanato de Tungi". A arqueologia e património cultural da Península de Afungi são fortemente influenciados pelo Sultanato que reinou a partir da Península de Cabo Delgado, na costa Norte da Baía de Tungi. A *Figura 9.43* ilustra os principais locais arqueológicos na região do Leste de África, alguns dos quais são referidos nesta secção.

Figura 9.43 *Mapa Ilustrativo dos Principais Sítios Arqueológicos ao longo do Litoral da África Oriental*

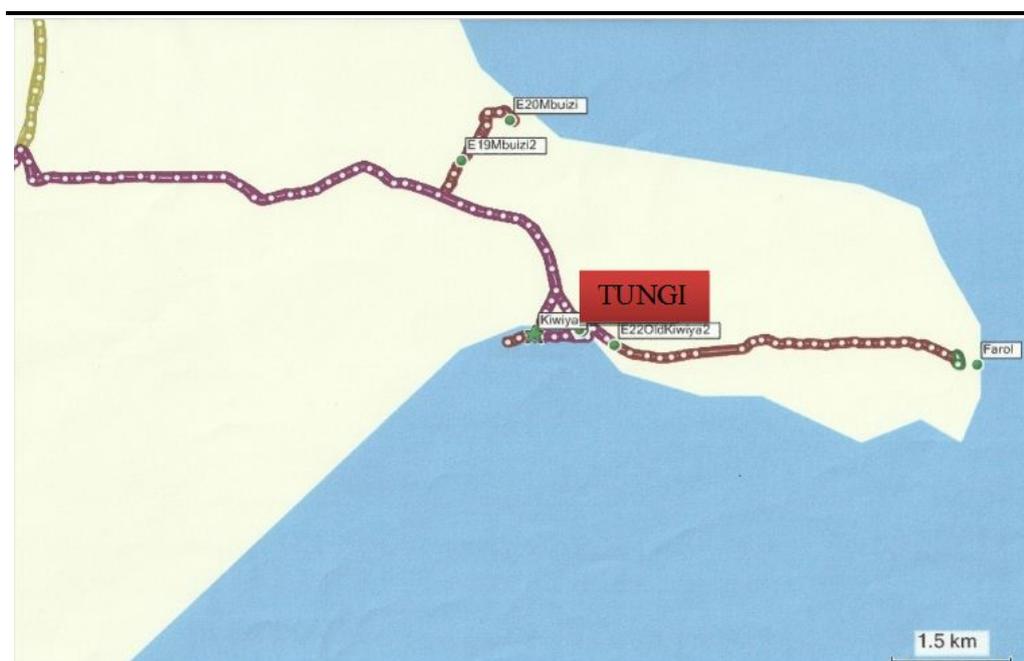


Fonte: Leonardo Adamowicz, 2012.

O Sultanato de Tungi (1)

'Tungi' é o nome histórico do Sultanato Swahili que reinou na Península de Cabo Delgado até 1877. Durante os séculos XVIII e XIX, o seu principal centro político estava localizado a 5 km para Oeste da ponta da península, nos arredores da aldeia hoje conhecida como Kiwiya (Quiwia) (ver Figura 9.44). Acredita-se que Kiwiya era conhecida no passado como Tungi, embora o nome também se estenda a uma área maior que estava sob o controle do Sultão de Tungi. Existem actualmente na área ruínas do palácio dos sultões e três túmulos dos sultões Tungue (Rzewuski, 1991).

Figura 9.44 *Península Cabo Delgado, Ilustrando-se a Localização de "Tungi"- a Capital do Sultanato de Tungi*



Fonte: Adamowicz, 2012.

A extensão geográfica do território político de Tungi não é conhecida (2), mas pode incluir a Península de Afungi. A localização geográfica e proximidade de Tungi aos antigos centros costeiros, como Kilwa e Ilha Vamizi, fizeram de Tungi um importante centro estratégico na região. As ruínas do grande palácio de Tungi fornecem um testemunho directo de que este assentamento populacional conheceu tempos de boa prosperidade económica, provavelmente relacionada com o comércio de escravos na região, nos séculos XVIII e XIX. Há evidências que sugerem que a Baía de Tungi foi usada como

(1) Esta secção é baseada principalmente em pesquisas e publicações do Prof.Dr. Eugeniusz Rzewuski, na Universidade de Varsóvia (UW), em cooperação com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) - ver: próximas publicações de Rzewuski.

(2) Bennett (1987) refere-se a Loarer, um investigador comercial francês, que em 1848 relatou que a zona de influência do Sultão Muhammad bin, Sultão de Tungi, alcançou por esse tempo, cerca de 120 quilómetros no interior do continente. Bennett descreve a localização de Tungi como alongamento " a Norte do Minanganiriver" que, no entanto não é considerada precisa. Ele não menciona a existência das ruínas do palácio.

um importante porto natural para ancoragem de embarcações, que viajavam para o antigo entreposto comercial localizado na Ilha Vamizi ⁽¹⁾.

A primeira referência conhecida ao nome Tungi em fontes europeias é, de acordo com Gerhard Liesegang (1989), registada num documento Português de 1744. Tungi tornou-se conhecida pelos historiadores no contexto do "último episódio da guerra Árabe-Portuguesa, em águas do Oceano Índico Ocidental" (Bennett, 1987: 18), a disputa de fronteiras entre Portugal e Zanzibar, no século XIX. Ambas as partes no conflito reivindicavam direitos de soberania sobre Tungi. Em 1778, uma expedição armada Portuguesa foi enviada para o Sultanato de Tungi e, a partir de então, os sultões Tungi jogavam uma política de lealdade dupla equilibrada. Pelo menos um deles, Hassani (Assani), recebia pagamentos regulares das autoridades portuguesas na década de 1820-1830. A disputa Portugal-Zanzibar envolveu a Grã-Bretanha e a Alemanha como "intermediários" que tinham os seus próprio interesse na área. Esta disputa terminou em 1877 com a anexação da terra em disputa pelo exército Português. Alguns anos mais tarde, a fronteira colonial entre a Deutsche Ostafrika (África Oriental Alemã) e a África Oriental Portuguesa foi mapeada ao longo do Rio Rovuma, a 40km para Norte de Tungi, que foi então incorporada na colónia Portuguesa.

Nas Crónicas de Comores ⁽²⁾ menciona-se que as primeiras pessoas a estabelecerem-se em Ngazija (Grande Comore) eram oriundas de Tungi (Rotter, 1976). A Crónica de Comores chega mesmo a identificar Tungi entre as primeiras cidades Swahili fundadas (Rotter 1976:25-27 em Rzewuski 1991:193). O nome da localidade também aparece em tradições orais relacionadas com o primeiro sultão de Kilwa (Sultão Ali), que travou uma guerra contra Tungi ⁽³⁾.

Hoje, os direitos à terra em alguns assentamentos na Península de Cabo Delgado e na Península de Afungi pertencem aos descendentes Makwa do Sultão de Tungi, datando ao final do século XVII e início século XVIII. Ao longo dos últimos 200 a 300 anos as terras foram sendo cultivadas ou usadas para a pesca ou para o comércio de escravos.

Manuscritos Tungi Escritos e Orais

Tradições orais e escritas indicam que Tungi foi governada pela dinastia Shirazi, cujos descendentes ainda hoje afirmam ter as suas raízes em Comores Angoche e Kilwa. De acordo com estudos realizados pelo linguista Polaco Eugeniusz Rzewuski (1991), o *corpus* de textos orais e escritos integra dois manuscritos escritos e uma narrativa oral, conhecidos como TUNGI - 1,

(1) Conforme descrito por Ahmad bin Majid, no século XV. Tradições recolhidas por C. Velten, Prosa und Poesie derem Suaheli, Berlim 1907, parcialmente reproduzidas em Freeman-Grenville 1962:221-6. Rzewuski deve ao Prof. CSP Freeman-Crenville a informação de que na mesma colecção de Velten, há um texto sobre a história de Tungi, mas ainda não está disponível para os estudiosos moçambicanos.

(2) Crónicas das Ilhas Comores.

(3) Tradições recolhidas por C. Velten, Prosa und Poesie der Suaheli, Berlim 1907, reproduzida parcialmente em Freeman-Grenville 1962:221-6. Rzewuski deve ao prof. CSP Freeman-Crenville a informação de que na mesma colecção de Velten, há um texto sobre a história da Tungi mas ainda não está disponível para os estudiosos moçambicanos.

TUNGI - 2 e TUNGI - 3, respectivamente. Estes fornecem uma visão sobre as tribos Shirazi e Matungi e a história de Tungi. Estes foram recolhidos/registados em Agosto de 1988 em Palma e são intitulados, como segue:

- TUNGI - 1 - Eventos antigos sobre a Tribo Shirazi;
- TUNGI - 2 - Documento Genealógico da Tribo Matungi; e
- TUNGI - 3 - Manuscrito Oral por Muhammad bin Thabiti.

Os textos fornecem algumas informações relevantes sobre a etno-história de Tungi (Mbobbo e o seu povo Wampambe seriam os seus primeiros habitantes, provenientes do Niassa) e sobre a história das migrações Shirazi ao longo da costa Moçambicana. Hoje, em Palma e Kiwiya, a tribo Shirazi constitui a elite tradicional ⁽¹⁾. Dois dos autores dos manuscritos acima descritos pertencem a esta tribo ⁽²⁾ e Muhammed bin Thabiti é o mais respeitado líder da comunidade Muçulmana (Shehe) em Palma. Um elemento característico e distinto nas tradições Shirazi de Tungi é o destaque dado aos ancestrais do sexo feminino. Na cadeia genealógica apenas os nomes de mulheres são fornecidos, enquanto os nomes dos seus maridos são omissos em vários casos (Pendezeni, Amina). De acordo com os líderes tradicionais, o documento "TUNGI -1", mostrado na *Figura 9.45*, deve ser protegido num museu.

Figura 9.45 *Manuscrito Escrito Antigo*



Fonte: Adamowicz, 2012.

(1) Em Kiwiya, a tribo Shirazi corresponde à maioria do clã (Kabila), estando em segundo lugar a tribo Nausi (10%), que também reivindica a sua origem oriental, e, de acordo com a tradição local, foram os primeiros imigrantes a se estabelecerem na área adjacente à Baía de Tungi (dados numéricos retirados de Lundin e Loforte, 1988:12)

(2) AbdulahibnSalimMungoji, o autor de TUNGI - 1, embora não identificado, deve ser associado com os descendentes da família real de Angoche (Ngoji), como indica o seu *nisbaMungoji*.

Figura 9.46 *As Tradições Culturais Estão Bem Preservadas Localmente e São Compartilhadas pela Juventude*



Fonte: Adamowicz, 2012.

Os governantes/sultões que reinaram sobre o Sultanato de Tungi e o período dos respectivos reinados estão descritos na *Tabela 9.60*, de acordo com as evidências orais e escritas contidas no manuscrito TUNGI -1.

Tabela 9.60 *Governantes / Sultões*

Governantes/ Sultões	Datas	Comentários
Nomes desconhecidos <i>Sultão Ali ibn al-Hassan</i> (desde 957) - de Kilwa travou uma guerra contra Tungi	Desde 1000 D.C.	Dinastias reinando a partir de Kilwa (1). Escavações limitadas e poços de teste em Kiwiya podem fornecer mais dados sobre as cronologias absoluta (C14) e relativa nesta área. (Cerâmica de Kilwa Antiga . Foram encontrados alguns atributos mais recentes de barro em Kiwiya, em associação com vidrados de estanho azul-verde do estilo Islâmico da Sassânida (?). Sob o controle do Sultão <i>al-HasanibnSulaiman</i> de Kilwa (?)
Nomes desconhecidos	1310 - 1333	Dinastias locais, usurpadores e clãs controlados por Comores, Omã ou pelos Sultanatos de Zanzibar.
	Séculos XVII – XVIII D.C.	A área de Tungi sob o domínio dos clãs locais Wampambe de Kilindi (Cerâmica do Monapo Recente).
<i>AhmadiHassani</i>	Fim do Século XVIII D.C.	De Angoche.
<i>Selemani</i>	1ª metade do Século XIX D.C.	De Kilwa.
<i>Yussufu</i>	1ª metade do Século XIX D.C.	Filho de Selemani de Kilwa.

Governantes/ Sultões	Datas	Comentários
<i>Idighami</i>	1ª metade do Século XIX D.C.	Disputa sobre a sucessão com Shababi, marido de sua tia, que reinou por pouco tempo e em simultâneo com Yussufu. AssaneMenheMosadonaChiraze (<i>em documentos em português</i>). Governando simultaneamente e ambos costumavam receber pagamentos regulares das autoridades portuguesas na década de 1820-30.
<i>Hassani II and III Hassani</i>	1828 - 1830 D.C.	Apelidado Nchingama. Data da inscrição das sepulturas decifradas por Monteiro 1966:56 (In: Rzewuski 1991:209).
<i>Muhammadi Muhammadi and Muhammad YussufuHamissi</i>	Desde 1837-1860 1858 D.C.	A partir de documentos portugueses. Data da inscrição dos túmulos.
<i>Muhammadi Abdurabi</i>	Até 1860 D.C. 1872 D.C.	Disputa sobre a sucessão com tio paterno <i>Abdelazizi</i> . Interferência de Zanzibar e Portuguesa.
<i>Aburari</i>	2ª metade de Século XIX D.C.	Anexação militar de Tungu pelos Portugueses. Fim do Sultanato.
<i>Abdelaziz (Capitão-mor)</i>	1877 D.C.	

Nota:

(1) A história de Kilwa começa em 960-1000 dC, quando um dos sete filhos de um governante de Shiraz, na Pérsia, Ali ibn Shirazi al-Hassan, segue em direcção à costa Africana. Dizem que Ali comprou a ilha de Kilwa aos habitantes locais Bantu. De acordo com Forte (1895), Kilwa era originalmente propriedade de um rei Bantu 'Almuli'. No auge de seu poder no Século XV, o Sultanato de Kilwa possuía ou reclamava soberania sobre as cidades continentais de Malindi, Inhambane e Sofala e os estados insulares de Mombassa, Pemba, Zanzibar, Mafia, Comoro e Moçambique (para além outros diversos locais mais pequenos desde o Rio Rovuma, Ilha de Quirimba, Angoche, Quelimane a Sofala) – essencialmente toda a área que hoje é referida como a “costa Swahili”. Kilwa também reivindicou autoridade em todo o canal sobre uma série de pequenos postos comerciais espalhados pela costa de Madagascar.

Linguagem e Significância Cultural

Palma e seus arredores constituem a única área ao longo da costa de Moçambique onde a língua Swahili é falada (para além das línguas moçambicanas também referidas na *Secção 9.9.3*). Além disso, a situação de linguagem na região representa um tipo raro de “diglossia no género” ⁽¹⁾ estabilizada. O uso do Swahili parece ser um factor que ajuda a manter o estatuto social e a identidade cultural do *mwungwana* (isto é, pessoa civilizada), não se tratando de uma aquisição linguística recente. A diglossia no género é também observada a Norte de Lindi, na Tanzânia (ver *Figura 9.47*).

(1) Uma situação em que duas línguas são usadas, separadamente por homens e mulheres dentro de uma comunidade.

Informação Geral

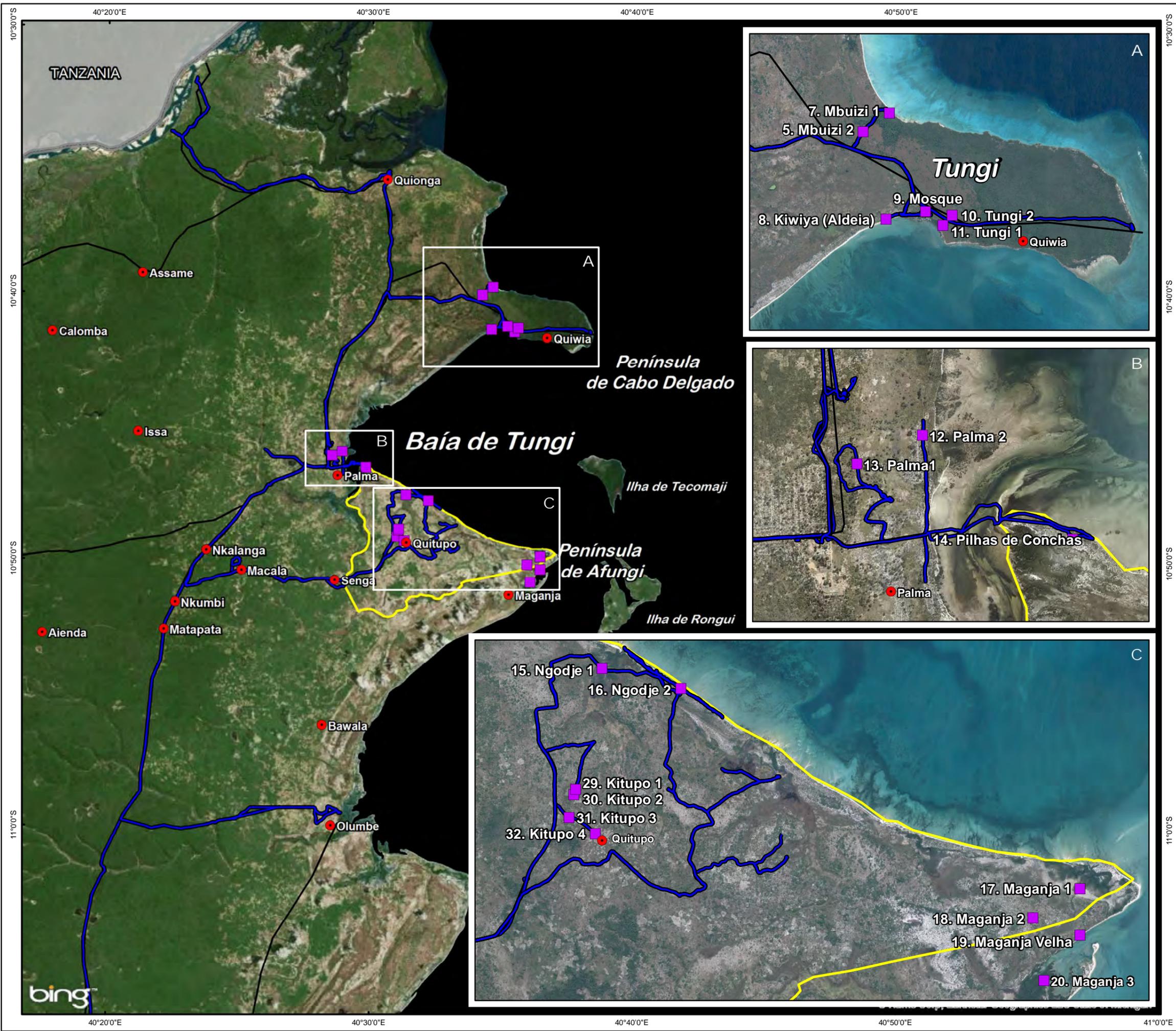
A pesquisa arqueológica foi realizada em Outubro de 2011 na Península de Afungi (que incluiu o Local do Projecto em Afungi), em Palma e na Península de Cabo Delgado. Estas últimas não são abrangidas pela Pegada directa do Projecto porém, devido à proximidade do valor patrimonial e cultural dos sítios arqueológicos e históricos conhecidos nestas áreas, as mesmas foram consideradas no âmbito da pesquisa no terreno. As pesquisas realizadas envolveram a identificação dos locais arqueológicos e históricos conhecidos, de relevância cultural na área, tendo estes sido investigados mais detalhadamente. A extensão da área de pesquisa é ilustrada na *Figura 9.47*.

Vários locais e artefactos de importância cultural foram registados durante a pesquisa no terreno, e estes são descritos nas secções abaixo. Alguns locais, em particular os da área de Maganja na Península de Afungi, foram pesquisados em detalhe e registados durante um estudo anterior, em 2008. Essa pesquisa prévia foi realizada por um autor liderando o Círculo de Interesse do Património Cultural da Liga de Escuteiros de Moçambique (LEMO) em 2008 ⁽¹⁾. Outros locais foram registados durante a viagem de Palma a Pemba. A maioria dos locais registados era lugares sagrados.

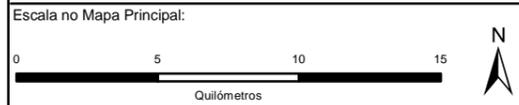
Décadas de actividade agrícola resultaram na perturbação de 30 centímetros da camada superior do solo na área de estudo. No entanto, a presença de sítios de significância arqueológica e histórica pode ainda ser identificada pela ocorrência de artefactos, e os depósitos, por vezes, permanecem intactos nas camadas mais profundas.

Algumas das evidências de património arqueológico e cultural, observadas dentro das áreas pesquisadas, apontam para um período de agitação (guerras entre as cidades Swahili, invasões, comércio de escravos, ocupação colonial, etc), que teve consequências sociopolíticas e económicas, das quais se considera que a população local ainda não se refez.

(1) Realizada em conjunto com a Liga de Escuteiros de Moçambique (LEMO), em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).



- Legenda**
- Aldeias / Assentamentos
 - Locais de Importância Arqueológica
 - Rotas de Levantamento de Campo
 - Estradas Regionais
 - Local do Projecto em Afungi



Título:
Figura 9.47:
 Áreas de Levantamento Arqueológico

Cliente:

Anadarko
 Moçambique Área 1, Lda

Data: Oct 2013	Verificado: IE	Projecto: 0133576
Desenhado: AB	Aprovado: KG	Escala: 1 : 250 000
Desenho: Fig 9.47_Áreas de Levantamento Arqueológico.mxd		Rev: A

ERM
 Great Westerford Building
 240 Main Road
 Rondebosch, 7725
 Cape Town, ÁFRICA DE SUL
 Tel: +27 21 681 5400
 Fax +27 21 686 073

Projeção: UTM Zona 37S. Datum: WGS84
 Fonte: Bing Maps ©2010 Microsoft Corporation.
 Promap, 2012. Impacto, 2012.
 Conjunto de Mapas: Dados & Mapas da ESRI

É ilícita a reprodução parcial ou total dos mapas, gráficos ou desenhos com direitos autorais, sem a permissão do proprietário dos direitos autorais, a ERM Southern Africa (PTY) Lt©

Península de Afungi

Os sítios investigados na Península de Afungi são mostrados na *Figura 9.47* e descritos na *Tabela 9.61* abaixo. A área pesquisada incluiu o Local do Projecto em Afungi e a Aldeia de Maganja, esta última situada na ponta da Península de Afungi. As descobertas foram dominadas por artefactos da Idade do Ferro Recente (LIA)⁽¹⁾ e também da Idade do Ferro Antiga (EIA)⁽²⁾.

Tabela 9.61 *Sítios de Importância Arqueológicas encontrados na Península de Afungi*

Ref:	Localização	Longitude	Latitude	Tipo	Data da observação
1040Dc01	15. Ngodje 1 (E12)	S10 47 34,7	E40 31 20,0	LIA	21-10-2011
1040Dc02	16. Ngodje 2 (E14) ⁽³⁾	S10 47 47,2	E40 32 10,5	LIA	21-10-2011
1040Dc03	29. Kitupo 1 (E29)	S10 48 51,0	E40 31 03,6	LIA	23-10-2011
1040Dc04	32. Kitupo 4 (E32)	S10 49 18,9	E40 31 16,3	LIA	23-10-2011
1040Dc06	30. Kitupo 2 (E30)	S10 48 54,3	E40 31 02,6	LIA	28-10-2011
1040Dc07	31. Kitupo 3 (E31)	S10 49 08,8	E40 30 59,5	EIA and LIA	28-10-2011
1040Dc08	19. Old Maganja (E19)	S10 50 21,3	E40 36 25,7	LIA	29-10-2011
1040Dc09	17. Maganja 1 (E2)	S10 49 52,1	E40 36 25,6	EIA and LIA.	29-10-2011 *
1040Dc10	18. Maganja 2 (E3)	S10 50 10,5	E40 35 55,6	LIA	29-10-2011 *
1040Dc11	20. Maganja 3 (E4)	S10 50 49,9	E40 36 02,8	LIA	29-10-2011 *

* Estas foram inicialmente pesquisadas em 2008, como descrito na *Secção 9.18.3*.

Na área pesquisada na Península de Afungi foram registados dez sítios arqueológicos, bem como um lugar sagrado abandonado e vários cemitérios. A maioria destes locais foi afectada pelo cultivo extensivo e aqueles mais perto da costa foram influenciados pela erosão do mar. As descobertas recolhidas incluem contas, conchas (incluindo pérolas de ostra, família Pteriidae), ossos de peixes e cacos. A quantidade e diversidade de conchas foram consideradas notáveis e são mostradas na *Figura 9.48*.

Figura 9.48 *Monte de Conchas na Península de Afungi*



Fonte: Adamowicz, 2012.

⁽¹⁾ Nota do tradutor: *Late Iron Age*

⁽²⁾ Nota do tradutor: *Early Iron Age*

⁽³⁾ Ngodje Zone. Esta "zona" parece ser grande demais para o nome de um único site e muito provavelmente deve ser considerado como dois locais de interesse arqueológico e cultural.

Dos 427 cacos observados, a maioria era de bordas de tigelas abertas, de tigelas torneadas e de vasos de gargalo. Como mostrado na *Figura 9.49* também foram encontrados alguns cacos de cerâmica de vasos torneados para cima e carenados.

Figura 9.49 Amostras de Cacos Recolhidas na Península de Afungi



Fonte: Leonardo Adamowicz, 2012.

O antigo padrão decorativo da cerâmica Tungi encontrado na área mostra muitas semelhanças com vários períodos da cerâmica Kilwa. Pesquisas anteriores no Norte de Moçambique e a pesquisa de campo realizada no âmbito deste estudo confirmam a riqueza histórica e arqueológica do Distrito de Palma. No Local do Projecto em Afungi e Área Circundante, os locais 15 (Ngodje 1) e 18 (Maganja 2) são considerados de importância arqueológica particular, uma vez que estes sítios ostentam montes de conchas e cacos de cerâmica. Estes locais também são mencionados nas Crônicas de Tungi. Todos os outros sítios investigados são considerados como sendo de baixa significância em termos de património arqueológico e histórico.

Vila de Palma

A área da Vila de Palma foi investigada, uma vez que esta é a principal vila perto do Local do Projecto em Afungi, considerando-se que o património cultural da vila pode ser afectado por um afluxo de população para a área. Na Vila de Palma foram observados dois sítios arqueológicos, nomeadamente o local 13 (Palma 3), que corresponde a ruínas de um mercado de escravos, e o local 12 (Palma 2), que corresponde a um cemitério; ambos são considerados de importância arqueológica particular (ver *Figura 9.50*). As localizações destes dois sítios encontram-se listadas na *Tabela 9.62*. O mercado de escravos na zona velha de Palma (parte baixa de Palma) compreende uma estrutura possivelmente com mais de 200 anos de idade. É provável que os edifícios tenham sido demolidos após a ocupação militar Portuguesa.

Tabela 9.62 *Sítios de Importância Arqueológicas encontrados na Vila de Palma*

Ref:	Localização	Longitude	Latitude	Tipo	Data da observação
1040Cd01	13. Palma1 (E02)	S10 46 06,7	E40 28 31,4	EIA and LIA	26-10-2011
1040Cd02	12. Palma 2 (E03)	S10 45 56,5	E40 28 54,6	LIA	26-10-2011
1040Cd03	14. Monte de conchas (E04)	S10 46 32,8	E40 29 48,0	LIA	26-10-2011

Figura 9.50 *Ruínas de um Mercado de Escravos (na parte superior) e um Cemitério (na parte inferior)*



Fonte: Adamowicz, 2012.

Península de Cabo Delgado

Devido à importância do património cultural do Sultanato de Tungi num contexto regional e à proximidade de Tungi ao Local do Projecto em Afungi, a Península de Cabo Delgado foi incluída na pesquisa. Na Península de Cabo Delgado foram considerados sete sítios arqueológicos conhecidos, conforme ilustra a *Tabela 9.63*, incluindo Tungi, Kiwiya e Mbuizi. Dois lugares sagrados, várias ruínas (palácio, mesquitas e casas) e cemitérios (sepulturas) foram observados, sendo que estes estão associados com o Sultanato de Tungi conforme documentado na literatura Árabe, Swahili e Portuguesa. Cada um destes locais é considerado de importância arqueológica particular. As descobertas remontam a eras recentes, nomeadamente à Idade do Ferro Antiga e predominantemente à Idade do Ferro Recente, como mostrado na *Tabela 9.63*. As evidências observadas fornecem informações sobre o período entre as Comunidade mais antigas (séculos III a VI D.C) até ao século XII, mas principalmente a partir do século XV ao século XIX D.C.

Tabela 9.63 *Sítios de Importância Arqueológicas encontradas na Península de Cabo Delgado*

Ref:	Localização	Longitude	Latitude	Tipo	Data da Observação
1040Da04	5. Mbuizi 2 (E19)	S10 40 03,0	E40 34 11,7	LIA	22-10-2011
1040Da05	7. Mbuizi 1 (E20)	S10 39 46,1	E40 34 35,6	LIA	22-10-2011
1040Da06	11. Tungi 1 (E62)	S10 41 14,3	E40 35 09,7	EIA & LIA.	27-10-2011
1040Da07	10. Tungi 2 (E22)	S10 41 20,8	E40 35 27,0	LIA	27-10-2011
1040Da08	8. Kiwiya (Aldeia)	S10 41 14,3	E40 35 09,0	Recente	27-10-2011
1040Da09	9. Mesquita (E61-9)	S10 41 15,4	E40 35 09,8	LIA	27-10-2011

Ruínas no local de Tungi incluem um palácio, duas mesquitas, um pequeno grupo de casas e dois grupos de túmulos, que são mostrados na *Figura 9.51* remontando provavelmente ao século XVIII.

As ruínas de muitos dos locais observados foram mal conservadas e fortemente afectadas pela vegetação, como mostrado na *Figura 9.51*. As paredes de uma mesquita (local 9) estão à beira de colapso e a parte restante da parede de Tungi (local 11) é visível apenas 1 a 1,20 m acima do solo. Os edifícios foram construídos a partir de blocos de coral. Material arqueológico recuperado em Tungi (sites de 9,10 e 11) indica que a área anteriormente habitada estendia-se num diâmetro de 2 km, sugerindo que a cidade de Tungi poderá ter tido, no passado, uma população maior do que a actual, ou que a vila era consideravelmente mais dispersa do que as vilas Swahili modernas e históricas, possivelmente resultante do comércio de escravos.

Artefactos de origem local, do Oriente Próximo, Chinesa e Europeia foram recuperados em Tungi e Mbuizi. Estes artefactos incluem objectos de cerâmica localmente produzidos, tais como painéis, jarros de armazenamento e pequenas tigelas rasas ou pratos, a grande maioria dos quais está danificada, como mostrado na

Figura 9.53. Outros materiais locais observados incluem missangas vermelhas e brancas. Fragmentos de cerâmica e de vidro importados (fragmentos de bases para garrafas e fragmentos de taças) também foram encontrados e, apesar de sua condição, vários utensílios e formas eram reconhecíveis. Foram observados recipientes de armazenamento grosseiros assim como alguns exemplos de chávenas e tigelas de porcelana chinesa.

Figura 9.51 Ruínas do Palácio do Sultão em Tungi, uma Mesquita e um Muro da Vila Antiga



Fonte: Nhatule e Adamowicz, 2012.

A maioria dos fragmentos observados tem origem em vasos simples. Durante a pesquisa foram apenas encontrados pedaços de caco decorados ou com formas significativas. Os arranjos e os motivos mostrados na *Figura 9.53*, incluem motivos estampados, incisões, grafite e pinturas. As descobertas de elementos de olaria, encontrados na superfície, têm origem na Idade do Ferro Antiga (alguns das Tradições A e B de Nampula), de Kilwa superior, Tradição de Lumbo da Idade do Ferro Recente e cerâmica Makonde recente.

Figura 9.52 *Actual Aldeia de Kiwiya (esquerda) e Utensílios de Cozinha Usados na Aldeia de Kiwiya (Direita)*



Fonte: Esquerda - Nhatule e Direita- Czajkowski, 1988.

Figura 9.53 *Amostras de Cacos Recolhidas perto de Tungi*



Fonte: Adamowicz, 2012.

Encontra-se em Mbuizi, na costa Nordeste da Península de Cabo Delgado, a tumba de uma antiga rainha Muçulmana que o grupo Mwani acredita ser um lugar de boa sorte, como se pode ver na *Figura 9.54*. Este é um local particularmente sagrado para o povo Mwani, havendo pessoas que viajam de tão longe quanto a Província de Nampula para visitar o local. Uma pequena pousada localizada próximo ao local acomoda estes peregrinos.

Figura 9.54 *Mbuizi- Local Sagrado para o grupo Mwani*



Fonte: Adamowicz, 2012.

9.18.4 *Arqueologia no Mar*

Restos e detritos de navios

Há centenas de registos históricos de naufrágios nas extensas águas costeiras, reivindicados por Moçambique. Os locais de naufrágio reflectem um grupo diversificado de embarcações que variam em tamanho, idade e tipo. Alguns naufrágios não são de interesse arqueológico, enquanto outros são únicos. Esta singularidade pode ser devida ao método de construção, o grau de preservação ou o contexto histórico em que os navios foram afundados. A integridade dos sítios de naufrágio depende de um número de factores, em particular a maneira como o navio foi destruído, as condições do fundo do mar e perturbações posteriores.

A Baía de Palma foi usada como um porto natural importante para a ancoragem de navios que se dirigiam para o antigo posto comercial localizado na Ilha Vamizi⁽¹⁾. Ainda hoje, importantes rotas marítimas (a rota das Antilhas) passam através da área da Pegada do Projecto em Alto Mar e algumas procuram abrigo na baía durante o mau tempo. Dados históricos indicam que na Baía de Palma há cerca de três navios portugueses naufragados e 12 de origem Africana-Shirazi, localizados perto Kiwiya e nas águas adjacentes à costa de Ngodza-Maganja na Península de Afungi.

Dados geofísicos marinhos (através de dispositivos de multi-feixe) foram obtidos dentro Baía de Palma e revistos pela Underwater Surveys (Pty) Ltd, e confirmaram não haver grandes estruturas antropogénicas evidentes. Note-se no entanto que, sem o uso de sonares de varrimento lateral, podem ter passado despercebidas anomalias arqueológicas menores de origem antropogénica (incluindo detritos, áreas do fundo do mar perturbadas, etc).

Os restos de um navio histórico são claramente visíveis hoje na Vila de Palma, como mostrado na *Figura 9.55*. A origem deste navio não é totalmente conhecida, mas acredita-se que devido aos materiais e ao modelo do barco

(1) Conforme descrito por Ahmad bin Majid, no Século XV.

(construído com ferro e provavelmente de origem britânica) se possa tratar de um barco armado enviado pelo Sultão de Zanzibar, com o apoio dos britânicos, para proteger o Sultanato de Tungi contra a invasão Portuguesa. Sob o comando do Capitão Português José Raimundo de Palma Velho foram afundados barcos de Zanzibar entre 1876 e 1877.

Figura 9.55 Restos de um Navio em Palma (de notar a Península de Afungi no Fundo)



Fonte: ERM, 2012.